

almasada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265 [semestral]

online

#29 (tomo 1) Jan. 2026

AZULEJARIA MUDÉJAR do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

Associação de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos

Organização Não-Governamental de Ambiente

[travessa lúis teotónio pereira, cova da piedade, almada]

[212 766 975 | 967 354 861]

[c.arqueo.alm@gmail.com]

[https://carqueoalm.wixsite.com/website]

[http://www.facebook.com]

**uma Associação
em que dá gosto
participar!**

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA

1972-2026

54 anos de intervenção social,
a promover uma visão integrada da
Arqueologia, do Património Cultural e
Ambiental e da História local e regional,
no exercício partilhado de uma cidadania
cultural e cientificamente
informada.

peça já a sua ficha de inscrição

Chafariz dos Pretos - Figura de Castelo Rodrigo, 2023.



arque^ohoje
finding our future

ARQUEOLOGIA

**CONSERVAÇÃO &
RESTAURO**

MUSEUS &
CENTROS
INTERPRETATIVOS

**ROTAS CULTURAIS &
PEDESTRES**

MANUTENÇÃO de
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

PUBLICAÇÕES

VISEU. Rua da Escola, Lote 9, loja 2, Santa Eulália. 3500 - 682
LISBOA. Rua do Triângulo Vermelho, N° 2. 1170 - 375

232 416 030
218 120 149

www.arqueohoje.com

**Capa |** Jorge Raposo

Montagem com alguns exemplares dos mais de oito mil azulejos *mudejares* recuperados na escavação arqueológica do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra. Desde o século XVI, revestiram tectos, pavimentos, paredes e altares da igreja e do claustro.

Fotos | © Maria João B. Coelho, Catarina Cunha Leal e Maria do Céu Santos.



2.ª Série, N.º 29, Tomo 1, Janeiro 2026

Proprietário e editor |

Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede do editor e da redacção |

Travessa Luís Teotónio Pereira,
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial | www.almadan.publ.pt

Distribuição | <http://issuu.com/almadan>;
https://zenodo.org/communities/al-madan_online

Periodicidade | Semestral

Apoios | Associação dos Arqueólogos Portugueses / ArqueoHoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª / Câmara Municipal de Almada / Dryas - Octopétala, Ld.ª / Cota 80-86, Unipessoal, Ld.ª / Câmara Municipal de Oeiras / Neopéica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo

(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

A capa desta *Al-Madan Online* dá merecido destaque a estudo dedicado à azulejaria, uma das manifestações artísticas mais marcantes da arquitectura ibérica desde o século XV, ainda presente e recriada no revestimento de imóveis de todo o tipo. No caso, trata-se de azulejos *mudejares*, isto é, de inspiração islâmica, mas produzidos em território já sob domínio cristão, por artífices que aí permaneceram e deram continuidade ao exercício de uma arte secular, onde técnicas altamente especializadas suportavam uma gramática decorativa muito diversificada e elaborada. Importados maioritariamente da região de Sevilha, estes materiais aliavam o baixo custo, a facilidade de aplicação e a durabilidade a uma beleza estética que os popularizou nos séculos XV e XVI e hoje ainda admiramos. São bom exemplo disso os mais de oito mil exemplares recolhidos na escavação arqueológica do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, agora sistematizados no catálogo de padrões que publicamos.

Pelas centúrias de XVI e XVII, contudo, a arte da cerâmica extravasava largamente a azulejaria, como se pode ler na contextualização e descrição de um conjunto de faianças que integrou serviço de mesa exumado no Convento de Nossa Senhora do Carmo, em Moura. E, naturalmente, a habilidade dos mestres manifestava-se na transformação de outros materiais, de que dá nota estudo de camas-pregueiras preservadas em diferentes instituições, onde quem podia dar-se ao luxo repousava sobre um estrado coberto por couro profusamente lavrado com motivos muito diversificados.

Outros artigos recuam um pouco mais no tempo e relevam o saber-fazer dos mestres medievais, patente, por exemplo, na pequena escultura figurativa em granito, provavelmente oriunda de oficina rural transmontana, que preservou a tradição românica ou romano-gótica numa representação de São Bartolomeu exibida em capela do sítio de Arcá, no concelho de Sabrosa. Saber técnico, sentido estético e experiência marcam igualmente os medalhões hoje incorporados nas colecções do Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras, originalmente destinados a ornamentar arreios para cavalos, onde se usaram elaboradas técnicas de fundição para produzir peças em cobre, depois cuidadosamente douradas e/ou esmaltadas para enriquecer o seu efeito decorativo. São apenas alguns destaques do que preenche as páginas seguintes, a começar pelas sempre saborosas crónicas, passando por outros estudos, artigos de opinião e da prática arqueológica portuguesa e brasileira, na sua crescente multidisciplinaridade e abrangência temática, para concluir em noticiário mais breve e no destaque de eventos e novidades editoriais.

Como sempre, votos de que encontre bons motivos de leitura, com prazer e saúde.

Jorge Raposo, 15 de Janeiro de 2026

Conselho científico |

Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva
e Carlos Tavares da Silva

Resumos | Autores e Jorge Raposo
(português), Luísa Pinho (inglês)
e Maria Isabel dos Santos (francês)

**Modelo gráfico, tratamento de
imagem e paginação electrónica |**
Jorge Raposo

Revisão | Autores e Fernanda Lourenço

Colaboram neste tomo |

Maria João B. Coelho, Sara Cura,
Carlos Didelet, José d'Encarnação,

Allysson A. de Farias, Jorge Feio,
Amélia Fernandes, Marcos T. E. Frota,
Vanessa Gaspar, Mário V. Gomes,
Rosa V. Gomes, Gerardo V. Gonçalves,
Martha J. Hernández Velasco,
Vitor O. Jorge, Catarina C. Leal,
Sebastião L. de Lima Filho, Marta
Manso, Nicholas Márquez-Grant,
Pedro H. S. G. Melo, Rúben Mendes,
Victor Mestre, Manoel O. Moraes
Filho, João Nilo S. Nobre, Nuno
Oliveira, Agustín Ortega-Esquinca,
Rui Parreira, Dina B. Pereira,
Franklin Pereira, Eulália Pinheiro,

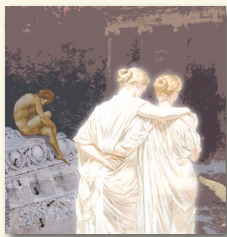
Nuno Pires, Cláudia Plens,
João Rebugue, Fábio Rocha,
Filipa A. Santos, Filipe J. C. Santos,
Juvandi de Souza Santos, Miguel Serra,
Rute Silva, Gabriel P. Sindeaux,
Isabel Tissot, Marco Valente e
Alexandra Vieira

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

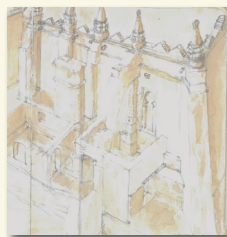
EDITORIAL... 3 ▶

CRÓNICAS

Eterna Arqueologia! | José d'Encarnação... 6 ▶



Crónica dos pequenos
nadas | Vítor Oliveira
Jorge... 9 ▶



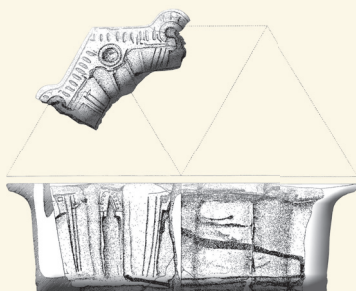
A banalização dos sítios e
edifícios históricos e os sítios
e edifícios comuns que se
tornaram históricos |
Victor Mestre... 11 ▶

ESTUDOS

Azulejaria *Mudéjar* do
Mosteiro de Santa Clara-a-Velha,
em Coimbra | Maria João
Bernardes Coelho, Catarina
Cunha Leal e Maria do
Céu Santos... 15 ▶



Entre o Esmalte e o Ouro:
a tecnologia de arreios decorativos
medievais em cobre | Isabel Tissot e
Marta Manso... 30 ▶



Os Nomes das Coisas:
a propósito dos grandes
queimadores ou braseiros,
poligonais e islâmicos,
de cerâmica | Rosa Varela
Gomes e Mário Varela
Gomes... 38 ▶



A Estátua de São Bartolomeu de Arcá,
Sabrosa: um marco inédito da escultura
do romano/gótico no mundo rural do
norte de Portugal | Gerardo Vidal
Gonçalves, Dina Borges Pereira
e Rúben Mendes... 46 ▶

Convento de Nossa Senhora
do Carmo de Moura: as faianças |
Vanessa Gaspar e Rute
Silva... 61 ▶



ARQUEOLOGIA



Os Menires do Norte
e Centro de Portugal:
inventário e catalogação |
Alexandra Vieira... 70 ▶



A Resolução de um Problema:
o acompanhamento arqueológico
das obras desenvolvidas pela
Empresa Municipal de Águas e
Saneamento de Beja (2023 a
2025) | Jorge Feio... 84 ▶

ARQUEOLOGIA



Santa Cruz da Vilaria, a *Vila Velha* Revisitada: os trabalhos arqueológicos no âmbito da construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor | Filipe J. C. Santos, Eulália Pinheiro e Fábio Rocha... 89 ►



Vestígios de Ocupação Tardo-Medieval e Moderna em Alcácer do Sal | Filipa Araújo dos Santos... 102 ►



Arqueologia Preventiva no Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo: resultados das intervenções arqueológicas de 2021 e 2024 | Gerardo Vidal Gonçalves e Dina Borges Pereira... 109 ►

ARQUEOLOGIA BRASILEIRA



Memória, Violência e Justiça: uma investigação preliminar a partir da Arqueologia e da Antropologia forenses para compreensão do Massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (Crato - Ceará, Brasil, 1937) | Sebastião Lacerda de Lima Filho, Marcos Tadeu Ellery Frota, Cláudia R. Plens, Nicholas Márquez-Grant, Martha Judith Hernández Velasco, João Nilo de Souza Nobre, Gabriel Pinheiro Sindeaux, Pedro Henrique Santos Gaspar Melo, Allysson Allan de Farias, Juvandi de Souza Santos e Manoel Odorico de Moraes Filho... 125 ►

OPINIÃO

Salvar Sem Apropriar: princípios de atuação num modelo ético de acolhimento temporário de Património arqueológico em risco | Nuno Oliveira... 132 ►

PATRIMÓNIO



Dormindo Sobre Couro Lavrado: as camas-preguiceiras dos séculos XVII-XVIII | Franklin Pereira... 137 ►

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

Um machado no caminho | Nuno Pires e Carlos Didelet... 155 ►

Vinagrinho 4: um novo povoado de encosta do Calcolítico (Baleizão, Beja) | Marco Valente e Agustín Ortega-Esquinca... 157 ►

EVENTOS

Turismo arqueológico em territórios de baixa densidade | Sara Cura, Rui Parreira, Miguel Serra e Alexandra Vieira... 160 ►
Agenda de Eventos... 163 ►

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Arqueologia nas Freguesias: 7 sítios, 7 histórias | Miguel Serra e Amélia Fernandes... 146 ►



LIVROS & REVISTAS

Sobre a capital dos Límicos, no vale do rio Lima | José d'Encarnação... 164 ►
Leitura crítica de uma introdução breve | João Rebuga... 165 ►
Novidades editoriais... 167 ►

Eterna Arqueologia!

José d'Encarnação [Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

A inauguração, a 1 de Novembro de 2025, com a máxima e imprescindível pompa e circunstância, do Grande Museu Egípcio junto às pirâmides de Gizé, com mais de 100 mil artefactos em exposição, entre os quais todos os tesouros do faraó Tutankamon, certamente despertou, em toda a gente, a vontade de marcar visita o mais rápido possível. Já os filmes de Indiana Jones haviam carreado emoções e muitos jovens terão sonhado em ser outros indianas jones, como – nos já longínquos meados do século XX – C. Walter Ceram, pseudónimo do berlinense Kurt Wilhelm Marek, despertara ilusões com o seu *Deuses Túmulos e Sábios*, publicado pela primeira vez em 1949. Uma das minhas vizinhas cultas, anestesista de profissão, a cuja biblioteca eu, jovem, frequentemente recorria, bem me dizia: «*Tu gostas de História, devias era estudar para arqueólogo*». Ainda mais ilusão ela me provocava. «*Mas eu sou pobre, doutora. Para ser arqueólogo e andar em escavações, aqui e acolá é preciso ser rico!*». Por isso, quando me escrevi em História na Faculdade de Letras de Lisboa, era História o que eu queria e, não fora a mão amiga de D. Fernando de Almeida, nunca eu teria especial intenção de ingressar pelo mundo da Arqueologia como forma de ganhar a vida, que é nisso que a gente pensa quando tira um curso. Meus pais bem me haviam dito que Económicas e Financeiras é que era bom, dava dinheiro e tinha-se logo emprego, eu que visse o caso do meu padrinho, o primeiro que se licenciara na família. Deu-me, pois, para a História e, pelos vistos, mais de 60 anos passados, não estou arrependido e até as circunstâncias da vida acabaram por me atirar para o que a Dr.^a Fernanda me sugeria e eu considerava improvável. O Grande Museu Egípcio, compreende-se, tem consigo a ideia de investimento: gastaram-se muitos milhões, vão arrecadar-se bastantes mais com a vinda de turistas. Não se contesta. Contestou-se – e, se calhar, ainda se continua a contestar em alguns meios – o empreendimento que foi, entre nós, o relacionado com as gravuras de Foz Côa. Aqui, porém, não só não é válida a

“ [...] essa verdade, que já se reputa de insofismável: a Arqueologia é ciência válida, o que os arqueólogos põem a descoberto é susceptível de criar riqueza, não apenas cultural, mas também riqueza económica.”

comparação, em valência nenhuma, como jamais se terá pensado na viabilidade de um investimento económico rendível. Investimento foi na área da Cultura, estamos felizes por isso. Os que preferiam a barragem outra leitura hão de fazer, e o que interessou mais foi, não há dúvida, a preservação de um legado milenar e, concomitantemente (*last but not the least*), a assunção por parte dos governantes que, afinal de contas, isso da Arqueologia até é capaz de ter algum interesse. Sei bem que a totalidade dos leitores da *Al-Madan Online* estão mais do que conscientes dessa verdade, que já se reputa insofismável: a Arqueologia é ciência válida, o que os arqueólogos põem a descoberto é susceptível de criar riqueza, não apenas cultural, mas também riqueza económica. Isso compreendeu já o investidor num hotel pensado para repousar sobre inesperadas ruínas, quando, com os arquitectos e a tutela governamental, negociou o que havia de deixar à vista, integrado na estrutura do edifício. Dá notabilidade, empresta inegável cunho de «coisa antiga» a admirar... – Alto, aí, Companheiro! A continuares por aí, cortar-se-ia a tónica habitual da tua crónica semestral, onde costumás sacar do chicote e desancar maus hábitos, nefastas políticas, malabarísticos jogos de bastidores... Achas que terminaram?

– Que te parece? De facto, pode prosseguir o rol de queixas contra aquela técnica de uma Direção Regional que tomou de ponta uma empresa e, sistematicamente, dá parecer desfavorável às suas propostas, mesmo sem as esmiuçar; pode ainda haver empresas que ‘exploram’ o arqueólogo contratado; pode acontecer que, achado o canto de um *caldarium* romano, nada se faça depois, a não ser o registo, porque o acompanhamento arqueológico aí previa apenas o quadradinho para implantação da sapata do

imóvel; pode haver relatórios e mais relatórios por entregar; pode dar de novo na veneta dos governantes de mudarem os nomes dos departamentos, e lá se tem de alterar o *e-mail* e correlativos... Aliás, amigo, podem prosseguir as dificuldades em obter verbas para publicações utilitárias enquanto continuam a ser privilegiadas vistosas publicações de prestígio... Hoje, contudo, não vou por aí, porque a colossal estátua de Tutankamon mo não permite.



Ilustração: *Memória*. José Luís Maddira, 2025.

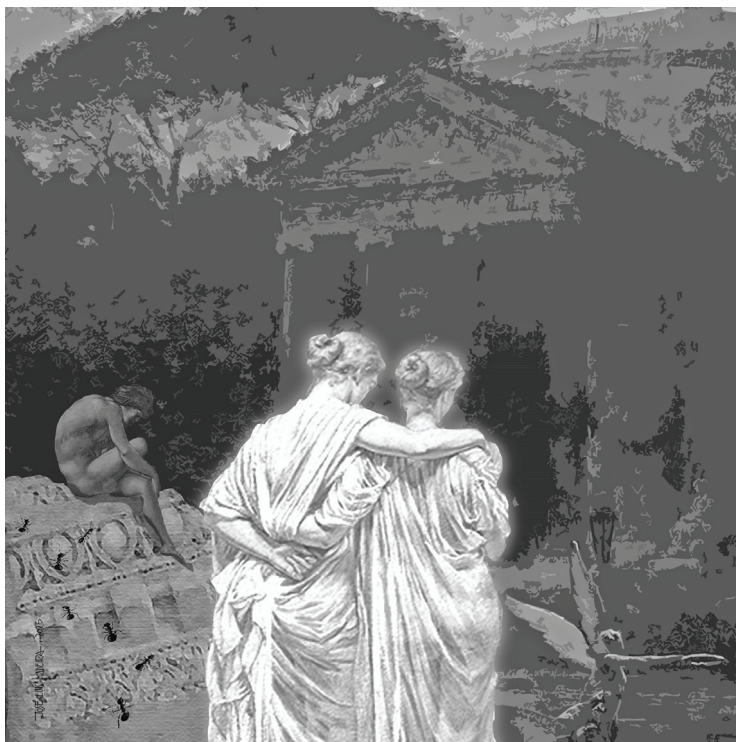
E, em contraste com o colossal, deu-me para refletir nesse enleio de ver reconstituído, por exemplo, um vaso cerâmico que, em migalhas desfeito, se conseguiu recuperar e se logrou expor num museu. Trabalho de longas horas, a possibilitar agora apreciar a sua forma e, através dela, uma visão mais completa de relações comerciais.

Por seu turno – embora, aqui e além, imaginação fantasista possa ter ultrapassado a saudável realidade –, a prática das reconstituições digitais, cientificamente bem enquadradas, deu aos achados arqueológicos uma visibilidade que mero caco, ainda que completo e lúcido, ou tosco paramento, em si mesmos nunca lograriam conseguir.

Puxando a brasa à minha sardinha, repetiria eu as palavras que Marguerite Yourcenar põe na boca do imperador Adriano, nas suas memoráveis *Memórias de Adriano*: «Coisa alguma iguala a beleza de uma inscrição latina votiva ou funerária: essas poucas palavras gravadas na pedra resumem com uma majestade impessoal tudo quanto o mundo precisa de saber de nós».

Tem a Epigrafia o condão de nos pôr em contacto directo com as pessoas de há milénios. Sentimos a sua dor plasmada nos epitáfios; exultamos com a inauguração de um teatro e louvamos os mecenas que não hesitaram em compartilhar nas despesas da construção; temos a certeza de que os responsáveis da *civitas Cobeletorum*, ao mandarem lavrar o pequeno altar a Júpiter Ótimo Máximo que Helena Frade e José Carlos Caetano exumaram em Almofala, destinado a lugar de honra na praça principal da sua cidade-mãe, visaram não apenas manifestar fidelidade ao poder central, mas também mostrar ao representante imperial que mereciam mais atenção!

E *Ossonoba*? Quando, em pleno final do século III, grassando a crise (dizia-se...) por todo o Império e a cidade, dada a sua privilegiada localização, se locupletava (como a sua vizinha *Balsa*) com o comércio marítimo, qual entreposto entre o Atlântico e o Mediterrâneo, os senhores da cidade não hesitaram em mandar erguer, no fórum, pedestal (com ou sem busto, pouco importaria), de quase um metro de altura, ao imperador Aureliano, Pio, Feliz, Augusto, declarando-se “*devotos do seu númen e majestade*”.



“Coisa alguma iguala a beleza de uma inscrição latina votiva ou funerária: essas poucas palavras gravadas na pedra resumem com uma majestade impessoal tudo quanto o mundo precisa de saber de nós.”

Marguerite Yourcenar, *Memórias de Adriano*.

O imperador a assumir, por vontade dos súbditos (ao que aparece), todos os atributos divinos. Esse conluio entre a religião e a política de que, mui amiúde, os monumentos epigráficos romanos – sorrateiramente, dir-se-ia – constituem prova evidente. Apetece acrescentar: retrato de ontem que nos séculos vindouros se repetirá. ✍

José d'Encarnação,

Cascais, 12 de Novembro de 2025

Crónica dos pequenos nada

Vítor Oliveira Jorge [Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa].

Por opção do autor, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Só fazendo se aprende como se faz; mas só transmitindo se fica realmente a saber se de facto se aprendeu a fazer. Não devemos, evidentemente, estabelecer uma barreira entre as duas coisas, saber e fazer, uma vez que na vida prática estão em contínua mediação. Porém, nenhum de nós sabe o que realmente sabe ou é capaz de fazer, pois é a própria praxis que, em última análise, nos revela até onde fomos e onde começa para nós o terreno pantanoso das incertezas e das dúvidas. O quadro que era realista começa a tornar-se impressionista para logo devir abstrato. Começamos o caminho com determinação e vontade, mas vamos descobrindo que o corpo muda ao longo do percurso, às vezes exalta-se até, na interação com outrem, ou, mais frequentemente, fatiga-se na solidão e no cansaço que impele à paragem. Mas a maior parte das vezes é a rotina, caminhar sobre as nossas pegadas de ontem, sobre as nossas passadas de quase sempre. Hegel ensinou-nos algo de muitíssimo importante: é que a contradição, a negatividade, são o núcleo da realidade, do espírito humano, o único ser vivo para o qual a realidade existe como matéria para pensar. E assim desmontou o sacro princípio aristotélico da não contradição, que enformou a lógica da vida e do saber até hoje, e continua “lá fora” a reger o mundo com a sua batuta errada. Aqui dentro, pelo menos dentro do texto, na sua intimidade “livre”, a contradição não nos assusta: é por ela que vamos, vacilantes: e não esperamos sair de qualquer caverna para vermos a realidade crua do dia, de uma suposta verdade, tão ilusória quanto as sombras da parede do fundo o são para elas mesmas.

Precisamos dos outros, precisamos do Outro para termos a ilusão de interagir. O Outro é uma abstração de tudo o que não existe, mas na sua ilusão protege. Juntamo-nos em grandes multidões – desfiles, cortejos, comemorações ou celebrações de toda a sorte – para termos a sensação do seu abraço. Pelo Outro, sobretudo pelo Grande Outro, o maior, o que está mais acima de tudo e de todos, rasgamos os pés pelos caminhos da vida para tentarmos ter uma resposta. Quanta demanda, quanta procura, até à extenuação final, sempre surpreendente. Até lá estamos sem cessar em movimento, o caminho faz-se caminhando, o poema tornou-se lugar-comum. Ajoelhamo-nos perante o que cremos ser verdade; e de tanto nos ajoelharmos, olhos postos nos ícones da verdade, acabamos por nos identificar com ela, criamos ou confirmamos a nossa crença, que é tudo o que temos de mais precioso, porque nos protege, em última análise, em cada encruzilhada. E aí de quem venha pôr isso em



FIG. 1 – Pompeia, festa em família (pintura mural do século I d.C.).

FONTE: Wikimedia Commons.

causa, tirar-nos o tapete debaixo dos pés, tentar convencer-nos de que o nosso caminho está errado, de que a nossa existência não tem sentido, de que não sabemos formular a pergunta inicial, iniciática. De que todo o nosso esforço foi em vão. Intransigentes lutamos para não perder o pé, para não vermos o abismo sobre o qual já pairamos sem o ver, para não sentirmos a areia movediça a puxar-nos para a asfixia.

O arqueólogo é um observador nostálgico da vacuidade da “aventura humana”. Tanto esforço, tanta grandeza acumulada, para tudo depois se desmoronar, e de novo o ciclo se repetir, onde estava a ruína surge o monumento, onde estava o monumento está agora uma nova multidão a reconstruir, a repor a ordem no insuportável caos. O arqueólogo é um visitante de cemitérios. Não os que estão assinalados como tal, com muros e símbolos e lápides lá dentro, mas aqueles que subjazem a todos os caminhos possíveis e impossíveis, e onde estão sepultadas as perguntas sem resposta dos que nos antecederam; estes estão por toda a parte, confundem-se com o território. Uma vasta necrópole, o planeta: de tanta coisa, de tanto ser, de tanta alma já desaparecida, tanta vontade indómita, e, todavia, desfeita em fumo. O arqueólogo ajoelha-se para poder ver de perto o que tenta discernir debaixo do chão que pisa. Olha a face do romano agora desfigurada por quem lhe partiu o nariz; mas persistente na sua soberba. O esforço infundo dos seus antecessores. E julga ouvir no vento ainda as suas vozes, que deslizam entre os alicerces conservados, reverberam nos muros que se mantêm de pé. Ouve os seus colegas: aqui era isto, ali servia para aquilo, acolá era onde dormiam, lá onde comiam, enfim, as histórias que se podem contar. E as crianças olham de olhos esbugalhados, maravilhadas de tanto saber, e espreitam entre os adultos para verem os antepassados reaparecer.

Os arqueólogos contam passados. Através de coisas simples, já carcomidas pelo passar dos séculos, dos milénios, e só alguns recorrem a textos para certificarem que foi mesmo assim. Decifram as letras, as siglas, os hieróglifos deste mundo. As populações acreditam e voltam para casa mais satisfeitas – *sabes, antigamente era assim e assado* –, têm um passado para contar.

FIG. 2 – Frente a frente de dois enigmas: Napoleão e a Esfinge, por Jean-Léon Gérôme (1886).



FONTE: Wikimedia Commons.

Isso é importante, crucial como todas as coisas inúteis que guardamos sobre os móveis.

A vida é feita desses pequenos nada, dessa moldura dispersa de lombadas de livros por ler, de álbuns fotográficos por desfolhar, daquela peça que comprámos num Oriente qualquer e agora vela por nós, ao lado de outras coisas. Símbolos do Outro, de todas as vidas que não vivemos, velas da atenção na escuridão da nossa intimidade frágil. Sentimo-nos mais confortáveis, são proteções para a noite de hoje, que é a primeira do resto das nossas vidas. Ouvimos uma voz, alguém falou, contou-nos uma história, e nós ficámos gratos porque no fundo o que queremos é este conforto, nem desgraças nem glórias, mas o nosso sofá rodeado de objetos, um sofá onde se sentam, sorridentes, todos os nossos antepassados.

Agora que querem substituir-nos por máquinas, nós, seres humanos, gostamos de estar rodeados das esfinges, que são os segredos que jamais qualquer máquina decifrá. Porque sabemos que mesmo nós, que também somos máquinas falantes, não nos controlamos a nós próprios, não somos senhores em casa própria, falamos um código que aprendemos, e dizemos sempre mais, ou menos, daquilo que tencionávamos dizer. E isso que tencionávamos dizer é, afinal, uma ideia que só nos aparece no fim do texto, um espectro a lembrar-nos a nossa constitutiva incompletude, a impossibilidade de abarcarmos o todo que queríamos reconstruir, esquecendo-nos de que esse Todo, também ele, nunca existiu, foi mais outra das ficções com que dia a dia convivemos. E assim, de nada em nada, fomos envelhecendo, mas se nos perguntarem, dizemos: não, o tempo por mim não passou, estou aqui e aguento, ainda estou aqui vivo e escrevo sol, como disse o António Ramos Rosa. ✍

Vitor Oliveira Jorge,

Loures, 23 de Outubro de 2025

A banalização dos sítios e edifícios históricos

e os sítios e edifícios comuns que se tornaram históricos

Victor Mestre [Arquitecto].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

O tempo do turismo de consumo imediato banalizou o sentido sociocultural de sítios e edifícios de referência comunitária, lugares ditos comuns, sedimentados na transmissão geracional resultante de vivências cujos códigos construíram a tradição identitária. Gradualmente, estes edifícios, para além do quotidiano das suas funções, incorporaram o sentido do tempo, precisamente a continuidade da relação afectiva que a comunidade lhes dispensou. Uma certa dessacralização destes edifícios ocorre por diversas razões, de que destacamos o desequilíbrio criado pelo turismo, cuja desmesurada dimensão inibe usos tradicionais pela exposição dos seus habitantes. Tal facto leva ao enfraquecimento do seu sentido e significado enquanto unidade referencial da comunidade. Esta atribuiu-lhes ao longo do tempo as suas referências identitárias e, de certo modo, exclusivas. Essa relação afectiva era gerada no dia-a-dia dos cidadãos e adquiria renovada robustez no seio dos eventos religiosos e pagãos, onde se criavam os mais profundos laços identitários, que se declaravam nos ritos e rituais que a tradição consolidou e transmitiu geração após geração. Os edifícios de referência comunitária eram o adorno afectivo e físico destas vivências que, durante o tempo da sua existência, funcionavam como fiéis depositárias do gosto e dedicação dos cidadãos anónimos que, na sua simplicidade socioeconómica, se reviam na grandeza da sua expressão. A continuidade da casa comum, na maioria das vezes exígua e parca de meios, em relação a edifícios referenciais inscritos no mesmo espaço público – como a casa senhorial de terratenente local, entre outros edifícios sem acesso aos seus interiores –, complementava-se nestes edifícios, que continham aquilo de que não dispunham. Quanto aos interiores, sobretudo os sumptuosos, restavam as igrejas e, talvez por esta razão, era comum escutar que estas eram apreciadas pelo usufruto da riqueza exposta, que não existia em casa.

“O tempo do turismo de consumo imediato banalizou o sentido sociocultural de sítios e edifícios de referência comunitária, lugares ditos comuns, sedimentados na transmissão geracional resultante de vivências cujos códigos construíram a tradição identitária.”

O espaço público reflectia igualmente essa dualidade entre a austeridade e o fausto representativo comunitário. Para além dos bens artísticos, como chafarizes, esculturas e canteiros ajardinados, o que mais significado tinha no envolvimento comunitário eram as festas populares, quase sempre associadas a celebrações religiosas. Genericamente, estas reflectem o sentido gregário e a dedicação dos cidadãos pelos sítios e edifícios comuns. Deste modo, existe uma protecção mútua; ou seja, ao permanecerem na sua missão sociocultural e/ou sociorreligiosa, os utilizadores zelam pela sua manutenção e segurança, criando-se uma saudável dependência. A visita e participação de pessoas de fora da comunidade sempre foi bem recebida, e mesmo motivo de satisfação, considerando-se uma valorização da identidade local e, consequentemente, o reconhecimento pela sua excepionalidade. A rivalidade entre comunidades vizinhas, em muitos casos, fazia-se sentir através do aspecto dos sítios e edifícios onde se realizavam festividades. Os adornos destes sítios, construídos com materiais simples

recolhidos nas redondezas, como canas e/ou folhas de palmeira, expostas ou ocultadas por revestimentos de diversa origem, equiparavam-se aos espaldares religiosos engalanados com flores. Estes últimos procuravam na simplicidade do seu desenho ingénua a configuração da fachada da igreja ou do castelo.

As festividades religiosas implicavam horas infindáveis de dedicação comunitária nas decorações com que se engalanavam os terreiros e as fachadas de igrejas, capelas, câmaras municipais e edifícios envolventes. E era precisamente nestes últimos onde se penduravam colchas e outros panos de fino bordado de cada família que se revia na identidade da aldeia. A moldura festiva prolongava-se para o interior destes edifícios que, em período intercalar, entre os ciclos comemorativos, praticavam uma manutenção mínima, onde pontuava a limpeza e a discreta vigilância às acções do tempo, enquanto sinais de necessidade de preservação.

Terreiros, praças, largos e adros de edifícios religiosos sempre acolhiam espaços para actividades correntes, como a paragem da carreira, a praça de táxis, e os vendedores ambulantes, para além das feiras e mercados com dias programados. Estes espaços, ou simplesmente lugares de encontro e de fruição, em algumas localidades integravam-se em pequenos jardins e *promenades* com miradouro. Estes sítios faziam parte de uma lógica urbana compreensível, no sentido em que o léxico da sua identidade discursiva funcionava como um código inteligível por via intuitiva e comparativa com outros.

O advento do turismo de consumo imediato de grande fluxo, durante todos os dias do ano, será seguramente um dos factores que mais influenciou a transformação societária de sítios com tradição identitária. A estabilidade sociocultural destes espaços ditou o exponencial interesse turístico. Consequentemente, sofreram uma repentina transformação do que era comum e específico do quotidiano comunitário, em algo distinto e transformador. Este acontecimento, sobretudo no espaço rural, em pequenas vilas e aldeias, tornou-se inibidor das acções comuns dos habitantes de continuarem a sua ancestral relação entre si e os visitantes. Em alguns locais e em algumas horas do dia, tornaram-se uma minoria involuntária de uma nova realidade descontextualizada. Tendencialmente, este acontecimento tornou-se permanente, incidindo sobre sítios e edifícios comuns com a mesma desproporção dos sítios e monumentos históricos das grandes cidades. Perante o esgotamento dos lugares de grande afluxo turístico, os agentes do turismo de massas de imediato partiram para uma nova “descoberta”, com o mesmo sentido exploratório da anterior experiência, numa demanda pelo exotismo, quer das paisagens, quer dos costumes associados a sítios e a edifícios comuns à cultura tradicional.

“O advento do turismo de consumo imediato de grande fluxo, durante todos os dias do ano, será seguramente um dos factores que mais influenciou a transformação societária de sítios com tradição identitária.”

Estes contextos, que se querem dar a conhecer, e, admitamos, até com genuínas boas intenções em determinados casos, revelam, contudo, uma enorme fragilidade perante a pressão do turismo ao explorarem a exposição da intimidade das vivências familiares, das relações de vizinhança e dos costumes relacionados com a vida rural, nomeadamente onde ainda permanecem processos produtivos tradicionais. A complexidade destes processos está associada aos diversos ciclos da produção rural, que vão do amanho da terra à plantação e/ou manutenção de plantas e árvores, à apanha de frutos, passando pela sua transformação e armazenamento. Estas actividades passaram a integrar roteiros de experiências temáticas, relacionadas com a vida comum em sítios e edifícios comuns que, subitamente, passaram a ser de interesse turístico e associados ao lazer, à fruição e ao divertimento. Da simples observação à participação directa em actividades de trabalho efectivo de quem dele depende em jornadas consecutivas, elegeu-se a experimentação como modelo de turismo dito “sustentável”, supostamente proporcionando valor acrescentado aos proprietários aderentes. Vinhas e lagares, moinhos de vento e de água, celeiros, casas de caseiro, casas senhoriais e outras construções singulares do mundo rural, passaram a sítios e edifícios históricos, alguns alindados num rusticíssimo fingido, programados para receberem visitantes ávidos de uma experiência rural, mas com o conforto de não padecerem da experiência completa, ou seja, numa realidade filtrada sem o inerente desgaste físico. Os aderentes a este turismo deixaram de parte as suas rotinas, para se exporem como figurantes de um cenário transitório que se repete a cada visita. Enquanto figurantes, criam outra realidade, assente num hibridismo progressivo. A profissionalização turística da vida rural, sobretudo dos seus aderentes, está a transformar o território e as aldeias, ao introduzir novos meios económicos transformadores da tradição e identidade local, transmitida geração após geração.

Em consequência, a actividade centrada em ambas as realidades, ou seja, na turistificação do contexto rural e na permanência de aldeias livres de turismo, mas envelhecidas no seu tecido sociocultural, têm legítimas expectativas de alcançar novos equilíbrios económicos, recorrendo aos sinais dos tempos enquanto oportunidade. No entanto, seria desejável que não se perdesse nem a autenticidade das actividades, nem o carácter humano dos seus protagonistas integrados numa comunidade ancestral.

A procura da novidade por parte dos agentes turísticos, parece assim algo artificializada por representações associadas a um romantismo rural, inventado nos contextos elitistas urbanos. A ruralidade relacionada exclusivamente com o *voyeurismo* turístico, apenas vê o mundo rural por lentes difusas que distorcem a autenticidade das rotinas quotidianas de pequenas empresas familiares ligadas à produção e transformação de produtos rurais. Deverá compreender-se que, a partir sensivelmente dos anos setenta do século XX, as inovações técnicas e tecnológicas, e não apenas a mecanização rural, mas também o quotidiano doméstico comum em

qualquer vila ou cidade, tornaram-se numa realidade. E, portanto, pretender desmontar esta realidade para a retroceder a tempos que esta geração não viveu, é algo, no mínimo, questionável.

O acesso a bens, conhecimentos e práticas, é, na actualidade, progressivo e transversal à urbanidade e à ruralidade, fazendo parte de qualquer agregado familiar, onde quer que, geograficamente, este se encontre. O que está em questão é a permanência, nesses lugares, do essencial da sua autenticidade relacionada com a tradição local, que os torna especiais a ponto do turismo os querer mostrar e, consequentemente, os adaptar. Tendencialmente, o sentido genuíno da cultura local transformou-se através de uma natural progressão de escolhas. No entanto, de um modo geral, permaneceram valores identitários tradicionais, onde costumes e práticas profissionais salvaguardaram a paisagem durante séculos e deram sentido à arquitectura vernácula, precisamente pelas vivências que incorporaram nestes locais.

Nestes contextos, essa arquitectura, hoje em dia, encontra-se exposta ao advento do turismo, mas apenas enquanto potencial cenário a compor lugares onde as memórias são expostas artificialmente,



FIG. 1 – Esquisso do projecto de Protecção e Musealização de Ruínas Arqueológicas sob o Patamar Nascente da Igreja Matriz de Mértola - Victor Mestre, 2012.

acentuando o pitoresco como mote de um tempo totalmente desaparecido. Não está em causa a regeneração económica destes lugares através da sua transformação, uma vez que, se ela é respeitadora dos valores ancestrais locais, contribui para uma adaptação amigável.

O que nos faz reflectir está para além da bem-vinda valorização económica dos produtos locais, inclusivamente com a participação do turismo, com a introdução de novas vivências, tecnologias, saberes e experiências. O que questionamos é o processo, que opta pela artificialização dos contextos, incluindo as pessoas, sem questionamento crítico, recorrendo a interpretações selectivas descontextualizadas, a cenários que premeiam a artificialização dos locais. A simplificação dos estereótipos exclui a complexidade societária, a identidade do local, e premeia a encenação. A nova esteira económica desses sítios e edifícios comuns, transformados pelo turismo industrial, contrapõe os jardins eruditos, catedrais, castelos e palácios enquanto sítios e edifícios históricos, esgotados pelas multidões que anseiam novidades. Curiosamente, em ambas as situações, o turismo procura cenários dispostos em realidades despidas de conteúdos, pois a maioria dos lugares históricos é apresentada sem vivências. Apenas aparências subsistem na secura e frieza dos espaços visitáveis, alguns encapsulados por um imaginário de uma pseudo-antiguidade, ainda que o ambiente esteja profundamente desfigurado da sua ancestral função.

Habituaamo-nos a olhar e visitar edifícios sem função activa, sem gente dentro; apenas vemos turistas, validando-se o sentido museológico interpretativo através de objectos. A “nova descoberta” de lugares e de arquitecturas vernáculas com gente muda o modo de experienciar o sentido da visita. Contudo, transparece a procura em repor um imaginário como um aditivo, ou seja, procura-se um suposto rusticismo, onde as pessoas e os contextos sirvam apenas enquanto cenografia antiga, diria mesmo arcaica, que não choque o turista, mas antes o entretenha como uma atracção de feira. O que se observa nestes novos sítios com visita turística é uma higienização dos processos agrários e domésticos, de modo a que o turista se sinta seguro, mas simultaneamente crente que está a experienciar uma actividade do contexto rural real e em tempo real, mesmo que se trate de uma disfarçada simulação. Também as casas e edifícios rurais são expurgados da sua condição de uso, sobretudo de tudo o que remete para o que resulte da manipulação dos produtos agrícolas, incluindo de origem animal, e, por isso, são visitados como um qualquer espaço museológico, sem o cheiro, as texturas e os sons que emanavam da sua ancestral função.

A cultura vernácula, enquanto tal, revela-se no contexto em que se desenvolvem as diversas actividades dentro e fora dos edifícios, numa constante alternância, pelo que nada é estático, e como tal não é musealizável, como se o tempo pudesse ser suspenso “para turista ver”. As encenações procuram legitimar os programas temáticos, inventados e dimensionados, de que resulta uma banalidade folclórica. A vida rural, e os seus processos de representação emergidos na vida comunitária, dificilmente serão transformáveis em processos turísticos, na justa medida em que não se encena a vida para outros verem, enquanto seres exóticos. Esta realidade já não será turismo, pois estará para lá do conceito de turismo no plano cultural, social e económico, mesmo que se lhe tenha atribuído o estatuto de indústria do turismo. Partindo da realidade de que o turismo é algo que não se deve demonizar – porquanto esta actividade se legitimou a partir do *Grand Tour*, ou seja, desde os finais do século XVIII, e ao longo do tempo se revelou enquanto processo em permanente construção na visita e divulgação do património material e imaterial de diferentes culturas –, dever-se-á adaptar a cada situação no respeito pela comunidade local.

A actual especialização fragmenta contextos e delapida o sentido cultural dos sítios e dos edifícios comuns ao os utilizar, não apenas enquanto recursos económicos, mas enquanto desejo de os transformar em algo que não são, ou seja, museus com pessoas dentro, devidamente caracterizadas numa pseudo-autenticidade. Digamos que, em processo inverso ao que a Arqueologia e Antropologia procuram fazer ao interpretar potenciais realidades sociais a partir da cuidada observação de objectos exumados nos espaços, aqui pretende-se que as pessoas demonstrem o uso desses objectos e respectivas acções do seu dia-a-dia, nas horas a que passa a excursão.

As recreações, por muito sofisticadas que sejam, serão sempre recreações, ou seja, despidas das respectivas vivências socioculturais, mantidas na naturalidade das actividades e dos lugares.

O turismo poderá ser um meio económico de preservação física dos sítios e dos edifícios, pela economia que gera. E isso não está em causa. O que se questiona é a legitimidade de se continuarem a denominar de “turismo” as acções de agências e empresas de turismo que, objectiva e conscientemente, transformam lugares estáveis com vivências próprias em cenários artificiais compostos à medida, à sua exclusiva interpretação, sem discussão crítica com a comunidade local. ✎

Victor Mestre,

Lisboa, 31 de Outubro de 2025

Azulejaria Mudéjar do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra

RESUMO

As escavações arqueológicas realizadas no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Coimbra), desde meados da década de 1990, permitiram recuperar um espólio de grande relevância histórica, entre o qual se destacam cerca de oito mil azulejos *mudéjares*.

Em articulação com os exemplares ainda preservados *in situ*, estes materiais possibilitam a reconstrução dos revestimentos parietais do interior da igreja, nomeadamente da abside e das capelas laterais. No claustro, subsistem ainda elementos arquitetónicos (como bancos, fontes, floreiras e o pavimento da sala capitular) decorados com azulejos que refletem o gosto estético da época, bem como a diversidade técnica e decorativa deste tipo de cerâmica de revestimento, amplamente difundida em Portugal desde o final do século XV.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Arte Mudéjar; Azulejos; Coimbra.

ABSTRACT

Archaeological excavations carried out at the Monastery of Santa Clara-a-Velha (Coimbra) since the mid-1990s have resulted in the recovery of historically relevant assets, among which circa eight thousand *Mudejar* tiles. Combined with the tiles that are still preserved *in situ*, these materials make it possible to reconstruct the wall revetement inside the church, namely in the apse and side chapels. In the cloister, one can still observe architectural elements (such as benches, fountains, flowerpots and the chapter house floor) decorated with tiles that reflect the aesthetic taste of the time as well as the technical and decorative diversity of this type of revetment ceramics, which had been in use in Portugal since the end of the 15th century.

KEY WORDS: Archaeology; Mudejar Art; Tiles; Coimbra.

RÉSUMÉ

Les fouilles archéologiques réalisées au Monastère de Santa Clara-a-Velha (Coimbra) depuis le milieu des années 1990, ont permis de recueillir un butin de grande portée historique, dans lequel se démarquent près de huit mille azulejos *mudéjars*.

En lien avec les exemplaires encore préservés *in situ*, ces matériaux rendent possible la reconstitution des revêtements pariétaux de l'intérieur de l'église, particulièrement dans l'abside et les chapelles latérales.

Dans le cloître, subsistent encore des éléments architectoniques (tels des bancs, des fontaines, des jardinières et le pavement de la salle du chapitre) décorés d'azulejos qui reflètent le goût esthétique de l'époque, ainsi que la diversité technique et décorative de ce type de céramique de revêtement, largement diffusée au Portugal depuis la fin du XV^e siècle.

MOTS CLÉS: Archéologie; Art Mudéjar; Azulejos; Coimbra.

Maria João Bernardes Coelho ¹, Catarina Cunha Leal ¹
e Maria do Céu Santos ¹

1. INTRODUÇÃO

O primitivo Mosteiro de Santa Clara foi fundado por D. Mor Dias, com a colocação da primeira pedra a 28 de abril de 1286, na margem esquerda do Rio Mondego. Após a sua extinção, a Rainha D. Isabel de Aragão promoveu a construção de um novo cenóbio no mesmo local, destinado a acolher a comunidade de Clarissas (MACEDO, 2006; COELHO, LEAL e SANTOS, 2024; LEAL, COELHO e SANTOS, 2025).

As obras tiveram início em 1316 e, no ano seguinte, a 24 de julho, instalaram-se as primeiras religiosas provenientes de Zamora (VASCONCELOS, 1993; COELHO, LEAL e SANTOS, 2024). A igreja foi concluída e sagrada a 8 de julho de 1330 pelo bispo de Coimbra, D. Raimundo (MACEDO, 2006). Contudo, a edificação do Mosteiro, situada “quando muito, a três metros, ou pouco mais, acima da estiagem do Mondego” (VASCONCELOS, 1993: 165), em terreno sujeito a cheias, expôs desde cedo o conjunto aos riscos de inundação. Em 18 de fevereiro de 1331, apenas um ano após a consagração, uma cheia de grandes proporções atingiu a igreja (MACEDO, 2006; COELHO *et al.*, 2024).

As inundações tornaram-se recorrentes nos séculos seguintes, sendo frequente a permanência de água no interior dos edifícios (ROSA *et al.*, 2002), o que dificultava as condições de habitabilidade ¹. Em 29 de outubro de 1677, a comunidade abandonou definitivamente o espaço, transferindo-se para o novo mosteiro, mandado erguer por D. João IV, em 1647, no Monte da Esperança, fora do alcance das águas (MACEDO, 2006; COELHO e LEAL, 2022).

O abandono deixou o edifício à mercê das cheias, que progressivamente soterraram e ocultaram grande parte do conjunto monástico até finais do século XX (MACEDO, 2006; COELHO e LEAL, 2022).

Em fevereiro de 1995, no âmbito do projeto de “Valorização da Igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra”, realizou-se uma ampla campanha arqueológica (CÔRTE-REAL *et al.*, 2002). As escavações permitiram identificar estruturas arquitetónicas do claustro e do piso inferior da igreja, revelando a importância patrimonial do monumento.

¹ Apesar das várias tentativas de adaptação do espaço à convivência com as águas, de que são exemplo os sucessivos alteamentos dos pisos (MACEDO, 2006).

¹ Mosteiro de Santa Clara-a-Velha
(mariacoelho@patrimoniocultural.gov.pt;
catarinaleal@patrimoniocultural.gov.pt;
mariacsantos@patrimoniocultural.gov.pt).

Por opção das autoras, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-10-28.

O trabalho arqueológico possibilitou ainda a recuperação de cerca de vinte mil artefactos de diferentes materiais e funções, atualmente preservados no Centro Interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (COELHO e LEAL, 2022).

Entre este espólio, destacam-se aproximadamente oito mil azulejos *mudéjares*, inteiros e fragmentados, provenientes sobretudo do claustro. Estes achados, em articulação com os exemplares conservados *in situ*, permitem reconstituir o revestimento de coberturas e paramentos verticais executado a partir do início do século XVI (MACEDO, 2006). O presente artigo tem, assim, como objetivo dar a conhecer esta vasta e diversificada coleção de cerâmica de revestimento recuperada no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

2. O AZULEJO MUDÉJAR (MOURISCO OU HISPANO-ÁRABE)

“Azulejo é a palavra portuguesa que designa uma placa de cerâmica quadrada com uma das faces decoradas e vidradas”
(Pais, Monteiro e Henriques, 2005, citados em CAVALCANTE, 2019: 31).

A etimologia do termo é controversa, mas, segundo José MECO (1989: 29), “azulejo” deriva do árabe *al zulaycha* ou *zuléija*, significando “pequena pedra polida” ou “ladrilho”. Trata-se de uma peça cerâmica composta por pasta argilosa e porosa (*chacota*), com duas faces: a *face nobre*, destinada à decoração monocromática ou policromática e vitrificada, e o *tardoz*, isto é, a parte posterior do azulejo, não decorada nem vidrada, cuja superfície irregular ou texturizada é criada intencionalmente para aumentar a aderência e facilitar a fixação (MECO, 1989; CLODE e FREITAS, 2018; MAGALHÃES, 2018; GONÇALVES, 2019).

Embora existam azulejos de diferentes formas e dimensões, o azulejo *mudéjar* é geralmente quadrado, apresentando medidas aproximadas entre 13,5 e 14,5 cm de aresta e 2 a 2,9 cm de espessura (MECO, 1989; GONÇALVES, 2019). Podem ser utilizados individualmente – várias unidades integram um conjunto e formam um módulo que se repete –, em pares (*dupla*) – complementando padrões entre si –, ou em *quadras* – onde quatro peças constituem a decoração completa (CLODE e FREITAS, 2018).

O termo *mudéjar*, amplamente difundido a partir do século XV, deriva do árabe *mu-dayyan*, que significa “tributário” ou “submetido”², ou ainda “aquele a quem foi permitido ficar” (BORRÁS GUALIS, 1992: 157), referindo-se aos muçulmanos peninsulares que, após a Reconquista Cristã, puderam manter temporariamente a sua religiosidade³.

² Segundo Pedro Dias, “*Mudéjar é assim o mouro vassalo de cristãos, mas que conserva a sua religião e os seus costumes*” (DIAS, 1979: 9).

³ Durante a Reconquista Cristã, a minoria muçulmana peninsular – inicialmente permitida a manter a religião (*mudéjares*) – foi posteriormente, no século XVI, obrigada ao batismo e a adotar o Cristianismo (*mouriscos*) (EPALZA, 1992; CONTRERA, 2018).

Pedro DIAS (1979) define a arte *mudéjar*, em sentido lato, como qualquer expressão artística de influência islâmica desenvolvida em território cristão. Neste contexto, incluem-se os azulejos importados de Sevilha para Portugal nos séculos XV e XVI, conhecidos genericamente como *mudéjares* (GOULÃO, 1986). O termo não se refere apenas ao local de fabrico – “*onde se fazia sentir a influência das produções cerâmicas da arte mudéjar*” (IDEM: 130) –, mas também à gramática decorativa de influência islâmica, caracterizada por composições estelares e laçarias entrelaçadas e repetitivas que preenchem integralmente as superfícies (GOULÃO, 1986; CLODE e FREITAS, 2018) – configurando o que alguns autores denominam *horror vacui*⁴.

Contudo, como observa Luísa ARRUDA (1995: 366), “*a azulejaria mudéjar não se limita à repetição de formas e ornamentos islâmicos*”. De facto, os exemplares podem integrar motivos decorativos góticos ou renascentistas, evidenciando um gosto híbrido que também é classificado como *mudéjar* (GOULÃO, 1986). Assim, o azulejo *mudéjar* reflete não apenas uma ornamentação, mas também uma adaptação cultural e estética da época. Segundo a mesma autora, a azulejaria *mudéjar* apresenta ainda “*a presença de um formulário gótico adaptado à padronagem decorativa, em formas vegetalistas, motivos heráldicos, desenhos de tecidos ricos ou utilização ornamental e simbólica de textos em letra gótica*” (IDEM, *ibidem*).

2.1. TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DECORATIVA

2.1.1. Alicatado

Característico da arte produzida em Granada e amplamente utilizado na Andaluzia, sobretudo em Sevilha, entre os séculos XIII e XVI, a técnica do *alicatado* consistia no corte de placas de barro já cozidas e vidradas em cor única. Recorrendo a uma ferramenta de corte (turquês), obtinham-se fragmentos de diferentes formas e dimensões – denominados *aliceres* –, que eram posteriormente aplicados em paredes ou pavimentos, formando padrões previamente definidos (GOULÃO, 1986; GOMES, 2011; COENTRO, 2017; GONÇALVES, 2019).

A complexidade técnica desta produção exigia elevada mestria⁵ e encarecia o processo, tornando o *alicatado* um produto

⁴ O termo “*descreve o desejo de preencher todas as superfícies vazias*” (RIBEIRO, 2024: 129). Segundo Alexandre Mascarenhas e Júnia Araújo, os artesãos islâmicos sofriam de uma “*aversão a espaços vazios*” (MASCARENHAS e ARAÚJO, 2011: 193). Apesar de muitos autores sustentarem esta interpretação, Rafael Pérez Gomez, no seu estudo sobre Alhambra, propõe uma leitura mais ampla: a decoração seria uma forma recorrente de “*reproducción de la belleza del mundo, obra di Dios, en tres dimensiones – el universo, la naturaleza y el ser humano – que sólo es posible representarlas simultáneamente en una superficie plana mediante la superposición de formas*” (PÉREZ GOMEZ, 2018: 45).

Para o autor, portanto, não se trata de temor pelo vazio, mas antes uma tentativa de abstração e criação de beleza que aproxima os artesãos de Deus (IDEM).

⁵ A técnica exigia a intervenção de dois especialistas: o *alfarero*, responsável pela produção das placas vidradas coloridas, e o *alarife*, encarregado do corte e montagem das peças de acordo com o padrão decorativo (DOMÍNGUEZ CABARELLO, 1998).

de luxo. Por essa razão, a técnica foi progressivamente abandonada e substituída por métodos mais práticos e economicamente acessíveis (DOMINGUEZ CABALLERO, 1998; GOMES, 2011; GONÇALVES, 2019).

2.1.2. *Corda seca*

Desenvolvida entre o final do século XV e início do XVI, a técnica da *corda seca* permitiu introduzir várias cores numa única peça, sem necessidade de corte, favorecendo uma produção mais rápida e em maior escala. O processo consistia na modelação de uma única peça quadrangular, sobre a qual era desenhado um motivo ornamental quando a placa ainda se encontrava húmida. Após uma primeira cozedura, as incisões eram preenchidas com uma mistura de óleo de linhaça e óxido de manganês⁶, de modo a isolar os espaços e impedir a mistura das cores durante a fusão dos vidrados (GOULÃO, 1986; COENTRO, 2017; CAVALCANTE, 2019).

2.1.3. *Aresta* ou *Cuenca*

No final do século XV surgiu a técnica de *aresta*, também conhecida como *cuenca*, que rapidamente se generalizou no século XVI, sobretudo em Sevilha, figurando entre os principais exemplares importados para Portugal. Esta técnica, semelhante à *corda seca*, consistia em estampar mecanicamente o motivo sobre a argila ainda fresca, utilizando moldes de madeira, metal ou gesso. A pressão do molde deixava pequenas arestas salientes na superfície, que atuavam como barreiras entre as cores durante a aplicação dos vidrados (DOMINGUEZ CABALLERO, 1998; CLODE e FREITAS, 2018; CAVALCANTE, 2019).

O recurso a moldes aumentava a produtividade, reduzia a necessidade de mão-de-obra especializada e permitia maior diversidade de padrões, superando em escala as técnicas *alicatado* e *corda seca* (COENTRO, 2017).

3. A CHEGADA DO AZULEJO MUDÉJAR A PORTUGAL

Em Portugal, a difusão do *gosto mudéjar* está estreitamente ligada à viagem de D. Manuel I a Castela⁷, em 1498, por ocasião da morte do príncipe D. João, irmão da sua esposa, D. Isabel, filha dos Reis Católicos (DIAS, 1986; MAGALHÃES, 2018).

No regresso, inspirado pelo esplendor dos edifícios visitados, marcados por influências *mudéjares*, o monarca promoveu reformas de carácter estético no Paço da Alcáçova, em Lisboa, e no Paço da Vila, em Sintra (DIAS, 1986).

⁶ A mistura aplicada nas incisões tinha dupla função: o óleo de linhaça impedia a fusão das cores e o óxido de manganês, ao oxidar, originava linhas escuras que delimitavam os diferentes campos cromáticos (COENTRO, 2017).

⁷ Pedro DIAS (1979) identifica a presença da arte *mudéjar* em Portugal desde, pelo menos, a segunda metade do século XII, evidenciada no arco da Porta do antigo Paço Episcopal de Coimbra.

O fascínio pelo gosto *mudéjar* estendeu-se também às personalidades que acompanharam D. Manuel, que adotaram o azulejo como elemento decorativo em projetos de requalificação arquitetónica⁸. Como observa Maria José GOULÃO (1986: 138), “a maior parte dos exemplares importados destinou-se a construções régias ou promovidas por indivíduos ligados de uma ou outra forma à Casa Real”. A importação era feita sobretudo a partir das olarias de Triana, em Sevilha, reconhecidas desde o século XV como o principal centro de produção de azulejos *mudéjares* (GOULÃO, 1986; BARGÃO, FERREIRA e SILVA, 2017). A comercialização realizava-se por intermédio de mercadores de louça portugueses ou de comerciantes estabelecidos em Espanha, que atuavam como mediadores entre os compradores e os centros produtores, assegurando igualmente o transporte das encomendas. Estas chegavam a Portugal por via marítima ou fluvial, através dos portos mais próximos do destino final (GOULÃO, 1986).

As importações intensificaram-se após 1500 e mantiveram-se regulares por mais de meio século (GOULÃO, 1986; CLODE e FREITAS, 2018). A ampla difusão da azulejaria de gosto andaluz em Portugal explica-se pelo seu baixo custo e pela facilidade de aplicação.

4. O AZULEJO MUDÉJAR EM COIMBRA

Coimbra destacou-se como um dos principais centros de consumo de azulejos quinhentistas em Portugal, sobretudo graças à ação de D. Jorge de Almeida, bispo da cidade entre 1482 e 1543, que promoveu diversas obras de carácter estético na diocese (MACEDO, 2006). A seu pedido, Olivier de Gand, mestre-escultor flamengo ao serviço da Sé de Coimbra, encomendou uma grande quantidade de azulejos *mudéjares* sevilhanos à oficina de Fernán Martínez Guijarro e de seu filho, Pedro de Herrera (DIAS, 1979; CRAVEIRO, 2011; GOMES, 2011). Segundo a nota de encomenda, datada de 31 de outubro de 1503, as peças foram transportadas pelo intermediário Juan de Catarranas e entregues no porto marítimo de Buarcos (Figueira da Foz) ou no porto fluvial de Coimbra (GOULÃO, 1986; SARMENTO, 2023). O interior da Sé foi então amplamente revestido com azulejos policromos de aresta, exibindo uma diversidade de padrões.

Este grande empreendimento artístico irradiou para o espaço rural do distrito, onde igrejas e capelas passaram a adotar o mesmo tipo de revestimento. Neste contexto, os azulejos constituíam frequentemente, como observa Pedro Dias, “o único toque de luxo ao alcance da bolsa das modestas populações rurais” (DIAS, 1979: 44; GOMES, 2011; SILVA, 2014; MAGALHÃES, 2018).

⁸ Os exemplares mais antigos de azulejos *mudéjares* em Portugal datam da primeira metade do século XV. Provenientes da Andaluzia, correspondem a peças de *alicatados* que revestem o pavimento da câmara e da capela de D. Afonso IV, no Palácio de Sintra (GOULÃO, 1986; SIMÕES, 2018; GONÇALVES, 2019).

FIG. 1 – Azulejos policromos de aresta com padrões de influência *mudéjar* (A), gótica (B) e renascentista (C).



A



B



C

Fotos: Prr-Prrp®; PC360®; Mscv, 2025; Dks Studios®.

5. AZULEJOS *MUDÉJARES* NO MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-VELHA

No contexto da chegada dessas peças de revestimento a Coimbra, o Mosteiro de Santa Clara terá igualmente recebido azulejos *mudéjares*. Assim, durante o abadessado de D. Margarida de Menezes (1455-1520), e coincidindo com as obras de elevação do pavimento devido às cheias recorrentes (MACEDO, 2006), as paredes interiores da igreja, o claustro, a sala do capítulo e o refeitório foram renovados com a aplicação, nas palavras de Perpilhão, do “mosaico lavrado, com tal dignidade que parece ter sido feita para acalmar todas as revoluções” (TOIPA, 1998: 92), conferindo novo brilho e cor ao conjunto monástico.

5.1. BREVE APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

A coleção de cerâmica de revestimento do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha é extensa e diversificada. Constituída por 8005 azulejos *mudéjares*⁹ – incluindo peças inteiras, metades e fragmentos –, esta coleção evidencia, em conjunto com os exemplares ainda conservados *in situ*, a riqueza decorativa que revestiu tetos, pavimentos, paredes e altares do monumento, desde o século XVI.

Dada a heterogeneidade e o volume significativo da coleção, torna-se inviável descrevê-la integralmente ao detalhe. Por este motivo, optou-se por apresentar uma caracterização geral, destacando algumas peças particularmente representativas, seguida de um *catálogo* fotográfico que documenta um exemplar de cada padrão.

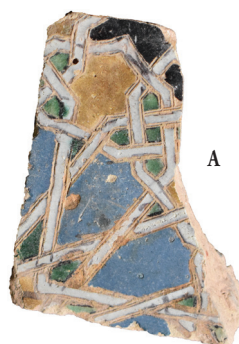
⁹ A coleção integra 82 padrões distintos, incluindo algumas variações dentro de um mesmo padrão, resultantes de pequenas diferenças no desenho original ou na paleta cromática aplicada às peças. Estes padrões distribuem-se entre azulejos policromos, dicromáticos e monocromos, refletindo a diversidade técnica e estética do conjunto.

5.1.1. Azulejos policromáticos

Recuperados principalmente da zona do claustro, estes azulejos constituem o grupo mais significativo da coleção, com um total de 4747 peças distribuídas por 76 padrões distintos.

A maior parte destes exemplares foi executada através da técnica de *aresta*, combinando decorações de influência *mudéjar*, gótica e renascentista (Fig. 1). Os azulejos em *corda seca* são escassos e, em geral, restritos a padrões que combinam as técnicas de *corda seca* e de *aresta* (Fig. 2). Apenas um padrão (n.º 50), composto por 20 exemplares distintos, apresenta todas as peças produzidas em *corda seca* (Fig. 3) – sendo as únicas da coleção que representam figuras antropomórficas e zoomórficas.

FIG. 2 – Azulejos policromos em *corda seca* (A) e *aresta* (B), com padrão geométrico de influência *mudéjar*.

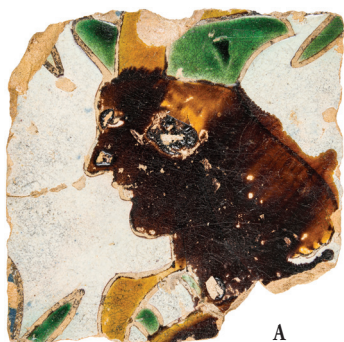


A



B

Fotos: Prr-Prrp®; PC360®; Mscv, 2025; Dks Studios®; Arquivo do Mscv.



A



B



C



D



E

FIG. 3 – Azulejos policromos em *corda seca*, representando figuras antropomórficas (A), zoomórficas – um leão (B), uma ave (C) e um coelho (D) –, e um sol (E).

Fotos: Prr-Prrp®; PC360®; Mscv, 2025; Dks Studios®.

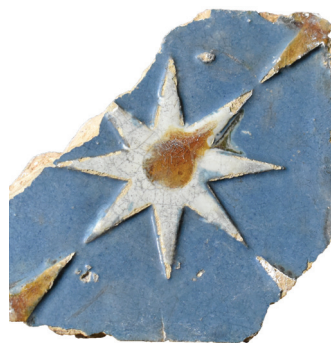


FIG. 4 – Exemplares de azulejos policromos, de *aresta*, decorados com motivos estelares em relevo.

Foros: PIR-PCP; PC360; Mscv, 2025; DKS Studios; Arquivo do Mscv.

Entre os padrões decorativos policromos, destacam-se os que revestiam as coberturas das capelas laterais ¹⁰, onde ainda subsistem alguns exemplares *in situ*. Correspondem a 121 azulejos de *aresta*, preservados na reserva do Centro Interpretativo, os únicos da coleção com decoração policroma relevada, composta por estrelas de oito pontas que evocam a cúpula celeste (padrão n.º 14). As estrelas, modeladas em relevo, são preenchidas com esmalte branco ou mel, com núcleos centrais alternando entre mel e branco, sobre fundo azul, conferindo ao conjunto uma perspectiva tridimensional e dinâmica (Figs. 4 e 5).



Foto: Arquivo do Mscv.

A sala capitular do Mosteiro preserva ainda, junto ao altar, vestígios do pavimento cerâmico, constituído por tijoleira e azulejaria *mudéjar* policromática de padrões distintos que, em conjunto, formam esquemas decorativos criativos e ornam o espaço desde, provavelmente, os inícios de Quinhentos. O frontal do altar – adossado à parede – e os bancos corridos, preservam, igualmente, alguns exemplares policromos e negativos da aplicação deste tipo de material (Fig. 6).

¹⁰ Apesar de terem sido, maioritariamente, recuperados da zona da igreja, existem exemplares provenientes do coro e do claustro.

FIG. 5 – Cobertura da capela lateral sul da igreja, onde se distinguem azulejos policromos de *aresta*, com decoração em relevo, e vestígios de assentamento.

FIG. 6 – Sala do Capítulo, onde são visíveis azulejos – policromos, em *corda seca* e *aresta* – integrados no pavimento, no frontal do altar e num banco, bem como vestígios de assentamento na parede (A); pormenor do pavimento (B).

Foros: Arquivo do Mscv.



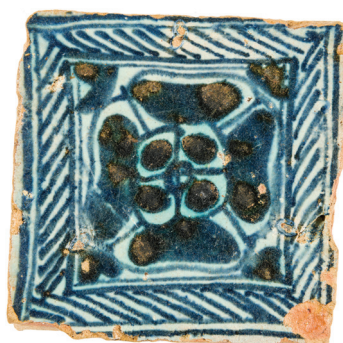
De igual modo, a cisterna de abastecimento de água localizada no interior do refeitório encontra-se revestida com azulejos *mudéjares* de padronagem diversa (Fig. 7). Outras estruturas, como fontes, floreiras, alegretes e bancos, localizados no pátio interior do claustro (Fig. 8) e junto ao portal de acesso ao coro, exibem um amplo e diversificado número de azulejos deste tipo (Fig. 9).

5.1.2. Azulejos dicromáticos

Os azulejos dicromáticos, decorados apenas em azul e branco, representam uma pequena fração da coleção, com um total de 108 exemplares, distribuídos por dois padrões (padrões n.ºs 62 e 49) e uma variante de padrão (padrão n.º 34E).

Recuperadas maioritariamente do claustro, 86 destas peças quadrangulares e de dimensões inferiores aos demais azulejos apresentam uma flor gótica de quatro pétalas delimitada por moldura quadrangular, correspondendo à totalidade do padrão n.º 62. Conhecidas como *losetas*, e utilizadas em Portugal principalmente em revestimento de pavimentos, estas pequenas peças foram importadas de Manises (Valência) durante o século XV e os inícios do século XVI (GOMES, 2011; GONÇALVES, 2019) (Fig. 10).

FIG. 10 – Exemplar de *loseta* valenciana (A). O acesso ao coro (B) e a entrada norte do pátio interior do claustro (C), apresentam os espelhos dos degraus revestidos com *losetas* valencianas.



A



B



C



Fotos: Arquivo do Mscv.

FIGS. 7, 8 e 9 – De cima para baixo, pormenor da cisterna do refeitório, com azulejos policromos em *corda seca* e *aresta*; fontanário do pátio interior do claustro, com azulejos policromos em *corda seca* e vestígios de assentamento; e banco junto ao portal sul de acesso ao coro, com azulejos policromos em *corda seca* e vestígios de assentamento.

O padrão n.º 49, formado por 18 azulejos, apresenta uma decoração que remete para um brocado gótico (CLODE e FREITAS, 2018; BERARDO *et al.*, 2020), semelhante ao padrão policromo n.º 32 (Fig. 11). Em algumas peças, o azul foi pintado por cima de uma pequena aresta. Exemplos com padrão idêntico, incorporando dourado, encontram-se no Museu Berardo, em Estremoz, e no Instituto Valencia de Don Juan, em Madrid (Fig. 12). De modo semelhante, o padrão policromo n.º 34 possui uma variante (padrão n.º 34E), composta por quatro azulejos de *aresta* decorados a azul e branco (Fig. 13). Segundo Susana COENTRO (2017), este grupo poderá relacionar-se com o uso de dourado, tal como no padrão anterior (padrão n.º 49), com exemplares comparáveis no Museu Berardo e em Sevilha (Fig. 14). Embora não se verifique vestígio da cor dourada nos azulejos recuperados no Mosteiro – pertencentes aos padrões n.º 49 e n.º 34E –, não se descarta a possibilidade de terem sido ornamentados com esta coloração. O dourado era aplicado sobre a peça vidrada, que posteriormente sofria uma nova ¹¹ cozedura a temperaturas mais baixas (PAIS *et al.*, 2015; COENTRO, 2017). Esta camada, de espessura reduzida e consistência frágil, é frequentemente *perdida* por desgaste, sendo comum que azulejos originalmente com reflexos dourados cheguem ao presente quase totalmente sem vestígio do brilho original (PAIS *et al.*, 2015; BERARDO *et al.*, 2020).

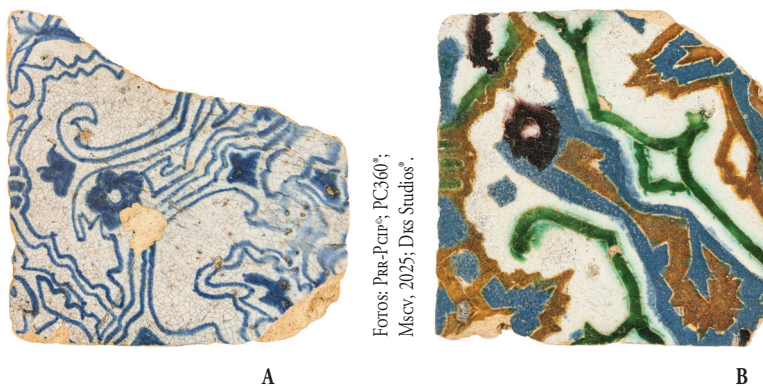


FIG. 11 – Azulejo dicromático pintado a azul sobre vidrado (A); azulejo policromo de *aresta* (B).

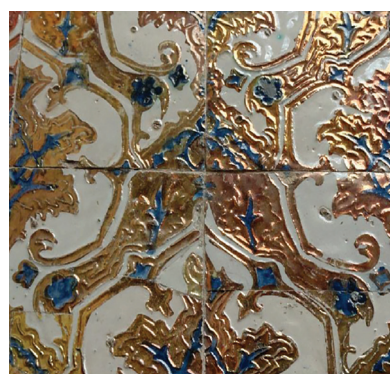


FIG. 12 – Painéis de azulejos de *aresta*, decorados a azul, branco e dourado: (A) Museu Berardo, Estremoz (BERARDO *et al.*, 2020:86); (B) Instituto Valencia Don Juan, Madrid (COENTRO, 2017: 15).

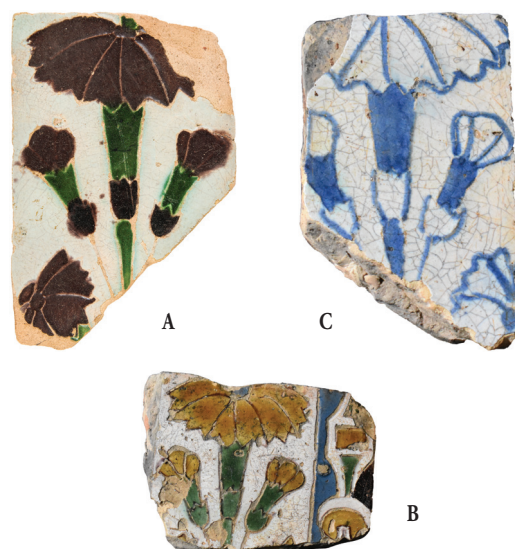


FIG. 13 – Azulejos decorados com cravos: dois exemplares policromos – de *aresta*, ornamentado com manganês, verde e branco (A) e em *corda seca*, ornado a amarelo, verde, azul e branco (B) –, e um exemplar dicromático – pintado a azul, sobre *aresta*, em fundo branco (C).

FIG. 14 – Azulejos de *aresta*, com cravos preenchidos a azul e dourado, sobre fundo branco: (A) Museu Berardo, Estremoz (BERARDO *et al.*, 2020:136); (B) Coleção Carranza, Sevilha (GONÇALVES, 2019: 163).



5.1.3. Azulejos monocromáticos

Os azulejos monocromáticos, nas variantes verde, azul, mel e branco (Fig. 15), constituem o segundo maior grupo da coleção, com um total de 3150 exemplares. Recuperados em grande parte do claustro do Mosteiro, estes azulejos ainda hoje revestem elementos arquitetônicos no pátio interior, evidenciando a continuidade da sua função decorativa e estrutural (Fig. 16).

5.2. MOTIVOS DECORATIVOS NO TARDOZ

Entre os milhares de azulejos recuperados, três exemplares apresentam desenhos no tardo. Nestes azulejos encontram-se iniciais, possivelmente do artesão responsável pela peça (Fig. 17), o esboço de um leão rampante (Fig. 18) e a representação parcial de uma rosa-dos-ventos (Fig. 19). Os motivos do tardo não coincidem com a decoração do anverso. Segundo Alexandre Pais e colaboradores, estas marcas, conhecidas em exemplares sevillhanos quinhentistas, poderão ter funcionado como *“propostas decorativas que o pintor, à falta de papel, desenhava no azulejo eventualmente para aprovação do*

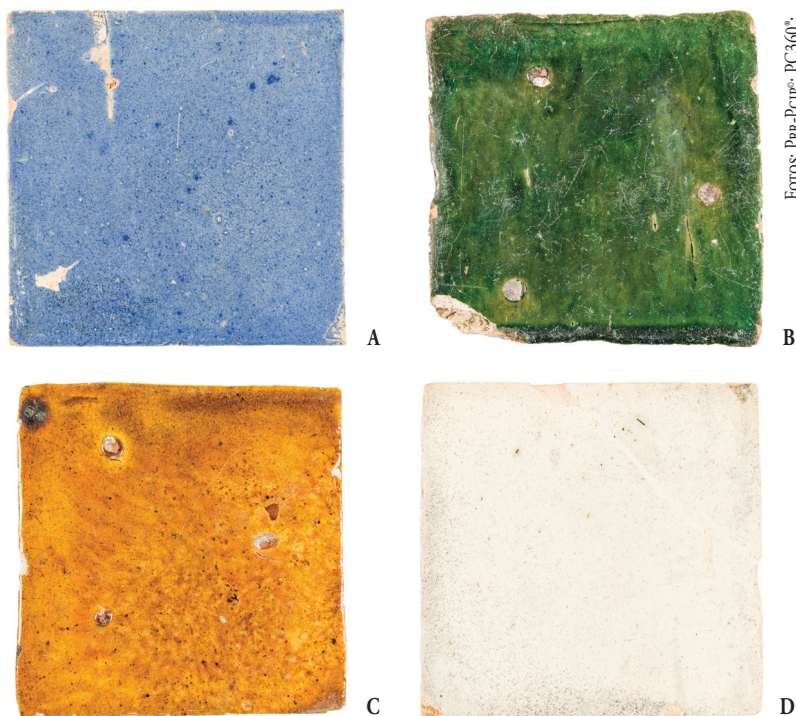


FIG. 15 – Azulejo monocromáticos em azul (A), verde (B), mel (C) e branco (D).



A



B

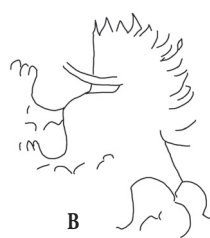
FIG. 16 – Poço (A) e floreira (B), no pátio interior do claustro.



A

B

FIG. 17 – Tardo com iniciais incisas (A). Representação gráfica (B).



B



FOTOS E DESENHOS:
Arquivo do Mscv.

A

FIG. 18 – Tardo com leão rampante inciso (A). Representação gráfica (B).



A

B

FIG. 19 – Tardo com rosa-dos-ventos relevada (A). Representação gráfica (B).

encomendador” (PAIS *et al.*, 2015: 348). PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ (1992) refere que muitos dos motivos presentes nos tardoze dos azulejos também eram reproduzidos em louça de mesa sevilhana. A gramática decorativa utilizada nestas peças incluía retratos de personagens, leões rampantes, lebres, aves, dragões, veados, elementos vegetalistas estilizados e motivos geométricos.


6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escavações arqueológicas realizadas no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, permitiram recuperar e catalogar 8005 azulejos *mudéjares*, distribuídos por 82 padrões distintos. Esta coleção constitui um testemunho excecional da difusão e permanência deste tipo azulejaria em território português entre os séculos XV e XVI.

A análise do conjunto revela uma extraordinária diversidade técnica e decorativa, onde coexistem diferentes tradições artísticas e etapas da evolução estilística. Desde os padrões mais antigos de *corda seca*, de

raiz islâmica, até aos motivos geométricos, vegetalistas e figurativos característicos da técnica de *aresta*, observa-se a persistência de padrões decorativos ao longo do tempo em técnicas distintas, e a transição entre o universo simbólico gótico e a racionalidade compositiva renascentista. Predominam os azulejos policromáticos – em branco, manganês, azul, verde e mel –, maioritariamente executados com recurso à técnica de *aresta*, provenientes das oficinas sevilhanas e recuperados do claustro do Mosteiro. As suas superfícies, profusamente decoradas com laçarias e padrões geométricos, evidenciam a complexidade visual e o refinamento técnico do estilo *mudéjar*.

Em síntese, a coleção de azulejaria *mudéjar* do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha constitui um repositório singular da arte *mudéjar* em Portugal, revelando a circulação de estilos, a adaptação cultural e a capacidade de criar ambientes arquitetónicos enriquecidos, harmonizando espiritualidade, tradição, inovação e sentido estético.

O acervo do Mosteiro de Coimbra contribui assim, de forma decisiva, para a compreensão da evolução técnica, formal e simbólica da azulejaria *mudéjar* em Portugal. 

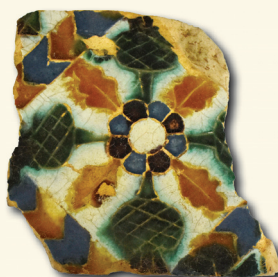
Azulejaria Mudéjar do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra - CATÁLOGO



1. Padrão n.º 1
Total de peças: 153
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



3. Padrão n.º 3
Total de peças: 202
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



5. Padrão n.º 5
Total de peças: 10
Créditos: Arquivo do Mscv



7. Padrão n.º 7
Total de peças: 102
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



2. Padrão n.º 2
Total de peças: 34
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



4. Padrão n.º 4
Total de peças: 777
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



6. Padrão n.º 6
Total de peças: 128
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



8. Padrão n.º 8
Total de peças: 121
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]

Azulejaria Mudéjar do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra - CATÁLOGO



9. Padrão n.º 9
Total de peças: 59
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



13. Padrão n.º 13
Total de peças: 9
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



17. Padrão n.º 17
Total de peças: 24
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



21. Padrão n.º 21
Total de peças: 103
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



10. Padrão n.º 10
Total de peças: 492
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



14. Padrão n.º 14
Total de peças: 121
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



18. Padrão n.º 18
Total de peças: 70
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



22. Padrão n.º 22
Total de peças: 102
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



11. Padrão n.º 11
Total de peças: 49
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



15. Padrão n.º 15
Total de peças: 30
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



19. Padrão n.º 19
Total de peças: 18
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



23. Padrão n.º 23
Total de peças: 27
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



12. Padrão n.º 12
Total de peças: 676
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



16. Padrão n.º 16
Total de peças: 16
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



20. Padrão n.º 20
Total de peças: 53
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



24. Padrão n.º 24
Total de peças: 162
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]

Azulejaria Mudéjar do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra - CATÁLOGO



25. Padrão n.º 25
Total de peças: 13
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



29. Padrão n.º 29
Total de peças: 60
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



33. Padrão n.º 33
Total de peças: 347
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



37. Padrão n.º 37
Total de peças: 57
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



26. Padrão n.º 26
Total de peças: 15
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



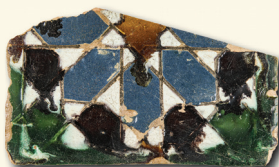
30. Padrão n.º 30
Total de peças: 39
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



34. Padrão n.º 34
Total de peças: 58
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



38. Padrão n.º 38
Total de peças: 12
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



27. Padrão n.º 27
Total de peças: 60
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



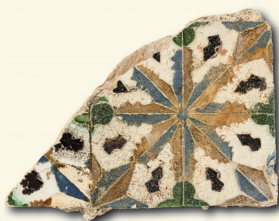
31. Padrão n.º 31
Total de peças: 18
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



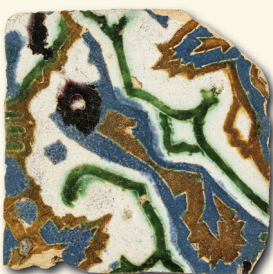
35. Padrão n.º 35
Total de peças: 22
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



39. Padrão n.º 39
Total de peças: 1
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



28. Padrão n.º 28
Total de peças: 83
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



32. Padrão n.º 32
Total de peças: 34
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



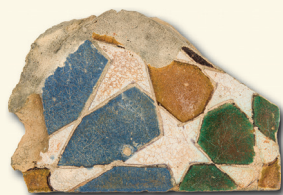
36. Padrão n.º 36
Total de peças: 40
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



40. Padrão n.º 40
Total de peças: 7
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]

Azulejaria Mudéjar do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra - CATÁLOGO

41. Padrão n.º 41
Total de peças: 33
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



45. Padrão n.º 46
Total de peças: 20
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



49. Padrão n.º 54
Total de peças: 1
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



53. Padrão n.º 58
Total de peças: 15
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



42. Padrão n.º 42
Total de peças: 10
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



46. Padrão n.º 47
Total de peças: 54
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



50. Padrão n.º 55
Total de peças: 6
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



54. Padrão n.º 59
Total de peças: 4
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



43. Padrão n.º 44
Total de peças: 10
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



47. Padrão n.º 49
Total de peças: 18
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



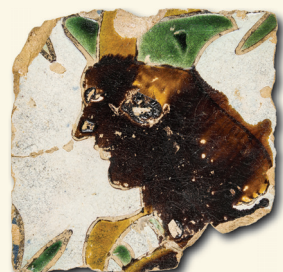
51. Padrão n.º 56
Total de peças: 21
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



55. Padrão n.º 60
Total de peças: 12
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



44. Padrão n.º 45
Total de peças: 22
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



48. Padrão n.º 50
Total de peças: 20
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]

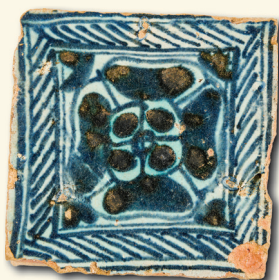


52. Padrão n.º 57
Total de peças: 26
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



56. Padrão n.º 61
Total de peças: 10
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]

Azulejaria Mudéjar do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra - CATÁLOGO



57. Padrão n.º 62
Total de peças: 86
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



61. Padrão n.º 68
Total de peças: 15
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



65. Padrão n.º 74
Total de peças: 2
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



69. Padrão n.º 78
Total de peças: 2
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



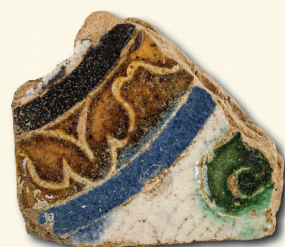
58. Padrão n.º 64
Total de peças: 3
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



62. Padrão n.º 69
Total de peças: 8
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



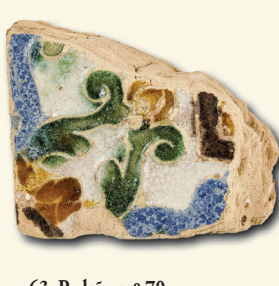
66. Padrão n.º 75
Total de peças: 2
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



70. Padrão n.º 80
Total de peças: 4
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



59. Padrão n.º 65
Total de peças: 3
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



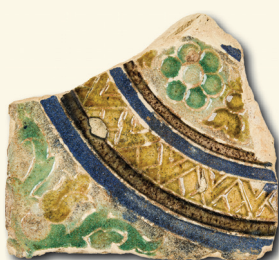
63. Padrão n.º 70
Total de peças: 1
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



67. Padrão n.º 76
Total de peças: 1
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



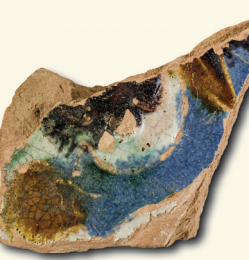
71. Padrão n.º 81
Total de peças: 2
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



60. Padrão n.º 67
Total de peças: 15
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



64. Padrão n.º 72
Total de peças: 3
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



68. Padrão n.º 77
Total de peças: 1
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



72. Padrão n.º 82
Total de peças: 1
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]

Azulejaria Mudéjar do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra - CATÁLOGO



73. Padrão n.º 83
Total de peças: 4
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



77. Padrão n.º 87
Total de peças: 1662
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



79. Padrão n.º 89
Total de peças: 719
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



81. Padrão n.º 92
Total de peças: 1
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



74. Padrão n.º 84
Total de peças: 8
Créditos: Arquivo do Mscv



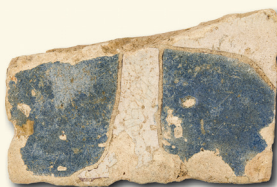
78. Padrão n.º 88
Total de peças: 236
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



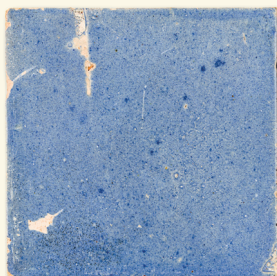
80. Padrão n.º 90
Total de peças: 5
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



82. Padrão n.º 93
Total de peças: 1
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



75. Padrão n.º 85
Total de peças: 1
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]



76. Padrão n.º 86
Total de peças: 533
Créditos: PRR-PCIP[®]; PC360[®];
Mscv, 2025; Dks Studios[®]

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Luísa (1995) – “Formas Hispânicas. Azulejaria portuguesa dos séculos XV e XVI”. In PEREIRA, Paulo (dir.). *História de Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 2, pp. 365-373.
- BARGÃO, André; FERREIRA, Sara e SILVA, Rodrigo Banha da (2017) – “Policromias e padrões: azulejos «de aresta» e «de corda-seca» do Palácio dos Condes de Penafiel, Lisboa (séculos XV-XVI)”. In ARNAUD, José Morais e MARTINS, Andrea (coord.). *Arqueologia em Portugal. 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1781-1794. <https://bit.ly/4ozcpt7>
- BERARDO, José; RAMOS, Francisco; LEITÃO, Manuel; PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso; MECO, José e GUERREIRO, Hugo (2020) – *800 anos de História do Azulejo*. Estremoz: Museu Berardo de Estremoz / Associação de Coleções. <https://bit.ly/441AJwq>
- BORRÁS GUALIS, Gonzalo (1992) – “A Arte Mudéjar”. In TRIADÒ TUR *et al.* (coord.). *Uma Arte Palaciana e Religiosa: a Idade Média*. Amadora: Ediclube, pp. 157-170 (*Tesouros Artísticos do Mundo*, 4).
- CAVALCANTE, Germana Lopes de Oliveira (2019) – *Estudo Técnico e Material dos Azulejos da Capela-Mor e Cruzeiro da Ermida de São Brás (Évora) e o Seu Contributo Para a Valorização Patrimonial Local*. Relatório de Estágio no âmbito de mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://bit.ly/4peKBey>
- CLODE, Luís e FREITAS, Paulo (2018) – “Azulejaria Hispano-Mourisca”. In LOPES, Victor Sousa (org.). *Azulejos de Influência Islâmica em Portugal - Reflexos*. Vila Nova de Gaia: Euedito, pp. 8-22.
- COELHO, Maria João e LEAL, Catarina (2022) – “D. Maria de Menezes: um caso de vida e de morte no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha”. *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 25 (1): 49-56. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15032347>
- COELHO, Maria João; LEAL, Catarina e SANTOS, Maria do Céu (2024) – “Atrás das Grades: a comunidade

- conventual de Santa Clara de Coimbra nos séculos XIII e XIV". *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 27 (2): 103-118. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15032424>
- COENTRO, Susana Xavier (2017) – *An Iberian Heritage: Hispano-Moresque architectural tiles in Portuguese and Spanish collections*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/24220>
- CONTRERA, Ximena Isabel León (2018) – *O Desterro dos Naturais da Terra. Escrita, cotidiano, profecias e revolta na expulsão dos mouriscos de Espanha (1492-1614)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-06112018-100836>
- CÔRTE-REAL, Artur; SANTOS, Paulo César; MOURÃO, Teresa e MACEDO, Francisco (2002) – “Intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra”. *Revista Património e Estudos. Caderno Conjuntos Monásticos - Intervenções*. Lisboa: IPPAR. 2: 23-32.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2011) – *A Sé Velha de Coimbra*. Coimbra: Direção Regional de Cultura do Centro. <https://hdl.handle.net/10316/44607>
- DIAS, Pedro (1979) – *O Mudejarismo na Arte Coimbra: séculos XV e XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- DIAS, Pedro (1986) – “A Viagem de D. Manuel a Espanha e o Surto Mudéjar na Arquitetura Portuguesa”. In CAAMAÑO MARTÍNEZ, Jesús María (coord.). *Relaciones Artísticas Entre Portugal y España*. Valladolid: Junta de Castilla y Leon, Consejería de Educación y Cultura, pp. 111-127.
- DOMINGUEZ CABALLERO, Rosa Maria (1988) – “Evolución del azulejo sevillano desde el siglo XIII. Técnicas”. In BORES, Fernando et al. (coord.). *Actas del Segundo Congreso Nacional de Historia de la Construcción*. Madrid: Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo, pp. 139-144. <https://bit.ly/48xGF1C>
- EPALZA, Mikel de (1992) – *Los Moriscos Antes y Después de la Expulsión*. Madrid: Editorial Mapfre. <https://bit.ly/4rEwktu>
- GOMES, Jim Robert Puga (2011) – *Exemplos da Azulejaria dos Séculos XVI e XVII, em Coimbra*. Dissertação de mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/18156>
- GONÇALVES, Lúcia de Fátima Correia (2019) – *A Circulação do Azulejo e Outras Cerâmicas Mudéjares nos Territórios da Expansão Ibérica. Breve abordagem à Macaronésia e ao Novo Mundo*. Dissertação de Mestrado. Funchal: Faculdade de Artes e Humanidades na Universidade da Madeira. <http://hdl.handle.net/10400.13/2706>
- GOULÃO, Maria José (1986) – “Alguns Problemas Ligados ao Emprego de Azulejos ‘Mudéjares’ em Portugal nos Séculos XV e XVI”. In CAAMAÑO MARTÍNEZ, Jesús María (coord.). *Relaciones Artísticas Entre Portugal y España*. Valladolid: Junta de Castilla y Leon, Consejería de Educación y Cultura, pp. 129-154.
- LEAL, Catarina; COELHO, Maria João e SANTOS, Maria do Céu (2025) – “Atrás das Grades II: a comunidade conventual de Santa Clara de Coimbra nos séculos XV”. *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 28 (1): 131-142. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15032452>
- MACEDO, Francisco (2006) – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra, Singular Mosteiro mendicante*. Dissertação de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/646>
- MAGALHÃES, Fernando Paulo Oliveira (2018) – “Turismo, Museus e Metamorfoses do Azulejo Português no Espaço e no Tempo”. *RITUR, Revista Iberoamericana de Turismo*. Universidade Federal de Alagoas. 8: 24-52. <https://bit.ly/4oCkwoJ>
- MASCARENHAS, Alexandre e Araújo, Júnia (2011) – “Nossa Senhora do Carmo: conservação e restauração de imagem de gesso proveniente da ‘maison’ francesa ‘Raffi et Cie’ do final do século XIV”. *Revista Imagem Brasileira*. Belo Horizonte. 6: 192-200.
- MECO, José (1989) – *O Azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa.
- PAIS, Alexandre; MIMOSO, João Manuel; LIMA, Constança Azevedo e ESTEVES, Maria de Lurdes (2015) – “Ouro sobre o azul(ejo)”. In RODRIGUES, José Delgado e MIMOSO, João Manuel (eds.). *GLAZEARCH2015. Proceedings of International Conference. Glazed Ceramics in Architectural Heritage*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, pp. 347-355.
- PÉREZ GOMEZ, Rafael (2018) – *La Alhambra, Abstracción y Belleza: álgebra y geometría*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife. <https://bit.ly/444ZSGs>
- PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso (1992) – “Sevilla y la técnica de curda seca: vajilla y azulejos (ss. XV-XVI)”. *ATRIO - Revista de Historia del Arte*. 4: 17-30.
- RIBEIRO, Pérsida Omena (2024) – *De Volta à Luz: a recuperação das cores originais do interior da igreja barroca de Nossa Senhora da Conceição dos Militares do Recife - Pernambuco, Brasil*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/101117>
- ROSA, Ivo; VILAR, Costa; FORTUNATO, Eduardo; BRITO, Mateus de e RODRIGUES, Nelson (2002) – “Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Cortina de contenção hidráulica”. *Revista Património e Estudos. Caderno Ciências e Técnicas Aplicadas ao Património*. Lisboa: IPPAR. 3: 84-91.
- SARMENTO, Ricardo de Moraes (2023) – *O Azulejo Como Elemento Para a Caracterização do Espaço Arquitectónico. Sé Velha de Coimbra. Contributo para um inventário*. Dissertação de Mestrado. Évora: Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/34826>
- SILVA, Heitor (2014) – *O Fenómeno Mudéjar no Tardo-Gótico Alentejano*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/14406>
- SIMÕES, João Miguel dos Santos (2018) – “Azulejos Arcaicos em Portugal”. In LOPES, Victor Sousa (org.). *Azulejos de Influência Islâmica em Portugal - Reflexos*. Vila Nova de Gaia: Euedito, pp. 103-142.
- TOIPA, Helena (1998) – “Uma Descrição quincentista do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha”. *MÁTHESIS*. Universidade Católica Portuguesa. 7: 77-96. <https://doi.org/10.34632/mathesis.1998.n7>
- VASCONCELOS, António (1993) – *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra. Vol. 1.
- [todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

PUBLICIDADE

leia também a **Al-Madan** impressa



revista impressa anual em venda directa
Pedidos ao Centro de Arqueologia de Almada

Telefone: 212 766 975
Telemóvel: 967 354 861
E-mail: c.arqueo.alm@gmail.com
[distribuição via CTT ao preço de capa (10 €);
oferta dos portes de correio]

mais informação:
<http://www.almadan.publ.pt>



RESUMO

Estudo de sete adornos (medalhões) de arreios medievais em cobre pertencentes ao Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras), com o objetivo de identificar os materiais constituintes e as técnicas de execução e decoração utilizadas. A investigação combinou observação microscópica com análises de fluorescência de raios X e espectroscopia Raman, permitindo caracterizar o substrato metálico, os revestimentos dourados e os esmaltes coloridos. Todos os medalhões são constituídos por cobre quase puro e apresentam vestígios de douragem obtida por amálgama de mercúrio. Os esmaltes, do tipo soda-cal silicato, revelaram cores obtidas por agentes colorantes como ferro, cobre, estanho e cobalto, aplicados segundo a técnica *champlevé*. Apesar do desigual estado de conservação e da existência de intervenções de conservação e restauro anteriores, os resultados contribuíram para compreender melhor as práticas e técnicas decorativas medievais.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Arreios; Metodologia; Tecnologia; Artes decorativas; Cobre.

ABSTRACT

Study of seven copper decorations (medallions) used on Medieval harnesses belonging to the Municipal Museum of Leonel Trindade (Torres Vedras). The aim of the study was to identify the composition of the materials, as well as their execution and decorative techniques. The research, which combined microscopic observation with X-ray fluorescence and Raman spectroscopy analysis, led to the characterisation of the metallic substrate, the gilded revetement and the coloured enamels. All the medallions are made of almost pure copper and show evidence of mercury-amalgam gilding. The enamels, of the soda-lime silicate kind, have revealed colours obtained through colouring agents such as iron, copper, tin and cobalt, applied using the *champlevé* technique. Although the medallions were not equally preserved and showed traces of previous conservation and restoration interventions, the results have contributed to a better understanding of Medieval decorative practices and techniques.

KEY WORDS: Middle ages; Harnesses; Methodology; Technology; Ornamental arts; Copper.

RÉSUMÉ

Etude de sept ornements (médaillons) d'harnachements médiévaux en cuivre appartenant au Musée Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras) ayant pour objectif d'identifier les matériaux constitutifs et les techniques d'exécution et de décoration utilisées. La recherche a allié l'observation microscopique à des analyses de fluorescence à travers des rayons X et de spectroscopie Raman, permettant de caractériser le substrat métallique, les revêtements dorés et les émaux colorés. Tous les médaillons sont constitués de cuivre presque pur et présentent des vestiges de dorure obtenue par amalgame de mercure. Les émaux, de type silicate sodocalcique, ont révélé des couleurs obtenues par des agents colorants tel le fer, le cuivre, l'étain ou le cobalt appliqués selon la technique *champlevé*. En dépit d'un état inégal de conservation et de l'existence d'interventions de conservation et restauration antérieures, les résultats ont contribué à mieux comprendre les pratiques et techniques décoratives médiévales.

MOTS CLÉS: Moyen Âge; Harnachement; Méthodologie; Technologie; Arts décoratifs; Cuivre.

¹ Investigadora, LIBPhys-UNL, Dep. de Física da Univ. Nova de Lisboa, Fac. de Ciências e Tecnologia (NOVA FCT), Campus da Caparica, 2829-516 Caparica, Portugal (isabeltissot@fct.unl.pt).

² Investigadora, LIBPhys-UNL, Dep. de Física e Vicarte, Dep. de Conservação e Restauro da Univ. Nova de Lisboa, Fac. de Ciências e Tecnologia (NOVA FCT) (marta.manso@fct.unl.pt).

Por opção das autoras, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-10-29.

Entre o Esmalte e o Ouro

a tecnologia de arreios decorativos medievais em cobre

Isabel Tissot ¹ e Marta Manso ²

INTRODUÇÃO

Os adornos de arreios medievais, para além da sua função prática associada à montaria, incorporavam frequentemente elementos de forte carga simbólica, representando o prestígio, o estatuto e a identidade do cavaleiro. Tal como salientado por OLAGUER-FELIU Y ALONSO (1993), estas peças devem ser entendidas não apenas como ornamentos equestres, mas como verdadeiras expressões artísticas e veículos de representação social no seio da nobreza medieval.

Embora o valor histórico e iconográfico dos adornos de arreios seja amplamente reconhecido, o respetivo estudo material e tecnológico permanece limitado. Sabe-se que muitos exemplares – geralmente em cobre ou em liga de cobre – eram dourados, esmaltados ou decorados com nielo ¹ (ver, por exemplo, MARTÍN-RAMOS, MARTÍN GIL e MARTÍN-GIL, 2016; OLAGUER-FELIU Y ALONSO, 1993), mas análises científicas que documentem a sua composição e técnicas de execução são ainda escassas. A caracterização físico-química destes objetos é, contudo, essencial para compreender as práticas artesanais medievais, a circulação de saberes técnicos e as opções estéticas subjacentes à produção destes artefactos. Neste contexto, e tomando como base o conjunto de sete adornos de arreios medievais em cobre pertencentes ao Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras, desenvolveu-se um estudo preliminar com o objetivo de identificar a composição do substrato metálico e caracterizar as técnicas de execução e de decoração – nomeadamente o esmalte e o douramento. Este trabalho pretende, assim, contribuir para o conhecimento técnico e material deste tipo de artefactos, fornecendo dados relevantes para a sua contextualização histórica e para futuras estratégias de conservação.

¹ O nielo é uma liga metálica escura, composta geralmente por prata, cobre, chumbo e enxofre, usada para preencher gravações em metais preciosos, criando contrastes decorativos de tom negro brilhante (NIECE, 1983).

TABELA 1 – Identificação dos medalhões estudados

ID	Designação	N.º Inv.	Dimensão [mm]	Peso [g]	Forma	Técnicas de decoração
1	Figura de cavaleiro	000853	64,3 x 50,3 x 8,7	28,0	Polilobada (4)	Esmalte (vermelho e preto). Douragem.
2	Letra L	000854	65,5 x 57,2 x 7,2	34,6	Circular	Esmalte (vermelho e preto). Douragem.
3	Cena de harém	000855	79,2 x 74,8 x 2,3	50,0	Polilobada (8)	Esmalte (azul). Douragem.
4	Letra Y	000856	63,1 x 52,9 x 7,4	28,7	Circular	Dourado
5	Cabeça de leão de perfil	000857	68,2 x 45,1 x 9,0	28,4	Recorte de figura zoomórfica	Esmalte (vermelho e preto/verde (?)). Douragem.
6	Figura feminina de perfil	000858	65,9 x 52,2 x 8,5	23,5	Recorte de figura antropomórfica	Esmalte (vermelho). Douragem.
7	Escudo com cruz	002128	63,4 x 47,2 x 10,5	28,2	Polilobada (6)	Esmalte (azul e preto). Douragem.

CONJUNTO DE ADORNOS DE ARREIOS

A Tabela 1 lista os sete adornos de arreios – medalhões – estudados, com a indicação do número de inventário, dimensão, peso, forma e técnicas de decoração.

Todos os medalhões são adornos de cavalo da Época Medieval, os quais eram pendurados, rebitados ou cosidos nos arreios dos animais, como sendo a sela, o cabresto e as rédeas. O metal base utilizado como suporte era, principalmente, o cobre, embora também existam exemplares de bronze e de ligas de prata e cobre (MARTÍN-RAMOS, MARTÍN GIL e MARTÍN-GIL, 2016).

A forma, o modo de suspensão e decoração dos sete medalhões estudados encontram paralelo em várias coleções conservadas em instituições nacionais e internacionais. A título de exemplo, refira-se a coleção proveniente das escavações do Castelo de Almourol exposta no núcleo museológico do Regimento de Engenharia N.º 1 (AMARAL, 2017) e a coleção do Museu Arqueológico Nacional (Madrid, Espanha) (OLAGUER-FELIU Y ALONSO, 1993).

Os medalhões parecem ser de cobre com decoração apenas pelo anverso. A placa de cobre é fundida e posteriormente decorada, recorrendo às técnicas do gravado, do cinzelado e da aplicação de esmaltes e de douragem, existindo atualmente apenas vestígios destes revestimentos.

Três medalhões têm uma forma polilobada, dois de forma circular e outros dois de forma zoo e antropomórfica. Os medalhões polilobados têm quatro, seis e oito lóbulos (ID1, 7 e 3) (Fig. 1). O medalhão ID1, com quatro lóbulos, tem ao centro a representação de uma cabeça de cavaleiro, com elo e viseira, rodeada por uma decoração com motivos vegetalistas com folhas trifoliadas douradas em fundo a esmalte preto. O cabelo e o elmo do cavaleiro são dourados e os seus lábios estão destacados por esmalte vermelho.

O medalhão ID7 possui seis lóbulos grandes, decorados em campo aberto por motivos vegetais com folhas trifoliadas douradas que se

destacam do fundo esmaltado a azul, e que servem de moldura a um escudo triangular dourado que termina em ponta. No campo do escudo existe uma cruz trilobada em esmalte preto. Alguns autores atribuem esta cruz à Ordem do Templo, como é exemplo a descrição do medalhão (N.º Inv. 5317) do Instituto Valencia de Don Juan (IVDJ) (Madrid, Espanha) (MARTÍN ANSÓN, 2004: 223).

Os oito lóbulos do medalhão ID3 são marcados por circunferências em relevo. Dentro de cada uma das oito circunferências, sobre um fundo de esmalte azul estão representados animais fantásticos. Ao centro existe outra circunferência que serve de moldura para a composição central que compreende duas figuras femininas sentadas. Todo o campo e cercadura dos lóbulos são dourados. A forma e decoração deste medalhão são semelhantes a um outro da coleção do IVDJ (N.º Inv. 5710), descrito como representando uma cena de harém, tendo em conta composições iconográficas semelhantes representadas em objetos de marfim (MARTÍN ANSÓN, 2004: 82). Neste medalhão do IVDJ o fundo de cada um dos lóbulos é esmaltado a vermelho e não possui douragem.

FIG. 1 – Medalhões polilobados: A) com quatro lóbulos (ID1); B) com oito lóbulos (ID3); e C) com seis lóbulos (ID7).



FIG. 2 – A) Medalhão com decoração zoomórfica com representação de leão coroado (ID5); B) Medalhão com figura feminina coroada (ID6).



Fotos: M. Tissot (Archeofactu, 2021).

O medalhão de forma zoomórfica representa um leão coroado de perfil, tendo na parte inferior a inscrição LEAL dividida a meio por um motivo decorativo em forma de flor (Fig. 2). Todo o medalhão é dourado e o contorno da cartela onde está inscrita a divisa é esmaltado a vermelho, assim como a face do leão. Este medalhão tem vários paralelos como os da coleção do Museu Arqueológico Nacional (Madrid, Espanha) (N.ºs Inv. 59.105 e 59.127 (OLAGUER-FELIU Y ALONSO, 1993) ².

O medalhão com decoração antropomórfica representa uma figura feminina de perfil (olhando para a direita), com uma coroa tripla e cabelos curtos enrolados na zona das orelhas (Fig. 2). Na parte inferior do busto é visível a rica decoração da sua indumentária. No remate inferior do medalhão há a inscrição “POR MINA” em caracteres góticos. O medalhão é dourado, parecendo ter duas tonalidades de revestimento. Na face, o tom do revestimento parece ser mais claro, quase prateado, e o do cabelo e coroa, mais escuro (Fig. 3). O medalhão também parece ter esmalte vermelho na face, na zona do contorno dos olhos. Este medalhão é semelhante ao proveniente de Ourense, designado por “pingante de Las Burgas”, embora neste esteja representada uma figura humanizada masculina, de alguma forma mais próxima da figura de leão (FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, 2012: 1302). A este

² Segundo FERNÁNDEZ IBÁÑEZ (2012), existem em Espanha oito medalhões com forma de leão no Instituto Valencia de Don Juan e no Museu Arqueológico Nacional, dois no Museo Marés e cinco no Museo Lázaro Galdiano.

propósito, FERNÁNDEZ IBÁÑEZ (2012) refere que a representação de figuras humanas (ou mais humanizadas) em medalhões de elementos de arreio é rara, sendo mais comuns as representações de leões coroados. Ambos os medalhões circulares (ID2 e 4) têm inscrito no campo uma letra gótica, respetivamente, L e Y (Fig. 4).

No medalhão ID2, a letra L está inscrita num escudo triangular encimado por uma folha trifoliada e ladeado por dois dragões que sobressaem de um fundo de esmalte vermelho. Os contornos gravados dos detalhes das figuras zoomórficas são esmaltados a preto.



FIG. 3 – Em cima, microfotografia dos vestígios de revestimento da face e cabelo da figura feminina do medalhão ID6. Na face, o revestimento tem uma tonalidade mais clara do que a do revestimento do cabelo.



FIG. 4 – À esquerda, medalhões circulares com a representação: A) da letra L (ID2); B) da letra Y (ID4).

Fotos: M. Tissot (Archeofactu, 2021).

No medalhão ID4, a letra é coroada e tem um arco de círculo perolado dourado seguida da divisa “EN DIUS E SE IPOD”. Este medalhão é muito semelhante a um outro que pertence ao acervo do Museu Abade Baçal (N.º Inv. 1246), possuindo uma divisa muito análoga “EUDIOSESELPODER”³.

METODOLOGIA

Os medalhões foram examinados por microscopia ótica para a observação da superfície, e analisados por espectroscopia de fluorescência de raios X para caracterização elemental (Na < Z < U)⁴ do substrato metálico, dos revestimentos e dos esmaltes, e por espectroscopia Raman para caracterização estrutural da composição química dos esmaltes.

³ Base de dados Raiz: <https://bit.ly/4iDbkPm> (ativo em 2025-12-04).

⁴ Na < Z < U é uma representação científica que refere que, pela técnica de espectroscopia de fluorescência de raios X (XRF), é possível identificar elementos com o número atómico (Z) superior ao do sódio (Na) e inferior ao do urânio (U).

MICROSCOPIA ÓTICA

A observação dos medalhões por microscopia ótica permitiu documentar pormenores das técnicas de fabrico e decoração, assim como das alterações estruturais e de superfície.

Os medalhões foram examinados com um estereomicroscópio Leica modelo M205 C, com ampliações de 7,8 a 160 x e um sistema de iluminação LED.

ESPECTROSCOPIA DE FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X

A espectroscopia de fluorescência de raios X (XRF) foi utilizada para proceder à identificação e quantificação dos elementos (Na < Z < U) do substrato e da douragem, e para a identificação dos elementos principais da composição dos esmaltes.

Para este estudo, utilizou-se o espectrómetro fixo da Bruker, modelo M4 Tornado, com uma fonte de raios X com um ânodo em ródio e com um conjunto de lentes policapilares, permitindo obter um feixe com um diâmetro de 25 µm, e um detector SDD. A quantificação elemental obteve-se utilizando o *software* ESPRIT, usando o método dos parâmetros fundamentais.

No que respeita à análise dos esmaltes, importa salientar que, nas condições experimentais utilizadas, as medições realizadas à pressão atmosférica limitam a deteção de determinados elementos – nomeadamente o sódio –, cuja identificação é fundamental para a caracterização dos esmaltes. Para identificar a presença destes elementos, seria necessário realizar medições em ambiente a baixa pressão, o que, contudo, poderia comprometer a integridade física dos esmaltes.

ESPECTROSCOPIA RAMAN

O estudo dos esmaltes dos medalhões foi realizado por espectrometria Raman, utilizando um espectrómetro confocal Horiba-Jobin Yvon Xplora, equipado com um laser de 785 nm e uma objetiva de 100 x. Os espectros foram adquiridos na gama espectral entre 100 a 1800 cm⁻¹ e tratados utilizando *software* LabSpec, versão 5.78. A identificação dos pigmentos efetuou-se por recurso à base de dados Spectral ID TM.

ESTUDO MATERIAL

SUBSTRATO METÁLICO

O substrato dos medalhões é cobre quase puro (> 99 wt%⁵), à exceção do medalhão ID1, que possui um teor de cobre ligeiramente inferior por ter na sua composição chumbo. É interessante salientar que este

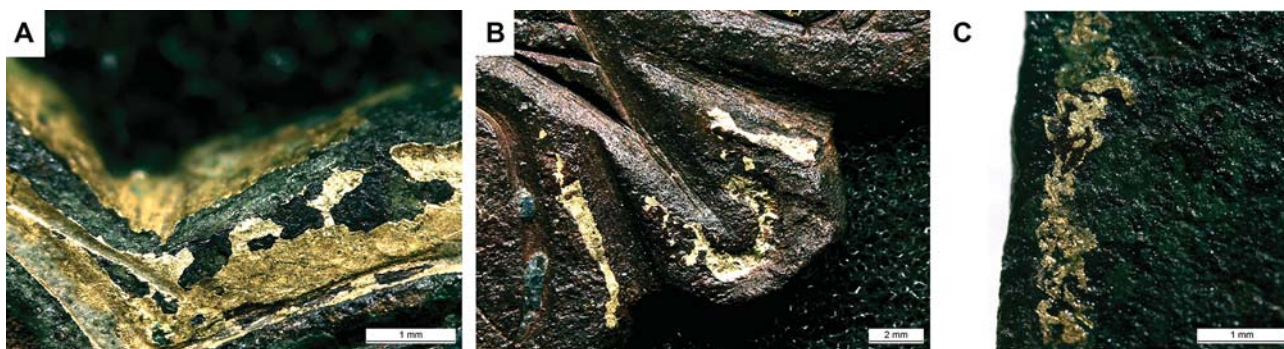
⁵ wt% é a abreviatura de “weight percent”, que se traduz para “percentagem em massa”.

medalhão tem uma decoração muito diferenciada dos restantes, que não encontra semelhanças em coleções da península ibérica.

Quanto às características do substrato de cobre puro, em comparação com o cobre em liga, destaca-se a melhor ductilidade, o que facilita o trabalho por martelagem, estampagem e cinzelagem. A utilização de cobre puro também tem vantagem para a aplicação de esmalte e de revestimento de ouro, uma vez que as ligas de cobre contendo chumbo e estanho são inadequadas para esse efeito (BROWNSWORD, 2004). A este propósito, refira-se o exemplo do túmulo de D. Afonso exposto na Sé de Braga datado do século XV, um objeto em cobre dourado e prateado. O cobre utilizado é igualmente quase puro (98,03 ± 0,63 wt%) com teores vestigiais de chumbo, arsénio, prata, antimónio e ouro (BORGES *et al.*, 2008).

A identificação dos elementos vestigiais do cobre, como sejam, por exemplo, a prata, o arsénio, o chumbo e o antimónio, permitiria inferir sobre a existência de diferentes aprovisionamentos. No entanto, a identificação de elementos vestigiais só é possível recorrendo a outras técnicas de análise com melhores limites de deteção. Esse estudo seria interessante prosseguir no âmbito da investigação destes medalhões.

Segundo AMARAL (2017), os estudos históricos realizados para medalhões medievais semelhantes e de origem espanhola, sugerem existir oficinas catalã, aragonesa, levantina, e até de zonas de dominação árabe. A mesma autora questiona se em Portugal também teriam existido diferentes oficinas de produção deste tipo de adornos. A abordagem a esta questão pode passar também pela análise do substrato e pesquisa por composições de substratos semelhantes (em conjunto com a análise dos revestimentos, do esmalte e da iconografia). Para tal, ter-se-ia de analisar um conjunto representativo de peças por técnicas que permitissem discriminar os elementos vestigiais.



DOURAGEM

Todos os medalhões têm no anverso vestígios de douragem, com maior ou menor destacamento (Figs. 5A e B) e, no verso de alguns (por exemplo, ID7), observam-se escorrimentos do revestimento (Fig. 5C), característico da douragem por amálgama de mercúrio⁶. A identificação de mercúrio (Hg) e de ouro (Au) por XRF confirma a utilização desta técnica para a douragem.

Alguns medalhões, como o da figura feminina ID6, parecem possuir diferentes tonalidades de ouro. A cor do ouro está relacionada com as temperaturas atingidas durante o processo e com a quantidade de Hg que permanece no revestimento. É conhecido que a amálgama muda de cor de cinzento-prata para amarelo-ouro por volta dos 260 °C, e o teor de Hg que permanece no revestimento depende do tempo de aquecimento e da espessura da camada, mais do que do valor de temperatura (MARGREITER *et al.*, 2022). Se os ourives parassem o aquecimento logo após a alteração da cor da amálgama, estima-se que cerca de 25 % de Hg ficaria no revestimento dourado. Se se utilizarem temperaturas mais altas ou durante mais tempo, há uma degradação do revestimento dourado e uma diminuição do teor de Hg. Nessa altura, o revestimento poderá tornar-se mais avermelhado ou aclarar (ANHEUSER, 1997).

⁶ A técnica de douragem por amálgama de mercúrio consiste em dissolver fragmentos de ouro em mercúrio líquido a uma temperatura moderada para obter uma pasta. Essa amálgama é aplicada diretamente sobre a superfície metálica a ser dourada, previamente limpa, que é depois aquecida a uma temperatura superior à do ponto de ebulição do mercúrio (365,5°C) para o eliminar (DARQUE-CERETTI e AUCOUTURIER, 2013). A superfície resultante fica com aspecto dourado mate e contém sempre mercúrio residual, seja como composto intermetálico (Au_3Hg ou Au_2Hg), ou como solução sólida de mercúrio em

ouro, ou ainda como mistura de ambos. Após o arrefecimento da superfície, esta é brunida para eliminar a porosidade, tornando-a brilhante (MARTÍN-RAMOS, MARTÍN GIL e MARTÍN-GIL, 2016). O douramento por amálgama de mercúrio na Europa propagou-se a partir da China e através do Médio Oriente, para as civilizações mediterrânicas antes dos séculos II-III d.C. Tornou-se o método mais importante para dourar ligas de cobre ao longo da Idade Média e do Período Renascentista, até à invenção da galvanoplastia, em meados do século XIX (BORGES *et al.*, 2008).

FIG. 5 – Microfotografia dos vestígios de revestimento dourado no anverso (A e B) e no verso dos medalhões (C).

Figuras A e C: medalhão ID7;

Figura B medalhão ID2.

As análises dos medalhões sugerem que a diferença de tonalidades está, de facto, relacionada com a quantidade de Hg presente no revestimento. Os revestimentos mais claros possuem uma maior quantidade de Hg do que o teor dos revestimentos mais escuros, conforme ilustra a Fig. 6. No entanto, deve-se sublinhar que, ao contrário do que seria expectável, a quantidade de Hg nos revestimentos mais claros é muito elevada e bem superior aos 25 % referidos na literatura e que dariam uma tonalidade mais escura. Esta situação pode ser justificada pelo extenso desgaste do revestimento, e pelo facto das análises se terem realizado em vestígios nas áreas mais recônditas, que poderiam corresponder a zonas onde o mercúrio não evaporou.

O medalhão ID6 é o único que, aparentemente, parece possuir revestimentos com composições diferentes. A análise do revestimento da face (mais claro) possui um teor de prata muito superior, quando comparado com o revestimento dourado de tom mais escuro. A pratagem de cobre por técnica de amálgama de mercúrio também era utilizada na Época Medieval, como é exemplo o túmulo de D. Afonso, no qual a face e mãos da escultura são prateadas (BORGES *et al.*, 2008).

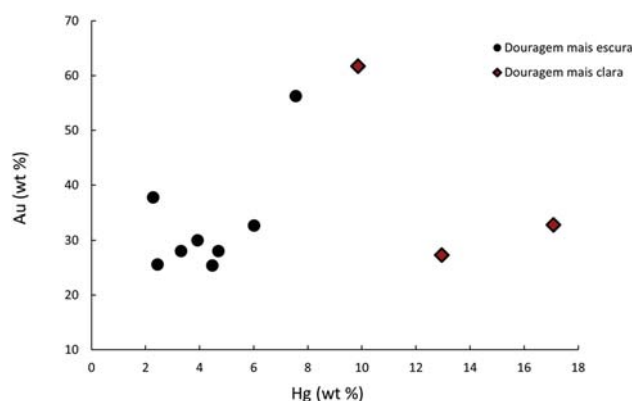


FIG. 6 – Representação dos teores de Au vs. Hg determinada por XRF para os sete medalhões. Os medalhões com douragem mais clara possuem uma maior concentração de Hg.

Seis dos sete medalhões têm vestígios de esmalte opacos de cores azul, preto ⁷ e vermelho. A técnica de esmalte utilizada foi a do esmalte *champlevé*, muito popular na Europa Ocidental a partir do século XII. Nesta técnica, o suporte de metal é escavado (gravado, estampado ou fundido) para criar superfícies a serem preenchidas com esmalte em pó. Com aquecimento o esmalte funde, sendo posteriormente submetido a um polimento para homogeneizar a superfície (VAN DER LINDEN *et al.*, 2011). No caso dos esmaltes estudados, o substrato é fundido e as áreas escavadas para colocação do esmalte em pó parecem ter sido feitas no molde de fundição e não posteriormente, como sugere a Fig. 7. A caracterização dos esmaltes compreendeu a determinação da composição do esmalte de base e dos agentes colorantes. Para tal, recorreu-se às espectroscopias de XRF e Raman. Os dados recolhidos foram parcos, o que se justifica por duas razões: os esmaltes existem residualmente (Fig. 8), e a camada de proteção (tipo verniz) que terá sido aplicada numa intervenção de conservação e restauro interferiu com as análises, em particular com as obtidas por espectroscopia Raman. Ainda assim, é possível tirar algumas conclusões. Os esmaltes deste período são do tipo silicato de sódio e cal (soda-cálcico), compostos essencialmente por silicatos de sódio e de cálcio. Durante o período de produção dos esmaltes *champlevé*, foram utilizados diferentes tipos de vidro, sendo mais frequentes dois subtipos de vidro do tipo silicato de sódio e cal: um em que o sódio provém de fontes minerais, e outro em que deriva de cinzas vegetais (RÖHRS *et al.*, 2021). Os vidros de sódio de origem mineral possuem concentrações de óxido

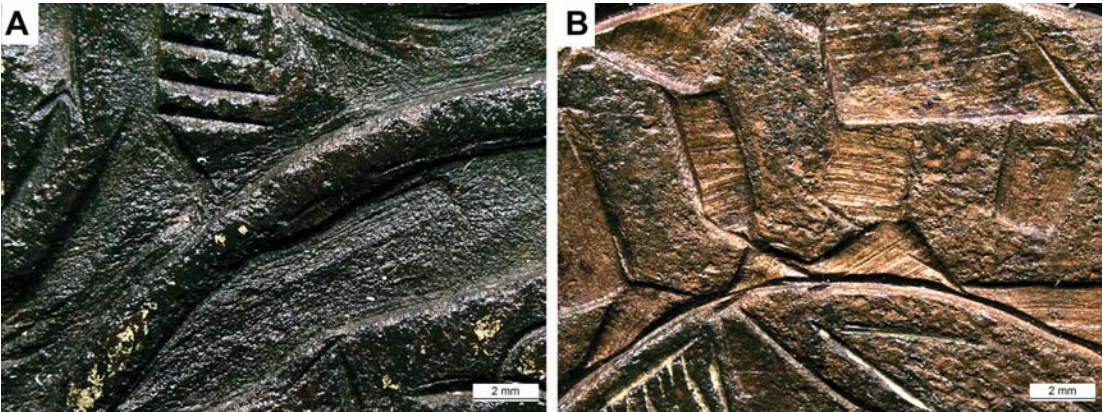
⁷ O esmalte preto do medalhão ID5 parece ter uma cor ligeiramente diferente dos restantes pretos, podendo tratar-se de uma cor verde muito escura.

de magnésio e de potássio (MgO e K₂O) inferiores a 1 %; ao contrário, o sódio de origem vegetal possui uma concentração destes óxidos mais elevada (VAN DER LINDEN *et al.*, 2011). Os dados de XRF (Tabela 2) indicam a presença de potássio (K) e cálcio (Ca), típica das famílias de vidros alcalinos (Na₂O + K₂O + CaO) característicos da Época Medieval. Apenas o esmalte azul do medalhão ID3 e o esmalte vermelho do ID2 apresentam valores representativos de chumbo, um elemento utilizado em esmaltes mais recentes como agente fundente. No caso do esmalte vermelho, a presença de chumbo poderá estar associada ao agente corante utilizado.

TABELA 2 – Principais elementos químicos identificados por XRF para os esmaltes azul, vermelho e preto dos medalhões ID1, 2, 3, 5 e 7, listados por ordem decrescente de presença.

Cores	ID	Principais elementos									
Azul	3	Sn	Pb	K	Ca	Fe	Cu	Mn	Zn	Co	
	2	Pb	Ca	K	Fe	Cu	Sn	Mn	Sr	Ti	
Vermelho	5	Fe	K	Ca	Cu	Mn	Pb	Ti			
	1 e 7	Ca	Fe	K	Ti	Cu	Mn	Pb			
Preto	5	Mn	Cu	Pb	Fe	Ca	K				

FIGS. 7 e 8 – Em baixo, detalhes das áreas escavadas no molde em cera para posterior colocação de esmaltes. A) ID3; B) ID4. À direita, vestígios de esmalte azul numa das circunferências decoradas do medalhão ID3.



Os espectros obtidos por Raman não permitiram identificar nenhuma banda característica, à exceção das bandas a 360 cm^{-1} e a 476 cm^{-1} (Fig. 9), que podem ser atribuídas à vibração de dobramento da ligação O-Si-O do óxido de silício (SiO_2), da matriz de vidro (ROBINET *et al.*, 2006).

Em relação aos agentes colorantes, o esmalte azul do medalhão ID3 tem como elementos principais, além do K e Ca, o estanho, o ferro, o cobre e o cobalto (este presente numa concentração mais baixa do que os outros elementos). A cor azul dos esmaltes medievais pode ser obtida pela adição de cobalto em quantidades muito baixas (0,1 %), podendo simultaneamente apresentar quantidades elevadas de ferro e cobre (BIRON e BEAUCHOUX, 2003), ou resultante da presença de iões de estanho localizados em sítios específicos da lazurita, um dos principais constituintes do lápis-lazúli (COLOMBAN, KIRMIZI e FRANCI, 2021). Embora se tenha identificado por XRF a presença de estanho, podendo sugerir a presença de lápis-lazúli como elemento corante, a análise por espectroscopia Raman foi inconclusiva, não se tendo identificado em nenhum espectro os picos característicos da assinatura deste composto. Assim, tendo em conta também a presença de cobalto, fica em aberto se a cor azul se deve à presença deste elemento, ou à de lápis-lazúli ou, até mesmo, à mistura de ambos, o que era comum (COLOMBAN, KIRMIZI e FRANCI, 2021).

Os medalhões ID1, 2, 5 e 7 possuem esmaltes pretos. Salienta-se que o esmalte do medalhão ID5 tem uma tonalidade ligeiramente diferente, aparentando ser, dependendo da luz e o ângulo de observação, verde-escuro. Esta diferença é confirmada pela análise por XRF, os principais elementos constituintes deste esmalte são distintos dos esmaltes pretos dos medalhões ID1 e 7. A presença de cobre neste esmalte pode justificar a cor verde, uma vez que óxidos de cobre eram utilizados para obter a cor verde em esmaltes da época medieval (BIRON e BEAUCHOUX, 2003). Os esmaltes pretos dos medalhões ID2 e 7 têm como elemento principal o ferro. A cor preta dos esmaltes desta época pode ser obtida pela utilização de pigmento à base de carbono ou com óxidos de ferro e um fundente (HAHN *et al.*, 2009). Por espectroscopia Raman, não se identificaram compostos de carbono ou de ferro; porém, a identificação de ferro por XRF pode indicar a utilização de óxidos de ferro para a obtenção destes esmaltes pretos. É interessante sublinhar que os esmaltes pretos não são muito referidos como sendo das cores mais características dos esmaltes *champlevés* desta época, sendo comuns o azul, turquesa, verde, amarelo, vermelho e branco (RÖHRS, LAMBACHER e TAGLE, 2019). Dos três medalhões com vestígios de esmalte vermelho (ID1, 2 e 5), as análises dos ID2 e 5 possuem elementos principais distintos. Enquanto no esmalte vermelho do medalhão ID2 se destacam o Pb, o Fe e o Cu, já no esmalte vermelho ID5 assinala-se a presença de Fe e de Cu. O principal colorante utilizado nos esmaltes vermelhos medievais é o óxido de cobre, contendo um teor relativamente elevado de Fe (DANDRIGE e WYPYSKI, 1992; BIRON e BEAUCHOUX, 2003). Tendo em conta os dados, pode-se sugerir que o agente colorante seja o óxido de cobre. A presença

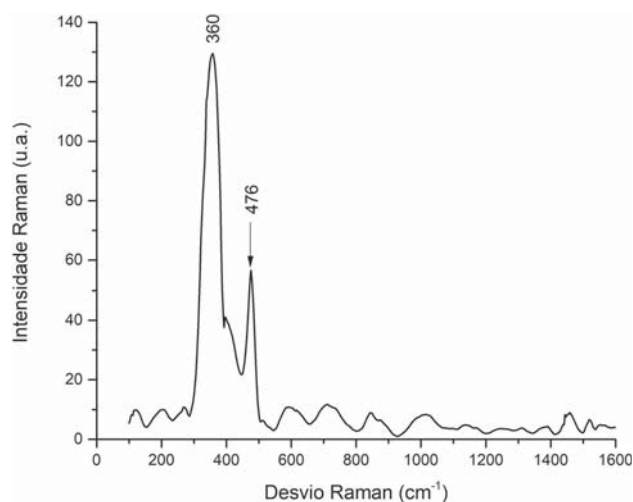


FIG. 9 – Espectro obtido por espectroscopia Raman para esmalte azul do medalhão ID3.

de Pb justifica-se pela possível adição de óxido de chumbo e estanho, este último como opacificante, comum nestes esmaltes (FERRETTI, POLESE e GARCÍA, 2013), ou simplesmente pelo facto da composição dos esmaltes vermelhos ser normalmente diferente dos vidros de soda cal feito de uma mistura de sílica (SiO_2), soda (carbonato de sódio, NaCO_3) e cal (óxido de cálcio, CaO) e poderem, por essa razão, apresentar teores de Pb mais altos, e até com composição de vidro de potassa (com carbonato de potássio, K_2CO_3) (RÖHRS, LAMBACHER e TAGLE, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS


O estudo material e técnico do conjunto de sete medalhões medievais revelou a utilização de um substrato de cobre puro, um dos metais utilizados nesta tipologia de peças. Embora existam poucos estudos materiais baseados em técnicas analíticas, o presente trabalho revelou a importância de se aumentar o número de peças estudadas, utilizando outras técnicas analíticas. Ao fazer isso, seria possível estabelecer comparações entre vários objetos da mesma tipologia e, eventualmente, inferir sobre a proveniência deles, ou pelo menos do trabalho de oficina de uma área específica, conforme sugerido por estudos históricos.

O estudo dos vestígios da douragem evidenciou a utilização de uma amálgama onde permaneceram teores de mercúrio muito elevados e, para o caso do medalhão do perfil feminino, a utilização de mais do que um tipo de revestimento, provavelmente um à base de prata.

O estudo dos esmaltes foi limitado, tanto pela sua existência vestigial, como pela presença da camada de proteção aplicada em todos os esmaltes numa intervenção de conservação e restauro anterior. Ainda assim, identificaram-se os elementos principais responsáveis pela cor dos esmaltes e que estão de acordo com os agentes colorantes utilizados em esmaltes desta época.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi efetuado no âmbito de um trabalho desenvolvido pela Archeofactu - Arqueologia e Arte, ao abrigo de um protocolo de colaboração com o LIBPhys, e financiado pela Câmara Municipal de Torres Vedras.

As autoras agradecem o apoio da Dr.^a Isabel Luna, da Câmara Municipal de Torres Vedras, e de Pedro Pedroso, responsável pela Archeofactu. 

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Maria Antónia Athaide (2017) – “Adornos de Cavalo da Época Medieval, Provenientes das Escavações do Castelo de Almourol (1898)”. In ARNAUD, José Morais e MARTINS, Andrea (eds.). *Arqueologia em Portugal. 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1495-1512. <https://bit.ly/4ovfGcL>
- ANHEUSER, Kilian (1997) – “The practice and characterization of historic fire gilding techniques”. *JOM - The Journal of the Minerals, Metals & Materials Society*. Springer. 49: 58-62. <https://doi.org/10.1007/s11837-997-0015-6>
- BIRON, Isabelle e BEAUCHOUX, Sébastien (2003) – “Ion beam analysis of Mosan enamels”. *Measurement Science and Technology*. IOPscience. 14 (9): 1564-1578. <https://doi.org/10.1088/0957-0233/14/9/308>
- BORGES, Rui *et al.* (2008) – “Gilding and silvering surface decoration techniques, and copper provenance studies of the tomb of D. Afonso of Portugal (15th century)”. *X-Ray Spectrometry*. Wiley. 37 (4): 338-345. <https://doi.org/10.1002/xrs.1017>
- BROWNSWORD, R. (2004) – “Medieval metalwork: an analytical study of copper-alloy objects”. *Historical Metallurgy*. The Historical Metallurgy Society Limited. 38 (2): 84-105. <https://bit.ly/44Bui3e>
- COLOMBAN, Philippe; KIRMIZI, Burcu e FRANCI, Gulsu Simsek (2021) – “Cobalt and associated impurities in blue (and green) glass, glaze and enamel: relationships between raw materials, processing, composition, phases and international trade”. *Minerals*. MDPI. 11 (6): 633. <https://doi.org/10.3390/min11060633>
- DANDRIGE, Pete e WYPYSKI, Mark T. (1992) – “Preliminary technical study of medieval Limoges enamels”. *Materials Research Society Symposia Proceedings*. Materials Research Society. 267: 817-826. <https://doi.org/10.1557/PROC-267-817>
- DARQUE-CERETTI, Evelyne e ACOUTURIER, Marc (2013) – “Gilding for Matter Decoration and Sublimation. A Brief History of the Artisanal Technical Know-how”. *International Journal of Conservation Science*. 4 (special issue): 647-660 (1st International Conference on Innovation in Art Research and Technology, Jul 2013, Évora, Portugal). <https://bit.ly/3Mi3zT9>
- FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, Carmelo (2012) – “Seis nuevos pinjantes bajomedievales del Norte de la Península Ibérica”. In ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz *et al.* (eds.). *Mundos Medievales: espacios, sociedades y poder: homenaje al profesor José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre*. Santander: PubliCan, Ediciones de la Universidad de Cantabria, vol. 2, pp. 1295-1306.
- FERRARI, Erika (2021) – *Understanding the inhibition corrosion mechanisms for copper based alloys by a physico-chemical multi-scale approach*. Tese de doutoramento. Université Paris-Saclay. <https://theses.hal.science/tel-03597615>
- FERRETTI, Marco; POLESE, Claudia e GARCÍA, Clodoaldo Roldán (2013) – “X-ray fluorescence investigation of gilded and enamelled silver: four medieval processional crosses from central Italy”. *Spectrochimica Acta Part B: Atomic Spectrometry*. Elsevier. 83-84: 21-27. <https://doi.org/10.1016/j.sab.2013.02.001>
- HAHN, Oliver *et al.* (2009) – “Pigments, dyes, and black enamel: the colorants of reverse paintings on glass”. *Archaeological and Anthropological Sciences*. Springer. 1: 263-271. <https://doi.org/10.1007/s12520-009-0021-4>
- JORDAN, Fi (2009) – “Deteriorated enamelled objects: past and present treatments”. *Conservation Journal*. Victoria and Albert Museum. 58: 39-40. <https://bit.ly/48RdGgs>
- MARGREITER, Raphael *et al.* (2022) – “Investigations on fire-gilding”. *Archaeometry*. Wiley. 64 (6): 1465-1478. <https://doi.org/10.1111/arcm.12797>
- MARTÍN ANSÓN, María Luisa (2004) – *La colección de pinjantes y placas de arnés medievales del Instituto Valencia de Don Juan en Madrid*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid (Colección de Estudios, 96). <https://bit.ly/4ryJgRD>
- MARTÍN-RAMOS, Pablo; MARTÍN GIL, Jesús e MARTÍN-GIL, Francisco J. (2016) – “El dorado a fuego con amalgama: evidencia de su aplicación a un pinjante bajomedieval hallado en el Alcázar de Valladolid”. *Estudios del Patrimonio Cultural*. Valladolid: SERCAM SC. 15: 6-13. <https://bit.ly/444KCtg>
- NIECE, Susan La (1983) – “Niello: an Historical and Technical Survey”. *The Antiquaries Journal*. Cambridge University Press. 63 (2): 279-297. <https://doi.org/10.1017/S000358150006652X>
- OLAGUER-FELIY Y ALONSO, Fernando de (1993) – “Catálogo de la colección de pinjantes y de piezas de jaez de caballo medievales del Museo arqueológico Nacional”. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid. 11: 89-106. <https://bit.ly/48gALD2>
- ROBINET, Laurianne *et al.* (2006) – “The use of Raman spectrometry to predict the stability of historical glasses”. *Journal of Raman Spectroscopy*. Wiley. 37 (7): 789-797. <https://doi.org/10.1002/jrs.1540>
- RÖHRS, Stefan *et al.* (2021) – “Studying glass on metal: Raman analysis of medieval champlévé enamelled objects”. *Journal of Raman Spectroscopy*. Wiley. 52 (1): 23-34. <https://doi.org/10.1002/jrs.5934>
- RÖHRS, Stefan; LAMBACHER, Lothar e TAGLE, R. (2019) – “Studying the process of enamel powder preparation for émail champlévé by colour measurements and μ -X-ray mappings”. *Archaeometry*. Wiley. 61 (2): 374-391. <https://doi.org/10.1111/arcm.12425>
- VAN DER LINDEN, Veerle *et al.* (2011) – “PXRF, μ -XRF, Vacuum μ -XRF, and EPMA Analysis of Email Champlévé objects present in Belgian Museums”. *Microscopy and Microanalysis*. Microscopy Society of America, Microbeam Analysis Society, Microscopical Society of Canada. 17 (5): 674-685. <https://doi.org/10.1017/s1431927611011950>

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

RESUMO

O presente texto pretende refletir sobre a interpretação funcional e a denominação dos artefactos arqueológicos. O caso de estudo circunscreve-se a tipo de recipiente pouco conhecido, conduzindo diversos autores, em parte motivados por aspetos ideossincráticos, a atribuírem-lhe funções distintas, esquecendo o contexto arqueológico, a cronologia dos mesmos, assim como as suas características morfológicas e os sinais de uso. A informação empírica, e a argumentação que ela suporta, permitem-nos denominar tais recipientes por queimadores / braseiros (e não pias para abluções), produzidos no ocidente do al-Andalus durante a primeira metade do século XIII.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Gharb al-Andalus; Silves; Terminologia; Queimador/Braseiro.

ABSTRACT

This article presents a reflection on the functional interpretation and denomination of archaeological artifacts. The case study focusses on a little-known type of container, which has led many authors - albeit motivated by idiosyncratic aspects - to attribute to it different functions, sometimes forgetting its archaeological context, chronology, morphological characteristics and even signs of use. Empirical information, and the arguments that support it, allow us to identify that type of containers as burners / braziers (rather than ablution basins) produced in western al-Andalus during the first half of the 13th century.

KEY WORDS: Middle ages; Gharb al-Andalus; Silves; Terminology; Burner/Brazier.

RÉSUMÉ

Ce texte propose une réflexion sur l'interprétation fonctionnelle et la dénomination des artefacts archéologiques. Le cas d'étude se circonscrit à un type de récipient peu connu, conduisant différents auteurs, en partie motivés par des aspects idiosyncratiques, à lui attribuer diverses fonctions, oubliant le contexte archéologique, la chronologie de ces derniers, ainsi que ses caractéristiques morphologiques et les marques d'utilisation. L'information empirique et l'argumentation qu'elle étaye, nous permettent de désigner de tels récipients du nom de brûleurs / braseros (et non cuvettes pour ablutions), produits dans la partie occidentale de l'Al-Andalus pendant la première moitié du XIII^e siècle.

MOTS CLÉS: Moyen Âge; Gharb al-Andalus; Silves; Terminologie; Brûleur/Brasero.

¹ Nova/FCSH - Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências / Centre for Functional Ecology (CfE) - Grupo História, Territórios e Comunidades (rv.gomes@fcs.h.unl.pt; mv.gomes@fcs.h.unl.pt).

² Associação dos Arqueólogos Portugueses.

³ Academia Portuguesa de História.

⁴ Academia Nacional de Belas Artes.

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-09-16.

Os Nomes das Coisas

a propósito dos grandes queimadores ou braseiros, poligonais e islâmicos, de cerâmica

Rosa Varela Gomes ^{1,2} e Mário Varela Gomes ^{1,2,3,4}

AS QUESTÕES

Desde os inícios da Arqueologia, entendida como ciência social, que os seus protagonistas sentiram a necessidade de procurar definir conceitos e de conferir denominações aos testemunhos que manipulavam, nomeadamente aos artefactos. Assim, aqueles tornavam-se acessíveis e compreensíveis, através da escrita, tanto aos seus pares, como aos leitores interessados em tais assuntos, criando metalinguagem, conforme ocorre em todas as áreas do conhecimento.

Interessou, e continua a constituir elemento determinante, em tal construção, as funções, possíveis e sobretudo as reais, para que foram produzidos diversificados itens, como construções e artefactos. As dificuldades em determinar/classificar artefactos de tempos muito recuados, puderam encontrar paralelos morfológicos e funcionais em realidades do mundo moderno, ou houve que recorrer às suas similitudes com ocorrências de contextos etnográficos, enquanto as suas denominações derivam, muitas vezes, das que lhes eram atribuídas no passado greco-romano ou islâmico, dado o profundo desconhecimento que possuímos das línguas pré e proto-históricas, ou das usadas pela maioria das antigas civilizações.

No concernente às denominações das cerâmicas dos tempos medievais e modernos, cristãos ou islâmicos peninsulares, o trabalho da etnóloga Margarida RIBEIRO (1984), no âmbito do estudo que fez dos recipientes cerâmicos procedentes das abóbadas do Convento de São Domingos, em Montemor-o-Novo, foi pioneiro e continua a ser útil. Para as produções do *al-Andalus*, é justo recordarmos o estudo de G. ROSSELLÓ BORDOY (1991), como o de Cláudio TORRES, Susana GÓMEZ e Manuela Barros FERREIRA (2003), onde constam as denominações do mesmo objeto em diferentes línguas e as origens etimológicas de algumas. Também um de nós (GOMES, 1988: 179-180; GOMES, 1999: 50-56; GOMES, 2002: 34-48; GOMES, 2011: 364-400) elaborou estudo das técnicas de manufatura islâmica de cerâmicas e da evolução das suas morfologias a partir dos muito numerosos exemplares que encontrou em Silves.

O presente texto descola da necessidade de precisarmos a denominação de tipo de recipiente desconhecido, até o primeiro exemplar ser encontrado nas escavações arqueológicas efetuadas, sob direção de um dos presentes autores (RVG), no Castelo de Silves, e então interpretado como queimador de essências ou braseiro, e que tem, apesar de notória escassez de argumentos, conduzido diversos colegas a diferente leitura funcional e, sobretudo, distinta denominação.

Todos reconhecemos que a Arqueologia, como qualquer ciência viva, encontra-se em constante evolução, embora as suas construções teóricas, e os úteis debates delas derivados, devam assentar em, quanto possível, claras informações empíricas. E assim ocorre com o paradigma responsável pela atribuição de noções funcionais aos artefactos, normalmente decorrentes das formas daqueles.

EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

Em duas campanhas distintas de escavação de sector que viríamos a reconhecer como pertencente ao complexo de banhos do Palácio Principal do Castelo de Silves, surgiram, no mais recente nível de ocupação islâmica, fragmentos do um mesmo grande recipiente aberto, de cerâmica (CAST. SILV.Q24/C2-1). Este possuía forma prismática hexagonal, paredes verticais baixas, mas espessas, bordo extrovertido com a superfície superior plana, e assentava em fundo também plano. Foi produzido com pasta de cor vermelha clara. A superfície interior apresenta fino esmalte de cor branca, e a exterior de cor verde, espesso e com manchas e escorrimentos de tom mais escuro. As superfícies interiores oferecem decoração plástica, incisa e impressa, de carácter arquitetónico, constituída por nichos, nos cantos e a meio daquelas, providos de vãos, com os topos apontados, rodeados por grafila de glóbulos de arcos ultrapassados, integrados em alfiz. No topo de cada nicho existe perfuração circular. Mede 48 cm de diâmetro e 19,2 cm de altura.

Verificámos que o espaço onde jaziam aqueles testemunhos correspondia a pátio existente junto a jardim, originalmente tanque ou pequena piscina, revestida com grandes lajes de arenito vermelho ou massa de cal e areia, medindo 5 m por 2,6 m, provido de passeio envolvente e situado perto de alpendre. Este era coberto por telhado, de que registámos as telhas caídas, possivelmente estruturado por vigas de madeira.

Importa sublinhar que o interior do fundo do recipiente que referimos apresentava vestígios de rubefação por ali se ter queimado algo, conservando mancha de resíduos carbonizados, que alteraram a superfície daquele, provocando mesmo fissuração e alguma desagregação. O contexto do achado, em área junto dos banhos, mas, também, a sua morfologia e o estado do seu fundo, conduziram-nos a classificá-lo como queimador de essências ou de perfumes sólidos, assim tendo sido publicado e exposto na mostra “Arquitecturas. Testemunhos Islâmicos em Portugal” (GOMES, 1999: 559, 561, fig. III.164; GOMES, 2003: 264, fig. 164; GOMES, 2013: 92-93; GOMES e GOMES, 2001: 104, n.º 141).

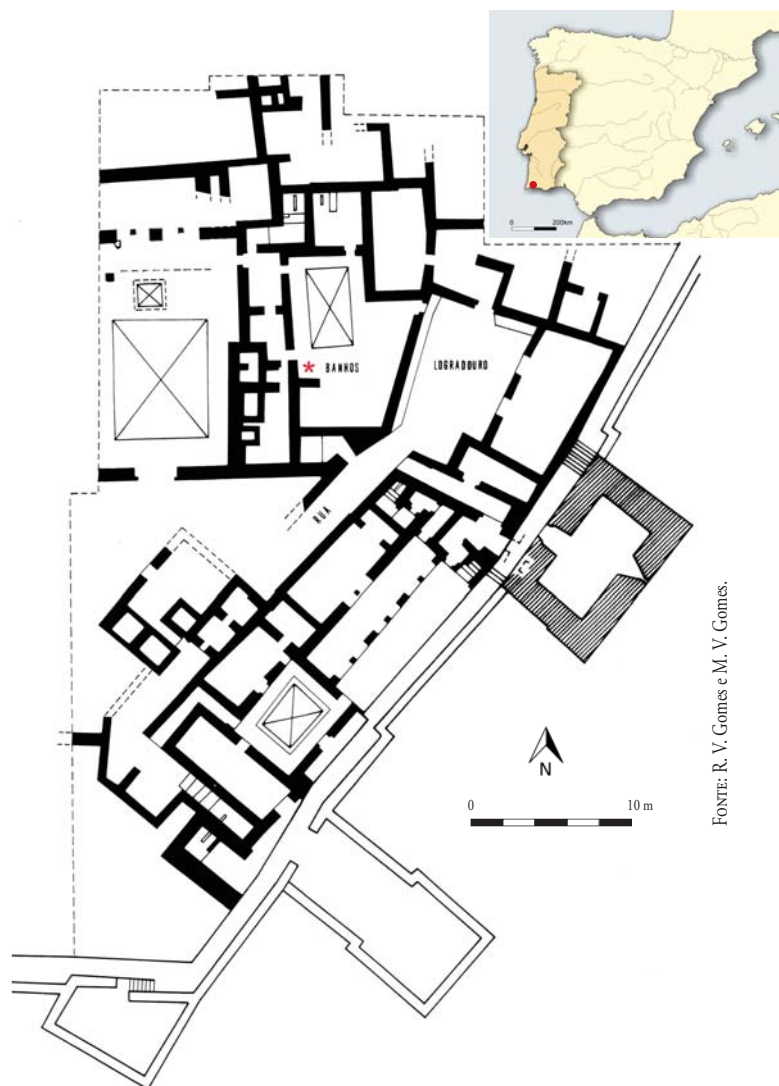


FIG. 1 – Localização do queimador/braseiro (*), na zona sudeste do Castelo de Silves.

Porção, contendo parte do bordo, da parede e do fundo, de queimador ou braseiro, com forma, decoração e dimensões muito semelhantes ao do exemplar exumado no Castelo de Silves, faz parte de conjunto de peças recolhidas avulsamente, ao longo dos anos, naquele monumento e na área urbana de Silves, que encontrámos guardado na Biblioteca Municipal da mesma cidade. Demos a conhecer, há mais de duas décadas, esta peça, embora tenha passado despercebida dos colegas que têm mencionado testemunhos congêneres (GOMES, 1999: 1616, fig. VII.23; GOMES, 2011: 358, fig. 2.23).

Na menção que, em seguida, fazemos de fragmentos de recipientes com a mesma morfologia do encontrado em Silves, abstermo-nos de atribuir àquela e de citar exemplares de tal modo pequenos, com diversas origens, que não permitem uma clara identificação.

Em 2005, foi publicada a importante monografia do sítio urbano islâmico, dos séculos XII-XIII, da Ilha de Saltés (Huelva), onde consta fotografia de porção de recipiente polilobulado, oferecendo forma e decoração idênticas aos de Silves, classificado como “*pileta para las abluciones rituales [...] com decoración arquitectural (mihrab)*”, sem quaisquer explicações adicionais (BAZZANA e BEDIA GARCÍA, 2005: 309, fig. 240). Surgiu, durante escavação na zona ribeirinha da cidade de Silves, frag-

mento contendo parte de outro queimador de essências ou braseiro, do tipo dos acima referidos, então dado a conhecer como de “forma indeterminada”. Encontra-se vidrado de cor verde e foi classificado, através de paralelos com os exemplares do Castelo de Silves e de Tavira, na segunda metade do século XII à primeira metade da centúria seguinte (GONÇALVES e KHAWLI, 2008: 190, fig. 26).

Porção de recipiente, que seria formalmente muito semelhante aos exemplares mencionados anteriormente, foi exumado no Castelo de Moura, sendo atribuído aos séculos XII-XIII, e classificado como “queimador de essências” (MACIAS, GASPAS e VALENTE, 2013: 120, fig. V.60).

Foi recolhido por avó de D. Diego de Mora-Figueroa (a quem agradecemos a informação e as fotos que nos enviou), entre 1920 e 1930, possivelmente em silo, no seu Castelo de Arcos de la Frontera, perto de Jerez (Cádiz), sector de peça pertencente ao conjunto das agora reunidas. Esta foi fabricada com pasta de cor vermelha clara. Oferece nichos no interior dos cantos e a meio dos lados, com arcos integrados em alfiz e perfuração superior. A superfície interior, estampilhada com motivos circulares, encontra-se esmaltada de cor verde, sendo a exterior da cor da pasta. Apresenta, no interior do fundo, vestígios de ação do fogo. Mede 30 cm de diâmetro e 11 cm de altura.

O Museu Municipal de Tavira guarda porção de queimador, produzido com pasta de cor rosada, com a superfície interior esmaltada de cor verde e a exterior da cor da pasta, procedente do chamado Palácio da Galeria. Esta peça apresenta o interior do fundo decorado com incisões onduladas e, nas paredes, nichos, possuindo vãos encimados por arcos, integrados em alfiz. Foi atribuída, sem evidências arqueológicas, aos séculos XII e XII-XIII, sendo primeiramente classificada apenas como *al-tass*, mas surgindo em texto “*bacia de abluções (?)*, *queimador (?)*”, passando depois a ser considerada “*pia de abluções*” (MAIA e MAIA, 2003: 308, n.º 215; MAIA e MAIA, 2012: 96, n.º 105).

Fragmento existente no Museu de Ceuta, do tipo dos anteriormente referidos, mas de proveniência desconhecida e dado como de cronologia indeterminada, foi produzido com pasta de cor rosada. Mostra a superfície interior do fundo estampilhada com elementos circulares, e as laterais com nichos cujos vãos são arcos integrados em alfiz, possuindo abertura circular superior no topo. As paredes interiores e o fundo foram esmaltados de cor verde, sendo a exterior da cor da pasta. O interior do fundo encontra-se rubefato e quase sem esmalte, devido a ação do fogo. Media 42 cm de diâmetro no bordo e 15 cm de altura. Foi denominado “*pila*”, ou seja, em português pia (HITA RUIZ e LERÍA AYORA, 2011: 90-91;



Fotos: M. V. Gomes.

FIG. 2 – Queimador/braseiro do Castelo de Silves e pormenores do mesmo.

LINTZ, DÉLÉRY e LEONETTI, 2014: 342). O desconhecimento que os dois autores que primeiramente publicaram esta peça demonstram, relativamente aos exemplares portugueses, é comum na investigação espanhola, pois esta quase sempre considera o território português inexistente. Agora acentua-se a confusão. Quais os argumentos que conduziram a alterar a função e a denominação daqueles recipientes? A classificação pristina, arqueologicamente argumentada, haveria de ser afastada e os recipientes mencionados passarão a ser, quanto a nós gratuitamente, denominados bacias ou pias de abluções.

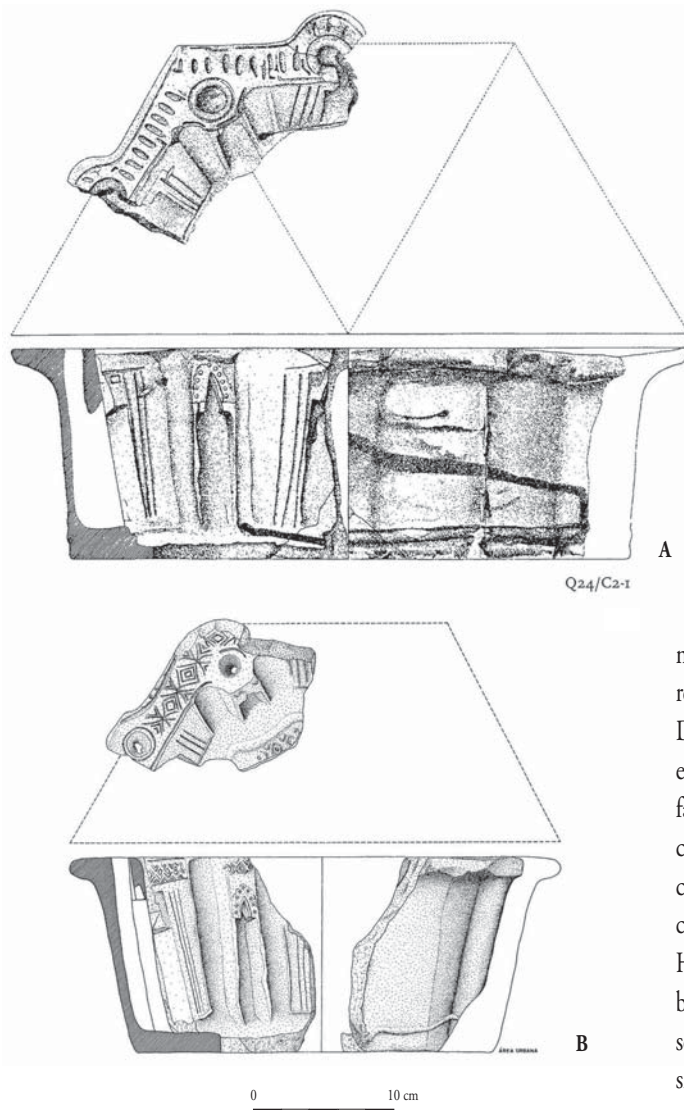


FIG. 3 – Queimadores/braseiros, do Castelo de Silves (A) e da área urbana de Silves (B).

OUTRO NOME, OUTRA FUNÇÃO?

O por nós classificado queimador de essências de Silves foi transdenominado, passando a poder ser *al-tass*, “bacia de abluções” ou “pia de abluções”. Quanto ao termo árabe *al-tass*, ele é polissêmico, pois possui diferentes significados (copo, tigela, taça, bacia), dependendo do contexto em que é usado, embora seja genericamente indicado para designar recipiente para água, tanto no árabe clássico, como norte-africano. G. ROSSELLÓ BORDOY (1991: 92-93, 149) acrescenta aos sinónimos indicados, aguamanil e jarro para higiene pessoal, pelo que é de, liminarmente, refutarmos aquela designação.

Quem redigiu as fichas para o catálogo de importante exposição intitulada “Le Maroc Médiéval. Un Empire de l’Afrique à l’Espagne”, realizada, em 2014-2015, no Museu do Louvre, em Paris, e que ulteriormente esteve no Musée Mohammad VI, em Rabat, optou pela denominação “bacia de abluções” (LINTZ, DÉLÉRY e LEONETTI, 2014: 342-343, n.º 194). Entrámos em contacto com uma das autoras da ficha daquela obra,

Claire Deléry, interrogando-a sobre quais as informações que levaram a tal classificação. Em e-mail de abril de 2015, respondeu-nos, muito amavelmente: “Effectivement, vous avez raison, les pièces comparables à celle découverte à Silves posent des problèmes d’interprétation et on n’est pas sûr qu’il s’agisse de vasques à ablution. Vous avez raison, nous aurions dû nuancer par un point d’interrogation. Des recherches complémentaires doivent être faites pour mieux comprendre l’usage de ces pièces, et le contexte de découverte à Silves est dans ce cadre très important”. No catálogo supracitado surge grande fotografia da peça de Silves, assim como fragmento de outra, similar, procedente de Ceuta, referindo-se, ainda, o terceiro recipiente do mesmo tipo, encontrado em Tavira. Um dos argumentos que conduziram à classificação “bacia de abluções” foram os paralelos técnicos e decorativos encontrados com as chamadas “pias de abluções” retangulares, embora cuja função verdadeiramente se desconhece (LINTZ, DÉLÉRY e LEONETTI, 2014: 342-343). Tendo em vista melhor apreciar este assunto, talvez seja pertinente o paralelo com possível protótipo, fabricado em liga de cobre e damasquinado a prata, profusamente decorado com motivos epigráficos e geométricos, medindo 29 cm de comprimento, proveniente de Herat e datado em cerca de 1200, usado como bandeja ou lavabo de mesa. Encontra-se atualmente no Museu do Hermitage (WARD, 1993: 76, fig. 55). Registe-se desde já, que um lavabo de mesa é bem diferente de uma pia de abluções, pois aquele primeiro serve para lavar os dedos aquando das refeições, nada tendo a ver com a simbologia religiosa de uma ablução, dado que então se comia à mão, por vezes apenas com a ajuda de faca.

Trabalho que reúne peças de cerâmica islâmicas do *Gharb*, tidas como morfológica e funcionalmente menos comuns, menciona o recipiente exumado na alcáçova de Silves e o fragmento do seu congénere de Tavira. Ambos surgem designados como “pias de abluções?”, tanto nas entradas respetivas, como nas legendas das imagens. Uma vez mais, a interrogação reflete a incerteza e cuidada reserva. Todavia, as concreções e vestígios de ação do fogo que o interior do recipiente de Silves ainda conserva, foram interpretados como derivados dele conter água devido àquela utilização, ou seja, como pia de abluções. Esta explicação é totalmente inverosímil, pois para que tal acontecesse era necessário que ali corresse muitos milhares de metros cúbicos de água, e bem calcária. Não obstante, não se deixa de aceitar os vestígios de fogo, aliás bem patentes e testemunhados por quem exumou e restaurou o recipiente. Mas, a cronologia foi então alargada aos séculos XII-XIII, sem qualquer explicação, passando do intervalo de cerca de meio século (1191-1248), que as informações históricas e arqueológicas permitiram atribuir, para dois séculos, assim eliminando todo o contexto cultural que o recipiente integrava. A cronologia fina, que todos os arqueólogos desejam, foi substituída pela generalidade, assim fazendo retroceder a investigação, sobre este assunto, meio século (GONÇALVES *et al.*, 2018: 171-172, n.ºs 3.3.2., 3.3.3.).

MAIS QUEIMADORES / BRASEIROS

Arqueólogos e historiadores não tiveram dúvidas ao denominarem como queimadores conjunto de recipientes poligonais, circulares ou ovais, abertos, possuindo fundo plano, normalmente assentes em pés, muito baixos, produzidos em pedra calcária branda ou mármore, os primeiros encontrados na Alhambra de Granada (TORRES BALBÁS, 1934). Samuel de los SANTOS JENER (1944), que dedicou estudo tipológico àqueles artefactos, chamou-lhes “braserillos” pois, segundo o mesmo, seriam para, à mesa, conservarem as comidas quentes, através de brasas neles colocadas, ou para queimarem perfumes, incenso, alfavema ou outras essências vegetais. Alguns autores têm continuado a estudar estes recipientes, que também surgem em cerâmica (*nafah*). Conhecemos dois fragmentos de um destes recipientes, de pedra calcária, encontrados em Silves e que guarda o Museu Municipal de Arqueologia (FERNÁNDEZ-PUERTAS, 1972; PÉREZ HIGUERA, 1994: 163, 166; MARINETTO SÁNCHEZ, 1995; LENTISCO NAVARRO, 2018).

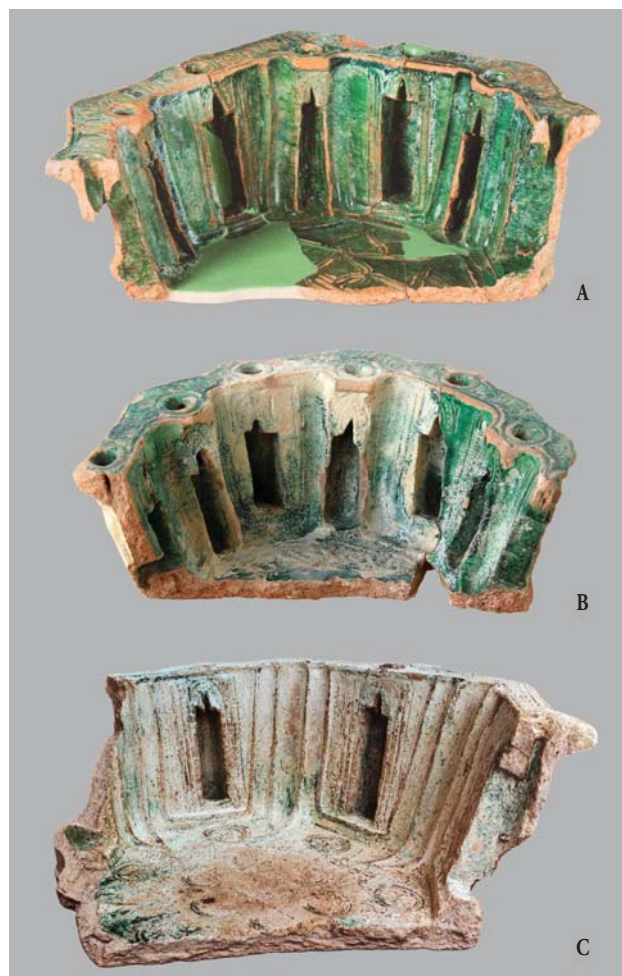
São melhor conhecidos os braseiros primitivos com seis faces, produzidos em liga de cobre, alguns profusamente decorados, sendo excepcional o exemplar almóada, procedente de Córdova e muito divulgado (LINTZ, DÉLÉRY e LEONETTI, 2014: 383, n.º 230). Braseiros metálicos com forma idêntica foram utilizados na Turquia e Irão até à contemporaneidade.

As afinidades morfológicas, e certamente funcionais, daqueles com os braseiros de cerâmica objeto da presente nota, são grandes: a mesma forma poligonal com seis faces, fundo plano, a presença de “torres” nos cantos exteriores, e até as dimensões do corpo, pois o do exemplar de Córdova mede 32 cm de diâmetro e 10 cm de altura.

Os vãos, encimados por arcos ultrapassados e enquadrados por alfiz, dos pequenos nichos abertos a partir das faces interiores dos queimadores ou braseiros mencionados, que audaciosamente BAZZANA e BEDÍA GARCÍA (2005: 309) entenderam ser *mihrabs*, canonicamente não permitia a presença de água, caso se tratasse de pia de abluções, conforme por eles classificada. Por outro lado, a existência do que seriam vários *mihrabs* conduziria os fiéis à desorientação relativa à direção sagrada de Meca, tão fundamental à oração e a outros gestos dos comportamentos quotidianos no mundo islâmico.

CONCLUSÕES

Muitos investigadores continuam a ignorar os contextos funcionais, cronológicos e culturais, que os testemunhos arqueológicos integravam ou, até mesmo, aspetos de pura lógica, assim como as suas especificidades e, em particular, a biografia e localização dos objetos em determinados espaços. No caso do queimador de essências de cerâmica de Silves, o melhor conservado que, por ora, se conhece, conforme mencionámos, jazia no pátio contíguo ao complexo de banhos do palácio principal da



FOTOS: A - C. M. Távira; B - D. Diego Mora-Figueroa; C - Hita Ruiz e Lúcia Avora, 2011.

FIG. 4 – Queimadores / braseiros de Tavira (A); Castelo de Arcos de la Frontera (B); Ceuta (C).

alcáçova de Silves, anterior à sua conquista cristã definitiva. Tratava-se de espaço aberto e de relaxamento, incompatível com local onde habitualmente os muçulmanos realizam as cinco orações diárias, associadas à meditação e introspeção religiosa, antecedidas de ritual de purificação das partes expostas do corpo (rosto, mãos e pés).

Importa referir que, como verificámos, o exemplar de queimador / braseiro do Castelo de Silves é o único que possui cronologia clara, ou seja, situada entre 1191, ou algo ulterior, e 1248, correspondendo à primeira metade do século XIII. Segundo registámos, o fragmento da Ilha de Saltés, tal como o de Tavira, foram datados nos séculos XII-XIII, ou seja, num amplo período de duzentos anos, mas que não exclui o achado de Silves.

Sobre a funcionalidade de tais recipientes, julgamos significativo, e até determinante, que na peça do Castelo de Silves se tenham encontrado vestígios de combustão e de ação do fogo no interior do seu fundo, o mesmo ocorrendo nos exemplares do Museu de Ceuta e de Arcos de la Frontera. Nunca observámos os restantes que citamos.

Mas, mesmo assim, porquê a intrigante mudança de funções e de denominação? Julgamos tratar-se de aspeto que, além de refletir a salutar

dúvida que a construção científica impõe, possui vertente idiossincrática. Esta foi denunciada, nos anos trinta da passada centúria, por V. Gordon Childe, ao reconhecer o facto dos arqueólogos sistematicamente atribuírem aos artefactos cuja utilização prática desconhecem, funções ligadas ao mundo mágico-religioso, nomeadamente aos pré-históricos, onde a informação disponível é menor. Acrescentamos que o sagrado confere valor intrínseco, tanto aos sítios como aos artefactos, mas ainda aos arqueólogos que os estudam, assim permitindo alcançar-se o topo da hierarquia da importância, muito evidenciada pelas narrativas que dele descolam. Um queimador ou braseiro não tem o alto estatuto “ontológico” de uma “pia de abluções”. Esta, aos olhos dos ignaros, remete para as fantasias do Oriente, prenhe de maravilhoso, riqueza e luxúria, impondo-se ainda por refletir a superestrutura religiosa, a participação nos rituais dela emanados, e até a proximidade ao sagrado e à transcendência ou, talvez mesmo, à divindade. Recordemos que, no princípio do século passado, H. Breuil ganhou enorme reputação e prestígio, chegando a sintomaticamente ser denominado o “Papa da Pré-História”, ao valorizar a arte paleolítica como manifestação intrinsecamente ligada ao sagrado, constituindo as grutas verdadeiros santuários subterrâneos, como por promover os próprios homens e mulheres que a produziram, até então considerados criaturas inferiores, porque além de tecnologicamente limitados não possuíam religião. Enfim, um queimador de essências ou braseiro é algo comum, se comparado a pia de abluções islâmica que, para além do exotismo oriental que carrega, teve o privilégio de participar no ritual que levava ao encontro com Deus. Os queimadores ou braseiros, de cerâmica, pedra ou metal, fizeram parte do equipamento doméstico comum do *al-Andalus*. Os três materiais mencionados acumulam e mantêm o calor, aquecendo divisões das habitações, conferindo-lhes temperatura amena, permitindo a queima de essências (*attars*) e assim tornando os ambientes mais agradáveis ao olfato. Eles afugentavam insetos e eram sinal de bom acolhimento ao se receber visitas, mas julga-se, também, que seriam capazes de afastar o mau-olhado e os maus espíritos. Aquela prática acentuava-se aquando do Ramadão, para purificar o ar e a alma, criando ambiente próprio à espiritualidade. Além de madeiras diversas, queimava-se, nos contextos abastados do Oriente, madeiras aromáticas como o sândalo, a par

do açafraão ou o dispendioso incenso, assim como o âmbar, almíscar e especiarias. Era usual queimar-se madeira impregnada em óleos e resinas odoríferas (*bakhoor*).

A forma hexagonal dos queimadores que temos vindo a referir, pois cada lado tem a dimensão do raio da circunferência onde aquela se pode inscrever, mantém estreita relação com o símbolo apotropaico, entre judeus, cristãos e muçulmanos, que é a estrela ou “selo de Salomão”, corporizado através de dois triângulos equiláteros sobrepostos com os vértices opostos. No mundo islâmico, seis representa a perfeição e o destino místico. No século X, o teólogo iraniano ismaelita Abu Ya'qub Sejestani fez corresponder aquele número aos seis dias da criação do

FIG. 5 – Distribuição dos grandes queimadores/braseiros, de cerâmica, poligonais, no *al-Andalus* e Magrebe. **A.** Silves (Castelo, Área Urbana e Zona Ribeirinha); **B.** Tavira; **C.** Moura; **D.** Ilha de Saltés; **E.** Castelo de Arcos de la Frontera, **F.** Ceuta.



FONTE: R. V. Gomes e M. V. Gomes.

TABELA 1 – Distribuição dos queimadores/braseiros de cerâmica, poligonais, no *al-Andalus* e no Magrebe

Local de origem	Referência	Atribuição cronológica	Bibliografia
Castelo de Silves	CAST.SILV.	1191-1248 (C2)	GOMES, 1999, 2003, 2013; GOMES e GOMES, 2001
Silves. Área urbana	--	1191-1248	GOMES, 1999, 2011
Silves. Zona ribeirinha	J6/E7	2.ª metade do século XII-1.ª metade do século XIII	GONÇALVES e KHAWLI, 2008
Ilha de Saltés	922557	Séculos XII-XIII	BAZZANA e BEDIA GARCÍA, 2005
Castelo de Moura	--	Séculos XII ou XIII	MACIAS, GASPAS e VALENTE, 2013
Castelo de Arcos de la Frontera	--	1.ª metade do século XIII	inédito
Palácio da Galeria Tavira	--	Séculos XII-XIII	MAIA e MAIA, 2003, 2012
Ceuta	--	Indeterminada	HITA RUIZ e LERÍA AYORA, 2011.

Mundo, representando, ainda, as suas seis energias (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1997: 591).

Os orifícios existentes no topo dos pequenos nichos que os queimadores/braseiros possuem, talvez simbolizem a passagem entre dois mundos, o dos crentes e o mundo profano, podendo ainda serem conotados com as portas do Céu. Eles permitem pensar que ali se queimariam essências mais raras, por isso em pequenas quantidades, como o incenso (*Boswellia sacra* Flueck) e a mirra (*Commiphora myrrha*), procedentes do sul da Península Arábica, hoje Lémen e Sultanato de Oman (Zufâr) ou do nordeste de África (Somália, Eritreia, Etiópia), que se costumava misturar com gordura animal (GOMES, 2023). Estas, ao arderem, o fumo saía por aquelas aberturas. Também se pode colocar a hipótese de elas servirem para suportar pivetes, ou seja, pequenos rolos de substâncias aromáticas que queimavam lentamente. Todavia, no mundo islâmico, tal como em outras civilizações, o fumo tem grande importância simbólica. Quando este possuía cor branca, para além de se acreditar que purificaria o ar, constituía a imagem da relação entre a Terra e o Céu, elevando-se até Deus (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1997: 340).

Entre outras essências que podiam ser queimadas conta-se o cedro (*Juniperus oxycedrus*), de que existiram, pelo menos até ao século XVI, e conforme informação literária, densas matas nos arredores de Silves, o medronheiro (*Arbutus unedo* L.), o pinheiro (*Pinus sylvestris* L.), a acácia (*Vachellia nilotica* L.), o aloé (*Aloe vera* L.), o tamarindo (*Tamarindus indica* L.), a lavanda (*Lavandula stoechas* L.), o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), estas duas últimas espécies comuns no Gharb, mas também a cevada (*Hordeum vulgare* L.), pétalas de rosa (*Rosa* spp) ou folhas e pequenos troncos de videira (*Vitis vinifera* L.), que proporcionavam odor considerado doce e se sabia terem propriedades terapêuticas. No respeitante à cevada, é bem conhecido o seu valor económico, tanto na alimentação humana como de animais, pelo que existe testemunho desde os tempos homéricos (*Od.* XI, 24-26) do seu uso ritual, como a libação que Ulisses fez em honra dos antepassados. Não obstante, ela, quando queimada, liberta odor agradável ao olfato, ainda hoje muito apreciado.

Os odores que se produziam nos queimadores não possuíam classificação e aceitação generalizada, pois, conforme sabemos, tal como hoje, tais apreciações dependeriam sobretudo de hábitos culturais e do gosto individual. O estudo dos macro-restos vegetais e de pólenes efetuados para amostras procedentes do jardim situado junto ao local de proveniência dos fragmentos de queimador ou braseiro do Castelo de Silves, revelaram, entre outras espécies, a presença de restos de madeira de videira e de medronheiro, talvez re-

sultantes de cinzas de queimadores, ali aproveitadas como adubo (PAIS, 1996: 280; VAN LEENWAARDEN e QUEIROZ, 2000; QUEIROZ e MATEUS, 2012: 181, 189, 190, 195; GOMES e GOMES, 2015: 509-512).

A distribuição geográfica atual daqueles recipientes indica que, embora raros, é maior no extremo ocidental do *al-Andalus*, sugerindo a morfologia e as decorações que pertencerão a um mesmo centro produtor, talvez situado na região de Silves ou, mais provavelmente, na de Sevilha. Esta é considerada centro produtor de grandes recipientes estampilhados, as talhas que, não raro, usaram nas suas decorações o motivo do arco ultrapassado com gráfila de glóbulos, como as que todos os queimadores que referimos também exibem.

Pretendemos com este texto evidenciar a importância de se considerar o contexto arqueológico, funcional e simbólico dos artefactos, evitando atribuições simplistas e genéricas, afastadas da informação empírica. A presença de alguns queimadores de essências ou braseiros em áreas habitacionais palatinas e urbanas reforça a sua função doméstica, enquanto os vestígios de combustão que alguns conservam ajudam a denunciar o seu uso, revelando práticas quotidianas das elites do *al-Andalus* na primeira metade do século XIII. A associação aos odores, e ao simbolismo do fumo, permite aproximar estes objetos da função apotropaica e da dimensão mística, confirmando-se que o sagrado e o profano não se encontram necessariamente separados.

AGRADECIMENTOS

Cumpre-nos expressar o nosso reconhecimento a D. Diego de Morá-Figueroa, pela cedência da informação sobre a peça encontrada no seu Castelo de Arcos de la Frontera, assim como à Câmara Municipal de Tavira, pela cedência da fotografia de queimador que publicamos. 📷

BIBLIOGRAFIA

- BAZZANA, André e BEDIA GARCÍA, Juana (dir.) (2005) – *Excavaciones en la Isla de Saltés (Huelva) 1988-2001*. Sevilla: Junta de Andalucía (*Arqueología, Monografías*). <https://bit.ly/44ar4ne>
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain (1997) – *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FERNÁNDEZ-PUERTAS, Antonio (1972) – “Braseros hispanomusulmanes”. *Cuadernos de la Alhambra*. Granada: Junta de Andalucía. 8: 77-86. <https://bit.ly/48UCEWc>
- GOMES, Mário Varela (2023) – “Some issues on ceramics. Incense burners (milbrik harah/ /mibākhirahor, majmārah/majāmirah)”. In *The Old Quelba/Khor Kalba Fortress. Portuguese Archaeological Mission at Sharjah (U.A.E.) (2017-2020)*. Lisboa: Sharjah Archaeology Authority / Instituto de Arqueologia e Paleociências / Rui Carita Unipessoal Lda, pp. 199-200. <https://bit.ly/4a49jK9>
- GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela (2015) – “Jardins na Arquitectura Urbana do Gharb”. In *D'Aquém, D'Além e D'Ultramar. Homenagem a António Dias Farinha*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Vol. 1, pp. 497-516. <https://bit.ly/4iHefqn>
- GOMES, Rosa Varela (1988) – *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*. Silves: Câmara Municipal de Silves (*Xelb*, 1). <http://hdl.handle.net/10362/124668>
- GOMES, Rosa Varela (1999) – *Silves (Xelb). Uma Cidade do Gharb al-Andalus: Arqueologia e História (Séculos VIII-XIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, Especialidade de Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais

- e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela (2002) – *Silves (Xelb). Uma Cidade do Gharb al-Andalus: Território e Cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 23).
- GOMES, Rosa Varela (2003) – *Silves (Xelb). Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Alcáçova*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 35).
- GOMES, Rosa Varela (2011) – *Silves (Xelb). Uma Cidade do Gharb al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 53).
- GOMES, Rosa Varela (2013) – *Arquitecturas. Testemunhos Islâmicos em Portugal*. Lisboa / Genebra: Fundação Calouste Gulbenkian / Aga Khan Trust for Culture.
- GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela (2001) – *Palácio Almoadá da Alcáçova de Silves*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- GONÇALVES, Maria José e KHAWLI, Abdallah (2008) – “Um Lote de Cerâmica Estampilhada de um Arrabalde da Silves Islâmica”. In *A Ocupação Islâmica da Península Ibérica - Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 175-192 (*Promontória Monográfica*, 11). <https://bit.ly/48nrHwh>
- GONÇALVES, Maria José; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; COELHO, Catarina; GOMES, Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; INÁCIO, Isabel; LIBERATO, Marco; SANTOS, Constança e DÉLÉRY, Claire (2018) – “Coisas Raras na Cerâmica do Gharb al-Andalus”. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola. 14: 165-180. <https://bit.ly/4oFeSII>
- HITA RUIZ, José Manuel e LERÍA AYORA, Ana (2011) – *Água, Cerâmicas y Ciudad en la Ceuta Medieval*. Ceuta: Museo del Revellín.
- LENTISCO NAVARRO, José Domingo (2018) – *Braseros de Piedra del Museo de la Alhambra*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife. <https://bit.ly/49ZbNtc>
- LINTZ, Yannick; DÉLÉRY, Claire e LEONETTI, Bulle Tuil (dir.) (2014) – *Le Maroc Médiéval. Un Empire de l'Afrique à l'Espagne*. Paris: Musée du Louvre / Hazan.
- MACIAS, Santiago; GASPAS, Vanessa e VALENTE, José Gonçalo (2013) – *Castelo de Moura, Escavações Arqueológicas 1989-2012, Catálogo*. Moura: Câmara Municipal de Moura. <https://bit.ly/4ozOIAQ>
- MAIA, Maria e MAIA, Manuel (2003) – *Távira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Catálogo de exposição.
- MAIA, Maria e MAIA, Manuel (2012) – *Távira Islâmica, Núcleo Islâmico, Museu Municipal de Távira*. Távira: Câmara Municipal de Távira. Catálogo de exposição. <https://bit.ly/448UFXL>
- MARINETTO SÁNCHEZ, Purificación (1995) – “Brasero”. In *Arte Islámico en Granada. Propuesta para un Museo de la Alhambra*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, p. 309.
- PAIS, João (1996) – “Paleobotânica (Finais do Séc. XI a Séc. XIII-XIV) do Sul de Portugal-Setúbal, Mértola e Silves”. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola. 4: 277-282. <http://hdl.handle.net/10400.26/2602>
- PÉREZ HIGUERA, Teresa (1994) – *Objetos e Imágenes de Al-Andalus*. Madrid: Lunwerg Editores, S.A.
- QUEIROZ, Paula F. e MATEUS, José E. (2012) – “As Plantas no Quotidiano do Mundo Islâmico. Vestígios arqueobotânicos do Sul de Portugal”.
- In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.). *Memória dos Sabores do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 177-199.
- RIBEIRO, Margarida (1984) – *Olaria de Uso Doméstico na Arquitectura Conventual do Século XVI*. Montemor-o-Novo: Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo (*Cadernos de Etnologia*, 1).
- ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo (1991) – *El Nombre de las Cosas en Al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*. Palma de Mallorca: Museo de Mallorca.
- SANTOS JENER, Samuel de los (1944) – “Braserillos Arabes de piedra hallados en Córdoba”. *Boletín de la Real Academia de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes de Córdoba*. 15 (48): 65-70. <https://bit.ly/4pk5SDB>
- TORRES, Cláudio; GÓMEZ, Susana e FERREIRA, Manuela Barros (2003) – “Os Nomes da Cerâmica Medieval. Inventário de termos”. In *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 125-134. <http://hdl.handle.net/10400.26/4132>
- TORRES BALBÁS, Leopoldo (1934) – “Crónica Arqueológica de la España Musulmana. Los braseiros”. *Al-Andalus*. Tomo II: 389-390.
- VAN LEEUWAARDEN, Wim e QUEIROZ, Paula F. (2000) – *Estudo Arqueobotânico do Castelo de Silves*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos do Centro de Investigação em Paleoeologia Humana e Arqueociências*, 8).
- WARD, Rachel (1993) – *Islamic Metalwork*. London: British Museum Press.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

PUBLICIDADE



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

Associação de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos
Organização Não-Governamental de Ambiente

[travessa luís teotónio pereira, cova da piedade, almada]
[212 766 975 | 967 354 861]
[c.arqueo.alm@gmail.com]
[https://carqueoalm.wixsite.com/website]
[http://www.facebook.com]

**uma Associação em
que dá gosto participar!**

**CENTRO DE
ARQUEOLOGIA DE
ALMADA | 1972-2026**

54 anos de intervenção social, a promover uma
visão integrada da Arqueologia, do Património Cultural
e Ambiental e da História local e regional, no exercício
partilhado de uma cidadania cultural e
cientificamente informada.

peça já a sua ficha de inscrição

RESUMO

Análise da estátua de São Bartolomeu localizada na Capela de São Gonçalo, em Arcã (Sabrosa), importante exemplo da escultura figurativa românica ou românico/gótica no meio rural de Trás-os-Montes. Integrada no projecto *Pannonias Digital Old Land*, a investigação inclui o estudo histórico, iconográfico e técnico da peça, uma escultura em granito de 52 cm de altura, talhada em vulto pleno e caracterizada pela rigidez formal e expressividade simbólica do românico. O estudo empregou tecnologias de digitalização 3D, fotogrametria e microtopografia para documentar e preservar a obra, revelando marcas de ferramentas e detalhes iconográficos. Conclui-se que esta escultura constitui um testemunho artístico e religioso de grande valor, demonstrando a existência de oficinas escultóricas regionais e a riqueza espiritual da arte românica portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média (cristão); Românico; Escultura; Metodologia.

ABSTRACT

This article examines the statue of Saint Bartholomew located in the Chapel of São Gonçalo, in Arcã (Sabrosa), as a significant example of Romanesque or Romanesque/Gothic sculpture in the rural region of Trás-os-Montes, Portugal. Conducted under the *Pannonias Digital Old Land* project, the research offers a historical, iconographic, and technical study of a 52 cm granite sculpture carved in the round, marked by the symbolic rigidity typical of Romanesque art.

Using 3D scanning techniques, as well as photogrammetry and microtopography, the study digitally preserved the piece and identified tool marks and stylistic features. Findings highlight its artistic and religious significance, revealing the existence of skilled regional craftsmanship and emphasizing the spiritual riches of Romanesque art in Portugal.

KEY WORDS: Middle Ages (Christian); The Romanesque; Sculpture; Methodology.

RÉSUMÉ

Analyse de la statue de Saint Bartholomée située dans la Chapelle de Saint Gonçalo, à Arcã (Sabrosa), important exemple de la sculpture figurative romane ou romano-gothique dans le milieu rural de Trás-os-Montes. Intégrée dans le projet *Pannonias Digital Old Land*, la recherche inclut l'étude historique, iconographique et technique de la pièce, une sculpture en granit mesurant 52 cm de hauteur, sculptée de plein pied et caractérisée par la rigidité formelle et l'expressivité symbolique du romantisme. Cette étude a employé des techniques de numérisation en 3D, photogrammétrie et microtopographie afin de documenter et préserver l'œuvre, révélant des marques d'outils et des détails iconographiques. On en conclut que cette sculpture constitue un témoignage artistique et religieux de grande valeur, démontrant l'existence d'ateliers de sculpture régionaux et la richesse spirituelle de l'art roman portugais.

MOTS CLÉS: Moyen Âge (chrétien); Art Roman; Sculpture; Méthodologie.

A Estátua de São Bartolomeu de Arcã, Sabrosa

um marco inédito da escultura do romano/gótico no mundo rural do norte de Portugal

Gerardo Vidal Gonçalves ^{1,2}, Dina Borges Pereira ¹ e Rúben Mendes ¹

INTRODUÇÃO

O documento que aqui se apresenta resulta, em parte, do trabalho de inventariação, classificação, estudo, digitalização e valorização no âmbito do projecto *Pannonias Digital Old Land*, financiado parcialmente pelo Turismo de Portugal / Turismo do Porto e Norte, e com a contribuição financeira dos municípios de Sabrosa, Alijó e Murça. O projecto foi idealizado, concebido e promovido pela Associação de História e Arqueologia de Sabrosa (AHAS), com o apoio da Dr.^a Laura Castro, aquando do desempenho de funções como Diretora Regional de Cultura do Norte, possibilitando ainda a integração do sítio arqueológico do Santuário de Panoias no projecto.

No âmbito dos levantamentos iniciais, a localização da estátua de São Bartolomeu de Arcã (ver Fig. 1) abriu caminho para o início dos trabalhos de investigação. O objectivo inicial foi realizar um estudo histórico/cronológico, iconográfico, morfológico e descritivo da peça escultórica. A estátua de São Bartolomeu teria sido documentada pelo Padre João Parente, numa brevíssima descrição com duas linhas, no quarto volume da sua obra *Idade Média no Distrito de Vila Real* (PARENTE, 2014: 249).

Após a localização da peça, foram articulados os contactos com a Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão e a responsável pela manutenção da Capela de São Gonçalo, na Aldeia de Arcã, para poder ter acesso à peça e proceder ao estudo e digitalização da mesma *in loco*. Os trabalhos de campo ocorreram no dia 4 de Outubro de 2025, no interior do edifício.

¹ AHAS - Associação de História e Arqueologia de Sabrosa
(gerardo.vidal@ahas.pt / gerardo@uevora.pt; dina.pereira@ahas.pt; mendes_ruben25@hotmail.com).

² CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora

Por opção dos autores, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-10-30.



FIG. 1 – Estátua de São Bartolomeu, no nicho interno da parede Sul da Capela de São Gonçalo, na aldeia de Arcá, em Sabrosa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o presente estudo, foram utilizados equipamentos diversos para a digitalização multidimensional de uma estatueta em granito, localizada na Capela de São Gonçalo, na Aldeia de Arcá (freguesia de São Lourenço de Ribapinhão), no concelho de Sabrosa.

Neste sentido, foram utilizadas uma câmara fotográfica SRL, Canon EOS 2000D, com uma objectiva Canon EFS 15-55 mm, com estabilizador de imagem, macro de 0,28 m/0,8 ft com filtro polarizador de 58 mm e, para fotografia de grande aumento, um anel inversor de 58 mm. Para a digitalização multidimensional foi utilizado um *Scanner* 3D Creality CR-Scan Lizard Premium, com uma resolução de 0,1 a 0,2 mm. Para o tratamento da informação, modelação e cálculos digitais foram utilizados os seguintes programas: **a)** Blender, desenvolvido pela Blender Foundation, de código aberto (*open-source*) e **b)** CR Studio, da Creality.

SOBRE A ESCULTURA EM PEDRA DOS SÉCULOS XI A XIV

Na Idade Média, o conceito de Arte possuía um significado muito diferente do actual. “Arte” designava essencialmente uma actividade manual ou mecânica, guiada por regras e técnicas específicas. O indivíduo que idealizava e executava uma obra era conhecido como artífice, termo que integrava a dimensão intelectual à prática artesanal. Para alcançar tal condição, era necessário transformar uma matéria-prima bruta em

algo útil ou simbólico, elevando o simples acto de fazer a um processo de criação com valor espiritual e social.

Segundo Georges DUBY (1990), a obra de arte medieval era, antes de tudo, um objecto de enfeite e ostentação, mas também de superação, pois estabelecia uma ligação com o sagrado. A arte surgia, assim, como uma manifestação de poder, expressão da glória divina e da onipotência de Deus.

Além do seu valor religioso, a arte medieval possuía também uma dimensão económica. Muitos monges e instituições religiosas obtinham lucro através da produção artística (SAURAS, 2003), o que demonstra que o seu carácter espiritual estava intimamente ligado a interesses materiais. Existia, contudo, uma distinção clara entre as artes liberais, como a lógica, a retórica e a poesia, e as artes mecânicas, que exigiam um trabalho mais manual. Estas últimas eram consideradas inferiores, razão pela qual poucos nomes de escultores, mestres construtores ou pintores chegaram até nós ¹.

A arte medieval tinha, aparentemente, uma função social, a qual se preocupava em ilustrar e centralizar a importância de uma igreja, de um doador, de uma figura ilustre ou de uma festividade, e não destacar o artista individualmente (MÂLE, 1918; PARIS, 2001; PORTER, 1918; SAURAS, 2003). Nesse contexto, o artesanato e o saber técnico integravam-se plenamente no conceito de Arte, que unia a utilidade, a devoção e a expressão simbólica num mesmo acto criador.

Na Arte medieval, sobretudo entre os séculos XI e XIV, não se encontram retratos que representem, com fidelidade, os rostos de figuras humanas ilustres. Mesmo os monarcas, frequentemente retratados em obras de carácter religioso ou cerimonial, não são identificáveis pelas suas feições, mas sim pelos símbolos do poder que ostentam, coroas, ceptros e indumentárias decoradas (BALAGNA, 2019; FÉLIX, 2013; FERNANDES, 2009; VALLE PÉREZ e RODRIGUES, 2001). O objectivo dessas representações não era individualizar o retratado, mas antes evidenciar a sua dignidade e o estatuto social e espiritual que o legitimavam perante os homens e diante de Deus (VALLE PÉREZ e RODRIGUES, 2001).

Por volta do século XII, a escultura em pedra começou a adquirir um estatuto distinto dentro das artes medievais (FÉLIX, 2013: 70). Nesse período, os escultores passaram a ser reconhecidos como especialistas, diferenciando-se dos pedreiros e dos restantes trabalhadores da construção. Esta separação marcou o início de uma nova valorização da escultura como forma de expressão artística autónoma. Já por volta de 1300, a escultura de corpo inteiro libertou-se definitivamente da dependência das estruturas arquitectónicas, deixando de ser apenas um elemento decorativo dos edifícios para se afirmar como obra independente (FÉLIX, 2013; VALLE PÉREZ e RODRIGUES, 2001).

¹ Esta afirmação encontra significado nas inúmeras lacunas sobre as oficinas de artífices, tanto em meios mais urbanos como em meios rurais. Existe uma enorme quantidade, uma quantidade gigantesca de autênticas obras de arte cujo autor permanece e permanecerá, para sempre, uma verdadeira incógnita.

Os processos técnicos também se tornaram mais complexos e rigorosos. Nos estaleiros de construção, os capitéis e outros elementos ornamentais eram cuidadosamente preparados, os blocos de pedra eram marcados com giz para indicar as áreas a desbastar, e o escultor seguia essas linhas com precisão (FÉLIX, 2013; VALLE PÉREZ e RODRIGUES, 2001). Em alguns casos, a escultura era executada directamente no local da estrutura arquitectónica, obrigando o escultor a trabalhar sobre andaimes (FÉLIX, 2013; MÂLE, 1918).

O processo de execução começava com o desbaste do bloco de pedra, feito com machados e martelos. À medida que a forma se definia, o escultor recorria a cinzéis e brocas para esculpir os pormenores e finalizar as superfícies². O acabamento era obtido através de abrasivos que poliam e uniformizavam a pedra. Uma vez concluída a escultura, esta era entregue aos pintores, responsáveis pela sua decoração³. A aplicação da cor não tinha apenas função estética. Servia também como protecção contra a acção do tempo e dos agentes atmosféricos, especialmente nas esculturas expostas ao exterior.

Esta evolução técnica e funcional reflecte o amadurecimento da arte escultórica medieval, que gradualmente passou de um ofício subordinado à Arquitectura, para uma disciplina artística de pleno direito, combinando precisão técnica, simbolismo e beleza formal.

Em contraste com a ausência de retratos realistas, a Arte medieval é abundante em representações de figuras sagradas e simbólicas como santos, anjos, alguns profetas, demónios e criaturas que não pertencem ao mundo terreno. Essa predominância do imaginário espiritual mostra uma orientação estética e teológica centrada na transcendência e na interioridade do Homem.

Consequentemente, as figuras humanas, os animais e as paisagens criadas pelos artífices medievais assumem formas estilizadas, com proporções exageradas e expressões simbólicas que pretendem transmitir uma mensagem religiosa, mais do que uma realidade visual. Muitas dessas obras apresentam também uma técnica aparentemente rudimentar ou simplificada (caso da estátua de São Bartolomeu que aqui estudamos), o que não deve ser interpretado como falta de habilidade, mas sim como uma escolha bastante consciente, subordinada à função espiritual da Arte. Assim, o artista medieval procurava menos a imitação da natureza e mais a evocação do divino, transformando a Arte num veículo de fé e contemplação, em que o essencial era tornar visível o invisível e aproximar o Homem de Deus através da imagem.

A Arte (escultura) medieval deve ser entendida como uma expressão profundamente espiritual e simbólica, na qual a técnica e a devoção se uniam num mesmo propósito: glorificar o divino e reflectir a ordem do mundo sagrado. Longe de procurar o realismo ou a individualização, o

artista medieval, o artífice, subordinava a sua criação à função religiosa e moral da imagem, transformando a matéria bruta (um bloco de granito, arenito, mármore ou pedra de ançã) num veículo de fé. A ausência de retratos realistas e a predominância de figuras espirituais demonstram que o essencial não era representar o Homem tal como ele é, mas como reflexo de Deus e da transcendência. Com o tempo, sobretudo a partir do século XII, a escultura em pedra evoluiu técnica e conceptualmente, libertando-se da Arquitectura e afirmando-se como uma Arte autónoma, dotada de rigor e expressividade próprios. Assim, a Arte medieval revela-se não apenas como testemunho da religiosidade de uma época, mas também como o ponto de partida para a valorização do artista e para o desenvolvimento da Arte europeia enquanto linguagem universal do espírito humano.

As corporações dos chamados ofícios mecânicos surgem em Portugal, através da documentação escrita, sobretudo a partir do século XV (MARCONI DA COSTA, 2017; MELO, 2006: 369; SANTANA DE SÁ, 2022: 18). Marcello Caetano recua um pouco mais num dos seus trabalhos relativos a Lisboa, alertando, no entanto, para o facto de que, na restante Europa, a fundação dessas mesmas corporações ocorreria muitos anos antes, recuando, muito provavelmente, ao ano 1000 (CAETANO, 1942). Na sua enorme maioria, as diversas manifestações escultóricas (esculturas figurativas) realizadas em Portugal entre os séculos XI e XIV apresentam origens (loais de manufactura) desconhecidas. Seja através da escassa documentação histórica anterior ao século XIV, relativa a esta temática, materializada nas corporações, associações de ofícios, guildas, seja a mais efectiva e razoável produção destas peças no interior de mosteiros ou outras instituições monásticas, pouca informação temos sobre o mapeamento e estudo dos diversos locais de produção da escultura em época da Baixa Idade Média. Os estudos sobre a Arte românica, corporações de ofícios a elas subordinadas e outros temas mais específicos devem-se, em primeiro lugar e rompendo com a tradição instalada em Portugal até à segunda metade dos anos setenta do século XX, a FERREIRA DE ALMEIDA (1971) e a Manuel Luís Real, Mário Barroca e Adelaide Miranda, no catálogo de exposição da Europália *Nos Confins da Idade Média* (NOS CONFINS..., 1992). Apesar dos esforços, a escultura figurativa de época românica ou gótica não possui ainda uma origem mapeada, mesmo que limitada pela informação documental ou outra.

Um pouco por toda a Europa, mas sobretudo na França, diversos autores se destacaram nos domínios da investigação histórica sobre os locais, oficinas ou ateliês de produção escultórica. Entre estes, destacam-se SCHLOSSER (1914), MORTET (1911), Lehmann-Brockhaus (CASSAGNES-BROUQUET, 2014) e, mais recentemente, numa análise sobre o conceito e a realidade dos ateliês de artistas na Idade Média, Sophie CASSAGNES-BROUQUET (2014), explora a dimensão teórica, prática, social e historiográfica destas realidades.

A escultura de São Bartolomeu de Arcá constitui um testemunho singular da escultura românica/gótica no norte de Portugal, particularmente relevante pela sua localização em meio rural e pela preservação

² Veremos isto mais à frente neste trabalho.

³ Na escultura de São Bartolomeu existem indícios, não completamente confirmados ainda, de uma coloração avermelhada na área da cabeça. Iremos, posteriormente, analisar esta informação através de um espectrómetro portátil.

de elementos simbólicos e técnicos de grande valor artístico. Contudo, apesar da sua importância, persistem várias incógnitas acerca da origem desta peça, da oficina responsável pela sua execução e da sua função simbólica no contexto religioso local. A ausência de documentação histórica directa, a falta de paralelos identificados na região e o desconhecimento sobre a proveniência do material pétreo utilizado tornam difícil estabelecer uma cronologia e uma autoria precisas. Esta lacuna de informação levanta uma questão central: será a escultura de São Bartolomeu uma criação autónoma de um centro escultórico regional, ou antes uma réplica adaptada de modelos urbanos ou monásticos difundidos no período românico?

A análise morfológica, iconográfica e técnica da peça permite avançar uma hipótese explicativa: a escultura resulta, provavelmente, da actividade de uma oficina escultórica regional, que, embora influenciada por modelos mais eruditos oriundos de centros artísticos do noroeste peninsular, desenvolveu um estilo próprio, profundamente enraizado no território e na espiritualidade local. Essa hipótese apoia-se em vários indícios. Em primeiro lugar, o material utilizado, granito de grão fino, é característico das rochas disponíveis na região, o que sugere, em parte, uma possível produção local. Em segundo lugar, a técnica de talha directa, as marcas mais ou menos visíveis de algumas ferramentas e o acabamento simplificado revelam um processo artesanal próximo das práticas medievais identificadas em outras esculturas rurais portuguesas ⁴.

Além dos aspectos técnicos, a dimensão simbólica da obra reforça a hipótese de uma criação regional com autonomia conceptual. A representação de São Bartolomeu, portando o livro e o cutelo, símbolo do seu martírio, acompanhado de um demónio acorrentado, exprime um imaginário profundamente pedagógico e espiritual, adaptado à religiosidade popular do meio rural. Este motivo iconográfico, que remete para os textos apócrifos do Evangelho de São Bartolomeu, evidencia uma leitura teológica simplificada, mas vigorosa, destinada a comunicar visualmente a vitória do bem sobre o mal.

Assim, a estátua de São Bartolomeu de Arcá deve ser entendida não como mera cópia de modelos urbanos, mas como expressão de uma oficina que assimilou e reinterpretou os cânones românicos à escala local. A sua rigidez formal, a frontalidade e a expressividade hierática traduzem o espírito românico, mas também a capacidade criadora de um artífice rural e provavelmente regional, que, com recursos limitados, transformou a pedra em veículo de fé e identidade comunitária.

Apesar de todos os esforços, continua por resolver, passadas quase duas décadas sobre a reflexão de Paulo Almeida Fernandes ⁵, a questão do inventário das esculturas e elementos artísticos manufacturados em pedra em território português. Sendo certo que a documentação que aborda os factos que nos permitiriam conjecturar sobre alguns dados é, na generalidade, escassa ou inexistente, sobretudo quanto à localização e orgânicas das diversas oficinas ou ateliês.

SOBRE SÃO BARTOLOMEU “O APÓSTOLO”

São Bartolomeu, um dos doze apóstolos escolhidos por Jesus Cristo, é uma das figuras mais enigmáticas do Novo Testamento. O seu nome, Bartolomeu, deriva provavelmente do aramaico “*Bar-Tolmai*”, que significa “*filho de Tolmai*” ou “*filho de Ptolomeu*”. No entanto, também referem alguns autores (SOUSA e ROSAS, 2014: 86) que o nome Bartolomeu comporta uma designação de origem grega (*Bartholomaios*), um patronímico ⁶ e não um nome próprio, oriundo também da Arménia do século I ou II d.C.

Nos evangelhos sinópticos ⁷ (São Mateus, São Marcos e São Lucas), Bartolomeu é mencionado sempre na companhia de Filipe, o que manifestamente levaria, desde muito cedo, à identificação do próprio apóstolo com “*Natanael* ⁸ *de Caná da Galileia*”, personagem que surge no Evangelho segundo São João (João 1: 45-51). Segundo esta tradição, Bartolomeu e Natanael seriam a mesma personagem, o que é, de facto, aceite pela maior parte dos investigadores, teólogos e pela própria Igreja (RODRÍGUEZ, 2011; SCHAFF, 1853, 1890; SOUSA e ROSAS, 2014; WALKER, 1922). A história de Natanael (São Bartolomeu), contada por São João (João 1: 49), ilustra o carácter específico do apóstolo. Quando Filipe o interpela (a São Bartolomeu), referindo, naturalmente, que encontrou aquele de quem Moisés e os Profetas escreveram, o chamado Jesus de Nazaré, Natanael reage, naturalmente, com algum cepticismo, visto ter sido, aparentemente, a primeira vez que se deparou com o nome e com a personagem, referindo o seguinte: “*De Nazaré pode vir alguma coisa boa?*” No entanto, ao aproximar-se de Jesus, ouve dele algumas palavras que o tocam profundamente: “*Eis um verdadeiro israelita, em quem não há engano*”. Surpreendido por ser conhecido por Jesus antes mesmo de se encontrar com ele, Natanael confessa a sua fé com palavras notáveis, referindo: “*Rabi, tu és o Filho de Deus, tu és o Rei de Israel*”. Este encontro entre Bartolomeu e Jesus ocorre a caminho da Galileia (João 1: 43-51), após a chamada de Filipe.

Depois deste episódio, o nome de Bartolomeu volta a aparecer apenas nas listas dos doze apóstolos e, mais tarde, no Evangelho de João,

⁴ Veja-se a imagem localizada num dos alçados laterais da igreja românica de São Lourenço de Ribapinhão, em Sabrosa. Apesar de ser uma imagem figurativa integrada num alçado, a sua componente figurativa (estatueta), colocada num pequeno nicho, enquadra-se na tipologia figurativa.

⁵ “O inventário, ponto de partida para qualquer abordagem

à grande dispersão da escultura românica, tarda em iniciar-se. Até agora, a investigação conseguiu constituir inventários parcelares privados, seguramente muito completos, mas longe de terminados e, especialmente, não transpostos para bases de dados relacionáveis, ao dispor de todos os investigadores e com qualidade fotográfica exemplar” (FERNANDES, 2009: 33).

⁶ Nome derivado do nome do pai, isto é, “*filho de...*”.

⁷ Os evangelhos sinópticos correspondem aos três primeiros evangelhos no Novo Testamento (Mateus, Marcos e Lucas). São assim designados pois, colocados lado a lado, apresentam uma versão comum sobre a vida, os ensinamentos, os milagres e paixão de Cristo.

⁸ O nome *Natanael* pode ser entendido como o “*Dom de Deus*”.

durante a aparição de Jesus ressuscitado, junto ao mar de Tiberíades⁹ (SCHAFF, 1890; SOUSA e ROSAS, 2014). Após a Ascensão, Bartolomeu foi testemunha do Pentecostes e participou no primeiro grande impulso missionário da Igreja cristã (RODRÍGUEZ, 2011).

As tradições sobre as viagens apostólicas de São Bartolomeu são numerosas e nem sempre concordantes, mas todas o apresentam como uma espécie de missionário incansável, que percorreu terras longínquas e bastante hostis para anunciar o Evangelho. Eusébio de Cesareia, historiador do século IV, afirma que Bartolomeu levou a Boa Nova até à Índia, onde teria deixado um exemplar do Evangelho segundo São Mateus em língua hebraica (CESAREIA, 2002: 109). Outras tradições referem a sua presença na Arábia, na Mesopotâmia, na Frígia, na Licaónia e, sobretudo, na Arménia (KNIGHT e ANGLIN, 2001; SOUSA e ROSAS, 2014). A tradição cristã na Arménia, em particular, é rica e bastante antiga, como é sabido. São Bartolomeu surge no Cristianismo antigo arménio como co-fundador da Igreja local, juntamente com São Tadeu, sendo por isso considerado padroeiro espiritual da Arménia cristã (RODRÍGUEZ, 2011).

Segundo essa tradição, Bartolomeu converteu ao Cristianismo o rei Polímio¹⁰ e a rainha da Arménia, bem como muitos habitantes do reino, o que provocou a ira dos sacerdotes pagãos. Estes sacerdotes, vendo a sua religião ameaçada, incitaram o irmão do rei, Astíages, a prender o apóstolo. O relato do seu martírio é um dos mais impressionantes da História do Cristianismo: Bartolomeu foi esfolado vivo e, em seguida, decapitado por Astíages (RODRÍGUEZ, 2011: 281; SOUSA e ROSAS, 2014: 95).

O tipo de martírio (o esfolamento) deu origem a uma das imagens mais marcantes da iconografia cristã. São Bartolomeu é frequentemente representado segurando uma faca¹¹, instrumento do suplício, ou a própria pele, como sinal do seu sacrifício total. Esta representação, embora chocante, encerra uma profunda mensagem espiritual: o santo despojado da carne torna-se símbolo do discípulo que renuncia a tudo, inclusive à própria vida, por amor a Deus. Na pintura renascentista, Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni (ver Fig. 5) imortalizou este apóstolo de forma inesquecível na obra *O Juízo Final*, da Capela Sistina, onde São Bartolomeu aparece segurando a pele esfolada, e onde o artista colocou o seu próprio rosto, gesto que exprime humildade e identificação com o sofrimento do mártir.

A personagem de São Bartolomeu encontra-se, em resumo, documentada em diversas passagens bíblicas como: **a)** o Evangelho segundo São Mateus (10, 2-4), através da referência “Os nomes dos doze apóstolos são estes: primeiro, Simão, chamado Pedro, e André, seu irmão; Tiago, filho de Zebedeu, e João, seu irmão; Filipe e Bartolomeu; Tomé e Mateus, o publicano; Tiago, filho de Alfeu, e Tadeu; Simão, o Zelota, e Judas Iscariotes, aquele que o traiu”; **b)** o Evangelho segundo São Marcos (3, 16-19), com a referência “Constituiu os Doze: Simão, a quem pôs o nome de Pedro; Tiago, filho de Zebedeu, e João, irmão de Tiago [...]; André, Filipe, Bartolomeu, Mateus, Tomé, Tiago, filho de Alfeu,

Tadeu, Simão, o Cananeu, e Judas Iscariotes”; **c)** o Evangelho segundo São Lucas (6, 13-16), com a referência “Chamou os seus discípulos e escolheu doze dentre eles, aos quais deu o nome de apóstolos: Simão, a quem chamou Pedro, e André, seu irmão; Tiago e João; Filipe e Bartolomeu; Mateus e Tomé; Tiago, filho de Alfeu, e Simão, chamado Zelota; Judas, filho de Tiago, e Judas Iscariotes”; **d)** no Acto dos Apóstolos (1, 13), com a referência “Entraram na sala de cima, onde costumavam reunir-se: Pedro, João, Tiago e André; Filipe e Tomé, Bartolomeu e Mateus; Tiago, filho de Alfeu, Simão, o Zelota, e Judas, filho de Tiago”. Existe ainda uma tradição (texto ou relato) relativa a um Evangelho segundo São Bartolomeu, uma referência à literatura apócrifa cristã antiga, provavelmente escrito entre os séculos II e IV d.C.

O Evangelho de São Bartolomeu, pouco estudado e de origem incerta, apresenta-se em versões gregas, eslavas, coptas e latinas. O texto estrutura-se, de forma mais ou menos organizada, como um diálogo entre Bartolomeu e Belial (Satanás), além de algumas passagens com Cristo e Maria. Essa forma dialogal justifica, em parte, o seu título alternativo: “*Questões de Bartolomeu*”. A crítica textual mostra que o documento circulou entre os séculos II e VI, provavelmente em ambientes cristãos orientais marcados por influências apocalípticas e simbólicas. O conteúdo do texto combina elementos evangélicos, apocalípticos e mario-lógicos, o que reflecte uma rica teologia da salvação (soteriologia).

O primeiro tema central do apócrifo é a descida de Cristo ao Inferno (o Hades), onde procede à libertação de Adão e dos patriarcas, reafirmando a sua vitória sobre o mal. A cena ressalta o carácter salvador e vitorioso de Jesus e antecipa o diálogo posterior entre Bartolomeu e o inimigo dos homens (PROENÇA, 2005). Essa narrativa da descida aos infernos é uma releitura simbólica de passagens bíblicas (como Mateus 27, 45-54¹² e no Livro de Jo 1, 51¹³), onde Bartolomeu, identificado com

⁹ O Mar de Tiberíades é também conhecido como Mar da Galileia ou lago de Genesaré, um lago de água doce localizado a norte de Israel.

¹⁰ Na realidade, não existem fontes que confirmem a existência de um rei chamado “Polímio” na Arménia do século I d.C. Este nome poderia corresponder ao nome de um chefe de alguma pequena região ou aldeia da Arménia durante a primeira metade do século I d.C.

¹¹ Provavelmente, trata-se de uma faca de açougueiro, apresentando uma lâmina de tipo *skinning* ou *bowie*.

¹² ⁴⁵ “E desde a hora sexta houve trevas sobre toda a terra, até à hora nona”;

⁴⁶ “E perto da hora nona exclamou Jesus em alta voz, dizendo: Eli, Eli, lamá sabactâni; isto é, Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?”; ⁴⁷ “E alguns dos que ali estavam, ouvindo isto, diziam: Este chama por Elias”; ⁴⁸ “E logo um deles, correndo, tomou uma esponja, e embebeu-a em vinagre, e, pondo-a numa cana, dava-lhe de beber.”; ⁴⁹ “Os outros, porém, diziam: Deixa, vejamos se Elias vem livrá-lo.”; ⁵⁰ “E Jesus, clamando outra vez com grande voz, rendeu o espírito.” ⁵¹ “E eis que o véu do templo se rasgou

em dois, de alto a baixo; e tremeu a terra, e fenderam-se as pedras”; ⁵² “E abriram-se os sepulcros, e muitos corpos de santos que dormiam foram ressuscitados”; ⁵³ “E, saindo dos sepulcros, depois da ressurreição dele, entraram na cidade santa, e apareceram a muitos.” ⁵⁴ “E o centurião e os que com ele guardavam a Jesus, vendo o terremoto, e as coisas que haviam sucedido, tiveram grande temor, e disseram: Verdadeiramente este era o Filho de Deus.”

¹³ ⁵¹ “E disse-lhe: Na verdade, na verdade vos digo que daqui em diante vereis o céu aberto, e os anjos de Deus subindo e descendo sobre o Filho do homem.”

Natanael, vê os anjos subindo e descendo sobre o Filho do Homem. O texto apresenta, assim, uma interpretação visionária e mística da crucificação e ressurreição, destacando o papel mediador de Cristo na reconciliação entre o Céu e a Terra (SILVA, 2021; SOUSA e ROSAS, 2014). Outro núcleo temático importante é a figura de Maria. No segundo capítulo, Maria é questionada pelos apóstolos sobre o mistério da concepção de Jesus. A sua resposta, cheia de simbolismo, descreve a aparição de um anjo e a manifestação de um pão e um cálice, símbolos eucarísticos que antecipam a encarnação (SILVA, 2021: 349). Essa passagem, longe de expressar tendências gnósticas, enfatiza a acção da graça divina e o papel de Maria como colaboradora na salvação. A concepção virginal é apresentada como fruto da presença do Espírito Santo, em um contexto litúrgico e sacramental.

A parte mais significativa do Evangelho, entretanto, é o encontro entre Bartolomeu e Satanás. A cena mostra o apóstolo pedindo a Jesus para ver o inimigo dos homens. Cristo inicialmente o adverte, mas permite a visão. Belial aparece acorrentado e monstruoso, descrito em detalhes simbólicos. Jesus ordena que Bartolomeu pise sobre a sua cerviz¹⁴ e o interrogue. Satanás confessa ter sido originalmente chamado Satanail, “mensageiro de Deus”, antes de cair por se recusar a adorar a imagem divina. A confissão de Belial reafirma a soberania de Cristo e a limitação do poder demoníaco.

No texto apócrifo, as reacções de Bartolomeu, medo, oração, coragem e serenidade, ilustram as etapas desse processo ascético. O apóstolo, inicialmente dominado pelo medo, encontra força na oração e na confiança em Cristo, transformando a tentação em ocasião de crescimento espiritual.

A oração de São Bartolomeu, após enfrentar Satanás, marca o ponto culminante da sua jornada espiritual: da perturbação à contemplação. O apóstolo, iluminado pela presença de Cristo, torna-se símbolo do

¹⁴ Parte posterior do pescoço (nuca) e ilustra também orgulho, altivez ou teimosia.

monge que, após vencer os demónios interiores, alcança o estado de paz interior e união com Deus.

A leitura deste evangelho apócrifo, à luz de Evágrio do Ponto¹⁵ e segundo Roberto da SILVA (2021), revela a importância da superação e temperança como vias para a contemplação. A ascese interior, simbolizada pelo enfrentamento entre Bartolomeu e Belial, mostra que o combate espiritual é o caminho pelo qual o Homem se aproxima de Deus e reencontra sua imagem divina. Assim, o texto apócrifo, mais do que um relato mítico, expressa uma pedagogia da alma e um itinerário místico de transformação.

De acordo com as tradições hagiográficas e os textos apócrifos, São Bartolomeu é apresentado como uma figura dotada de um poder espiritual capaz de subjugar as entidades demoníacas. Durante a sua missão à actual Índia, o apóstolo São Bartolomeu teria encontrado um templo pagão dedicado a um ídolo denominado Astaroth (ver Fig. 2), no qual residia uma entidade demoníaca responsável por infligir sofrimento às pessoas, oferecendo-lhes apenas alguns alívios temporários, os quais seriam interpretados como falsas curas. Após a revelação, proveniente de outro ídolo designado Barth ou Berith, de que as orações de São Bartolomeu haviam aprisionado o demónio com “*correntes de fogo*”, o apóstolo confrontou directamente a entidade. O demónio, identificado como Astaroth, reconheceu São Bartolomeu como um servo do Deus, enviado para destruir os falsos deuses da Índia. As orações do apóstolo foram descritas como tendo o poder de infligir dor às entidades malignas, o que teria sido confirmado por um indivíduo possesso que gritava estar a ser queimado por essas preces.

São Bartolomeu libertou o homem das forças demoníacas, mantendo o demónio sob controlo por meio da autoridade divina. Em seguida,

dirigiu-se ao templo pagão e, através de diversos actos de exorcismo, expulsou os restantes demónios que ali habitavam, resultando na cura dos enfermos. O espaço foi então purificado e consagrado ao Deus cristão, com o apóstolo orde-

¹⁵ Evágrio do Ponto (nasceu em 345 d.C., em Íbora, Turquia, e faleceu em 399 d.C., no Egito) foi um monge, teólogo e místico cristão do século IV, considerado um dos maiores mestres da espiritualidade do deserto e uma figura central na tradição monástica oriental.



FIG. 2 – Imagens relativas à representação de Astaroth.

nando que o demônio fosse exilado para o deserto, entendido simbolicamente como um lugar espiritual.

Apesar da figura de São Bartolomeu, tão histórica como a figura de Jesus Cristo e os restantes apóstolos, sofrer de um déficit de informação prévia, isto é, biográfica, na sua fase pré-apostólica, foi uma personagem bíblica marcada pelo martírio ao qual estariam condenados os enviados (apóstolos) de Cristo durante grande parte do século I d.C. Como iremos ver mais à frente, São Bartolomeu e tantos outros Santos e personagens bíblicas encontram-se associadas a elementos materiais distintivos na sua própria iconografia.

As relíquias de São Bartolomeu seguiram um destino complexo. De acordo com antigas tradições, após o seu martírio, o corpo foi sepultado na própria Arménia, mas posteriormente teria sido transportado para a Mesopotâmia, e depois para a Sicília. No século X, o imperador Otão III ¹⁶ mandou trasladar as relíquias para Roma, onde mandou erguer a Basílica de São Bartolomeu na Ilha Tiberina, que se tornou centro de grande devoção. Ao longo da Idade Média, o nome de São Bartolomeu espalhou-se por toda a Europa, e o seu culto floresceu tanto no Oriente como no Ocidente.

São Bartolomeu também se destaca na liturgia da Igreja e na teologia como um exemplo de universalidade missionária.

¹⁶ O Imperador Otão III (980-1002) foi uma das figuras mais interessantes e idealistas da Idade Média europeia. O seu reinado deixou uma marca profunda na História do Sacro Império Romano-Germânico, pela sua visão mística e espiritual do poder imperial, e também pela ligação simbólica que estabeleceu entre Roma, o Cristianismo e o Império. Foi coroado como imperador em Roma, no ano de 996 (CARMELO, 1999).

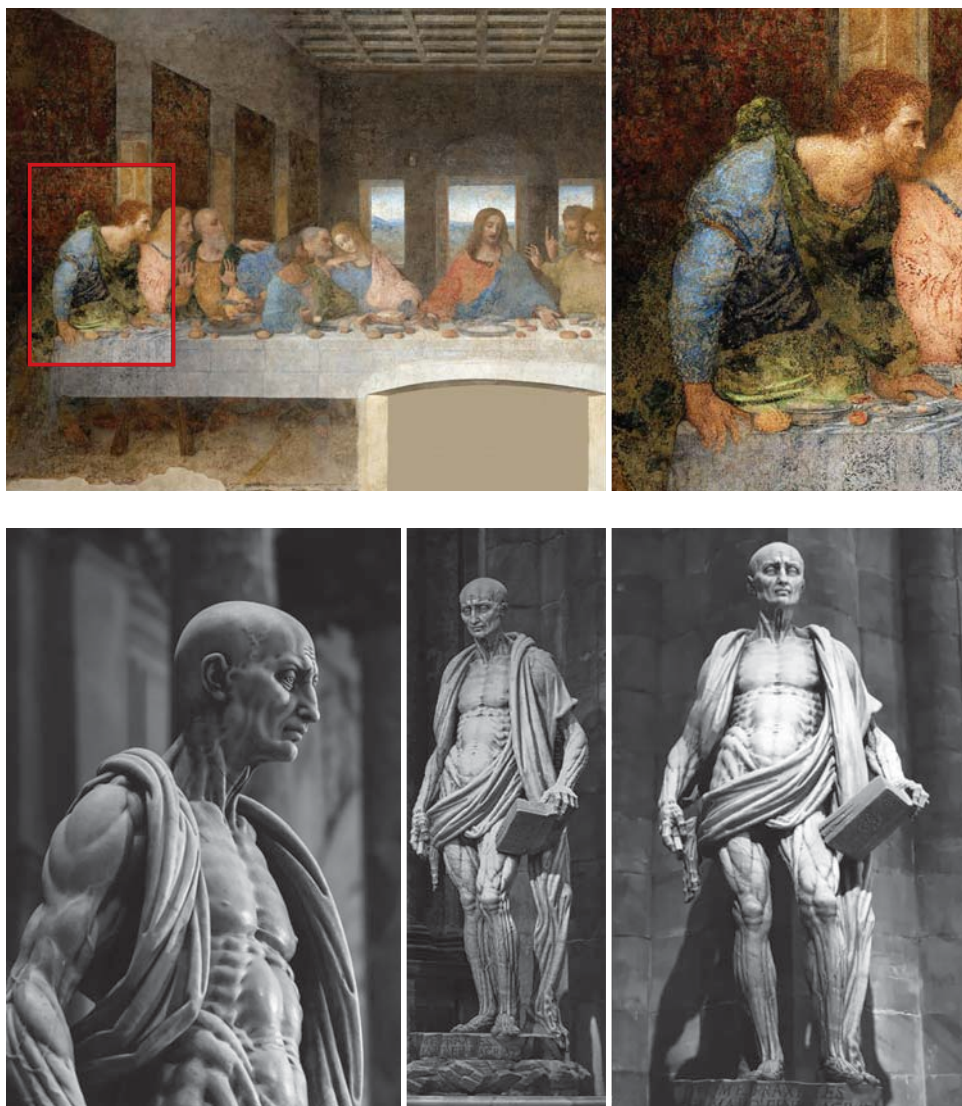
FIGS. 3 e 4 – Em cima, *A Última Ceia* de Leonardo da Vinci, datada de 1495 a 1498 (adaptada pelo autor a partir de <https://bit.ly/4rAbUlj>).

Em baixo, São Bartolomeu, escultura de Marco d'Agrate, localizada na Catedral de Milão.

Enquanto muitos dos apóstolos concentraram o seu ministério nas regiões do Império Romano, Bartolomeu aventurou-se por territórios remotos, levando a mensagem cristã a povos e culturas radicalmente diferentes.

A figura de São Bartolomeu, um dos 12 apóstolos do Cristianismo referidos no Evangelho de São Marcos, 3: 16-19, encontra-se retratada em diversas obras, sejam escultóricas, pinturas ou de carácter arquitectónico. A personagem não foi esquecida numa das obras primas de Leonardo da Vinci, *A Última Ceia*, onde é ilustrado do lado esquerdo da pintura, ao lado de S. Tiago (ver Fig. 3).

Na verdade, a pintura de Leonardo da Vinci é uma das centenas de expressões artísticas elaboradas ao longo da História da Arte e do Cristianismo onde podemos ver representada a iconografia de São Bartolomeu. Outra peça impressionante, talvez a mais impressionante de todas, da História da Arte e da escultura retratando São Bartolomeu, é a obra de Marco d'Agrate, um artista renascentista oriundo de uma família de escultores que, em 1562, esculpiu uma estátua de São Bartolomeu esfolado, a qual se encontra, actualmente, na Catedral de Milão (ver Fig. 4).



Artistas como Michelangelo (ver Fig. 5), Rembrandt, Giovanni Battista Tiepolo, José de Ribera, Michelangelo Merisi (Caravaggio), Alonso Cano, Pedro de Mena, ou a iluminura dum antifonário francês com a imagem do Martírio de São Bartolomeu, elaborada por Pacino di Bonaguida (BONAGUIDA, *ca.* 1340), entre outros que se debruçaram, por uma vez, na personagem de São Bartolomeu.

A festa litúrgica de São Bartolomeu celebra-se a 24 de Agosto no calendário romano, e a 14 de Junho nas igrejas ortodoxas orientais, sendo ele considerado o padroeiro dos curtidores, alfaiates e açougueiros, devido ao modo como foi martirizado. Em Portugal, a sua devoção popular ganhou características próprias. Em várias localidades, especialmente no Sul do país, persistem tradições antigas relacionadas com o “*Banho Santo de São Bartolomeu*”, cerimónia que mistura elementos cristãos e rituais de purificação. Nela, os fiéis mergulham no mar na manhã de 24 de Agosto, acreditando obter protecção do santo contra doenças e males espirituais. Esta prática, de raízes remotas, demonstra como a figura do apóstolo se enraizou profundamente na religiosidade popular portuguesa.

ALGUNS CURTOS APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE ESCULTURA EM PEDRA (SÃO BARTOLOMEU)

A criação escultórica começa com a projecção, sobre o bloco de pedra, de um conjunto de imagens da obra ainda inexistente (SAURAS, 2003). Depois, com um leve desenho sobre as superfícies do bloco, o escultor marca as proporções gerais, preparando-se para o trabalho físico (ver Fig. 6).

Superada a fase dos diversos esboços sobre a superfície das faces do bloco, o escultor inicia o processo de picagem e desbaste, seguindo, naturalmente, as referências materializadas no esboço prévio, eliminando o material bruto e excedente. Esta etapa visa ajustar o volume do bloco ao tamanho aproximado da figura final (ABE, 2023; SAURAS, 2003). O escultor trabalha para libertar, pouco a pouco, a forma escondida na pedra.

A técnica da talha directa, ou seja, esculpir directamente no bloco, é uma das mais difíceis e comprometidas, pois o escultor deve transferir a sua

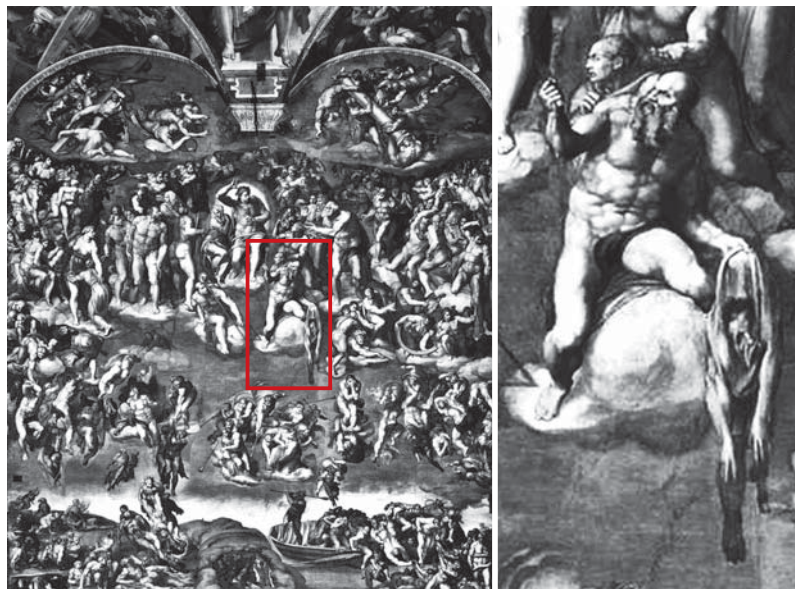


FIG. 5 – Pintura do Juízo Final da Capela Sistina, da autoria de Michelangelo, adaptado pelo autor a partir de <https://bit.ly/44PEWTY>.

ideia para a pedra sem intermediários, correndo o risco de um erro irreversível. Para orientar-se, ele recorre constantemente ao lápis, traçando linhas-guia nas novas superfícies que surgem à medida que vai talhando. Assim, entre a intuição, a técnica e o desenho, a escultura surge por eliminação de matéria, em um processo que combina força e delicadeza (ABE, 2023; PARIS, 2001; SALES, 2019).

Durante essa fase inicial, o escultor alterna o uso de cinzéis de corte recto com gradins dentados, que deixam sulcos rugosos na pedra. O lápis, contudo, nunca é abandonado, permanecendo como instrumento de precisão e reflexão, símbolo de uma espécie de controlo intelectual sobre a força manual.



FIGS. 6 e 7 – Em cima, marcação no bloco de granito das linhas guias (esboço) para enquadrar o início do processo escultórico.

Antes de atacar o bloco principal, o escultor costuma fazer esboços, esquemas e desenhos preparatórios. É nesse terreno comum com os pintores e desenhistas que se definem os volumes, gestos e expressões da figura, um apóstolo ou profeta, por exemplo. O jogo de luz e sombra no papel antecipa o relevo que depois será tridimensional na pedra. Também se desenham partes específicas, como mãos e cabeças.

Quando a escultura já está avançada, o artista inclina a peça sobre o banco de trabalho para poder refiná-la. Essa é uma segunda fase mais delicada, em que se modelam os detalhes que antes estavam apenas esboçados. O escultor começa pela cabeça, marcando com o lápis os eixos principais do rosto. O uso do martelo e do cinzel torna-se mais controlado, os golpes devem ser firmes, mas muito precisos, pois um erro é irreparável; pode-se retirar material, mas jamais adicioná-lo (PARIS, 2001). O trabalho progride por camadas sucessivas, equilibrando cada detalhe com o conjunto, o nariz, a boca, os olhos, as superfícies frontais e laterais. O escultor contorna constantemente a peça para verificar o equilíbrio tridimensional.

Por fim, ao dar a volta completa à escultura, é possível perceber os diferentes graus de acabamento e o apoio estrutural que o escultor pla-

neou desde o início para garantir estabilidade. Essa base discreta, visível apenas quando se observa a peça de todos os lados, é parte essencial da harmonia e da verosimilhança da obra final.

A ESTÁTUA DE SÃO BARTOLOMEU, EM ARCÁ, SABROSA

A aldeia de Arcá, uma pequena aldeia do concelho de Sabrosa, integrada na Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, com, aproximadamente, 55 fogos, localizada a 4,5 km para noroeste da Vila de Sabrosa, entre a Serra da Senhora da Azinheira e a Serra de Arcá, a, aproximadamente, 813 metros acima do nível do mar, sobranceira ao caminho municipal 1262-3, comporta no seu pequeno aglomerado urbano uma pequena capela dedicada a S. Gonçalo (ver Fig. 8).

A aldeia de Arcá corresponde, actualmente, a um casario situado num local que ficou já referenciado no ano de 1258, nas chamadas Inquirições Gerais de D. Afonso III, na 4.ª Alçada (HERCULANO, 1961: 1298-1299), feitas na Terra de Panoias, com o título “Começa a Paróquia

FIG. 8 – Fotografias da Capela de S. Gonçalo de Arcá (exterior e interior).



de Santa Maria de Alijó”¹⁷, como “paredes antigas a que chamam Arcã” (PARENTE, 2014: 249). Volta o sítio de Arcã a ser referenciado em 27 de Maio de 1273, como o limite do termo na carta de povoamento de Saudel, em 8 de Setembro de 1307, como limite de termo da Carta de Foro da Aldeia da Garganta, e em 27 de Outubro de 1366, numa das sentenças dadas por D. Pedro (PARENTE, 2014: 250).

É nesta aldeia de Arcã, no interior da capela de São Gonçalo, que se localiza, num pequeno nicho interior, do lado direito do altar, uma estatueta esculpida em granito com a iconografia de São Bartolomeu.

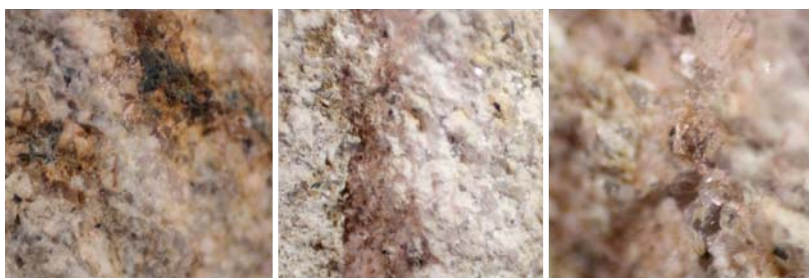
A actual capela apresenta-se bastante alterada quanto ao revestimento exterior e interior. Foram realizadas diversas obras de requalificação no século XX, com alguns acrescentos a nível dos rebordos exteriores, rodapés e telhado. No entanto, a estrutura original do edifício ainda é bem visível em determinados locais, sobretudo no seu interior.

A capela de São Gonçalo tem uma dimensão bastante reduzida. Trata-se de uma estrutura rectangular, de uma só nave, com telhado de duas águas, sem separação visível, no interior, entre o altar-mor e a nave central. A capela apresenta, exteriormente, 7,8 m de largura nos alçados laterais, sendo que o alçado virado a Sul é ligeiramente maior (7,9 m). A fachada frontal (orientada a Oeste) comporta uma largura de 4,9 m, e a parede anterior (virada a Este) uma largura de 4,85 m. A altura média corresponde a 3,42 m, dependendo do desnível do terreno. A espessura das paredes ilustra, provavelmente e devido à sua espessura e robustez (cerca de 75 a 80 cm), uma construção em pedra bastante arcaica. Facto em parte confirmado pela entrada frontal, constituída por uma porta em arco perfeito, com silhares de granito, bastante mais antiga do que a porta lateral

de acesso à nave, esta de contorno rectangular, com verga recta e ombreiras rectas, também em granito. Eleva-se ainda, na fachada principal, imediatamente acima do arco da porta, um óculo central simples, com arco em metal e janela em vidro simples. O edifício possui, como já referimos, dois acessos, um frontal (a Oeste), na fachada principal, e um outro na fachada lateral Sul.

A pequena capela de São Gonçalo possui ainda uma pequena espadana construída em granito e um pequeno sino em bronze, ainda movido de forma manual, através de uma corda que recai imediatamente acima do arco da porta principal. A espadana é constituída por três peças em granito: uma verga em arco mais ou menos perfeito (apresentando já uma fractura), e duas ombreiras simétricas. Sobre a espadana repousa uma cruz latina em granito, com um dos braços, o direito, fragmentado. É no interior desta capela que se encontra, num pequeno nicho lateral, uma escultura (estátua) do apóstolo São Bartolomeu. Na parte posterior, no vértice do telhado, repousa outra cruz latina em granito, mais pequena que a da fachada principal.

FIG. 9 – Imagens macro ilustrando partes da estrutura cristalina do granito utilizado como matéria prima para a escultura de São Bartolomeu.



¹⁷ O documento, na sua essência, inicia-se da seguinte forma: “O tribunal de Alijó inicia-se a 1.º de Novembro. A paróquia de Santa Maria de Alijó tem o seu princípio nessa data. Galvanus Dominic, prelado dessa mesma igreja, prestou juramento e foi interrogado acerca do direito de padroado. Declarou que tal direito pertence ao Rei e afirmou que toda a vila, com os seus limites, é propriedade régia e possui foral. Acrescentou ainda que a própria igreja recebeu uma herdade real dentro da vila, nos tempos do Rei D. Sancho, irmão do actual

monarca, e também dos seus predecessores. Disse igualmente que não é o Rei quem ali exerce o tribunal, mas sim os herdeiros daqueles de quem a igreja recebeu essa herdade. Afirmou também que os homens da vila de Alijó integraram, na mesma herdade, a propriedade real da igreja de São Jorge, pertencente ao arcebispo de Braga, já no tempo do Rei D. Sancho e de seus predecessores. Não se realiza ali o tribunal régio, mas sim o tribunal dos que detêm a posse da terra que foi concedida em herança à referida igreja. Disse ainda que os homens

de Mussa obtiveram uma herdade tão grande de Alijó que fundaram nela uma vila chamada Sancatur Ougeya, onde também não se realiza tribunal em nome do Rei. Por fim, afirmou saber que Pedro Roderico, abade da Guiana, possui bens dentro dos limites do próprio termo de Alijó”. Segue, mais à frente a referência a Arcã: “Domingos Eanes de Alijó, depois de prestar juramento, declarou que concordava com o depoimento de Martim Eanes, salvo no que dizia respeito ao casal de São Félix, sobre o qual não sabia se pagava o tributo de ferro da fogaça.

Afirmou saber que a vila de Chães era propriedade régia (reguenga), mas que agora se encontra em posse de Rodrigo Esteves, sem que o Rei receba dela qualquer rendimento. Questionado sobre como Rodrigo Esteves havia obtido essa vila, respondeu que o ignorava, embora tivesse ouvido de pessoas entendidas que o Souto Redondo também fora reguengo, e que igualmente se encontra nas mãos do mesmo Rodrigo Esteves, sem benefício algum para o Rei. Disse ainda que metade das terras de Seara, actualmente nas mãos de Martim Rodrigues, em Mondego,

era também reguenga, mas que agora ele as possui por completo, e o Rei nada recebe. Não sabia dizer de que modo Martim Rodrigues as obtivera. Afirmou, por fim, que o pomar e as construções antigas chamadas Arcã, situadas na mesma localidade de Mondego e pertencentes a Martim Rodrigues, estavam edificadas em terras régias, mas que agora se encontram totalmente nas mãos do referido Martim Rodrigues, sem que o Rei delas tenha qualquer proveito. Também aqui disse desconhecer de que forma ele as adquirira”.

A peça sobre a qual recai o presente trabalho, a estátua com a iconografia de São Bartolomeu, é uma escultura em granito com morfologia antropomórfica, elaborada com recurso a ferramentas em ferro e, muito provavelmente, com bitolas ou moldes em madeira, os quais poderiam garantir, até certo ponto, a métrica convencional da peça escultórica.

A estátua de São Bartolomeu de Arcá apresenta uma altura máxima de 52,3 cm, uma largura máxima de 29,1 cm e uma espessura máxima verificável de 18,3 cm. A peça apresenta um estado de conservação parcialmente incompleto e com algumas pequenas fracturas visíveis, sobretudo na zona frontal inferior e no lado direito. Apresenta desgaste superficial, típico da erosão do granito, mas mantém legíveis os principais traços escultóricos.

A peça representa uma figura masculina de pé, identificável como São Bartolomeu, um dos doze apóstolos. O santo é figurado de forma frontal, com proporções compactas e modelado simplificado, características do estilo românico.

O rosto é ligeiramente arredondado, com barba e cabelos longos, esculpidos em sulcos verticais que caem sobre os ombros. Os olhos são rasgados e o nariz proeminente, traçados de modo esquemático. A expressão é serena e hierática, reforçando a rigidez típica das representações românicas. Ainda é possível observar a forma ligeiramente saliente de parte das orelhas, cobertas em mais de 50 % pelo cabelo da personagem (ver Fig. 10). A estátua apresenta ainda, no topo, imediatamente por cima do cabelo, um nimbo circular, em relevo acentuado, parcialmente fragmentado (ver Fig. 10).

A personagem veste uma túnica comprida e manto sobreposto, que cai em pregas verticais e simétricas, definidas por incisões profundas. Com a mão direita segura um livro ou filactério, símbolo da pregação apostólica, enquanto a esquerda parece apoiar-se sobre um objecto ou atributo, possivelmente um cutelo ou faca com lâmina de tipo *Bowie* (ver identificação na Fig. 10) que apresenta gume em todo o perímetro, o instrumento do seu próprio martírio (esfolamento), embora o detalhe se apresente parcialmente erodido.

Do lado direito do santo, junto à perna, destaca-se uma figura zoomórfica ou demoníaca, representando o diabo acorrentado. Esta figura surge de pequenas dimensões, ajoelhada e presa por uma corrente que se liga à mão do apóstolo, simbolizando a vitória do bem sobre o mal, iconografia transcrita do episódio relatado no já mencionado evangelho apócrifo de São Bartolomeu. O corpo do diabo é esquemático, com traços bestializados, rosto achatado, orelhas pontiagudas e membros curtos, seguindo o tratamento expressivo e simbólico típico da escultura românica.

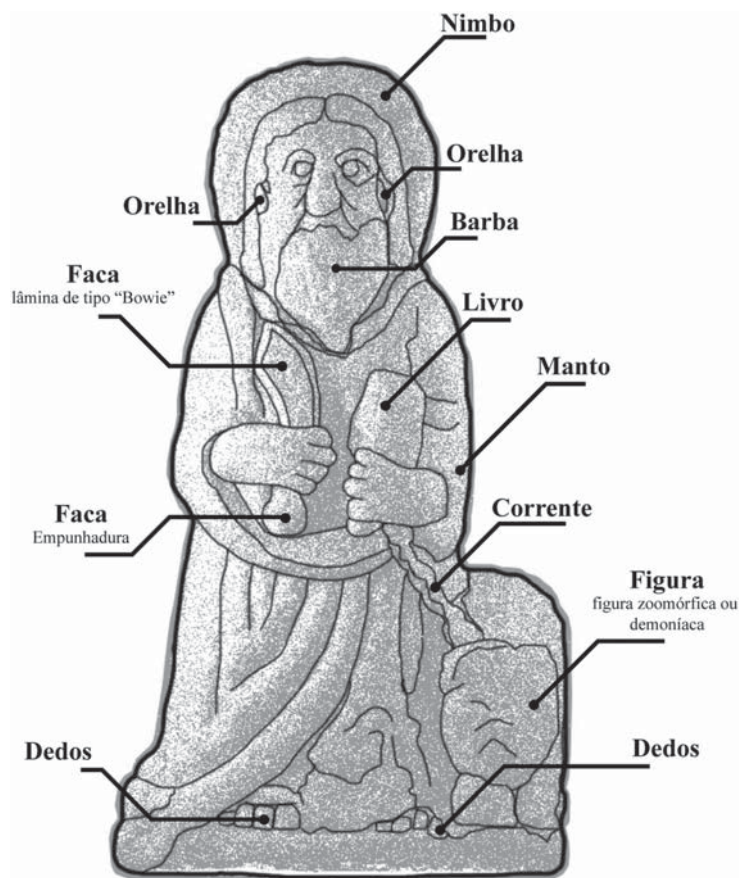


FIG. 10

Na parte posterior observa-se o tratamento sumário do manto, com pregueado linear e pouco modelado. A base é plana e ligeiramente irregular, sugerindo que a peça se destinava a integração arquitectónica ou a colocação em nicho.

A técnica de execução passa, provavelmente, por uma escultura de vulto pleno, talhada em bloco único de granito, provavelmente granito não local devido à sua composição bastante fina. A utilização de algumas ferramentas de corte e gradim deixou marcas visíveis nas zonas menos acabadas, revelando, provavelmente, um trabalho de uma oficina regional, não local.

A DIGITALIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DE SÃO BARTOLOMEU DE ARCÁ

A digitalização tridimensional da escultura de São Bartolomeu de Arcá constituiu uma etapa fundamental para o estudo aprofundado, a documentação científica e a preservação digital deste notável exemplar de escultura granítica. Este processo inseriu-se numa linha de investigação dedicada à análise técnico-material do Património escultórico medieval, com o objectivo de cruzar metodologias tradicionais de observação com tecnologias digitais de medição e reconstrução volumétrica.

A digitalização multidimensional permitiu não apenas complementar a informação já disponível sobre a morfologia e o estado de conservação da peça, mas também revelar dados inéditos relativos ao modo de execução, às propriedades físicas da pedra e à economia do material utilizado. Através da iluminação digital controlada, da texturização fotográfica de alta resolução e da cubicagem precisa do modelo tridimensional (*mesh*), foi possível identificar depressões minúsculas, irregularidades de talhe, vestígios de ferramentas e pequenas fracturas invisíveis a olho nu. Estas observações revelam um nível de detalhe que supera largamente os limites da análise manual ou fotográfica convencional.

A criação de um modelo digital à escala real da escultura foi alcançada pela combinação de duas metodologias complementares: a digitalização directa com *scanner* 3D de precisão *laser*, e a fotogrametria digital, uma técnica de reconstrução tridimensional que se baseia na sobreposição de centenas de fotografias obtidas sob ângulos distintos. A integração destes dois processos permitiu gerar três modelos digitais distintos, cada um com funções específicas e níveis de resolução adaptados aos objectivos de análise (ver Fig. 11).

A comparação entre os três modelos demonstrou uma elevada coerência métrica e volumétrica, com margens de erro inferiores a 1,5 mm, confirmando a confiabilidade dos processos digitais aplicados. Esta correspondência permitiu também validar a pertinência de cruzar métodos distintos, mecânico (*scanner*) e óptico (fotogrametria), para alcançar uma documentação integral do objecto.

A análise volumétrica, realizada a partir dos dados tridimensionais, permitiu determinar que a escultura é composta por uma massa granítica de grão médio a fino, com boa coesão interna e baixo índice de porosidade. O volume total efectivo da escultura, calculado através da função 3DPrint do *software* de modelação digital, foi de 13.153 cm³. Este valor,

associado à densidade média do granito local, possibilitou ainda estimar o peso original da peça, bem como as cargas estruturais exercidas sobre a base e as zonas de maior fragilidade material.

Com base na reconstrução tridimensional, procedeu-se à simulação digital do bloco original de pedra a partir do qual a escultura teria sido extraída. O modelo indicou que seria necessário um bloco granítico com dimensões mínimas de 311 × 212 × 537 cm, correspondendo a um volume de aproximadamente 35.405 cm³. Tal diferença volumétrica evidencia que mais de 60 % do material original foi removido durante o processo de talhe, o que permite inferir tanto o grau de precisão do escultor quanto a natureza progressiva e controlada da modelação. A perda de massa, associada a fases sucessivas de desbaste, regularização e acabamento, é coerente com as técnicas de escultura directa sobre granito utilizadas entre os séculos XIII e XV (BALAGNA, 2019; CASSAGNES-BROUQUET, 2014; SALES, 2019).

Para além da quantificação volumétrica, o modelo digital tornou-se uma ferramenta essencial para a análise técnico-artística. O exame da superfície iluminada artificialmente revelou marcas de instrumentos de percussão, sulcos paralelos e zonas de polimento diferencial, sugerindo o uso alternado de punção, gradim e abrasivos naturais. Estas observações, ampliadas virtualmente, permitem reconstruir o gesto escultórico e compreender as decisões formais tomadas durante o processo de execução.

Um dos aspectos que nos parece mais relevante é que a digitalização multidimensional tem ainda uma dimensão patrimonial e de conservação incontornável. A criação de um modelo 3D de alta precisão garante a preservação digital da obra face a eventuais deteriorações físicas ou perdas materiais. Este modelo serve como base para a monitorização do estado de conservação, permitindo medições periódicas e comparativas ao

longo do tempo, de forma não invasiva. Além disso, possibilita a reprodução física através de impressão 3D, útil tanto para fins de estudo e exposição quanto para acções de restauro ou mediação museológica.



FIG. 11 – Modelos digitais da estátua de São Bartolomeu de Arcá.

1. Digitalização com *scanner* 3D;
2. Digitalização com recurso a fotografia (fotogrametria);
3. Textura e coloração de modelo 3D, obtido através da técnica de fotogrametria com câmara SRL.

Do ponto de vista da investigação científica, esta experiência representa um avanço metodológico significativo na integração entre Arqueologia, História da Arte e Engenharia digital. A convergência entre tecnologias de varrimento *laser*, fotogrametria de precisão e modelação 3D abre novas perspectivas para o estudo das práticas escultóricas medievais, permitindo analisar quantitativamente aspectos outrora apenas descritos qualitativamente: volumes, proporções, simetrias, ritmos formais e até indícios de planeamento geométrico.

Por fim, a digitalização de São Bartolomeu de Arcá insere-se num movimento mais vasto de “valorização” digital, que procura criar repositórios tridimensionais acessíveis à comunidade científica e ao público. O modelo obtido pode ser explorado em ambientes de realidade vir-

tual e aumentada, contribuindo para uma nova forma de fruição do Património, onde o estudo e a divulgação se unem na mesma plataforma interactiva.

Em síntese, a digitalização multidimensional de São Bartolomeu de Arcá ultrapassa a mera documentação técnica: trata-se de um processo de reinterpretação material e simbólica da escultura, que combina rigor científico, inovação tecnológica e valorização cultural. Através do cruzamento entre a materialidade pétrea e a imaterialidade digital, o projecto demonstra como o Património histórico pode ser simultaneamente preservado, compreendido e reinventado no espaço tridimensional da era digital.



FIGS. 12 e 13 – Ilustração arqueológica da estatueta.



CONCLUSÕES

A análise da estátua de São Bartolomeu, localizada na Capela de São Gonçalo, na aldeia de Arcá, concelho de Sabrosa, permitiu identificar uma peça escultórica de grande relevância para o estudo da escultura românica no meio rural transmontano. Trata-se de uma estatueta em granito, com 52,3 cm de altura, 29,1 de largura e 18,3 de espessura, esculpida em vulto pleno num único bloco de granito de grão fino, com recurso a ferramentas em ferro e técnica de talha directa. A figura, de traços compactos e estilização típica do românico, representa São Bartolomeu de pé, com postura frontal e expressão serena. O santo apresenta cabelos longos e barba, um nimbo circular parcialmente fragmentado e enverga túnica e manto com pregas verticais e simétricas. Na mão direita segura um livro ou filactério, símbolo da pregação apostólica, e na esquerda sustenta um cutelo, instrumento do seu martírio, o esfolamento. Ao lado direito da figura surge uma pequena criatura demoníaca acorrentada, representando a vitória do bem sobre o mal, um motivo iconográfico inspirado no Evangelho apócrifo de São Bartolomeu.


A escultura revela marcas visíveis de ferramentas de corte e gradim nas zonas menos acabadas, o que indica o trabalho de uma oficina regional. A análise tridimensional, obtida através de digitalização com *scanner* 3D e fotogrametria, permitiu criar um modelo digital à escala real, possibilitando medições precisas e cálculos volumétricos. O volume total da peça foi estimado em 13.153 cm³, correspondendo a um bloco inicial de granito de cerca de 0,035 m³. Este processo digital contribuiu para documentar e preservar a peça, assegurando o seu estudo e valorização patrimonial.

Os resultados confirmam que a estátua de São Bartolomeu de Arcá constitui um exemplo notável da escultura românica portuguesa, particularmente significativa pelo seu contexto rural e pela qualidade do trabalho técnico e simbólico. A rigidez e a frontalidade da figura, aliadas à expressividade hierática do rosto, reflectem o espírito do Românico, em que a intenção teológica e moral supera o naturalismo formal. O elemento demoníaco acorrentado, pouco comum neste tipo de representações, reforça o carácter espiritual e pedagógico da escultura, remetendo para o combate entre o bem e o mal presente nos textos apócrifos e na tradição cristã primitiva.

Conclui-se que a escultura de São Bartolomeu de Arcá representa um testemunho artístico e religioso de grande valor, inserindo-se na tradição da escultura românica de pequena escala e evidenciando a presença de oficinas escultóricas competentes, provavelmente no território de Trás-os-Montes, durante os séculos XI a XIII.

A sua preservação e digitalização no âmbito do projecto *Pannonias Digital Old Land* não apenas garantem a salvaguarda do Património material, mas também permitem o aprofundamento do conhecimento sobre a iconografia e as práticas escultóricas do Românico no norte de Portugal.

Pouco sabemos, no entanto, sobre a origem desta peça e a sua chegada à capela de São Gonçalo. Existe, no entanto, uma outra capela na aldeia da Garganta, bastante próxima a aldeia de Arcá, designada como Capela de São Bartolomeu.

Nesta mesma aldeia da Garganta, ainda hoje se celebra a festa de São Bartolomeu, no dia 24 de Agosto. 

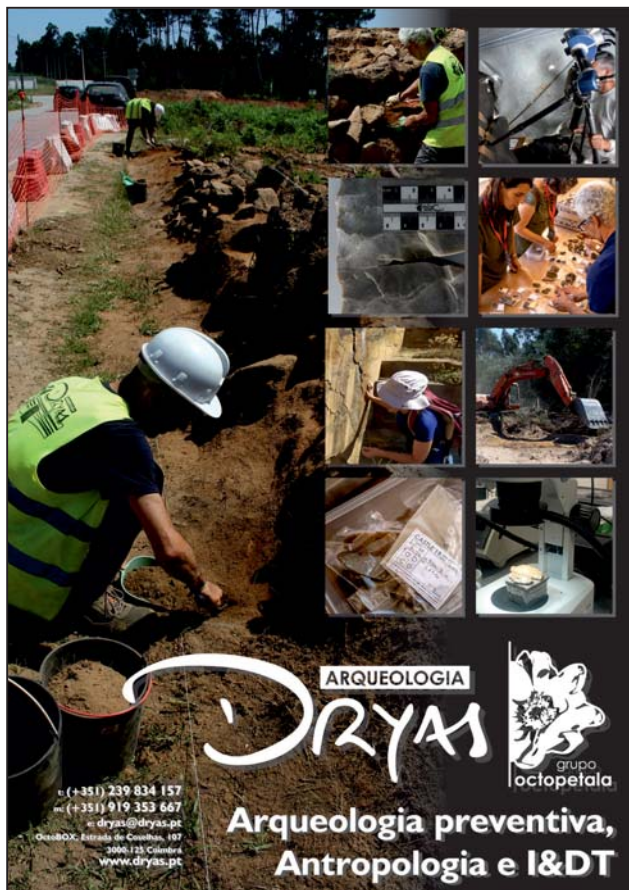
BIBLIOGRAFIA

- ABE, Stanley (2023) – *Imagining Sculpture: a short conjectural history*. [S.l.]: Hirmer Verlag.
- BALAGNA, Christophe (2019) – “La sculpture romane aux XIe et XIIe siècles en Gascogne centrale: un état de la question”. In *Actes de la 7e journée de l'Archéologie et de l'Histoire de l'Art de La Romieu*. [S.l.]: [s.n.], pp. 53-70. <https://bit.ly/4rFHGgl>
- BONAGUIDA, Pacino di (ca. 1340) – *The Martyrdom of St. Bartholomew*. <https://bit.ly/4rK75WE>
- CAETANO, Marcello (1942) – “A Antiga Organização dos Mesteres da Cidade de Lisboa”. In LANGHANS, Franz-Paul (ed.). *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- CARMELO, Luís (1999) – *O Murmurar Inquieto dos Milénios*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. <https://bit.ly/4rG4Bly>
- CASSAGNES-BROUQUET, Sophie (2014) – “Les ateliers d'artistes au Moyen Âge: entre théorie et pratiques”. *Perspective*. OpenEdition Journals. 1: 83-98. <https://doi.org/10.4000/perspective.4391>
- CESAREIA, Eusébio de (2002) – *História Ecclesiástica*. São Paulo: Editora Novo Século.
- DUBY, Georges (1990) – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- FÉLIX, Marlene Borges (2013) – *Escultura Românica: arte e técnica*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto Departamento de Ciências e Técnicas do Património. <https://hdl.handle.net/10216/72363>
- FERNANDES, Paulo Almeida (2009) – “A Escultura Românica em Portugal: construções historiográficas e desafios actuais”. In FLOR, Pedro e VALE, Teresa Leonor M. (coord.). *A Escultura em Portugal. Da Idade Média ao Início da Idade Contemporânea: História e Património*. Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, pp. 25-54 (actas de Colóquio Internacional de História de Arte, Palácio Fronteira, Lisboa, 2009). <https://bit.ly/3KejyRB>
- FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos Alberto (1971) – “Primeiras Impressões Sobre a Arquitectura Românica Portuguesa”. *História - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2: 65-116. <https://bit.ly/49T0Bya>
- HERCULANO, Alexandre (ed.) (1961) – *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*. Inquirições de D. Afonso III (4.ª alçada). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 1298-1299.
- KNIGHT, A. e ANGLIN, William (2001) – *História do Cristianismo: dos apóstolos do Senhor Jesus ao século XX*. 11.ª edição. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus.
- MÂLE, Émile (1918) – “L'architecture et la sculpture en Lombardie à l'époque romane”. *Gazette des Beaux-Arts*. Série 4. 14: 35-46. <https://opac.regesta-imperii.de/id/1946272>
- MARCONI DA COSTA, Bruno (2017) – “Os Mesteirais e o Concelho de Lisboa Durante o Século XIV: um esboço de síntese (1300-1383)”. *Medievalista Online*. OpenEdition Journals. 21: 2-30. <https://doi.org/10.4000/medievalista.1268>
- MELO, Arnaldo Sousa (2006) – “A Organização dos Mesteres do Porto em Tempos Manuelinos: entre permanências e mudanças”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. [Porto]: Faculdade de Letras da Universidade

- do Porto. Vol. 1, pp. 369-389.
<https://bit.ly/4pITGwE>
- MORTET, Victor (1911) – *Recueil de textes relatifs à l'histoire de l'architecture et de la condition des architectes en France au Moyen Âge (XIe-XIIIe siècles)*. Paris: [s.n.].
- NOS CONFINES DA IDADE MÉDIA: *arte portuguesa séculos XII-XV* (1992) – Lisboa: Instituto Português de Museus. Catálogo de exposição (Museu Soares dos Reis, Porto, 1991-1992).
- PARENTE, P. João (2014) – *Idade Média no Distrito de Vila Real*. Vila Real: Âncora Editora (*Caminhos da História*). Tomo 4: “Monumentos e Outros Testemunhos Medievais”.
- PARIS, Pierre (2001) – *La Escultura Antigua*. [S.l.]: Editorial Maxtor.
- PORTER, A. Kingsley (1918) – “The Rise of Romanesque Sculpture”. *American Journal of Archaeology*. JSTOR. 22 (4): 399-427.
<https://www.jstor.org/stable/497272>
- PROENÇA, Eduardo de (2005) – “Evangelho de Bartolomeu”. In *Apócrifos da Bíblia e Pseudo-epígrafos*. São Paulo: Fonte Editorial. Vol. 1, pp. 579-592.
- RODRÍGUEZ, Fernando Hugo (2011) – “Una aproximación a la tradición armenia”. *Anuario Argentino de Derecho Canónico*. 16 [2009-2010]: 279-296. <https://bit.ly/4a49161>
- SALES, José Albio Moreira de (2019) – *Modelagem e Escultura*. Fortaleza, Ceará: UECE.
<https://bit.ly/4rw4y22>
- SANTANA DE SÁ, Sara Raquel (2022) – *A Policromia da Escultura Medieval Portuguesa em Madeira e em Pedra: estudo comparativo dos materiais e das técnicas*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/153011>
- SAURAS, Javier (2003) – *La escultura y el oficio de escultor*. [S.l.]: Ediciones del Serbal, S.A.
- SCHAFF, Philip (1853) – *History of the Apostolic Church, with a general introduction to church history*. New York: Charles Scribner.
- SCHAFF, Philip (1890) – *History of the Christian Church*. New York: Christian Classics Ethereal Library.
- SCHLOSSER, Julius Von (1914) – *Materialien zur Quellenkunde der Kunstgeschichte*. Viena: [s.n.].
<https://doi.org/10.11588/diglit.6747>
- SILVA, Roberto Marcelo da (2021) – “O Evangelho de Bartolomeu: uma luta espiritual como superação e temperança a partir de Evágrio Pôntico”. *ReBiblica - Revista Brasileira de Interpretação Bíblica*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2 (4): 343-368.
<https://bit.ly/48jejj4>
- SOUSA, Ana Cristina e ROSAS, Lúcia Maria (2014) – “La iconografía de San Bartolomé en el sepulcro de D. Pedro I (Monasterio de Alcobaça, Portugal)”. *Revista Digital de Iconografía Medieval*. Universidad Complutense de Madrid. 6 (12): 81-104.
<https://hdl.handle.net/10216/77485>
- VALLE PÉREZ, Xosé Carlos e RODRIGUES, Jorge (2001) – *El Arte Romanico en Galicia y Portugal*. Vigo, A Coruña / Lisboa: Fundación Pedro Barrié de la Maza / Fundação Calouste Gulbenkian.
- WALKER, Williston (1922) – *History of the Christian Church*. New York: Charles Scribner's Sons.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam activas em 2026-01-18]

PUBLICIDADE



ARQUEOLOGIA DRYAS
 grupo octopetala

Arqueologia preventiva,
 Antropologia e I&DT

☎ (+351) 239 834 157
 ☎ (+351) 919 353 667
 ✉ dryas@dryas.pt
 OrelBOLX, Estrada de Comarcas, 107
 4400-125 Caldas
 www.dryas.pt



MORPH GEO
 octogroup

Topografia e cadastro
 Tecnologias de Informação geográfica
 Sistemas de varrimento laser
 Fotogrametria de luz estruturada
 Structure from motion
 Reflectance transformation imaging
 Aerofotogrametria
 Detecção de metais
 Susceptibilidade geomagnética
 Métodos sísmicos
 Prospeção geoelectrica
 Georradar
 Georradar de alta frequência

**Geologia, Geotecnia,
 Geomática, Geofísica,
 Engenharia inversa e
 Modelação digital**

☎ (+351) 239 834 157
 ☎ (+351) 912 572 346
 ✉ geral@morph.pt
 Rua Dr. José Augusto Saraiva de
 Aguiar, Nº 18, 1.º A 5150-616 Vila
 1190-616 Nova de Foz Côa
 OctoBOLX, Estrada de Comarcas, 107
 4400-125 Caldas

Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura as faianças

Vanessa Gaspar ¹ e Rute Silva ²

1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Moura localiza-se na margem esquerda do Guadiana, a cerca de 4 km deste rio e ainda mais perto da confluência do Guadiana e do Ardila (afluente do primeiro). A proximidade destes dois importantes cursos de água permite a existência de troços com aluviões, tornando estes terrenos férteis, propícios à agricultura.

A água, os terrenos férteis, mas também os minérios, foram a chave para a ocupação do território de Moura. Os minérios terão sido explorados na zona da Serra da Adiça, uma importante área de mineração em época antiga, e terão contribuído para a vitalidade económica da região (MACIAS, 1993: 127).

O ponto mais alto da cidade, situada entre as ribeiras da Roda e de Brenhas, é ocupado pelo castelo, o primitivo núcleo de povoamento. A cota de terreno no interior da fortificação ronda os 200 m acima do nível do mar.

A norte da fortificação, os declives são acentuados, atingindo nessa zona cotas inferiores a 100 m; a zona a sul do castelo, mais aplanada, corresponde à área de expansão urbana do período medieval.

O terreno junto às duas ribeiras, estreito, mas fértil, com hortas e abundantes árvores de fruto, foi utilizado como local privilegiado para abastecimento do povoado, pelo menos a partir do período islâmico. Servido por diferentes caminhos e por uma ponte, ali se construíram azenhas e lagares. Corresponderia a um importante espaço na vida económica da cidade (MACIAS, GASPAR e VALENTE, 2016: 36).

O Convento do Carmo de Moura, imóvel alvo de trabalhos arqueológicos de diagnóstico, localiza-se em pleno centro histórico de Moura, na União de Freguesias de Moura e Santo Amador.

RESUMO

Moura foi conquistada em definitivo no século XIII e a defesa deste território foi entregue aos cavaleiros da Ordem do Hospital. A fundação do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura acontece por volta de 1251. É o primeiro da Ordem Carmelita a ser construído em Portugal. No âmbito de projeto de reabilitação e requalificação do imóvel para instalar um estabelecimento hoteleiro, foram realizados trabalhos arqueológicos de diagnóstico. Neste artigo apresentam-se algumas das faianças recolhidas, pertencentes a um importante lote de louça de mesa.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média (cristão); Idade Moderna; Arqueologia urbana; Reabilitação arquitetónica; Faiança.

ABSTRACT

Moura was definitely conquered in the 13th century and its defence was entrusted to the Knights of the Order of the Hospital. The Convent of Nossa Senhora do Carmo de Moura was founded circa 1251 and was the first of the Carmelite Order to be built in Portugal.

Archaeological survey work was carried out during the building's rehabilitation and requalification to install a hotel. This article presents some of the faience collected, which is part of an important tableware set.

KEY WORDS: Middle Ages (Christian); Modern age; Urban archaeology; Architectural rehabilitation; Faience.

RÉSUMÉ

Moura a été définitivement conquise au XIII^{ème} siècle et la défense de ce territoire a été confiée aux chevaliers de l'Ordre des Hospitaliers. La fondation du Couvent de Nossa Senhora do Carmo de Moura intervient vers 1251.

Il s'agit du premier de l'Ordre des Carmélites à être construit au Portugal.

Dans le cadre d'un projet de réhabilitation et de requalification du bâtiment visant à l'installation d'un établissement hôtelier, on a réalisé des fouilles archéologiques de diagnostic. Dans cet article, sont présentées certaines des faïences recueillies, appartenant à un important ensemble de vaisselle de table.

MOTS CLÉS: Moyen Âge (chrétien); Période moderne; Archéologie urbaine; Réhabilitation Architectonique; Faïence.

¹ Arqueóloga, Câmara Municipal de Moura (vanessa.gaspar@cm-moura.pt).

² Arqueóloga, à data, da Arqueohoje, Lda. (rute.p.silva@gmail.com).

Por opção das autoras, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-10-31.



FIG. 1 – Vista geral da cidade de Moura, com o Convento do Carmo em destaque.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DE MOURA

O termo de Moura estava, entre o século V e o século XIII, integrado num território que dependia de Beja (MACIAS, GASPAS e VALENTE, 2016: 25).

Em Época Islâmica, a povoação era ainda considerada como “*castelo da cora de Beja*”, isto é, ainda dependente da antiga sede do convento pacense (MACIAS, 1993: 128).

Nesta zona, nos limites de Moura, a atividade comercial fazia-se de forma constante, sobretudo no que toca à exploração de metais preciosos, neste caso a prata, que seria minerada no sítio de *Totalica* (perto das margens da ribeira de Toutalga), onde haveria “*uma minera de mui boa prata e mui branca*” (MACIAS, 1993: 128). É muito provável que esta mineração tenha continuado até ao final do período islâmico.

A existência na região de minas de prata ditou, certamente, movimentações militares e políticas que terão levado a que o controlo dos locais de mineração, com o início do califado, tivesse passado, gradualmente, para Córdova.

A prosperidade do sítio de *Totalica* terá criado condições privilegiadas aos membros da sua comunidade. Em meados do século XI, é mandado erigir um minarete no Castelo de Moura por al-Mu’tadid, como sinal de afirmação e autoridade política sobre o território e sobre os importantes recursos mineiros da região (MACIAS, GASPAS e VALENTE, 2016: 26). Entre a conquista (1232) e a sua plena integração na coroa portuguesa, em finais do século XIII (1295), Moura atravessou um período bastante conturbado. Este período foi marcado pela disputa entre Portugal e Castela sobre a margem esquerda do Guadiana, e todas as linhas fronteiriças, altura em que D. Dinis concedeu foral à cidade (VALENTE, 2000: 1), dada a sua importância neste processo de Reconquista. Embora já integrado na coroa portuguesa, este território continuou sendo alvo de constantes disputas nos séculos seguintes.

Em meados do século XIII, instala-se na cidade a Ordem do Carmo, de vital importância do ponto de vista espiritual e económico, sendo inequivocamente um dos principais proprietários agrícolas de Moura (MACIAS, GASPAS e VALENTE, 2016: 28).

3. CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO DE MOURA

A Ordem do Carmo surgiu, no final do século XI, na região do Monte Carmelo, localizada nas proximidades da cidade de Haifa, pertencente ao Estado de Israel. No século XIII, devido às perseguições islâmicas, os religiosos migraram para o ocidente.

A Ordem dos Carmelitas entra em Portugal no século XIII, como capelães dos militares de São João de Jerusalém, vindos da Terra Santa, com uma primeira fundação em Moura e uma segunda, mais relevante, por iniciativa de D. Nuno Álvares Pereira, o célebre Convento do Carmo, em Lisboa.

O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura situa-se a noroeste do castelo e é o mais antigo edifício monástico desta cidade. A fundação do convento acontece na sequência da conquista de Moura aos muçulmanos, no reinado de D. Afonso Henriques (1112-1185), que entregou a defesa do território aos cavaleiros da Ordem do Hospital de São João de Jerusalém (Ordem de Malta) (PÁSCOA, 2003: 47-48).

Contudo, as terras foram novamente perdidas para os muçulmanos e a conquista definitiva de Moura só ocorreu em 1232, sob o comando de Afonso Peres Farinha († 1282), que foi Prior dos Hospitalários de 1260 a 1276. O padroado da vila permaneceu com os cavaleiros do Hospital, tendo sido eles que fundaram o convento.

A fundação do Convento do Carmo de Moura terá ocorrido cerca de 1251, ou até 1254, segundo os textos setecentistas que se referem à sua história. Frei Manuel de Sá refere que a fundação se deu até 6 de dezembro de 1254, quando era Papa Inocêncio IV (1195-1254), rei de Portugal D. Afonso III (1210-1279) e a Ordem Carmelita era chefiada por Simon Stock (ca. 1165-1265) (BLÁZQUEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2020: 24).

A ligação inicial do convento à Ordem do Hospital é supostamente comprovada pelas cruzes de Malta que surgem nalguns locais do edifício: “*na porta, que serve de entrada à Casa do Capítulo, ou Aula, que antigamente era refeitório, e, dentro nesta mesma Casa, a qual fica debaixo do dormitório antigo*” (BLÁZQUEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2020: 25).

Referem as fontes históricas que os Hospitalários tinham vindo da Palestina cerca de 1240, tendo trazido consigo alguns frades carmelitas, entre os quais dois portugueses. Segundo conta Frei Pedro Bastos, nas *Memórias Paroquiais* de 1758: “Consta serem portugueses dous dos carmelitas que vierão da Pallestina [...], hum chamado Frey José Bitriado [...]. Outro Frey Jaques [...] Calibra” (PÁSCOA, 2003: 48).

A Ordem do Carmo era o braço espiritual da Ordem hospitalária (BLÁZQUEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2020: 25), sendo essa a razão porque os Cavaleiros entregaram o Convento do Carmo de Moura ao cuidado dos carmelitas.

Em 1320, o padroado de Moura deixou de pertencer aos Hospitalários e passou para a Ordem de São Bento de Avis (*IDEM, ibidem*). Nessa altura, o Convento do Carmo de Moura ainda era o único carmelita que existia em Portugal, mas em 1389 iniciou-se a construção do Convento do Carmo de Lisboa, fundado por D. Nuno Álvares Pereira. Em 1392, D. Nuno convidou alguns frades de Moura para habitar o novo convento.

Desde o tempo de D. Pedro I (1320-1367) que o Convento do Carmo de Moura recebeu proteção régia, proteção essa que se deu sobretudo até ao tempo de D. Sebastião (1554-1578), mas que diminuiu após a Restauração (1640-1668). No seu auge, o convento deteve algum poderio económico na região, as suas propriedades situavam-se “[...] nas mesmas zonas em que os ricos terratenentes da cidade possuem as suas terras [...]” (MACIAS, 1993: 148-149).

Mesmo após 1640, quando perdeu algumas das suas propriedades, ainda detinha poder. Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, diz-se: “Constantemente se vê que estão ao presente as rendas do convento mais diminutas, mas não tanto que não seja o convento dos mais ricos que conservão os carmelitas em Portugal” (PÁSCOA, 2003: 48).

Do edifício de fundação medieval pouco restou até à atualidade (Fig. 2), constantemente alvo de ampliações e de reestruturações, de que são exemplo as intervenções ocorridas ao longo do século XVI: a construção do adro, em 1526, resultou de uma intervenção de D. João III; graças ao auxílio de D. Sebastião, foi conseguida a construção da cerca do convento; entre 1593 e 1597, ocorreu a construção do claustro – segundo as datas que se encontram inscritas nas alas noroeste e sudeste.

Com o decreto de 28 de maio de 1834 e a consequente extinção das ordens religiosas, as Ordens Primeiras do Carmo (constituídas pelos membros do clero) foram despojadas dos seus bens: o complexo conventual foi entregue à Santa Casa da Misericórdia e transformado em hospital para “*tratamento dos doentes pobres*”. O Hospital do Carmo é desativado na década de 80 do século XX.

4. ENQUADRAMENTO DO TRABALHO

A igreja e o claustro do Convento do Carmo de Moura estão classificados como Imóvel de Interesse Público, através do Decreto n.º 33587, *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 63, de 27 de março de 1944.

O convento é propriedade do Estado Português e, fruto da candidatura ao Programa REVIVE, tendo em vista a concessão do edifício para a instalação de um estabelecimento hoteleiro, foi apresentado um projeto de reabilitação e requalificação do espaço. Face às condicionantes emitidas pela tutela, foram realizados trabalhos arqueológicos de diagnóstico. O trabalho de campo, sob coordenação da Arqueohoje, Lda, contou com a colaboração do Município de Moura, no âmbito do apoio municipal às obras de reabilitação de imóveis particulares no centro histórico da cidade.

5. TRABALHO ARQUEOLÓGICO DE DIAGNÓSTICO

O trabalho arqueológico teve como objetivo avaliar patrimonialmente o subsolo afeto à área de implantação do projeto de alteração, ampliação, reabilitação e requalificação do imóvel designado por Convento do Carmo e a sua transformação em estabelecimento hoteleiro.

Pretendeu-se identificar, classificar e registar estruturas e níveis arqueológicos existentes, tendo em conta o impacto do projeto de arquitetura previsto para o local, nomeadamente onde estava prevista a edificação de novas construções, como na zona dos quartos exteriores, da piscina/

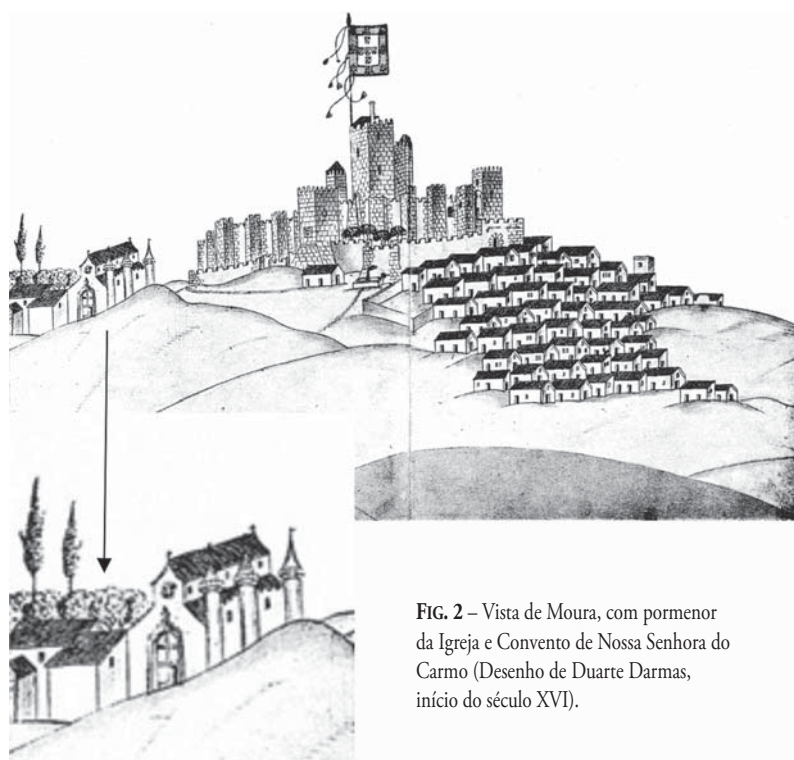


FIG. 2 – Vista de Moura, com pormenor da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo (Desenho de Duarte Darmas, início do século XVI).

/tanques exteriores, do spa/jacúzi, do edifício de serviços e da zona técnica (Fig. 3).

Destacamos, entre as diferentes áreas intervencionadas, os dados obtidos que contribuem para o conhecimento do imóvel e da sua vivência conventual, materializando-se nas peças exumadas em diferentes contextos associados a este local enquanto espaço religioso.

Embora estas peças sejam apenas uma amostragem do espólio exumado, fornecem já algumas informações acerca do quotidiano das pessoas que habitaram este sítio e que o tornaram conhecido como espaço conventual.

5.1. A CULTURA MATERIAL: A FAIANÇA

Após a análise da amostragem do espólio cerâmico recolhido nas diferentes áreas intervencionadas, não descurando o estado ainda inicial do estudo da cultura material recuperada, cingimo-nos aos utensílios de serviço de mesa em faiança.

Esta categoria reporta-se a utensílios de pequena e média dimensão, destinados a servir alimentos à mesa – pela sua funcionalidade e utilidade, verificámos que o acabamento é mais cuidado, em vidroado de óxido de estanho, para conferir uma maior impermeabilidade às peças. A grande maioria das formas observadas corresponde a peças de uso utilitário doméstico, como pratos rasos ou covos, taças, tigelas, covilhetes ou salseiras, entre outros.

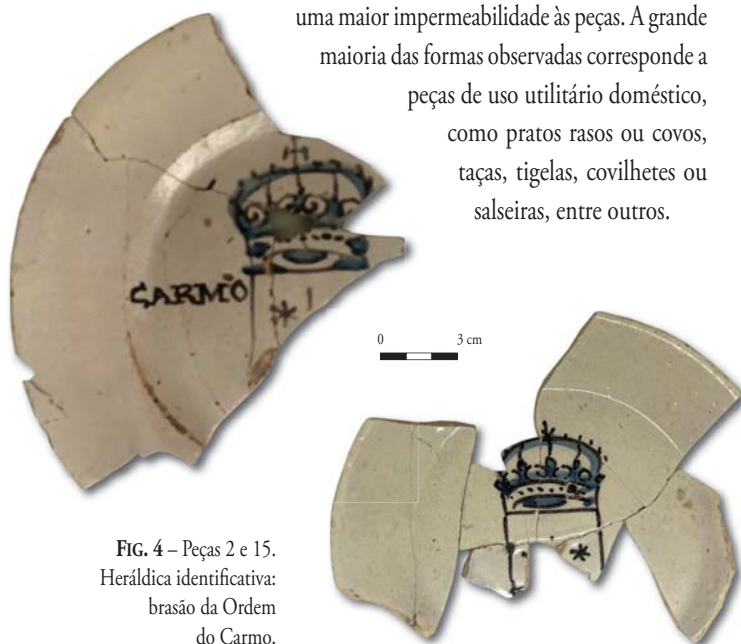


FIG. 4 – Peças 2 e 15. Heráldica identificativa: brasão da Ordem do Carmo.

Face aos fragmentos encontrados, o conjunto pode ser dividido em dois grandes grupos: louça de produção indiferenciada e louça de encomenda (SEBASTIAN, 2015: 376).

Considera-se “louça de produção indiferenciada” aquela que se reporta a um uso corrente, mesmo que em contexto de vivência monástica, em que a sua aquisição não aparenta ter resultado de uma qualquer encomenda, mas sim de uma compra aberta no mercado. Por seu lado, a “louça de encomenda” apresenta características diferenciadoras, que resultam das especificidades previamente fornecidas pelo encomendador. No lote em estudo, as faianças que correspondem a esta última categoria são de encomenda institucional, com simbologia religiosa. A grande maioria da personalização visual era feita através da utilização de heráldica identificativa (Fig. 4) – o brasão da Ordem do Carmo (Fig. 5) – ou, de uma forma mais direta, através da utilização de inscrição identifica-



FIG. 5 – Peça 1. Tigela com o brasão da Ordem do Carmo pintado a azul cobalto.

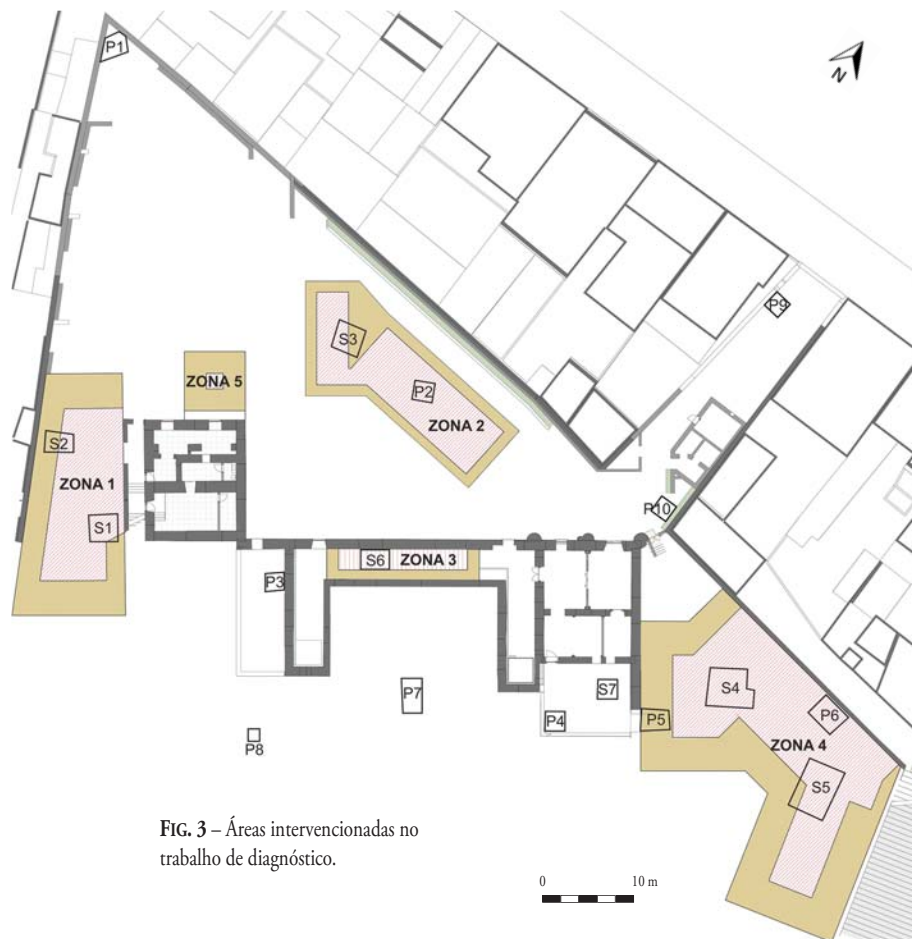


FIG. 3 – Áreas intervencionadas no trabalho de diagnóstico.

tiva (Fig. 6) – “Carmo de Moura” –, ou mesmo através da conjugação destas duas formas de identificar a instituição (Fig. 7).

Diversos são os fragmentos onde encontramos parte, ou a totalidade, da inscrição “CARMO” ou mesmo “MOURA”. Ou seja, seria uma encomenda para ser utilizada no convento. Um dos fragmentos recolhidos tem inscrita a palavra “MOIRA” (Fig. 8), que poderá, eventualmente, corresponder a um erro ortográfico por parte do oleiro do centro produtor. No entanto, apresenta as mesmas características dos demais: as letras são escritas em vinoso de manganês.

De entre as faianças recolhidas, predominam as pastas de tons amarelados (em relação às pastas rosa claro), os vidrados de óxido de estanho entre o bege e o branco (embora existam vidrados de coloração azulada, em menor percentagem), na sua grande maioria com revestimentos bem aderentes.

Quanto às formas das faianças recuperadas (e, entretanto, estudadas), a maior percentagem pertence a recipientes abertos – pratos, taças, covilhetes –, mas também palanganas, salseiras, tampas, asas (algumas de escudelas ou de terrinas), garrafas e púcaros, entre outras.

Encontramos, igualmente, um predomínio da decoração em azul cobalto em relação à conjugação de azul cobalto e vinoso de manganês. Raros são os fragmentos que apresentam decoração utilizando a cor verde ou a combinação entre o azul, o vinoso e o amarelo (Fig. 9).



FIG. 6 – Peças 7, 14 e 11.
Inscrição identificativa:
Carmo de Moura.



FIG. 7 – Peça 3. Prato raso com
brasão da Ordem do Carmo pintado a
azul cobalto e vinoso de manganês
e grafismo “MOURA”.

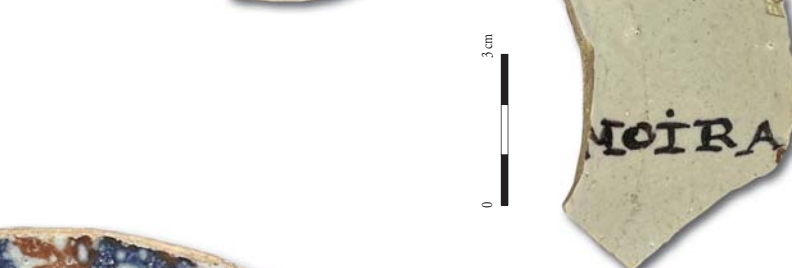


FIG. 8 – Peça 12. Prato com
grafismo “MOIRA” pintado a
vinoso de manganês na aba.

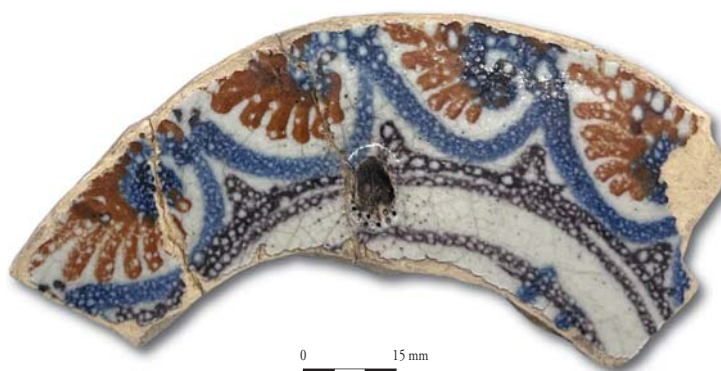


FIG. 9 – Peça 18. Prato com motivos
curvilíneos e fitomórficos com pintura a
azul cobalto, vinoso de manganês e pigmento
de estanho de chumbo (cor amarela).

Um outro conjunto que importa salientar, pelo elevado número de fragmentos ou mesmo de peças com perfil completo (Fig. 10), são as cerâmicas simplesmente esmaltadas em branco, sem qualquer decoração (Fig. 11). Deixa-se aqui a ressalva de alguns dos fragmentos poderem não corresponder, efetivamente, a peças sem decoração.

Os motivos decorativos que, até ao momento, encontrámos, são (Fig. 12): os geométricos, fundamentalmente semicírculos concêntricos; os vegetalistas, onde destacamos os elementos florais e as paisagens; as contas; as rendas; os aranhões e os filetes.



FIG. 10 – Peça 16. Prato covo sem decoração.



FIG. 11 – Peças 4, 17 e 5. Conjunto cerâmico sem decoração.



FIG. 12 – Peças 8, 19 e 6. Decoração vegetalista e geométrica, alguns exemplos.

Destacamos: o único exemplar com motivo antropomórfico (Fig. 13), de aparente influência oriental; a decoração caligráfica – entre eles, o fragmento que conjuga uma inscrição identificativa com uma inscrição numérica, da provável data de fabrico ou de encomenda, em azul cobalto, “DM (C)ARMO16(5)” (Fig. 14) – e onde inserimos os monogramas em vinoso de manganês; e, também, a decoração heráldica.

Poderá pertencer à *Louça de Brioso* (Fig. 15), das olarias de Coimbra, um grupo de fragmentos em estudo (DUARTE, SOARES e SILVA, 2014: 357). Face aos paralelos encontrados noutros conventos do Carmo, coloca-se a hipótese deste tipo de louça poder corresponder a uma encomenda mais abrangente, da própria Ordem do Carmo, para ser utilizada nos diferentes conventos espalhados pelo país.

Encontramos paralelos no espólio recolhido nas escavações arqueológicas em curso no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Évora (PERPÉTUO e SANTOS, 2019: 46); encontramos, igualmente, referências ao aparecimento deste tipo de peças em Lisboa – “[...] no caso das faianças, com decoração do brasão e das armas da Ordem do Carmo [...]” (PINHEIRO, 2015: 29) – ou mesmo no Porto – “[...] conjunto recolhido numa intervenção de emergência diante do edifício do antigo Convento de Carmo [...] exibindo frequentemente inscrições de posse e de encomenda” (DÓRDIO, TEIXEIRA e SÁ, 2001: 155).

Os dados aqui apresentados resultam de uma análise / estudo ainda muito incipiente do lote de faianças recolhido na escavação arqueológica do Convento do Carmo de Moura. Observamos uma evolução cronológico-estilística nos motivos decorativos utilizados e podemos, eventualmente, ter faianças com uma cronologia atribuível ao século XVI. No entanto, a grande maioria dos fragmentos observados reportam-se a faianças do século XVII, prolongando-se para o século XVIII (CASIMIRO, 2013).

6. CONCLUSÃO

Muitos foram os dados recolhidos no decurso da intervenção arqueológica de diagnóstico realizada no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura.

Optou-se, no presente artigo, por apresentar uma amostragem do espólio cerâmico encontrado e entretanto estudado, nomeadamente um conjunto de faianças pertencentes a um importante lote de louça de mesa. Conjunto cerâmico que pode ser dividido em dois grandes grupos: louça de produção indiferenciada e louça de encomenda (de cariz institucional, com simbologia religiosa).

Face aos paralelos encontrados noutros conventos do Carmo, coloca-se a hipótese deste tipo de louça poder corresponder a uma encomenda mais abrangente, da própria Ordem do Carmo, para ser utilizada nos diferentes conventos espalhados pelo país.

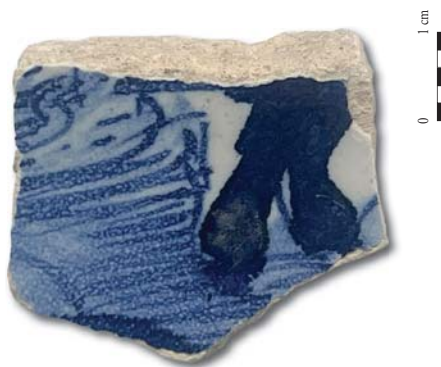


FIG. 13 – Peça 13. Tigela com figura antropomórfica pintada a azul cobalto.

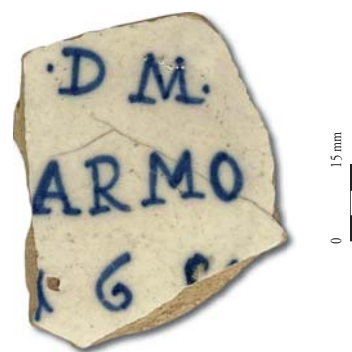


FIG. 14 – Peça 10. Tigela com inscrição numérica pintada a azul cobalto.

Importa, também, referir que é intenção da equipa científica responsável pelo trabalho arqueológico realizado no Convento do Carmo de Moura prosseguir o estudo dos diferentes dados obtidos.

Sendo este imóvel uma importante referência na história da cidade de Moura, certamente que os futuros estudos ajudarão a compreender as dinâmicas diacrónicas de utilização deste espaço religioso.

FICHA TÉCNICA

Conservação e Restauro: Marta Coelho

Fotografias: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Moura; Marta Coelho; Rute Silva; Vanessa Gaspar

Plantas: a2p Estudos e Projetos;

Duarte Darmas.



FIG. 15 – Peça 9. Prato com motivo pseudocaligráfico pintado a azul cobalto e vinoso de manganês (*Louça de Brioso*).

BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA

- BLÁZQUEZ GONZÁLEZ, Maria Teresa; MACHADO, Melissa; FIGUEIRA, Nádia e BAPTISTA, Pedro (2020) – *Convento de Nossa Senhora do Carmo, Moura. Relatório Prévio*. Lisboa: Arqueohoje.
- CAEIRO MORENA, Elsa Maria (2005) – *Os Conventos do Termo de Évora*. Dissertação de Doutoramento em Urbanística y Ordenación del Territorio. Sevilha: Universidade de Sevilha. <https://idus.us.es/handle/11441/15561>
- CARVALHOSA, A. Barros e CARVALHO, A. M. Galopim de (1970) – *Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000. Notícia explicativa da folha 43-B: Moura*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- CASIMIRO, Tânia Manuel (2013) – “Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 16: 351-367. <https://bit.ly/48AcuXv>
- COSTA, Augusto (2008) – *Modelação Matemática dos Recursos Hídricos Subterrâneos da Região de Moura*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Engenharia apresentada à Universidade Técnica de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.9/1280>
- DÓRDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo e SÁ, Anabela (2001) – “Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da arqueologia”. In Museu Nacional Soares dos Reis (coord.). *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Porto: Instituto Português de Museus, pp. 119-164. <https://shre.ink/UdBR>
- DUARTE, Susana; SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares da (2014) – “Intervenção Arqueológica na Rua Álvaro Castelões n.ºs 38 e 40 (Setúbal) e Sismo de 1755”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal / Assembleia Distrital de Setúbal. 15: 341-372. <http://hdl.handle.net/10451/10913>
- ELIAS, Margarida (2017) – *Caderno de Encargos, Anexo III: Convento do Carmo em Moura - Memória Artística e Histórica do Imóvel*. Relatório Técnico-Científico, Turismo de Portugal (programa REVIVE).
- LIMA, José Fragoço (2003) – *Elementos Históricos do Concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal de Moura.
- LIVRO DAS FORTALEZAS Situadas no Extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, Escudeiro da Casa do Rei D. Manuel I (1509-1510) – “Moura”. DIGTARQ. Ref.ª Pt/Tt/Cf/159m0028.jpg. Lisboa: Arquivo Nacional - Torre do Tombo. <https://abre.ai/nXML>
- MACIAS, Santiago (1993) – “Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico”. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola. 2: 127-157. <http://hdl.handle.net/10400.26/2380>
- MACIAS, Santiago; GASPAS, Vanessa e VALENTE, José Gonçalo (2016) – *Castelo de Moura: escavações arqueológicas 1989-2013. Catálogo*. Moura: Câmara Municipal de Moura. <https://bit.ly/44OeJ8k>
- PÁSCOA, Marta Cristina (2003) – *Memórias Paroquiais da Vila de Moura e seu Termo. Recolha, transcrição e notas*. Moura: Câmara Municipal de Moura.
- PERPÉTUO, João e SANTOS, Carla (2019) – *Convento do Carmo. Antigo Paço dos Arcebispos (Évora). Relatório Preliminar*. Viseu: Arqueohoje.
- PINHEIRO, Helena Isabel Henriques (2015) – *Arqueologia Urbana em Lisboa: o Convento do Carmo entre os séculos XIV e XIX*. Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. <http://hdl.handle.net/10362/16222>
- SEBASTIAN, Luís (2015) – *A Faiança Portuguesa de Olaria na Intervenção Arqueológica: Mosteiro de São João de Tarouca*. Vale do Varosa: Direcção Regional de Cultura do Norte. <https://bit.ly/4oDgBbh>
- SILVA, Rui e GASPAS, Vanessa (2021) – *Convento de Nossa Senhora do Carmo, Moura. Relatório Preliminar*. Moura: Arqueohoje / Câmara Municipal de Moura.
- SILVA, Rui e GASPAS, Vanessa (2022) – *Convento de Nossa Senhora do Carmo, Moura. Relatório Preliminar*. Moura: Arqueohoje, Câmara Municipal de Moura.
- VALENTE, David M. P. (2000) – *Acerca dos Forais de Moura*. Moura: Câmara Municipal de Moura.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam activas em 2026-01-18]

Faianças do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura - CATÁLOGO

PEÇA 1

N.º de inventário: FAI 42

Tipo: Tigela

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 72 mm de altura; 133 mm de largura; 39 mm de pé; 3,5 mm de espessura

Morfologia: Peça de perfil completo, forma aberta, com paredes encurvadas e bordo ligeiramente extrovertido e lábio arredondado, pé anelar.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com brasão da Ordem do Carmo pintado a azul cobalto.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 2

N.º de inventário: FAI 49

Tipo: Prato raso

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 18 mm de altura; 4,2 mm de espessura

Morfologia: Peça de perfil completo, forma aberta, fundo interior plano e decorado, com aba soerguida e reta, lábio redondo. Fundo externo com pequeno

pé com moldura baixa e meia cana no arranque da parede.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com brasão da Ordem do Carmo pintado a azul cobalto e vinoso de manganês (grafismo “CARMO”).

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 3

N.º de inventário: FAI 48

Tipo: Prato raso

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 24 mm de altura; 221 mm de largura; 120 mm de base; 4,6 mm de espessura

Morfologia: Peça de perfil completo, forma aberta, fundo interior plano e decorado, com aba soerguida e reta, lábio redondo. Fundo externo com pequeno pé com moldura baixa e meia cana no arranque da parede.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com brasão da Ordem do Carmo pintado a azul cobalto e vinoso de manganês, grafismo “MOURA”.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 4

N.º de inventário: FAI 45

Tipo: Salseira

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 39 mm de altura; 99 mm de largura; 30 mm de pé; 5,3 mm de espessura

Morfologia: Peça completa, forma aberta, paredes com carena baixa e fundo em forma de botão.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, sem decoração.

Cronologia: Séculos XVI(?)-XVII

PEÇA 5

N.º de inventário: FAI 43

Tipo: Covilhete

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 32 mm de altura; 149 mm de largura; 110 mm de base; 5,5 mm de espessura

Morfologia: Peça de perfil completo, forma aberta, com paredes ligeiramente encurvadas para o interior, lábio redondo. Base com moldura baixa. Três perfurações no fundo.

CATÁLOGO [continuação]

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, sem decoração.

Cronologia: Séculos XVI(?)-XVII

PEÇA 6

N.º de inventário: FAI 59

Tipo: Covilhete

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 38 mm de altura; 143 mm de largura; 117 mm de base; 4 mm de espessura

Morfologia: Peça de perfil completo, forma aberta, com paredes retas e lábio afilado. Base com moldura baixa. Fundo interior com decoração.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, decoração em azul cobalto vinoso de manganês com motivos florais.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 7

N.º de inventário: FAI 69

Tipo: Tigela

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 59 mm de pé

Morfologia: Peça fragmentada, restando apenas o fundo e arranque de paredes, com curvatura acentuada para o seu interior. Pé anelar.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com grafismo "MOURA" pintado a vinoso de manganês.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 8

N.º de inventário: FAI 44

Tipo: Prato

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 38 mm de altura; 133 mm de base; 6,7 mm de espessura

Morfologia: Peça de perfil completo, aba soerguida e lábio redondo. Fundo com moldura e meia cana no arranque da parede externa.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco e decoração vegetalista a azul cobalto e vinoso de manganês.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 9

N.º de inventário: FAI 64

Tipo: Prato

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 5,5 mm de espessura

Morfologia: Peça de perfil completo, forma aberta, com aba soerguida, mas curta e lábio afilado. Fundo com pequena moldura e meia cana no arranque da parede externa.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com pintura a azul cobalto e vinoso de manganês com motivo pseudocaligráfico (*louça de Briso*).

Cronologia: Séculos XVIII-XIX

PEÇA 10

N.º de inventário: FAI 56

Tipo: Tigela

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 57 mm de pé; 3,7 mm de espessura

Morfologia: Peça fragmentada, restando apenas o fundo/pé com moldura.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com inscrição numérica pintada a azul cobalto.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 11

N.º de inventário: FAI 61

Tipo: Prato

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 5,2 mm de espessura

Morfologia: Fragmento de fundo. Base com moldura.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com brasão (parcial) da Ordem do Carmo pintado a azul cobalto, com grafismo "DE MOURA" pintado a vinoso de manganês.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 12

N.º de inventário: FAI 63

Tipo: Prato

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 4,7 mm de espessura

Morfologia: Fragmento de um prato, provavelmente de pequenas dimensões, aba curta.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com grafismo "MOIRA" pintado a vinoso de manganês na aba.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 13

N.º de inventário: FAI 62

Tipo: Tigela

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 5,9 mm de espessura

Morfologia: Fragmento de fundo, com pé em diagonal e arranque de parede.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com pintura profusa nas duas superfícies a azul cobalto e com uma figura antropomórfica.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 14

N.º de inventário: FAI 58

Tipo: Prato

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 5,8 mm de espessura

Morfologia: Fragmento de fundo com base em moldura. Arranque de aba soerguida, mas curta, sem lábio por estar fragmentado.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com brasão (parcial) da Ordem do Carmo pintado a azul cobalto, com grafismo "MOURA" pintado a vinoso de manganês.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 15

N.º de inventário: FAI 68

Tipo: Prato

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 117 mm no fundo; 4,3 mm de espessura

Morfologia: Peça de perfil completo, forma aberta.

Fundo plano e paredes extrovertidas, lábio afilado.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com brasão (parcial) da Ordem do Carmo pintado a azul cobalto e vinoso de manganês.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 16

N.º de inventário: FAI 47

Tipo: Prato covo

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 76 mm de altura; 240 mm de largura; 105 mm de pé; 9,2 mm de espessura

Morfologia: Peça de perfil completo, forma aberta, bordo em forma de aba soerguida e lábio redondo.

Parede carenada e pé alto em forma de cone.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 17

N.º de inventário: FAI 65

Tipo: Prato

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 31 mm de altura; 71 mm de base; 9,2 mm de espessura.

Morfologia: Peça de perfil completo, forma aberta, bordo em forma de aba e lábio biselado. Paredes baixas e com curvatura suave. Fundo externo plano.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco.

Cronologia: Séculos XVI(?)-XVII

PEÇA 18

N.º de inventário: FAI 77

Tipo: Prato

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 5,2 mm de espessura

Morfologia: Fragmento de fundo. Fundo interno decorado. Fundo externo côncavo.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com pintura a azul cobalto e vinoso de manganês e pigmento de estanho de chumbo (cor amarela), com motivos curvilíneos e fitomórficos (provavelmente estilizações de folhas ou pétalas em roseta), delimitadas por faixas e pontos azuis, que sugerem uma composição radial ou circular.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

PEÇA 19

N.º de inventário: FAI 75

Tipo: Tigela

Forma funcional: Louça de mesa

Dimensões: 61 mm de pé; 8,5 mm de espessura

Morfologia: Fragmento de fundo e arranque de parede inferior. Fundo interno decorado. Pé anelar.

Decoração e acabamento: Superfícies esmaltadas a branco, com pintura a azul cobalto com dois círculos concêntricos a delimitar o seu fundo interno.

Cronologia: Séculos XVII-XVIII

RESUMO

Trabalho que constitui um primeiro passo no estudo dos menires do Norte e Centro de Portugal, centrando-se na pesquisa bibliográfica, na construção de uma base de dados e na caracterização dos exemplares identificados, incluindo possíveis fragmentos e elementos cuja interpretação como menires ainda requer confirmação. Assenta em critérios de morfologia, dimensão e contexto arqueológico, distinguindo os exemplares já documentados em fontes bibliográficas daqueles que recentemente foram identificados no terreno. Sempre que possível, procede-se ao enquadramento destes monumentos com outros vestígios coetâneos, como estruturas dolménicas ou sítios de arte rupestre, de modo a compreender melhor o seu papel nas paisagens megalíticas regionais.

PALAVRAS-CHAVE: Pré-História recente; Carta arqueológica; Menir.

ABSTRACT

This work is a first step in the study of the menhirs of the North and Centre of Portugal, focussing on bibliographic research, construction of a database and characterisation of the identified specimens, including possible fragments and elements whose interpretation as menhirs has yet to be confirmed.

The study is based on criteria like morphology, size and archaeological context, distinguishing the examples that have already been documented in the literature from those recently identified on site.

Whenever possible, the author contextualises these monuments in relation to others of the same period, such as dolmen structures or rock art sites, so as to better understand their role in regional megalithic landscapes.

KEY WORDS: Late Prehistory; Archaeological map; Menhir.

RÉSUMÉ

Travail qui représente un premier pas dans l'étude des menhirs du Nord et du Centre du Portugal, centré sur la recherche bibliographique, sur la construction d'une base de données et sur la caractérisation des exemplaires identifiés, incluant de possibles fragments et éléments dont l'interprétation en tant que menhirs demande encore confirmation.

Il s'appuie sur des critères de morphologie, dimension et contexte archéologique, distinguant les exemplaires déjà documentés dans des sources bibliographiques de ceux qui ont été récemment identifiés sur le terrain. Tant que faire se peut, on procède à l'encadrement de ces monuments parmi d'autres vestiges, leurs contemporains, tels des structures dolméniques ou des sites d'art rupestre, de manière à mieux comprendre leur rôle dans les paysages mégalithiques régionaux.

MOTS CLÉS: Préhistoire récente; Plan archéologique; Menhir.

Os Menires do Norte e Centro de Portugal

inventário e catalogação

Alexandra Vieira ¹

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui um primeiro passo no estudo dos menires do Norte e Centro de Portugal, centrando-se na pesquisa bibliográfica, na construção de uma base de dados e na caracterização dos exemplares identificados, incluindo possíveis fragmentos e elementos cuja interpretação como menires ainda requer confirmação. O estudo assenta em critérios de morfologia, dimensão e contexto arqueológico, distinguindo os exemplares já documentados em fontes bibliográficas daqueles que recentemente foram identificados no terreno. Sempre que possível, procede-se ao enquadramento destes monumentos com outros vestígios coetâneos, como estruturas dolménicas ou sítios de arte rupestre, de modo a compreender melhor o seu papel nas paisagens megalíticas regionais. O inventário dos menires do Norte e Centro de Portugal enfrenta desafios específicos, sobretudo porque muitos exemplares se encontram fora do seu contexto original, o que dificulta a interpretação arqueológica. Contudo, descobertas recentes permitem revisitar o tema e atualizar o conhecimento sobre o tema. É ainda essencial ir além do mero exercício de descrição morfológica, procurando identificar quais os monólitos que podem ser considerados menires, e analisar possíveis relações com outras estruturas e sítios coetâneos.

O objetivo central deste trabalho é, assim, apresentar uma síntese dos menires e possíveis menires do Norte de Portugal, evidenciando a sua localização, tipologia e enquadramento arqueológico, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento sobre o megalitismo regional e para a valorização desta realidade ainda pouco explorada. Nesta primeira fase, dedicada à seleção dos exemplares mais fiáveis e à compilação bibliográfica, não se aborda a cronologia nem a interpretação, dado que praticamente não existem datações absolutas disponíveis e os dados atuais não permitem análises seguras; estas questões serão tratadas numa segunda fase, durante o trabalho de campo, num futuro projeto.

BRÉZILLON (1989: 177) define menir como um *“monumento megalítico formado por um único bloco de pedra, bruto e toscamente talhado, firmado verticalmente no solo”*. Para Vítor Oliveira Jorge, a palavra menir significa, *“em bretão, pedra ('men') longa ou comprida ('hir')”*.

¹ Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253, Bragança, Portugal (alexandra.vieira@ipb.pt | alexandramvieira@gmail.com).

Por opção da autora, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-10-30.

e designa uma pedra (bloco ou laje), em bruto ou sumariamente afeiçãoada, fncada verticalmente no solo, cuja altura seja maior do que as restantes dimensões". Varia em altura e morfologia. Alguns foram sumariamente afeiçãoados com o propósito de lhes conferir uma forma fálca; outros possuem motivos gravados (JORGE, 1982: 27-28). Podemos igualmente definir um menir como *"monólito de dimensões variáveis, chegando a atingir vários metros, implantado verticalmente no solo"* (SILVA, 2004: 435). O carácter "tosco" dessas estruturas, o material de construção e sua forma, muitas vezes dificultam classificação inequívoca como elementos antrópicos, levando-os a ser frequentemente interpretados como formações naturais. Essa questão é de difícil resolução e, aparentemente, continuará em aberto num futuro próximo.

Os menires materializam uma antropização da paisagem, tornando-se uma questão essencial para a sua análise. Essa tarefa muitas vezes é problemática e pouco frutuosa, devido à transferência de muitos exemplares da sua implantação original para outros locais e à ausência de contextos arqueológicos. Isso reduz a análise dos menires a um mero exercício de descrição morfológica e comparação formal, resultando apenas no enriquecimento da cartografia, mas sem conclusões confiáveis sobre suas funções, significados, enquadramento cultural ou cronologia dos monumentos em questão (SILVA e SILVA, 1994: 109).

Em suma, os menires correspondem a monólitos verticais, mais ou menos afeiçãoados, de diferentes dimensões, sendo evidente um grande polimorfismo ao nível da altura, largura, forma, afeiçãoamento, implantação, motivos decorativos, entre outros elementos. Podem ser objeto de diferentes interpretações, *"marcam ou celebram lugares de importância coletiva, certamente com multiplicidade de significações mágico-rituais: simbologia astral; cultos de fertilidade; marcação física e simbólica de territórios de grande significação coletiva; representação de divindades ou de ancestrais, entre outros"* (BETTENCOURT e VILAS BOAS, 2021: 35).

2. METODOLOGIA

O estudo que se pretende realizar abarca o espaço geográfico das seguintes bacias hidrográficas: rio Minho; rio Âncora; rio Lima; rio Neiva; rio Cávado; rio Ave; rio Leça; rio Douro, norte e sul. Esta região é limitada a noroeste pela fronteira com Espanha; a este, pela parte espanhola da bacia do Douro; a sul, pelas bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Tejo; e a oeste, pelo Oceano Atlântico. Compreende as regiões do Douro Litoral, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, e a norte parte da Beira Alta. A nível administrativo, abarca a totalidade dos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real, e parte dos distritos da Guarda e Viseu.

A revisão bibliográfica incidiu principalmente sobre estudos específicos dos menires do norte de Portugal, recorrendo a repositórios digitais, bibliotecas e outras fontes documentais. Foi igualmente consultado o sistema *Endovélco*, no *Portal do Arqueólogo* (<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>).

O Património Cultural IP disponibilizou todas as informações relativas aos menires inventariados nesta base de dados para o território nacional. Foram igualmente contactadas diversas câmaras municipais da região norte, as quais forneceram coordenadas geográficas, bibliografia, notícias de jornais e referências disponíveis na Internet, contribuindo para complementar e validar os dados recolhidos durante a pesquisa bibliográfica.

A conjugação destes dados com a bibliografia permitiu a criação de uma Base de Dados específica para o estudo dos menires, organizada de forma sistemática, que permite centralizar e ampliar as informações existentes, servindo como suporte para futuras análises sobre a localização, tipologia e contexto arqueológico dos menires na região.

Para efeitos deste estudo, considerou-se como menir um monólito vertical, em bruto ou sumariamente afeiçãoado, de dimensões variáveis, implantado verticalmente no solo (BRÉZILLON, 1989; JORGE, 1982; SILVA, 2004). Reconhece-se que o carácter tosco, o material e a forma destas estruturas dificultam a classificação inequívoca como elementos antrópicos, pelo que alguns exemplares podem ser interpretados como formações naturais.

Apesar destas dificuldades, os menires são tratados como indicadores de antropização da paisagem, sendo avaliados segundo critérios de morfologia, dimensão, afeiçãoamento, implantação e presença de motivos decorativos, sempre que tais informações estejam disponíveis. Estas características foram registadas na base de dados construída para o estudo, permitindo organizar de forma sistemática e estruturada os exemplares já documentados em bibliografia e aqueles recentemente identificados.

3. OS DADOS

Em 1977, Jorge Pinho MONTEIRO e Mário Varela GOMES (1977) cartografaram, na carta de distribuição dos menires de Portugal, seis menires na região norte: Marco de Luzim, Cepães (?), Castelo de Paiva (?), Barcelos - cromelech (?), Turrinheiras (?) e S. Paio de Antas. Em 1987, Vítor Oliveira Jorge refere a existência de três menires no norte de Portugal: o de Luzim (Penafiel), o de S. Paio de Antas (Esposende) e o da Bouça (Mirandela), não tendo sido detetados conjuntos de menires, ou seja, alinhamentos e cromeleques (JORGE, 1987: 279-280). Em 1994, Fernando SILVA e António SILVA (1994: 110) apresentam uma lista da qual constam 23 menires que se localizam na região em análise: Arouca - Senhor dos Aflitos (Alvarenga), Três Irmãos (Rossas / Urrô), Baião - Pena (Ovil), Braga (?) - Cepães (indeterminado), Barcelos - Feitos 1 e Feitos 2 (indeterminado), Chaves - Chaves, Cabeceiras de Basto - Turrinheiras (Abadim), Castelo Paiva (indeterminado); Cinfães - Penedo Comprido (Tendais); Esposende - S. Bartolomeu do Mar (S. B. do Mar), S. Paio d'Antas (S. Paio d'Antas), Fafe - Pedreira (S. Mamede), Guarda - Folha da Torre (S. Bartolomeu), Mirandela - Bouça (Bouça), Penafiel - Luzim

(S. J. Baptista), Penedono - Penedono (Penedono), Ponte da Barca - Marco d'Anta (Germil), Viana do Castelo - Monte S. Roque (Afife), Santa Luzia (Stª. Maria Maior), Vila Nova Gaia - Lavadores (Canidelo), Serra do Pilar (Stª. Marinha) e S. Bartolomeu (Pedroso).

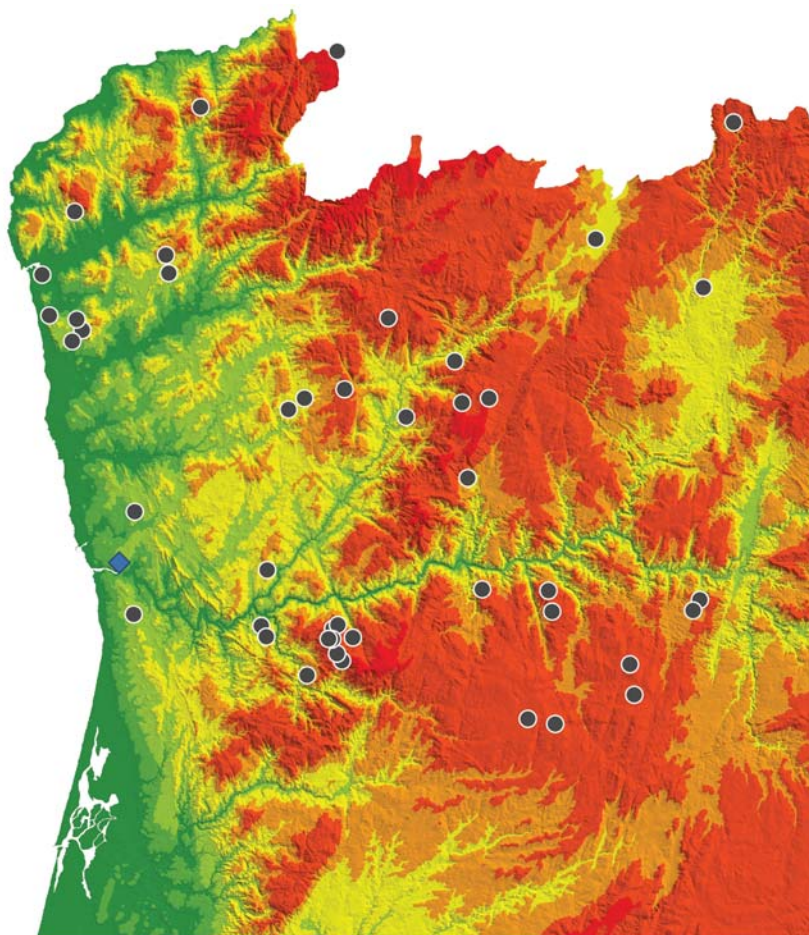
Em 2003, Eduardo J. Silva refere o aparecimento de um menir no concelho de Cinfães, clarificando que existem poucas referências a menires no norte do Douro, normalmente de reduzida dimensão, com exceção do Menir de Luzim, em Penafiel (SILVA, 2003: 274). Nas regiões do centro e norte de Portugal, assim como na Galiza, Manuel Calado observa que existe uma baixa densidade de menires e a amostra disponível é principalmente composta por menires isolados (CALADO, 2004: 210), apontando um conjunto de menires, dos quais destacamos 13 monumentos isolados: Luzim (Penafiel), Bouça (Mirandela), Chaves (Chaves), Marco da Jogada (Cinfães), Penedono (Penedono), S. Bartolomeu (Vila Nova de Gaia), Pena (Baião), Penedo Comprido (Cinfães), Folha da Torre (Guarda), Lavadores (Vila Nova de Gaia), Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia) e Turrinheiras (Celorico de Basto). Os menires caracterizam-se por possuírem “*dimensões modestas*”, com os exemplares maiores a atingirem cerca de três metros de comprimento. A maioria desses monumentos não apresenta elementos iconográficos. São, na sua maioria, monumentos isolados, tendo como suporte os granitos ou rochas granitoides. Alguns deles localizam-se em áreas onde existem sepulcros megalíticos (CALADO, 2004: 210).

O número de menires no norte de Portugal aumentou consideravelmente devido aos trabalhos de investigação arqueológica realizados na região desde os anos 1980. Convém, no entanto, salientar que muitas dessas descobertas resultam de achados fortuitos, e que a maioria dos exemplares se encontra fora do seu contexto original. Com base nos dados reunidos, elaborou-se um mapa de distribuição que permite visualizar a localização dos menires e possíveis menires identificados na região (Fig. 1).

No processo de pesquisa bibliográfica realizado com o objetivo de inventariar os menires da região norte e centro, não foi possível obter dados relativos a alguns monumentos, nomeadamente: Penedo Comprido (Cinfães), Folha da Torre (Sabugal), Lavadores (Vila Nova de Gaia) e Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia), razão pela qual estes não foram incluídos na tabela síntese. Algumas dessas estruturas apresentam incertezas quanto à sua classificação, motivo pelo qual se apresentam a seguir algumas dúvidas e questões sobre alguns dos vestígios inventariados.

Segundo Vítor Oliveira Jorge, “*os chamados ‘menires’ das Turrinheiras (Cabeceiras de Basto) e do ‘Penedo Longo’ (Amarante) não passam de formas naturais*” (JORGE, 1983-1984: 45). Segundo Domingos Cruz (informação pessoal), o Calhau das Cântaras (Cns 23606) será de cronologia mais tardia (período histórico). Este autor também não classifica o Penedo do Bico / Menir do Urgal (Cns 16552) nem o Menir da Pena (Baião) como menires. Por último, Costa (2008: C.P.C./ 01.017) interpreta o Grande Marco (Cns 666) como um afloramento natural. Relativamente ao Menir do Senhor dos Afritos (Arouca), Domingos Cruz interpreta-o como um marco histórico, enquanto Fernando Silva e António Silva o designam de menir, reutilizado posteriormente como marco. Também os Três Irmãos (Rossas, Arouca) suscitam dúvidas quanto à sua origem antrópica. Segundo Ana Bettencourt (informação pessoal), este conjunto foi analisado no âmbito do projeto ENARDAS, tendo sido interpretado como formação natural.

FIG. 1 – Distribuição espacial dos menires no norte e parte do centro de Portugal, contemplando a Bacia Hidrográfica do Douro, a Sul.



MAPA: Rodry Mendonça.

Alguns destes monólitos foram reutilizados e transformados em estátuas-menires, provavelmente durante o Bronze Final. Neste estudo, optamos por não integrar as estátuas-menires do norte de Portugal, cujas características escultóricas da Idade do Bronze tornaram difícil de perceber se foram, efetivamente, um menir na sua forma original. Abriu-se uma exceção para a Estátua-Menir da Bouça e a Estátua-Menir fálica de Chaves, pois as suas características meníricas são ainda muito evidentes. Este último, segundo Vítor Oliveira Jorge e Carlos Alberto Ferreira de Almeida: “*Trata-se de um menir de secção média sub-quadrangular, cuja parte superior se destaca nitidamente para representar a extremidade de um falo [...]. A sua base, de talhe mais tosco, seria certamente enterrada, para permitir a implantação vertical da peça no solo. A sua altura máxima é de cerca de 1,62 m*” (JORGE e ALMEIDA, 1980: 8-9).

Assim, além das estátuas-menires que não foram incluídas neste estudo, existem também menires referenciados na bibliografia cuja existência não pôde ser confirmada, seja por falta de dados recentes ou porque desapareceram do local original.

– **Menir da Burneira** (Alijó). De acordo com António Luís Pereira, o corpo do atual Cruzeiro de Presandães (CNS 15202 - Vila Real / Alijó / Alijó) foi esculpido a partir de um menir proveniente da zona da Burneira, de um local próximo das antas existentes neste local. Este menir, que era conhecido pela comunidade local sob a designação de “*pedra encantada*”, terá sido transportado da Burneira para o largo da aldeia de Presandães, a partir do qual se terá esculpido o atual cruzeiro que se encontra no Largo do Cruzeiro, no centro da aldeia (*Portal do Arqueólogo*, 2024).

– De acordo com a descrição de Joaquim Fernandes Figueira, o **Menir de Turrinheiras** levanta-se na bifurcação dos caminhos que levam às Minas da Borralha ou do Salto, desde S. Nicolau de Basto. “*Os naturais chamam-lhe o ‘padrão’ ou ‘marco grande’ para o diferenciar do marco que divide os dois concelhos*”. Assenta sobre uma laje volumosa, extensa. O monumento é formado por dois blocos, e encontra-se levemente inclinado no sentido este-oeste. O primeiro bloco mede 3,5 m de alto, tendo na base (triangular) cerca de dois metros; o segundo bloco, do topo, assenta perfeitamente sobre o da base e mede 2,5 m de altura. A pedra é rugosa e parece ter sido manchada por uma leve camada de cal (FIGUEIRA, 1940: 205).

– O **Menir da Aldeia** (Viana do Castelo / Montaria) foi detetado no momento da destruição de uma antiga casa de pedra, que se achava incluído na padieira de uma habitação. Um facto interessante é que os “*moradores tocavam na pedra antes de entrar em casa porque isso lhes dava sorte*” (Bettencourt, 2009, citada em BETTENCOURT e VILAS BOAS, 2021).

– **Santa Luzia** (Viana do Castelo / Viana do Castelo / Santa Maria Maior e Monserrate) seria um menir com cerca de 5 m, insculpido com a gravura de uma cruz na face exposta a sul. É apresentada a seguinte ressalva sobre este monumento: “*É de considerar com a maior prudência se estaremos diante de um verdadeiro menir, ou de um marco-padrão, indicador do limite de algum foro medieval ou ordem religiosa, mas também é de encarar*

a hipótese de um menir aproveitado para essa finalidade” (Possidónio da Silva, 1877, citado por VICENTE e MARTINS, 1979: 111).

– **Menir de Sobradelo** (Braga / Vila Verde / Duas Igrejas). Este monólito serve como ombreira de um portão, tendo sido cortado longitudinalmente, pelo que apenas pode ser descrito como uma “*pedra tendencialmente cónica, em granito, afeiçãoada com cerca de 1,60 m de altura em relação ao solo atual*” (*Portal do Arqueólogo*, 2024). O menir de Sobradelo foi mencionado por Tarcísio Maciel em 2003, na freguesia de Duas Igrejas, concelho de Vila Verde. No entanto, este monólito encontra-se descontextualizado, servindo de “*tranqueiro de uma cancela*”, fora do seu contexto original (Maciel, 2003, citado por VILAS BOAS *et al.*, 2021: 50), conforme muitos outros exemplares.

– **Menir de Cepães** (Braga / Fafe / Cepães), é constituído por uma pedra de 3 m de comprimento, posta ao alto, a que se sobrepõe uma outra de um metro, formando ambas uma coluna ou “*obelisco*” de 4 m de altura. Estão partidas, encaixando uma na outra. Um grande fragmento destacado da primeira pedra encontra-se tombado junto a ela pelo lado poente. É “*obra dos Mouros*”, segundo os habitantes de Cepães. Localiza-se a uns 3,5 km, no monte de Cepães, à direita do caminho que conduz à freguesia do mesmo nome, e um pouco adiante da entrada do ramal, que leva ao lugar de Soutelo. É tradição que já outros do mesmo género, posto que de menores dimensões, foram ali destruídos¹. Entretanto, este monumento terá sido destruído ou encontra-se desaparecido.

Existem algumas reticências ou dúvidas relativamente a determinados achados, que exigem uma análise mais detalhada do seu contexto e morfologia.

– Relativamente à **Senhora da Guia** (Braga / Celorico de Basto / Basto, São Clemente), não é claro se será apenas um esteio de uma mamoa ou um menir. Trabalhos de acompanhamento arqueológico realizados em 2004 registaram um esteio fincado situado numa portela, junto de um caminho de terra batida, apresentando um contorno vagamente sub-triangular, com duas faces principais viradas a sudeste e noroeste. “*Ao nível da base denota-se um estreitamento de ambos os lados menores, lembrando um contorno vagamente antropomórfico*” (Alexandre Canha *et al.*, *Portal do Arqueólogo*, 2024).

– **Lameiras** (Viana do Castelo / Monção / Anhões e Luzio) é um bloco de granito afeiçãoado no topo que tende a alargar na base, estando atualmente tombado e rodeado de tojo alto e denso. Poderá corresponder a um menir, uma estela-menir, ou ser um esteio da Mamoa 2 de Lameiras (CNS 19309), a hipótese mais provável. Apresenta as seguintes dimensões: comprimento máximo de 1,5 m; espessura máxima de 8 cm (*Portal do Arqueólogo*, 2024).

– O **Grande Marco** (Braga / Cabeceiras de Basto / Abadim) será composto por dois blocos sobrepostos, orientados a oeste. O bloco superior,

¹ Notícia do jornal *O Povo de Fafe. Semanário Regenerador*. Ano 2. N.º 85 (1907-09-25) - “O monumento archaeologico de Cepães. Será um ‘menhir?’ Um pedido á camara municipal”.

com 2,5 m, assenta sobre o inferior, com cerca de 3,5 m de altura. No topo possui vários círculos insculturados (*Portal do Arqueólogo*, 2024).

– O **Menir do Pedrogo** (?) (Braga / Vila Verde / Prado e São Miguel) é um bloco granítico que se encontrava pousado na margem de um caminho que dá acesso a um importante conjunto megalítico. Tem uma morfologia sub-cilíndrica, apresentando algumas gravuras (letras que constituem um nome próprio) que parecem ser relativamente recentes. É possível estarmos na presença de um pequeno menir reaproveitado como marco de propriedade, tendo em conta as características morfológicas do bloco e a sua relação com a necrópole da Chieira, o que o colocaria à entrada da necrópole. Será necessário realizar trabalhos arqueológicos para confirmar esta hipótese (VILAS BOAS *et al.*, 2021: 49).

– O **“Menhir de Forjães”**, também designado por Menir de Ínfia, ou ainda Ribeira / Bouça dos Marcos (Esposende / Forjães) localizava-se na antiga bouça da Vitória, no lugar de Ínfia, na vila de Forjães. O bloco em granito de grão médio-grosso, de forma sub-cilíndrica, encontrava-se fincado no solo com uma ligeira inclinação norte-noroeste. Dizem que tinha 1,8 m de altura e foi afeiçoado num bloco granítico de grão médio. Possui cariz fálco. Localiza-se no lugar de “Enfia”, na denominada “Bouça dos Marcos”. Encontra-se integrado num conjunto de quatro marcos que representam a Casa de Bragança, a Comenda da Ordem de Cristo e a atual linha divisória entre a vila de Forjães, a freguesia de Castelo do Neiva e a freguesia de S. Romão do Neiva. Marca igualmente o limite municipal entre Esposende e Viana do Castelo. O espaço, urbanizado, encontra-se muito descaracterizado. Atualmente, o menir não apresenta as dimensões referidas em notícia de 2008 (1,80 m, segundo FERREIRA e ASSIS, 2008). Localiza-se nos limites das freguesias de Forjães e S. Romão, concelho de Esposende, e encontra-se numa área com vestígios de sepulcros megalíticos, nomeadamente das “*Mamoas da Fonte Má 1 e 2, em S. Romão, concelho de Viana do Castelo, que distam deste imóvel cerca de 500 m para sudeste*” (VILAS BOAS *et al.*, 2021: 49-50).

– Os menires do **Marco da Zarelha** e da **Pedra do Coelho** (Barcelos / Feitos e Palme) foram encontrados *in situ* no momento da sua descoberta, mas foram, entretanto, movidos de local e usados como marcos de divisão das freguesias de Feitos e Palme, concelho de Barcelos (VILAS BOAS *et al.*, 2021: 49).

– **Portela** (Viseu / Castro Daire / Cabril) é um pequeno monólito de granito, colocado na vertical, na berma de um antigo caminho, no lado sul. “*Tem 67 cm de altura acima do solo e secção subtriangular com 30 cm por 40 cm ao nível da base*” (*Portal do Arqueólogo*, 2024). Possui um embasamento pétreo constituído por blocos de granito, com cerca de 80 cm de raio. Este embasamento poderia ser maior do que o que se observa presentemente, tendo sido amputado pelo caminho; no lado ocidental do menir, observam-se pequenas pedras soltas que poderiam ter integrado o embasamento pétreo. Este monolítico pode ser um menir apropriado como marco, em muitos aspetos idêntico ao Menir do Marco da Jugada, situado cerca de 1,5 km para noroeste (*IDEM, ibidem*).

– O **Penedo do Bico**, também referenciado como Menir do Urgal (Viseu / Cinfães / Tendais) é um monólito, “*de corpo paralelepípedo, de extremidade apontada (pirâmide irregular de base rectangular), colocado no terreno em posição vertical, em superfície de vertente declivosa, sobranceira à estrada Cinfães-Castro Daire*”, que possui uma cruz gravada no seu topo; encontra-se situado junto da estrada. Foi descoberto por Alfredo Pimenta. Domingos Cruz, no âmbito de trabalhos de prospeção arqueológica enquadrados no *PNTA / 2003 - Serra do Montemuro: ocupação humana e evolução paleoambiental*, discorda dizendo tratar-se de “*um monólito frustrado, sem qualquer trabalho de afeiçoamento, posicionado no terreno de forma insólita (superfície de vertente de acentuado declive); nada indica que se trate de um menir; poderá ter funcionado como marco de propriedade ou territorial*” (*Portal do Arqueólogo*, 2024).

– O **Calhau das Cântaras** (Viseu / Cinfães / Cinfães) pode ser descrito como um monólito de granito fincado no solo, na vertical, de superfície boleada e secção semi-elíptica. Situa-se numa portela com prados. Possui 1,4 m de altura; 1,25 m de largura; 60 cm de espessura na base, 40 cm a meio e 15 cm no topo (*Portal do Arqueólogo*, 2024).

– O **Menir da Chã** (Viseu / Tabuaço / Longa) é descrito como um monólito talhado em granito, de grão médio, que se encontra caído junto a um caminho, semienterrado, a nordeste-este da Citânia de Longa (Cns 913), da qual dista cerca de 600 m. Segundo o *Portal do Arqueólogo*, é possível que se trate de um menir *in situ*. Encontra-se fragmentado em três partes, atingindo 6,1 m de comprimento visível. Quando ereto, seria visível a grande distância. Observam-se várias insculpturas nas faces expostas. Em maio de 2021, o menir foi mencionado à Direção Regional de Cultura Norte por José Carlos de Jesus Santos (*Portal do Arqueólogo*, 2024).

Após a análise e seleção dos menires a estudar, a Tabela 1 (página seguinte) apresenta os exemplares inventariados na área de estudo, correspondendo ao norte e parte do centro de Portugal, incluindo também aqueles localizados na bacia hidrográfica do Douro, a sul.

Esta listagem pretende servir como base de referência para trabalhos futuros, possibilitando a realização de prospeções, intervenções arqueológicas, escavações e estudos comparativos, garantindo que os exemplares inventariados possam ser analisados de forma sistemática e integrada no contexto do megalitismo do norte e centro de Portugal.

4. ALGUNS MENIRES DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL: CONTRIBUTOS PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO

Apresenta-se, de seguida, uma breve caracterização de alguns menires localizados na região do Minho e do Douro Litoral, incluindo também novos exemplares recentemente identificados na Bacia Hidrográfica do Douro, em território português.

TABELA 1 – Listagem dos menires inventariados na área de análise

Designação	CNS	Distrito	Concelho	Freguesia
Fontelo	39379	Viseu	Armamar	Fontelo
Menir do Senhor dos Aflitos	23720	Aveiro	Arouca	Alvarenga
Três Irmãos (menires)		Aveiro	Arouca	Rossas
Menir da Pena		Porto	Baião	
Marco da Zarelha		Braga	Barcelos	Feitos e Palme
Pedra do Coelho		Braga	Barcelos	Feitos e Palme
Palme (Granja)		Braga	Barcelos	Palme
Vila Cova		Braga	Barcelos	
Grande Marco	666	Braga	Cabeceiras de Basto	Abadim
Castelo de Paiva	675	Aveiro	Castelo de Paiva	Sobrado e Bairros
Menir de Antela	15307	Aveiro	Castelo de Paiva	Sobrado e Bairros
Portela	40513	Viseu	Castro Daire	Cabril
Senhora da Guia	22667	Braga	Celorico de Basto	Basto (São Clemente)
Estátua - Menir Fálca de Chaves	23537	Vila Real	Chaves	Chaves (Santa Maria)
Marco da Jogada ou Vale do Asno / / Menir do Marco da Jugada	6220	Viseu	Cinfães (ou Arouca)	Tendais
Penedo do Bico / Menir do Urgal	16552	Viseu	Cinfães	Tendais
Testoie	22693	Viseu	Cinfães	Cinfães
Menir do Alto do Miradouro	22696	Viseu	Cinfães	Cinfães
Calhau das Cântaras	23606	Viseu	Cinfães	Cinfães
Menir da Pedra Posta	28409	Viseu	Cinfães	Cinfães
Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores	28438	Viseu	Cinfães	Tendais
Menir de São Paio de Antas / / Menir de Pedra a Pé	665	Braga	Esposende	Antas
Ribeira / Bouça		Braga	Esposende	Forjães e S. Romão dos Marcos
Pedreira	667	Braga	Fafe	Fafe
Menir 2 de Taím		Porto	Maia	Nogueira e Silva Escura
Menir da Portela do Pau		Viana do Castelo	Melgaço	Castro Laboreiro
Menir da Bouça / Estátua-Menir da Bouça	2101	Bragança	Mirandela	Bouça
Menir-Estela de Saldanha	36824	Bragança	Mogadouro	Saldanha
Lameiras	40378	Viana do Castelo	Monção	Anhões e Luzio
Pedralta	12762	Vila Real	Mondim de Basto	Atei
Menir de Travassos		Bragança	Montalegre	Sezelhe e Covelães
Menir de Luzim / Marco de Luzim	789	Porto	Penafiel	Luzim e Vila Cova
Menir do Vale de Maria Pais	7377	Viseu	Penedono	Antas e Ourozinho
Menir de Penedono	7386	Viseu	Penedono	Penedono e Granja
Marco de Anta	12561	Viana do Castelo	Ponte da Barca	Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil
Pedra d'Anta	19328	Vila Real	Ribeira de Pena	Cerva e Limões
Posto de Turismo de Ribeira de Pena	19415	Vila Real	Ribeira de Pena	Ribeira de Pena (Salvador) e Santo Aleixo de Além-Tâmega
Menir da nascente do Vouga	23429	Viseu	Sernancelhe	Quintela
Menir de Lamosa	23619	Viseu	Sernancelhe	Lamosa
Alto da Poupa	31315	Viseu	Tabuaço	Longa
Menir da Chã	39682	Viseu	Tabuaço	Longa
Monte de Faro de Anha	481	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Anha
São Roque	673	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Afife
Abrigo 11 de Vale Ferreiro		Guarda	Vila Nova de Foz Côa	Freixo de Numão
Menir do Prazo		Guarda	Vila Nova de Foz Côa	Freixo de Numão
Menir de São Bartolomeu		Porto	Vila Nova de Gaia	Pedroso
Praia do Outeiro 3 (Pedra d'Anta) / / Casa dos Mouros	16657	Vila Real	Vila Pouca de Aguiar	Gouvães da Serra
Menir de Vila Marim	30006	Vila Real	Vila Real	Vila Marim
Menir dos Penedos da Portela		Braga	Vila Verde	Goães e Portela das Cabras
Pedrogo (?)		Braga	Vila Verde	Prado São Miguel
Pedra Espetada	18998	Bragança	Vinhais	Quirás e Pinheiro Novo

Os restantes exemplares – Menir do Senhor dos Aflitos, Três Irmãos (menires), Menir de Antela, Portela, Estátua-Menir Fálca de Chaves, Marco da Jogada ou Vale do Asno / Menir do Marco da Jugada, Testoire, Menir do Alto do Miradouro, Menir da Pedra Posta, Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores, Menir da Bouça, Menir de Luzim, Menir do Vale de Maria Pais, Menir de Penedono, Pedra d'Anta, Posto de Turismo de Ribeira de Pena, Menir de Lamosa, Alto da Poupá, Abrigo 11 de Vale Ferreiro, Menir do Prazo, Menir de São Bartolomeu, Praina do Outeiro 3 (Pedra d'Anta), Menir de Vila Marim e Pedra Espetada – foram já sumariamente descritos por Alexandra VIEIRA (2015), na sua tese de doutoramento.

– O **Menir do Marco de Anta** (Viana do Castelo / Ponte da Barca / Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil) localiza-se no lugar do Marco da Anta. É um “*Monólito em granito de grão médio, implantado numa pequena chá, na convergência de duas elevações, uma das quais, a que fica no sentido N/S, em relação ao menir, estabelece o extremo do Monte do Lourido*” (SILVA, SILVA e RIBEIRO, 1989: 66). Possui as seguintes dimensões: altura, 1,65 m; largura máxima na base, 58 cm; largura média, 53 cm; largura mínima no topo: 34 cm. Está implantado verticalmente no solo, possuindo na base uma pedra tipo calço que apoia o menir. Do lado norte, o menir apresenta uma notória configuração fálca. Tem insculpidas várias cruzes ao longo de toda a sua superfície e uma fossete relativamente profunda (SILVA, SILVA e RIBEIRO, 1989: 67-68).

– O **Menir de São Paio de Antas** (Braga / Esposende / Antas) é um monólito em granito, de forma nitidamente fálca, com 1,7 m de altura até ao solo, possuindo uma parte enterrada com cerca de 60 cm. Relativamente ao diâmetro, tem 80 cm no topo, 2,4 m no centro e 3,2 m na base. “*O menir encontra-se situado junto a um castro. É também conhecido por menir de Pedra a Pé*”. Situa-se junto à Igreja Paroquial de São Paio de Antas, na estrada camarária que faz a ligação da estrada Porto-Viana do Castelo, a de Braga-Viana do Castelo (Portal do Arqueólogo, 2024). O menir de S. Paio de Antas parece ter sido rodeado por um fosso, tendo sido detetados fragmentos cerâmicos e líticos encontrados aquando da construção de uma casa no local (BETTENCOURT, 2013: 14). Localiza-se próximo de monumentos megalíticos, tal como a Mamoa da Agra de Antas, existente no lugar do Monte (VILAS BOAS *et al.*, 2021: 50)

– **Pedralta / Pedra Alta** (Vila Real / Mondim de Basto / Atei) foi identificada por António Dinis e é um provável menir, descrito como um grande bloco granítico de forma sub-cilíndrica com cerca de 6,5 m de altura, encaixado no afloramento granítico em posição vertical (Fig. 2).

Localiza-se à beira de um caminho empedrado, já sem utilização, que conduzia ao santuário da Senhora da Graça (Portal do Arqueólogo, 2019). Grande batólito granítico, caído, implantado em posição vertical na encosta Norte do Monte Farinha, com domínio visual sobre o vale do rio Tâmega e o festo dos montes que comunicam com o planalto do Campo do Seixo². Da pesquisa que temos vindo a realizar, estamos em crer tratar-se de um menir. Possui uma grande importância ao nível da tradição oral, estando associado a lendas e tradições. Existem inúmeros vestígios pré e proto-históricos que caracterizam todo o Monte Farinha, desde a sua base até ao topo, onde foi construído o Santuário da Senhora da Graça.

– O **Menir da Portela do Pau** (Viana do Castelo, Melgaço, Castro Laboreiro) situa-se no planalto de Castro Laboreiro, na fronteira entre Portugal e a Galiza e, atualmente, integra-se em território espanhol. No decorrer da escavação da Mamoa 6, apareceram dois monólitos alongados de granito na sanja norte, um sobre o anel periférico, o outro sobre

² Junta de Freguesia de S. Cristóvão de Mondim (2019). Disponível em <https://bit.ly/4ap0Xb>.



FIG. 2 – Pedralta.

Foro: António Dinis.

as terras do *tumulus*, deslocados da sua posição original. “O primeiro deles, espesso, tinha uma secção triangular e um comprimento de cerca de 1,65 m [...] e poderia, se fosse erguido verticalmente no solo, ter assumido a função de menir” (JORGE *et al.*, 1997: 105).

– O **Menir dos Penedos da Portela** (Braga, Vila Verde, Portela das Cabras) encontra-se partido no seu topo, mas o seu contorno sugere uma forma fálica, tendo sido afeiçoado intencionalmente, pelos lados oeste e sul, desde o topo até à sua base, e pelo lado este, ao nível do topo, provavelmente para lhe conferir essa mesma forma. Possui de altura máxima, a este, 1,8 m, e a oeste 1,5 m. A base possui um metro de diâmetro. Encontra-se bastante enterrado no chão, sendo visíveis ao nível da base “alguns blocos graníticos em cunha que foram ali colocados, intencionalmente, para conferir mais sustentabilidade ao monólito” (VILAS BOAS *et al.*, 2021: 47-48). O menir dos Penedos da Portela localiza-se a cerca de 750 m para noroeste de dois conjuntos de monumentos megalíticos funerários: Portela das Cabras e Moinho Velho. No seu trabalho de relocalização do núcleo do Moinho Velho, Maria João Amorim descreve três monumentos: a mamoa 1 do Moinho Velho; a mamoa 2, que se localiza a cerca de 20 m a noroeste da mamoa 1, onde se conseguem identificar vestígios da couraça lítica e dois possíveis esteios fraturados e em mau estado de conservação; a mamoa 3, já arrasada pela plantação florestal e abertura de caminhos (Amorim, 2007, citada por VILAS BOAS *et al.*, 2021: 47). Este menir localiza-se num corredor natural de acesso à necrópole megalítica dos Montes do Borrelho e Moinho Velho, cuja primeira ocupação, para fins sepulcrais, deverá remontar aos finais do V, inícios do IV milénios a.C., ou seja, enquadrando-se no Neolítico Médio. A escavação da Mamoa 10 do Chão da Cheira, que se localiza nesse mesmo planalto, permitiu a sua datação para meados do IV milénio a.C. (BETTENCOURT, 1991-1992).

– **Menir da Pena** (Baião): “A configuração, apesar de fruste, e a implantação de um monólito de granito, entre Chã de Parada e Touta, indicam tratar-se de um Menir, que ganha importância acrescida por ser o único exemplar conhecido para o território” (STOCKLER, 2024: 71).

– **Menir 2 de Taím** (Porto / Maia / Silva Escura), monólito identificado no âmbito de trabalhos de prospeção realizados pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal da Maia. Estamos na presença de um monólito granítico de forma sub-circular fálica, que possui vestígios de polimento, localizando-se numa área onde existem igualmente sepulturas neolíticas, sítios com arte rupestre e outros vestígios da pré-história recente, assim como do período romano (PDM MAIA, 2013: 48). Ana Bettencourt assinala a existência na bacia do Leça de um menir ou um bloco-menir, detetado num muro contíguo ao dólmen de corredor de Taím, na Maia (BETTENCOURT, 2010: 44), distinto no Menir 2 de Taím.

Apesar de deslocados, a presença do bloco-menir e Menir 2 de Taím (Maia) no seio de uma necrópole megalítica, poderá deixar antever uma relação com os monumentos funerários (IDEM, *ibidem*). A título de exemplo, saliente-se a Mamoa do Leandro 1, que possui cerca de 32 m de diâmetro por 3 m de altura e apresenta uma cratera de violação com cerca de 2 m de profundidade. A Mamoa do Leandro 2 corresponde a um dólmen de câmara eventualmente poligonal, com corredor longo, que possui um montículo artificial, em terra, e apresenta cerca de 23 m de diâmetro por 2 m de altura, rodeado por dois anéis líticos de contenção. A câmara e o corredor estavam violados e muito remexidos, mas foi possível recolher micrólitos, pontas de seta, contas de colar e fragmentos de recipientes cerâmicos. “A datação por luminescência do paleossolo, onde foram detectados fragmentos cerâmicos e dois moinhos moventes em granito, revela uma ocupação prévia à construção do monumento na transição do 6º para o 5º milénio AC” (PDM MAIA, 2013: 14-15). A Mamoa de Taím 1 é um monumento megalítico com 1,5 m de altura por cerca de 20 m de diâmetro. Na envolvente este do monumento, foram identificados diversos blocos graníticos com arte rupestre (IDEM: 21). O espaço de Taím, com uma morfologia em anfiteatro aberto a poente, possui vestígios de sete *tumulus* com mamoa, assim como diversas lajes gravadas com composições de covinhas, em Taím 1, Taím 2 e Taím 7, para além de um possível menir localizado na envolvente da mamoa 2 de Taím, outro designado por menir 2 de Taím, e por uma possível Estela / Menir em Taím 1 (RIBEIRO e LOUREIRO, 2011: 524)

– O **Menir de Travassos** (Montalegre) é um menir no qual foi colocada uma cruz em pedra no seu topo (Fig. 3). Localiza-se em frente a umas alminhas, à face de um caminho de terra batida, na aldeia de Travassos (informação pessoal de Beatriz Comendador Rey).

FIG. 3 – Menir de Travassos, do lado direito da imagem.



Foto: Beatriz Comendador Rey.

– De acordo com Lara Bacelar Alves, o **Menir-Estela de Saldanha** foi detetado no decurso de trabalhos de prospeção, em 2014, “do lado norte do Largo da Igreja de Saldanha, num pequeno espaço ajardinado”. Atualmente este “monumental monólito claramente afeiçoado, com 3,50 m de comprimento, ca. de 0,80 m de largura, 0,70 m de espessura na zona distal”, serve de banco e as informações orais obtidas a partir da comunidade local não permitem esclarecer qual a sua providência. Esta peça foi talhada em grauvaque local e tem “um grau de erosão apreciável” na sua superfície. Segundo a autora, “apresenta secção sub-ovalada na base (que aparenta encontrar-se truncada) e subrectangular no topo, o que justifica a classificação tipológica”. Foram observadas várias “cavinhas” gravadas na sua face superior e na área visível, motivos que “ocorrem frequentemente neste tipo de monumentos da Pré-História recente associados ao megalitismo. A superfície da peça carece de visualização mais atenta com o objetivo de definir com maior acuidade a sua componente decorativa” (ALVES, 2014: 73).

– O **Menir de Fontelo** (Viseu / Armamar / Fontelo) é um monólito de granito, afeiçoado, que possui 5,32 m de altura por 1,18 m de largura máxima (GOMES e SOUSA,

2021: 6). Encontra-se tombado na berma de um caminho rural, na direção nascente-poente, no Vale de Naçarães. Na superfície exposta são visíveis três covinhas e, ao centro da peça, quatro grandes círculos concêntricos picotados, contendo círculo menor, mas excêntrico. A restante superfície contém outras covinhas. Este monumento foi, provavelmente, segundo Mário Varela Gomes e Orlando Sousa, erguido no V milénio a.C., quando surgem as primeiras sepulturas dolménicas na região. Alguns blocos graníticos detetados junto ao menir podem ter integrado uma possível coroa lítica da estrutura de sustentação (IDEM: 5-7) (Figs. 4 a 6).



FIGS. 4 a 6 – O Menir de Fontelo, no lugar da sua descoberta, ao lado de um caminho, e após trabalhos de reabilitação.



Foros: Orlando Sousa.

5. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados apresentados no ponto anterior e na análise da *Base de Dados dos Menires do Norte e Centro de Portugal*, elaborada no âmbito deste estudo, é possível retirar algumas ilações acerca de um tema de reconhecida complexidade. Essa complexidade resulta, em grande medida, do facto de os menires constituírem uma das realidades pré-históricas mais difíceis de identificar e caracterizar.

Com efeito, muitos dos exemplares atualmente conhecidos foram apenas registados em trabalhos de prospeção, sem que tenham sido alvo de investigações arqueológicas sistemáticas. Acresce que, numa observação inicial, nem sempre é possível determinar se um determinado bloco corresponde efetivamente a um menir. Em algumas situações, apenas a realização de escavações arqueológicas poderá esclarecer a sua natureza – como sucede, por exemplo, com a Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores, onde importa averiguar se estamos perante um *tumulus* pétreo ou a base de implantação de um menir.

Em relação a aspetos formais, o aspeto “tosco” é comum a vários menires, nomeadamente ao Menir de Penedono, Menir de Luzim, Menir de Antela, Marco da Anta, entre outros. Mas a maioria parece ter tido algum tipo de afeiçoamento, mesmo que sumário, adquirindo alguns deles um aspeto fático. O polimorfismo é uma das características destas estruturas no norte de Portugal.

As dimensões dos menires variam entre cerca de um metro de altura, como o Menir do Alto do Miradouro, e 4,3 m, no caso da Pedra d’Anta. Na região de Arouca e Cinfães, os exemplares conhecidos parecem não ultrapassar 1,5 m de altura. Registe-se dois monólitos completos com cerca de 5 e 6 m de altura, dimensões pouco comuns para a região. O Menir de Fontelo, em particular, destaca-se como um dos exemplares mais altos conhecidos, correspondendo a um tipo de monumento raro no centro e norte de Portugal, apesar da existência, nessas regiões, de sepulcros megalíticos de grandes dimensões (GOMES e SOUSA, 2021: 10).

Alguns exemplares, como os de Prazo e Cepães, encontravam-se partidos, mas apresentavam igualmente alturas acima da média para o contexto regional.

Apenas sete menires parecem encontrar-se *in situ*: Menir de Luzim, Menir de Penedono, Pedra d’Anta, Menir do Marco da Jugada, Menir da Portela do Pau e Marco da Anta. É ainda possível que o Menir do Abrigo 11 de Vale Ferreiro se mantenha igualmente *in situ*, a par dos menires do Alto do Miradouro e da Pedra Posta.

Caso se confirme que a Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores corresponde à estrutura de embasamento de um menir, também este se encontrará *in situ*.

O núcleo do Lameiro dos Pastores integra três sepulcros megalíticos datáveis do Neolítico Final, e duas possíveis cistas sob *tumulus*, ainda não escavadas. As pinturas da Mamoa 1 foram analisadas por André Santos e Domingos Cruz, que referem: “A necrópole do Lameiro dos Pastores é constituída por três monumentos megalíticos, dois de cronologia posterior ao

Neolítico, e um quinto, um montículo muito baixo, associado a um menir” (SANTOS e CRUZ, 2013: 7).

Este montículo poderá igualmente corresponder à base de sustentação de um menir atualmente tombado, situado a cerca de um metro de distância do referido montículo (IDEM, *ibidem*). O menir localiza-se na periferia oposta à do núcleo do Lameiro dos Pastores, sensivelmente a leste do grupo dos três *tumuli* neolíticos (IDEM: 10).

Somente uma intervenção arqueológica neste monumento poderá dissipar as dúvidas existentes e confirmar, ou não, a presença efetiva de um menir no local. Alguns exemplares situam-se, de resto, nas proximidades de necrópoles megalíticas, o que sugere que se encontram relativamente próximos dos seus locais originais de implantação.

Existem três casos comprovados, através de intervenções arqueológicas, da presença de estruturas ou estratégias de embasamento associadas a menires: o Menir de Luzim, o Menir de Penedono e o Menir do Marco da Jugada. Neste último caso, a estrutura de embasamento foi escavada e compreende “um bem conservado círculo pétreo envolvente, definindo um perfeito e homogéneo piso”, com cerca de 4 m de diâmetro (SILVA, 2003: 274), reforçado na periferia por blocos de maior calibre (SILVA, 2004: 162). Em 1995, uma sondagem arqueológica realizada na base do Menir de Penedono revelou o aproveitamento de uma falha entre dois afloramentos graníticos para a colocação do monólito em posição vertical. Foram ainda identificados “calços de sustentação nos vértices onde passava a falha e terra para atacar a estrutura” (CARVALHO, 2005: 25). Com a escavação, o comprimento total do monólito foi determinado em 2,22 m, dos quais 30 cm se encontravam enterrados entre os afloramentos, apresentando uma secção irregular tendencialmente elipsoidal (IDEM, *ibidem*).

Segundo Eduardo Silva e colaboradores, na base do Menir de Antela (Castelo de Paiva) foram igualmente detetadas várias pedras de xisto dispostas como calços de sustentação (SILVA *et al.*, 1996: 78-79).

As covinhas constituem o motivo decorativo predominante nos menires do norte de Portugal. No Menir do Vale de Maria Pais foi identificado um possível “motivo solar”, enquanto no Menir do Fontelo se observam quatro grandes círculos concêntricos picotados.

Até ao momento, apenas se encontra registado um alinhamento de três menires – o conjunto dos Três Irmãos –, embora este seja interpretado por alguns autores como um fenómeno natural, conforme já referido anteriormente.

É ainda de notar a curiosa referência de José Leite de VASCONCELOS (1917: 118) acerca dos menires de Barcelos: “Disseram-me que ao pé de Barcelos, à direita da estrada que desta vila vai para Viana, aparecera um circuito de pedras a pino, de uns 0,60 m de alto, o qual tinha de diâmetro uns 50 m. Tal circuito fica perto de um marco geodésico e de uma anta. Cromelech?”

Contudo, esta hipótese não se veio a confirmar.

Registam-se três situações em que é mencionada a existência de outros menires nas proximidades – junto ao Menir da Pedra Posta, ao Menir do Alto do Miradouro e à Pedra d’Anta –, exemplares esses que se encontram fragmentados ou já destruídos.

Procurou-se estabelecer uma relação entre os menires, os sepulcros megalíticos e a arte rupestre, tendo em consideração que: *“A proximidade espacial entre muitos dos menires e as sepulturas megalíticas ou rochas com gravuras, como acontece, por exemplo, com o Menir de Luzim, [...] é uma circunstância que contextualiza de forma significativa estes testemunhos do passado pré-histórico, pese embora deva ser analisada cuidadosa e casuisticamente a coetaneidade dessas diversas expressões simbólicas”* (SILVA e SILVA, 1994: 111).

Embora alguns destes menires se encontrem nas proximidades ou integrados em núcleos de *tumuli*, o facto de muitos desses contextos não terem sido ainda escavados impede a formulação de conclusões seguras a este respeito, sendo essencial a realização de escavações arqueológicas que permitam esclarecer a natureza dessas associações.

Ainda assim, começa a ser expressivo o número de menires associados a estruturas sepulcrais, reforçando a hipótese proposta por diversos autores – entre os quais Manuel CALADO (2004) e Ana M. S. BETTENCOURT (2009) – de que os menires assinalariam e marcariam áreas de carácter sepulcral.

Esta relação é particularmente evidente em vários casos, entre os quais se destacam: o Menir de Luzim, a Praina do Outeiro, o Menir de Antela, o Menir do Marco da Jugada, o conjunto dos Três Irmãos, o Menir do Senhor dos Afitos, o Menir do Alto do Miradouro, o Menir da Pedra Posta, o Menir da Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores (?), o Menir de São Paio de Antas (Esposende), o Menir dos Penedos da Portela, o Menir da Ribeira / Bouça dos Marcos, o Menir do Marco da Zarela e o Menir da Pedra da Coelho (Barcelos).

No território do povoado de Bitarandos, num raio aproximado de 60 minutos de deslocação a pé, identificam-se mais de uma dezena de mamoaas e três menires, todos situados na periferia do território. A noroeste, encontra-se o Menir do Monte e, a este, os menires fálcos do Marco da Zarela e da Pedra do Coelho (BETTENCOURT *et al.*, 2003: 35). A Pedra do Coelho localizava-se a nascente de um túmulo megalítico, atualmente destruído (VILAS BOAS *et al.*, 2021: 49).

Junto do Menir de Luzim encontra-se uma mamoa e um pequeno conjunto de gravuras rupestres constituído por pegadas e covinhas (AGUIAR e SANTOS JÚNIOR, 1940: 209). Segundo os mesmos autores, *“Uns cinquenta metros a norte, fora da parede da tapada, existem os vestígios de três mamoaas, à vista do marco, e cerca de cem metros a norte, mais um grupo de mamôas, tôdas violadas”* (IDEM: 217, nota 2).

O facto de o menir, a mamoa e as gravuras rupestres se encontrarem separados por distâncias inferiores a 20 m confere ao conjunto uma

certa unidade espacial e simbólica, digna de destaque: *“A vizinhança da mamoa, apenas a 16 metros do menhir”* (IDEM: 212). As gravuras rupestres referidas, conhecidas localmente como as “pegadinhas de S. Gonçalo”, formam com o menir e a mamoa um triângulo. De acordo com a descrição dos autores, *“há quatro pegadas pequenas, como de criança, postas em dois pares, e três covinhas”* (IDEM: 213).

A cerca de três metros do Menir de Antela, encontra-se uma rocha com aproximadamente um metro de comprimento por 60 cm de largura, que aparenta ser uma laje tombada na horizontal, podendo corresponder ao esteio de uma anta ou antela já destruída. As mamoaas da Sardeirinha e do Alto da Forca também não foram alvo de intervenções arqueológicas. O topónimo Antelas sugere a existência de estruturas megalíticas nesta área. De facto, nas proximidades localizam-se as duas mamoaas da Sardeirinha (SILVA *et al.*, 1996: 78-79).

Em relação aos menires e aos seus contextos, destaca-se a proximidade de dois menires com abrigos: o Menir de Penedono e o Menir do Abrigo 11 de Vale Ferreiro, bem como o caso do Menir do Prazo, inserido num sítio com ocupação datada do Neolítico Antigo. O Menir do Alto da Poupa situa-se próximo da “Veiga da Anta”, topónimo que sugere a possibilidade de aí existirem, ou terem existido, *tumuli*.

No total, estão documentados 13 casos de menires localizados perto ou nas imediações de *tumuli*. Em algumas dessas situações, assinala-se também a proximidade com sítios de arte rupestre, como ocorre com o Menir de Luzim, os Três Irmãos e o Menir 2 de Taím.

Oito destes menires foram reutilizados como marcos de divisão de propriedades ou freguesias: Menir do Marco da Jugada, Menir do Senhor dos Afitos, Menir de S. Bartolomeu, Menir de Luzim, Pedra Espetada, Menir de Cepães, Menir de Forjães e Marco da Anta. Em períodos mais recentes, registou-se a gravação de cruzes na Pedra d’Anta, em S. Bartolomeu, nos Três Irmãos, no Menir do Marco da Jugada e no Marco da Anta.

Por último, alguns destes monólitos foram transportados para a proximidade de edifícios públicos, jardins ou adros de igrejas, permanecendo nesses locais como elementos decorativos. O Menir de Vila Marim foi colocado, em 2005, num jardim da Igreja de Vila Marim (Vila Real). Um outro menir foi trasladado recentemente para o Posto de Turismo de Ribeira de Pena. Um possível menir, a Praina do Outeiro 3, foi retirado do local original – situado entre duas mamoaas – e colocado num pequeno jardim lateral à Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar. A Estátua-Menir da Bouça encontra-se depositada, com uma base construída para o efeito, junto da fachada do edifício da Junta de Freguesia da Bouça (Mirandela). Por fim, o Menir de S. Bartolomeu foi colocado no parque envolvente da Capela de S. Bartolomeu (Vila Nova de Gaia), enquanto o Menir-Estela de Saldanha serve atualmente como banco de jardim.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, foram identificados novos menires, tendo o seu número quase duplicado em virtude destas descobertas. Este número tende a aumentar, resultado de trabalhos de prospeção sistemática ou de achados fortuitos que continuam a enriquecer o inventário destes monumentos.

Relativamente à distribuição de menires no norte de Portugal, parece prematuro avançar com muitas considerações, dado que a dispersão dos exemplares conhecidos se baseia, em grande medida, em investigações pontuais ou em registos de achados relativamente antigos. Não deixa, contudo, de ser significativo o número de menires associados a necrópoles, a penedos com arte rupestre e, em menor medida, a povoados. A sobreposição dos dados referentes a necrópoles megalíticas ou a sítios com arte rupestre, enquadráveis na Pré-História Recente, com a localização dos menires, pode reforçar estas relações, fortalecendo os dados aqui apresentados.

Este trabalho de inventário, iniciado em 2015 com a apresentação dos menires identificados na Bacia Hidrográfica do Douro, em território português, teve continuidade e culmina no presente estudo, com a catalogação de cerca de 56 referências a menires e prováveis menires em toda a região norte e parte do centro de Portugal. O levantamento abarca não apenas a bacia do Douro, mas também as bacias dos rios Minho, Âncora, Lima, Neiva, Cávado, Ave e Leça.

A compreensão de possíveis diferenças na morfologia, distribuição e enquadramento paisagístico dos menires nas diversas bacias hidrográficas constitui um caminho promissor para pesquisas futuras.

É urgente realizar um trabalho sistemático sobre esta temática, incluindo intervenções arqueológicas nos menires que aparentemente se encontram *in situ*, bem como nas estruturas tumulares localizadas nas proximidades destes monólitos. Acredita-se que apenas um estudo desta natureza poderá fornecer dados relevantes e consistentes para o avanço do conhecimento nesta área.

A interpretação de alguns destes exemplares, sobretudo no que respeita à sua morfologia, continua a suscitar debate, particularmente quando se trata de monólitos sem afeiçoamento, com formas muito rudimentares, que, por vezes, levam à sua identificação como elementos naturais. Até que ponto não seria legítimo considerar que estas comunidades neolíticas poderiam utilizar monólitos naturais da mesma forma que utilizavam elementos escultóricos afeiçoados, erigidos verticalmente, conferindo-lhes significados variados, apenas passíveis de serem enunciados como possibilidades?

Não se conhece com precisão o propósito ou propósitos que motivaram a ereção destes monumentos, mas parece certo que os menires estão, pelo menos em parte, ligados ao surgimento das primeiras paisagens agropastoris em algumas regiões do território português. Foram interpretados como marcadores de paisagem, locais de reunião de comunidades dentro

de um determinado território, marcado por práticas de domesticação do espaço, ou ainda como elementos agregadores e mnemónicos de certos grupos. Há também autores que defendem a sua relação com os astros. O carácter fálico de muitos menires afeiçoados tem sido interpretado como associado à fertilização da terra, refletindo um momento em que estas comunidades se consolidam e se enraízam no território.


À semelhança de outras regiões de Portugal, os dados aqui apresentados evidenciam, apesar da escassez de trabalhos de escavação e de datações absolutas, a existência de uma relação espacial – e provavelmente cronológica – entre menires e sepulcros megalíticos.

Não deixa de ser curioso que alguns registos dos séculos XIX e XX, relativos aos menires e à sua conservação, evidenciem uma preocupação específica com a preservação destes monumentos, nomeadamente do Menir de Cepães, alertando para o risco de destruição ou desmantelamento, situação que, de facto, terá ocorrido.

A integração dos menires em estruturas habitacionais e muros de propriedade, a sua utilização como marcos de delimitação territorial, de “termo”, como se costumava dizer em Trás-os-Montes, sendo o Marco de Anta, em Ponte da Barca, um exemplo paradigmático, referido em documentos de 1795 (SILVA, SILVA e RIBEIRO, 1989: 68). A sua associação a lendas e tradições demonstra a importância atribuída a estas “pedras altas”.

Estes dados permitem antever a pervivência destas estruturas ao longo do tempo, muitas vezes integradas em contextos diferentes e associadas a novas funções, refletindo a continuidade do seu significado cultural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho, cedendo bibliografia, dados inéditos, fotografias, informações pessoais e oferecendo esclarecimentos essenciais, nomeadamente: Alexandre Gonçalves, Ana M. S. Bettencourt, Ana Paula Almeida (Câmara Municipal de Esposende), Ana Sofia Braz Gomes (PC-IP), António Costa, António Dinis, António Manuel Silva, Beatriz Comendador Rey, Cláudio Brochado (Câmara Municipal de Barcelos), Domingos Cruz, João Machado (Câmara Municipal de Fafe), Lara Bacelar Alves, Lídia Baptista, Lurdes Cunha, Orlando Sousa, Sara Lobão (Museu de História e Etnologia da Terra da Maia), Sandra Santos, Sérgio Monteiro-Rodrigues e Rodry Mendonça. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, José Monteiro de e SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues (1940) – “O Menir de Luzim (Penafiel)”. In *Memórias e Comunicações Apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. Secção de Congressos. Vol. 1, pp. 207-217 (*Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e JORGE, Vítor Oliveira (1979) – *A Estátua-Menir de Faiões (Chaves)*. Porto: GEAP (*Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto*, 2).
- ALVES, Lara Bacelar (2014) – *Aproveitamento Hidroeléctrico de Algoz - Senhora da Assunção. Estudo de Impacte Ambiental Descritor Património*. Outubro de 2014. <https://bit.ly/4sjNXiy>
- BATISTA, António Martinho (1985) – “A Estátua-Menir da Ermida (Ponte da Barca, Portugal)”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 4.ª série. 3: 7-44.
- BETTENCOURT, Ana M. S. (1991-1992) – “A Mamoa n.º 10 do Chão da Cheira (Mação do Borrelho - Vila Verde)”. *Cadernos de Arqueologia*. Braga: Universidade do Minho. Série II. 8-9: 43-65. <http://hdl.handle.net/1822/10280>
- BETTENCOURT, Ana M. S. (2009) – “A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze”. In PEREIRA, Paulo (coord.). *Minho. Traços de Identidade*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 70-118. <https://hdl.handle.net/1822/16902>
- BETTENCOURT, Ana M. S. (2010) – “Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça”. In *O Rio da Memória: Arqueologia no Território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal, pp. 33-88. <https://hdl.handle.net/1822/16903>
- BETTENCOURT, Ana M. S. (2013) – *A Pré-História do Noroeste Português*. Braga / Tomar: CEIPAR / CITCEM (*Territórios da Pré-História em Portugal*, 2 / *ARKEOS - Perspectivas em Diálogo*, 36). <https://bit.ly/3Y2qRPr>
- BETTENCOURT, Ana M. S. e VILAS BOAS, Luciano (2021) – “Monumentos Megalíticos do Alto Minho. A modelação de uma paisagem milenar”. In CAMPELO, Álvaro (coord.). *História e Património Cultural do Alto Minho. Uma Viagem no Tempo*. Viana do Castelo: Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, pp. 35-44. <https://hdl.handle.net/1822/80592>
- BETTENCOURT, Ana M. S.; DINIS, António; CRUZ, Carlos e SILVA, Isabel Sousa (2003) – “O Povoamento Calcolítico do Alvéolo de Vila Chã, Esposende (Norte de Portugal). Notas a propósito das escavações arqueológicas de Bitarandos”. *Portugália*. Porto: Universidade do Porto. Nova Série. 24: 25-44. <https://hdl.handle.net/1822/17023>
- BETTENCOURT, Ana M. S.; SANTOS-ESTÉVEZ, Manuel; SIMÕES, Pedro Pimenta e GONÇALVES, Luís (2020) – “A Estátua-Menir do Pedrão ou de São Bartolomeu do Mar (Esposende, Noroeste de Portugal) no Contexto Arqueológico da Fachada Costeira de Entre os Rios Neiva e Cávado”. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César e MARTINS, Andrea (coord.). *Arqueologia em Portugal. 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses / CITCEM, pp. 1001-1014. <https://bit.ly/4apazYi>
- BREZILLON, Michel (1989) – *Dicionário de Pré-História*. Lisboa: Edições 70.
- CALADO, Manuel (2004) – *Menires do Alentejo Central: génese e evolução da paisagem megalítica regional*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: FLUL. 3 vols.
- CARVALHO, Pedro M. Sobral de (2005) – *A Necrópole Megalítica da Senhora do Monte (Penedono Viseu). Um espaço sagrado pré-histórico na Beira Alta*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta (*Estudos Pré-Históricos*, 12).
- CARVALHO, Pedro M. Sobral de; GOMES, Luís F. Coutinho e FRANCISCO, José P. Almeida (1999) – “A Estátua-Menir do Alto da Escrita (Tabuaço, Viseu)”. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 251-256 (*Estudos Pré-Históricos*, 7).
- CORREIA, António (2010) – *Estelas e Estátuas-Menires no Centro e Norte de Portugal e Sudoeste da Meseta Superior*. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/15379>
- COSTA, Pedro Henrique (2008) – *Anexo I. Listagem do património edificado e arqueológico: Património Histórico Edificado Civil / Religioso e Património Arqueológico*. Fichas anexas do Relatório do Plano Director Municipal. Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
- CRUZ, Domingos (2001) – *O Alto Paiva: Megalitismo, Diversidade Tumular e Práticas Rituais Durante a Pré-História Recente*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/791>
- CRUZ, Domingos e SANTOS, André T. (2011) – “As Estátuas Menires da Serra da Nave (Moimenta da Beira, Viseu) no Contexto da Ocupação Pré-Histórica do Alto Paiva e da Beira Alta”. In *Estelas e Estátuas Menires: da Pré à Proto-História*. Câmara Municipal do Sabugal, pp. 117-142 (*Actas das IV Jornadas Raianas*). <https://bit.ly/4sa3oKa>
- FERREIRA, José Carlos e ASSIS, Francisco de (2008) – “Menires de S. Paio de Antas e Forjães Confirmam a Riqueza Arqueológica”. *Diário do Minho*. Suplemento Património (2008-03-14), p. V.
- FIGUEIRA, Joaquim Fernandes (1940) – “O Menhir das Turrinheiras”. In *Memórias e Comunicações Apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. Secção de Congressos. Vol. 1, pp. 203-206 (*Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940).
- GOMES, Mário Varela e SOUSA, Orlando (2021) – “Menir de Fontelo (Armamar, Viseu). Primeira notícia”. *Portugália*. Porto: Universidade do Porto. Nova Série. 42: 5-18. <https://doi.org/10.21747/09714290/port42a1>
- JORGE, Susana Oliveira (1999) – *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva.
- JORGE, Susana Oliveira (2000) – “Problematizando a Pré-História Recente de Portugal (VI-II milénios a.C.)”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 40 (3-4): 75-99. <https://bit.ly/44uJfUU>
- JORGE, Vítor Oliveira (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal. O distrito do Porto: os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- JORGE, Vítor Oliveira (1983-1984) – “Megalitismo do Norte de Portugal: um novo balanço”. *Portugália*. Porto: Universidade do Porto. 4-5: 37-46. <https://bit.ly/3Y2HSJs>
- JORGE, Vítor Oliveira (1987) – “Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Universidade do Porto. 2.ª série. 4: 269-286. <https://bit.ly/44wCXUH>
- JORGE, Vítor Oliveira e ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (1980) – *A Estátua-Menir Fálca de Chaves*. Porto: GEAP (*Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto*, 6).
- JORGE, Vítor Oliveira; SILVA, E. Jorge Lopes da; BAPTISTA, António Martinho e JORGE, Susana Oliveira (1997) – *As Mamoas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço): trabalhos de 1992 a 1994*. Porto: SPAE (*Textos*, 2).
- LOPES, António Baptista; SILVA, Armando Coelho F.; PARENTE, João Ribeiro e CENTENO, Rui M. S. (1994) – “A Estátua Estela do Marco (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar). Notícia preliminar”. *Portugália*. Porto: Universidade do Porto. Nova série. 15: 147-150. <https://bit.ly/3YyJRfI>
- MONTEIRO, Jorge Pinho e GOMES, Mário Varela (1977) – “Os Menires da Charneca do Vale Sobral (Nisa)”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 87: 189-206. <https://bit.ly/3L79jPi>
- PDM CONCELHO DA MAIA (2013) – *1.ª Alteração do Plano Director Municipal da Maia. Anexo II. Património Arqueológico*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- RIBEIRO, A. Tomé e LOUREIRO, Luís F. (2011) – “O Núcleo Megalítico de Taím/Leandro: o caso de estudo das mamoas 4 e 5 do Leandro, concelho da Maia, Porto, Portugal”. In GONÇALVES, Victor

- S.; DINIZ, Mariana e SOUSA, Ana Catarina (eds.). *5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Faculdade de Lisboa, pp. 522-531 (*Estudos & Memórias*, 8). <http://hdl.handle.net/10451/28060>
- SANCHES, Maria de Jesus (1997) – *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional)*. Porto: SPAE.
- SANTOS, André Tomás (2008) – “O Sabugal no Contexto da Pré-História da Beira Interior”. In *Museu do Sabugal: Coleção Arqueológica*. Sabugal: Pró-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte / Município do Sabugal, pp. 11-25. <http://hdl.handle.net/10400.26/25441>
- SANTOS, André Tomás e CRUZ, Domingos J. (2013) – “Monumentos Megalíticos com Pinturas e Gravuras da Área Ocidental da Serra do Montemuro: os dólmenes do Lameiro dos Pastores e do Chão do Brinco (Cinfães, Viseu)”. *Conimbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 52: 5-35.
- SILVA, António Manuel S. P. (coord.) (2004) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal.
- SILVA, António Manuel S. P. e LEMOS, Paulo A. P. (2016) – “Sondagem Arqueológica no Povoado da Idade do Bronze do Senhor dos Afitos (Arouca, Centro-Norte de Portugal)”. In HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Noelia; LARRZÁBAL GALARZA, Javier e PORTERO HERNÁNDEZ, Rodrigo (coord.). *Arqueología en el valle del Duero. Del Paleolítico a la Edad Media*. Vol. 6, pp. 191-203. <https://bit.ly/3KHrVFw>
- SILVA, Eduardo J. Lopes (1995) – “Megalitismo da Bacia do Douro (margem sul)”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 35 (1): 35-42 (*Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 5). <https://bit.ly/4jeBLEH>
- SILVA, Eduardo J. Lopes (2003) – “Novos Dados Sobre o Megalitismo do Norte de Portugal”. In GONÇALVES, Victor S.; SOUSA, Ana Catarina e FARIA, António M. (org.). *Muita Gente, Poucas Antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 269-279 (*Trabalhos de Arqueologia*, 25 - *Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*).
- SILVA, Eduardo J. Lopes; ROCHA, Manuel; LOUREIRO, Olímpia Maria e MONTEIRO, Carla Isabel (1996) – *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Paiva*. Porto: Universidade Portucalense.
- SILVA, Eduardo J. L.; SILVA, Eduarda Maria M. e RIBEIRO, José Daniel A. (1989) – “O Menir de Marco de Anta (Ponte da Barca)”. *Arqueologia*. Porto: GEAP. 19: 63-71.
- SILVA, Fernando A. Pereira da e SILVA, António Manuel S. P. (1994) – “Menires de Alvarenga e da Serra da Freita (Arouca, Aveiro) - breve notícia”. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (20-22 de Maio de 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 2, pp 109-123. <https://bit.ly/4apaxQm>
- STOCKLER, Carla (2014) – “Para uma Leitura Histórica da Paisagem e do Território: Pré-História”. In *Aboboreira: património, natureza e paisagem*. [Amarante]: Associação de Municípios do Baixo Tâmega. Vol. 2, pp. 63-90.
- VASCONCELOS, José Leite de (1917) – “Coisas Velhas”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 1.ª série. 22: 107-169. <https://bit.ly/3Y2I2Ay>
- VICENTE, Eduardo Prescott e MARTINS, Adolfo Silveira (1979) – “Menires de Portugal”. *Ethnos*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 8: 107-138.
- VIEIRA, Alexandra (2015) – *Contributo Para o Estudo dos Vestígios Arqueológicos: do VI ao I Milénio a.C. Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10198/12911>
- VILAÇA, Raquel; CRUZ, Domingos J.; SANTOS, André Tomás e MARQUES, João Nuno (2001) – “A Estátua-Menir de ‘Ataúdes’ (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) no Seu Contexto Regional”. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: CEPBA. 9: 69-82. <http://hdl.handle.net/10400.26/25445>
- VILAS BOAS, Luciano; AMORIM, Maria João; OLIVEIRA, Lucínia e BETTENCOURT, Ana M. S. (2021) – “O Menir dos Penedos da Portela, em Portela das Cabras, Vila Verde, Noroeste de Portugal”. *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 24 (1): 45-50. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15032311>

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

PUBLICIDADE



NEOÉPICA

arqueologia e património

neoepica@gmail.com / Tel. 210793220 / Telem. 960148955/57/58

Prospecção, sondagens, escavação e acompanhamento arqueológico

Conservação e restauro

Ortofotografia e levantamento 3D

Arqueologia da Arquitectura

Geo-Arqueologia

Estudos de Impacto Ambiental





RESUMO

O autor dá a conhecer, de forma resumida, os trabalhos de acompanhamento arqueológico de abertura de valas da Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Beja realizados entre fevereiro de 2023 e fevereiro de 2025 (67 intervenções, no total).

Aborda também a forma como foram resolvidos alguns problemas existentes até finais de 2022.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia urbana; Época Romana; Idade Média; Gestão do Património; *Pax Iulia* (Beja).

ABSTRACT

The author briefly discloses the archaeological monitoring work that accompanied the digging of drains by the Municipal Water and Sanitation Company of Beja, carried out between February 2023 and February 2025 (67 interventions in total). He also explains how some of the problems that had existed until the end of 2022 were solved.

KEY WORDS: Urban archaeology; Roman times; Middle ages; Heritage Management; *Pax Iulia* (Beja).

RÉSUMÉ

L'auteur donne à connaître de forme résumée les travaux d'accompagnement archéologique de l'ouverture de tranchées par l'Entreprise Municipale des Eaux et d'Assainissement de Beja réalisés entre février 2023 et février 2025 (67 interventions au total). Il aborde également la manière dont ont été résolus certains problèmes existants jusqu'à fin 2022.

MOTS CLÉS: Archéologie urbaine; Époque romaine; Moyen Âge; Gestion du patrimoine; *Pax Iulia* (Beja).

A Resolução de um Problema

o acompanhamento arqueológico das obras desenvolvidas pela Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Beja (2023 a 2025)

Jorge Feio ¹

INTRODUÇÃO

Até finais de 2022, a Arqueologia urbana em Beja passou por momentos algo críticos, com a detecção de diversas aberturas de valas executadas por diferentes empresas, as quais motivaram, em todas as ocasiões, a apresentação de queixas à Direcção Regional de Cultura - Alentejo (DRCALEN), por parte de particulares preocupados com a defesa do Património arqueológico.

Após uma situação grave ocorrida em finais de Dezembro de 2022, na Rua da Moeda, tornou-se necessária a intervenção da Câmara Municipal de Beja, tendo o arqueólogo municipal passado a acompanhar todas as aberturas de valas executadas pela Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMAS) na cidade de Beja, em zonas sensíveis do ponto de vista arqueológico.

Após a execução do mapeamento de sensibilidade arqueológica da cidade, realizado de forma a permitir o desenvolvimento de um trabalho de planeamento prévio, efectuaram-se 67 acompanhamentos de aberturas de valas entre Fevereiro de 2023 e Fevereiro de 2025, os quais permitiram registar um significativo conjunto de novos achados arqueológicos, dos quais destacamos, como não podia deixar de ser, um contexto de violenta destruição que, tendo em consideração a cronologia do espólio recolhido, deverá datar do primeiro terço do século X.

¹ Arqueólogo da Câmara Municipal de Beja.

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-08-08.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS NO TERRENO

Como se indicou anteriormente, ao longo destes dois anos, executaram-se 67 acompanhamentos arqueológicos de aberturas de valas, de roços de paredes e de caixas nas zonas mais sensíveis do ponto de vista arqueológico, tendo sido identificados vestígios de interesse arqueológico em 26, dos quais resultaram 29 registos.

Correspondendo às expectativas, na maior parte dos casos, foram identificados contextos arqueológicos destruídos no momento em que se colocaram as infra-estruturas, em meados do século XX, sem acompanhamento arqueológico que, na época, não era ainda obrigatório. Ainda assim, nos trabalhos realizados na Rua Dr. Manuel de Arriaga, próximo da Igreja de Santa Maria, foi ainda possível registar um contexto bem preservado de uma destruição bastante violenta, datada do primeiro terço do século X. No Largo de Dom Dinis, n.º 3, foi recolhido um elemento arquitectónico pertencente a um mausoléu ou a uma torre funerária, e um sarcófago reutilizado como decantador de vinho quando este edifício servia de taberna. Na Rua da Casa Pia, n.º 3, foi possível identificar a existência de inscrições medievais sob as paredes das casas actuais.

OS NOVOS DADOS OBTIDOS NA RUA DR. MANUEL DE ARRIAGA

No mês de Setembro de 2023, a EMAS recebeu um alerta para a necessidade de reparação e substituição de um ramal de esgoto. Na sequência desse alerta, entre os dias 12 e 20 do mesmo mês, procedeu-se ao acompanhamento arqueológico da escavação de duas valas na Rua Dr. Manuel de Arriaga (Fig. 2, n.º 39).

FIG. 2 – Localização dos acompanhamentos arqueológicos efectuados em obras da EMAS.

Os círculos a amarelo indicam os dois locais onde foram identificados vestígios de interesse arqueológico mais significativos. Os números correspondem à sequência dos trabalhos arqueológicos e consequente numeração das notas técnicas emitidas.

FIG. 1 – Planta com o registo das ocorrências e grandes áreas de sensibilidade arqueológica na zona urbana de Beja, que foi entregue a todas as grandes firmas que operam em espaços públicos da cidade.

A par das estruturas mais recentes, como casario, baluartes e troços de muralha do século XVII (desenhados com bastante rigor por Nicolau de Langres), apresenta-se uma proposta para o urbanismo romano e para a ocupação do espaço periurbano de Beja em Época Romana e Islâmica, tendo por base os dados que os arqueólogos que operam no terreno vão facultando em publicações científicas e relatórios.



A primeira ocorreu junto do n.º 33, com o objectivo de substituir a ligação de esgoto existente entre a casa e o colector de esgoto, com 60 m de comprimento, um metro de largura média e uma profundidade média de 60 cm, tendo sido possível observar uma camada de entulho com abundantes materiais arqueológicos de várias épocas, sobretudo romana e medieval-moderna, claramente descontextualizados em virtude da existência de muitas infra-estruturas de Época Contemporânea (água, luz e esgotos), cuja instalação destruiu os contextos arqueológicos previamente existentes. Inicialmente, estava prevista apenas a abertura desta vala; contudo, foi possível observar que o colector se encontrava extraordinariamente degradado, e que a sua colocação também não respeitava bem o declive do terreno. Assim, o promotor optou por abrir uma segunda vala, com o objectivo de colocar a descoberto uma caixa que se encontrava enterrada sob a actual calçada, e poder, com uma análise cuidada da realidade observada no terreno, considerar a substituição do colector num troço da rua.

Feita a avaliação e o respectivo projecto, em Janeiro de 2024 avançou-se com a substituição do colector que se encontrava em colapso iminente, entre as caixas números 36 e 41 (ligação inexistente até à data).

Como seria de esperar, no espaço onde anteriormente não existia qualquer colector foram identificados contextos arqueológicos preservados que descrevemos em seguida.

Identificaram-se as seguintes unidades estratigráficas¹:

UE 0000: calçada actual;

UE 0001: camada de assentamento da calçada actual;

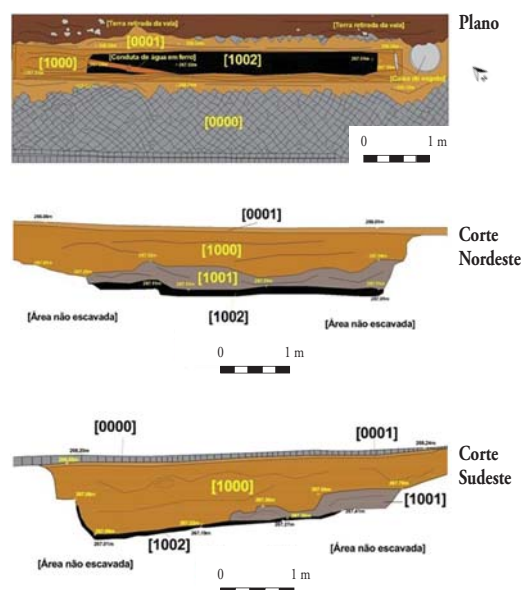
UE 0002: camada de terra de coloração castanho escura, compacta e homogénea, com materiais de época moderna e contemporânea misturada com materiais de construção de época romana que não recolhemos; UE 1001: camada de terra de coloração castanho-escuro misturada com cinzas. É compacta e homogénea. Observa-se apenas no corte nordeste, podendo significar que foi apenas parcialmente (muito ligeiramente) afectada. Recolheram-se materiais de Época Islâmica emiral.

UE 1002: camada de cinzas e carvões de coloração cinzento-escuro, quase preta, compacta e homogénea, da qual se afectou apenas o topo. No decorrer dos trabalhos, recolheram-se materiais em quantidade considerável datados do período romano tardio, sobretudo um fragmento de bordo de ânfora do tipo Dressel 30 produzida na Baía Gaditana, bem como peças de fabrico manual ou a torno lento

de época tardo-visigótica e do período emiral islâmico. A peça mais recente deste conjunto é um fragmento de candil decorado, produzido no vale do Guadalquivir, que deverá datar do primeiro terço do século X. Foi ainda recolhido um dente de porco.

O nível de destruição observado na UE 1002 é muito elevado, podendo tratar-se de um grande incêndio, cuja intensidade provocou a quase pulverização das telhas da casa. Coloca-se a hipótese de integrar esta destruição num dos eventos ocorridos na cidade de Beja no início do século X, como, por exemplo, a destruição da cidade, em 929, por parte de um exército comandado por Abderramão III. Certamente, não poderemos descartar outras hipóteses, como um incêndio ocasional de uma casa. Contudo, a cronologia dos materiais recolhidos e a data do cerco não podem deixar de ser consideradas.

FIGS. 3 a 5 – Abertura da vala, ao nível do topo da UE 1002, plano e cortes da área onde foram identificados os vestígios de interesse arqueológico e algum do espólio recolhido nessa unidade estratigráfica.



Como não era necessária a afectação dos contextos arqueológicos bem conservados, após a conclusão do seu registo, cobrimos a vala com geotêxtil e prosseguimos com a obra.

Na abertura da parte restante da vala seguimos a já existente, observando-se apenas contextos de revolvimento provocados por obras para colocação de infra-estruturas realizadas anteriormente, desde meados do século XX.

A NOVA DESCOBERTA NO LARGO DE DOM DINIS, N.º 3

No n.º 3 do Largo Dom Dinis (Fig. 2, n.º 67) decorriam obras de melhoria no interior, com a colocação de placas de isolamento térmico, que não implicaram a picagem ou derrube de paredes, ou qualquer tipo de revolvimento do solo e do subsolo. Entretanto, foi solicitada à EMAS a ligação da água à obra, tendo a empresa municipal aguardado que o promotor informasse a Câmara Municipal de Beja da necessidade de efectuar uma alteração de fachada para colocar duas caixas, uma para a água e outra para a electricidade, porque o edifício se encontra na zona de protecção do castelo e das muralhas de Beja, necessitando da entrega e aprovação de um projecto para o efeito.

No entanto, o empreiteiro, desconhecendo a situação, avançou com a obra, derrubando parte da fachada. De imediato, o arqueólogo municipal recebeu várias queixas que relatavam a demolição da parede e a destruição de um elemento arquitectónico de mármore. Comunicada a situação à Unidade de Cultura da CCDR Alentejo e tendo em consideração que a EMAS tinha prevista a execução desse trabalho, procedeu-se ao acompanhamento arqueológico da recolha do elemento arquitectónico de mármore que fora parcialmente danificado, e das operações que faltava desenvolver na obra.

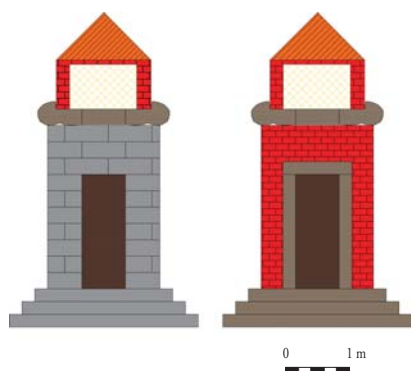
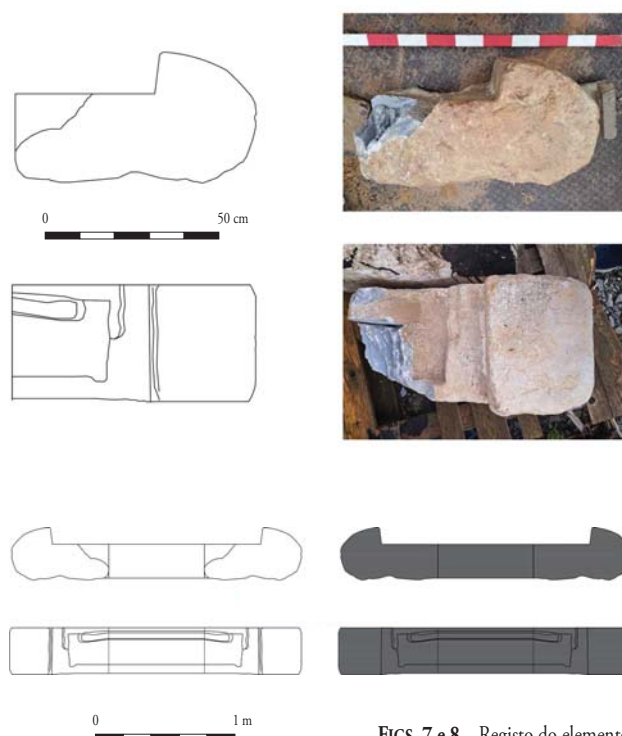


FIG. 9 – Duas propostas de reconstrução de tipologia de edifício onde poderia ter sido utilizado o elemento arquitectónico recolhido.



FIG. 6 – Localização da obra face às portas de Mértola.



FIGS. 7 e 8 – Registo do elemento arquitectónico (em cima) e proposta de reconstituição funcional (em baixo).



FIG. 10 – Proposta de reconstrução do mausoléu de Pisões (segundo PEREIRA, SOARES e SOARES, 2013: 319).

Procedeu-se ainda a uma observação sumária do interior da casa, onde foi possível confirmar o que estava a ser feito na obra, registar a muralha numa das paredes interiores, e ainda um sarcófago em mármore que foi reutilizado como “reservatório decantador de vinho”.

A descoberta do elemento arquitectónico e do sarcófago reutilizado confirma a dimensão e a importância da necrópole romana noroeste de *Pax Iulia*. O primeiro foi já recolhido para o Depósito de Arqueologia Municipal, e o sarcófago irá continuar exposto no edifício onde se encontra, tal como o “miolo” da muralha.

Dimensões do sarcófago: comprimento total - 1,10 m; comprimento interno - 94 cm no topo e 93 cm na base; largura total - 69 cm; largura interna - 50 cm no topo e 45 cm na base; altura total - 41 cm no topo esquerdo e 45 cm no topo direito, quando observado de frente; espessura média das paredes - 10 cm; profundidade - 31 cm no topo esquerdo, 39 cm no centro e 41 cm no topo direito.

Outros: apresenta um orifício no canto inferior direito, com 2 cm de diâmetro.

Tipo de suporte: mármore de São Brissos / Trigaches

CONCLUSÃO

A boa relação entre instituições, a compreensão, por parte do EMAS, da importância de realizar o acompanhamento arqueológico da abertura de valas em zonas sensíveis de uma cidade tão importante do ponto de vista histórico e arqueológico, como é o caso de Beja, a prévia elaboração de uma cartografia com o panorama arqueológico da cidade, foi muito útil para a boa evolução dos trabalhos, e também para “obrigar” ao acompanhamento arqueológico extramuros, em zonas onde habitualmente não se fazia, porque esses espaços não se enquadravam em áreas especiais de protecção. Desta forma, foi possível reconhecer zonas onde, no passado, tinham sido destruídos contextos arqueológicos de Época Romana e Medieval, como, por exemplo, na Rua das Pedras, dando-nos indicações muito preciosas sobre a evolução da ocupação do espaço periurbano da cidade ao longo do tempo.

O trabalho realizado permitiu colocar sob controlo a acção da EMAS, transformando-a numa empresa municipal mais cumpridora e protectora do Património arqueológico. Deste trabalho resultaram 67 acompanhamentos, com 67 notas técnicas e um relatório final. Entretanto, foi aprovado novo Pedido de Autorização para Trabalho Arqueológico (PATA), continuando os trabalhos no terreno.

O controlo exercido sobre as obras realizadas pela EMAS obrigou a que outras empresas que realizam trabalhos nos mesmos moldes e área geográfica (incluindo a zona extramuros) contratassem empresas de Arqueologia, com submissão de PATA anuais. Assim, podemos afirmar que as maiores empresas que actuam na cidade de Beja resolveram assumir o seu papel na defesa, identificação e registo do Património pacense.



FIG. 11 – Sarcófago de mármore localizado no interior do edifício.

Os materiais recolhidos encontram-se em fase de estudo, prevendo-se para breve a sua publicação.

Por fim, enalteçemos o permanente contacto e bom ambiente de trabalho mantido entre os técnicos de todas as instituições (Município, Unidade de Cultura da CCDR Alentejo e EMAS). Fica assim demonstrado que o bom senso na busca de soluções evita conflitos e protege o nosso Património, sem atrasos ou qualquer necessidade de paragem de obras. ✎

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (2011) – “O Domínio Romano”. In ALARCÃO, Jorge de (coord.). *Portugal das Origens à Romanização*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, pp. 343-507 (volume integrado na *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques).
- ALARCÃO, Jorge de (2018) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1479-3>
- Catarino, Helena (1997-1998) – *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé (*Al-Úlyá*, 6). 3 vols. <https://www.cm-loule.pt/pt/menu/1302/revistas.aspx>
- LOPES, Maria da Conceição (2000) – *A Cidade Romana de Beja. Percursos e Debates Acerca da Civitas de Pax Iulia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/582>
- PÁSCOA, Maria Cristina Relvas Janeiro (2023) – *A Escrita da História de Beja. Os Manuscritos de Fr. Francisco de Oliveira*. Lisboa: Edições Colibri.
- PEREIRA, Carlos; SOARES, António M. Monge e SOARES, Rui Monge (2013) – “Os Mausoléus da Villa Romana de Pisões: a morte no mundo rural romano”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: DGPC. 16: 303-321. <http://hdl.handle.net/10451/30923>
- VIANA, Abel (1962) – *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*. Beja: Minerva Comercial.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

Santa Cruz da Vilariça, a Vila Velha Revisitada

os trabalhos arqueológicos no âmbito da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor

Filipe J. C. Santos ¹, Eulália Pinheiro ¹ e Fábio Rocha ¹

1. INTRODUÇÃO

Relacionados com as medidas de mitigação sobre o Património Cultural decorrentes da construção do Escalão de Jusante do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (AHBS), os trabalhos de preservação *in situ* das ruínas e muralhas da Vila Velha de Santa Cruz da Vilariça ¹ (Torre de Moncorvo), foram desenvolvidos ao abrigo do *Programa de Monitorização sobre Elementos Patrimoniais* (EP) delineado no *Plano de Salvaguarda do Património*, documento orientador elaborado pela entidade Promotora (EDP), com vista à prossecução dos objectivos bem expressos em título. Fundado no século XII sobre elevação perfeitamente destacada do vale da Vilariça (Fig. 1), o povoado fortificado teria vida curta. Acompanhando a população a mudança do poder administrativo para a actual Vila de Torre de Moncorvo, logo no último quartel do século XIII, tomaria a designação de *Vila Velha*. Mais tarde, já em ruínas, aquela que fora Santa Cruz da Vilariça seria ainda a *Derruída*.

A pequena intervenção arqueológica, desenvolvida no âmbito aludido, foi precedida de uma etapa de caracterização de referência do sítio arqueológico, com levantamento topográfico e fotográfico exaustivo e descrição geral de todas as estruturas na altura observadas. Acabou por desenrolar-se por duas fases, obedecendo cada uma delas a objectivos distintos. Num primeiro momento, os trabalhos executados consistiram, basicamente, na identificação, limpeza e conveniente registo de áreas pontuais de derrubes pétreos,

RESUMO

O povoado fortificado de Santa Cruz da Vilariça (Monumento Nacional localizado em Torre de Moncorvo), relevante no início da formação da nacionalidade portuguesa, foi alvo de escassas intervenções arqueológicas. Ainda assim, a cronologia para o conjunto de materiais aí achados, dado o intervalo entre a sua fundação (século XIII) e o abandono (século XIV), revolucionou o conhecimento das produções cerâmicas medievais cristãs do Nordeste de Portugal. Os autores apresentam os resultados de intervenção realizada entre 2010 e 2011, no âmbito das mitigações patrimoniais da construção da barragem do Baixo Sabor, que ampliam o leque de estruturas e materiais arqueológicos conhecido.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média (cristão); Povoado; Estruturas defensivas; Cerâmica; Vale do Sabor.

ABSTRACT

Although the fortified town of Santa Cruz da Vilariça (a National Monument located in Torre de Moncorvo) was quite relevant at the beginning of the Portuguese nation, it has been subject to few archaeological interventions.

However, the chronology of the materials collected (dating from its foundation in the 13th century to its abandonment in the 14th century) revolutionised the existing knowledge about Medieval Christian ceramic production in the Northeast of Portugal.

The authors present the results of the intervention carried out between 2010 and 2011 within the scope of heritage mitigation works due to the construction of the Baixo Sabor dam. The archaeological structures and materials found add important information to the knowledge of the region.

KEY WORDS: Middle Ages (Christian); Habitat; Defence structures; Ceramics; Sabor River Valley.

RÉSUMÉ

Le peuplement fortifié de Santa Cruz da Vilariça (Monument National situé à Torre de Moncorvo), significatif au début de la formation de la nationalité portugaise, a été l'objet de légères interventions archéologiques. Cependant, la chronologie de l'ensemble des matériaux trouvés là, au regard de l'intervalle entre sa fondation (XIII^{ème} siècle) et sa désertion (XIV^{ème} siècle) a révolutionné la connaissance des productions céramiques médiévales chrétiennes du nord-est du Portugal.

Les auteurs présentent les résultats de l'intervention réalisée entre 2010 et 2011, dans le cadre des atténuations patrimoniales de la construction du barrage du Baixo Sabor, qui enrichissent l'éventail de structures et matériaux archéologiques connus.

MOTS CLÉS: Moyen Âge (chrétien); Habitat; Structures défensives; Céramique; Vallée du Sabor.

¹ Monumento Nacional. Decreto n.º 26-A/92, *Diário da República* n.º 126, de 1 Junho de 1992.

¹ Arqueólogos(a) (santos.philipe@gmail.com; eulaliapinheiro@gmail.com; fabiocardorocha@gmail.com).

Por opção dos autores, o não texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-06-27.

FIG. 1 – Vista de norte. Morro onde se estabeleceu o povoado e a ponte antiga sobre o Sabor.



relacionando-se os mesmos com elementos aluídos das estruturas coevas do referido povoado. O objectivo desta acção foi permitir a obtenção, de forma perfeitamente controlada, de material pétreo registado para posterior utilização na colmatção de pontos de derrocada, quer nalgumas estruturas internas do povoado, quer em diversos pontos da sua cerca. Associa-se a esta etapa a materialização das sondagens de diagnóstico n.º 1 e n.º 2.

Numa fase posterior, tendo em vista a colocação de um painel solar no espaço intramuros, responsável pela alimentação de um sismógrafo fixo localizado nas suas imediações, houve necessidade de proceder à abertura de uma terceira sondagem de diagnóstico para avaliar a viabilidade da implantação do referido equipamento.

Executados nos anos de 2010-2011, e resgatada que foi a informação aos nossos arquivos digitais, são os resultados desses trabalhos arqueológicos que em seguida se apresentam, devendo-se ao empenho de toda a equipa técnica envolvida.

2. EQUIPA TÉCNICA AFECTA AOS TRABALHOS

Sob o olhar atento de Paulo Dordio, então o arqueólogo responsável pela Direcção Técnica do Departamento de Arqueologia do Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), as acções no terreno foram concretizadas por Filipe Santos, coadjuvado pelos também arqueólogos Eulália Pinheiro e Fábio Rocha.

O apoio topográfico contou com a participação de João Nicolau, auxiliado por Filipe Saraiva.

Os trabalhos foram ainda acompanhados por Cristiana Lara Nunes, técnica de conservação e restauro, responsável, na altura, pelo departamento de conservação e restauro do ACE, que assumiu as acções de monitorização a Santa Cruz da Vilariça (EP n.º 70), com o apoio de André Tereso, técnico de conservação e restauro do mesmo departamento. Devem-se a Cláudia Costa, a quem agradecemos, as observações em relação à fauna recolhida.

O desenho do material arqueológico foi assegurado por Luísa Batalha. No terreno, a equipa técnica foi ainda complementada pelo apoio de Germano Remoaldo, Artur Vilares, Horácio Fontinha, Pedro Romano e António Santinho, também operários do ACE.

3. PERIODIZAÇÃO DOS TRABALHOS

No que toca ao trabalho de campo, a primeira fase foi executada entre os dias 13 e 17 de Dezembro de 2010, tendo a segunda fase, com correspondência à abertura e colmatção da sondagem 3, sido desenvolvida entre os dias 11 e 14 de Janeiro de 2011.

Já em gabinete, foram executado todo um conjunto de tarefas relacionadas com a organização dos diversos registos de campo (fotográficos e topográficos), assim como se procedeu ainda à lavagem, registo e marcação do material arqueológico compulsado.

A redacção do relatório final da globalidade da intervenção, com inclusão das respectivas tintagens de desenhos de campo e materiais arqueológicos, inventário desse mesmo material e organização definitiva dos elementos gráficos que o compõem, foi levada a cabo pelos signatários entre os dias 14 e 17 de Janeiro de 2011.

4. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O povoado de Santa Cruz da Vilariça pertence, administrativamente, à freguesia da Adeganha, concelho de Torre de Moncorvo e distrito de Bragança. Bem assinalado na *Carta Militar de Portugal*, escala 1:25.000, folha 118 (Fig. 2), ocupa, estrategicamente, o topo de uma elevação alongada que se destaca a 242 metros de altitude. Completamente dominante sobre o vale da Vilariça, é a coroa de um espaço de interflúvio emoldurado pela ribeira da Vilariça, que o acompanha a oeste, bem como pelo o rio Sabor, onde a sul a ribeira com ele se encontra. Desde o topo, observavam-se ainda os meandros do rio Sabor para Este, bem como a antiga ponte do Sabor, hoje submersa pelas águas da albufeira do Escalão de Jusante da barragem do Baixo Sabor.

As coordenadas, Datum 73, retiradas a um ponto central do povoado, são as seguintes: X = 87502,147; Y = 171636,685.

5. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Dada a sua importância geopolítica, Santa Cruz da Vilariça receberia foral de D. Sancho II em 1225, tendo-se comemorado precisamente no ano transacto os seus 800 anos de elevação a Vila.

Sede de concelho com jurisdição própria a partir daquele momento, a transferência do seu poder político e administrativo dar-se-ia logo em 1285, com a mesma atribuição ao lugar de Torre de Mendo Corvo (actual Torre de Moncorvo), por via de D. Dinis. A *Vila Velha*, ou *Derruída*, como também se tornaria conhecida, foi-se despovoando em proveito da nova Vila, ainda hoje sede de concelho.

Trabalhos arqueológicos aqui desenvolvidos entre os finais dos anos de 1989 e 1992, sob a direcção científica de Nelson Rebanda (PARM - Pro-

jecto Arqueológico da Região de Moncorvo), com o intuito de serem identificados níveis de ocupação anteriores à Época Medieval, havendo mesmo quem ali localizasse a sede da *civitas* dos Baniensis (PEREIRA e GARIBO BODÍ, 2014: 537), não só descartaram essas suposições, como destacariam a importância deste lugar no panorama da Arqueologia medieval portuguesa. Pese embora a escassa área intervencionada, foi possível enquadrar a ocupação do sítio em quatro distintas fases, salientando nós a Fase I, com a construção da cerca muralhada nos finais do século XII, bem como a Fase IV, correspondente ao seu abandono já no século XIV. O estudo parcial do seu material cerâmico constitui, ainda hoje, uma referência a nível nacional (RODRIGUES e REBANDA, 1998). Santa Cruz da Vilariça viria a ser elevada à categoria de Monumento Nacional em 1992.

6. OS TRABALHOS E A METODOLOGIA EMPREGUE

Após o reconhecimento no terreno dos pontos de consolidação das ruínas de Santa Cruz da Vilariça, feito conjuntamente com representantes do Dono de Obra, Direcção Regional de Cultura Norte (DRCN), da empresa afectada aos trabalhos (Lusocol - Soc. Lusa Construções Lda) e do ACE, em reunião tida no local com todos os intervenientes, foram seleccionadas áreas de derrube visíveis onde, caso surgisse essa necessi-

FIG. 2 – Localização de Santa Cruz da Vilariça no mapa de Portugal, em excerto da *Carta Militar de Portugal*, escala 1:25000, folha 118, em fotografia aérea com sobreposição do levantamento topográfico, e em fotografia de enquadramento, a partir de norte, com o vale da Vilariça.



dade, se poderia recolher o material indispensável para a consolidação de todas as estruturas carentes, áreas essa designadas por D1 a D4, assinalando-se as mesmas no primeiro levantamento topográfico realizado por nós (Fig. 6).

O início dos trabalhos de campo, a 13 de Dezembro de 2010, contemplou o reconhecimento por parte de toda a equipa do sítio arqueológico e das áreas alvo de intervenção. Logo após os primeiros registos fotográficos, as limpezas começaram pelas áreas inicialmente delimitadas. Previamente aos trabalhos de limpeza e decapagem cuidada, houve necessidade de proceder ao corte da vegetação rasteira que os cobria, sempre acompanhada pela equipa de Arqueologia no terreno, que participou, de igual modo, nesse trabalho.

Após os trabalhos de desmatção, foi iniciada a limpeza pormenorizada dos níveis de derrube presentes em cada um dos quatro pontos seleccionados, procurando-se com esta acção visualizar, tanto quanto possível, a configuração dos níveis de derrube e a sua associação às estruturas arqueológicas ainda preservadas. Esta acção deveria permitir, como de facto aconteceu, um registo fotográfico pormenorizado desses derrubes, assim como o seu registo gráfico. No decurso dessa visita de campo,

procedemos de imediato à identificação de quatro possíveis áreas de maior potencial.

No que ao levantamento topográfico diz respeito, para além de ter sido também actualizada a planta do povoado medieval de Santa Cruz da Vilariça, pela inclusão de estruturas que inicialmente não se encontravam visíveis, porque cobertas pela intensa vegetação à data do primeiro levantamento efectuado por nós, foram ainda levantados três alçados: o primeiro com correspondência aos pontos C1 e C2 dos pontos de derrocada na cerca medieval; outro com correspondência ao alçado sul da estrutura M1; e, por último, o alçado oeste da estrutura M2. Todos estes pontos de ruína estruturais foram alvo de consolidação.

De modo a que a recolha de material pétreo a utilizar na colmatação dos pontos de derrocada presentes nas estruturas de Santa Cruz da Vilariça não fosse feita de forma aleatória, resolvemos materializar no terreno duas sondagens. Dentro dos limites georreferenciados das sondagens 1 e 2 (Fig. 6), procedeu-se, para os fins aludidos, à remoção da espessa camada de derrube. Não houve, como se depreende, qualquer revolvimento do solo, salvaguardando-se todos os eventuais níveis arqueológicos preservados.



FIG. 3 – Muro M1: alçado sul. Nível de derrube e pontos de ruína na estrutura após limpezas.



FIG. 4 – Muro M2: alçado oeste. Derrube associado, após limpezas, e interfaces de destruição.



FIG. 5 – Troço da cerca medieval junto ao ponto de ruína C1, após acções de limpeza e registos.

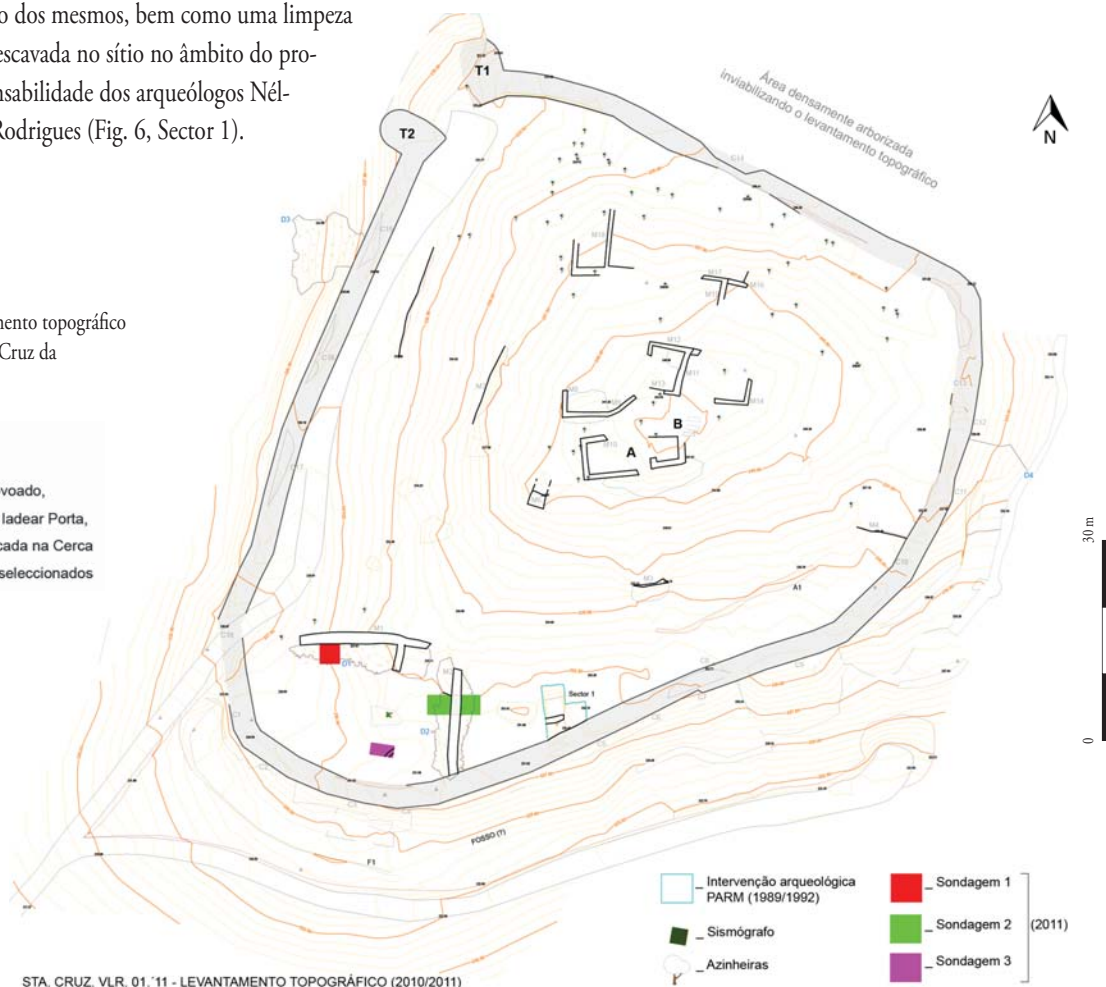
A acção relatada permitiu a obtenção de quatro perfis estratigráficos, registando-se por desenho apenas um de cada uma das sondagens. Esta opção, embora tenham sido todos registados por intermédio de fotografia, prende-se com o tempo escasso de execução deste trabalho e, por outro lado, com o facto de não haver informação de relevo que o justificasse.

Por último, de referir que foi levada ainda a cabo, durante ainda os trabalhos da primeira fase, uma limpeza da superfície rochosa junto aos pontos de derrocada C1 e C2 da cerca medieval, por forma a facilitar o trabalho de colmatação dos mesmos, bem como uma limpeza ligeira da primeira área escavada no sítio no âmbito do projecto PARM, sob a responsabilidade dos arqueólogos Nelson Rebanda e Miguel Rodrigues (Fig. 6, Sector 1).

A pequena intervenção arqueológica conotada com a segunda fase dos trabalhos procurou despistar a existência de vestígios arqueológicos numa zona muito circunscrita da área intramuros do povoado medieval, na sua extremidade sul. Aí, a colocação de um painel solar, que implicaria uma pequena sapata em betão, ditaria a necessidade de ser averiguado o potencial arqueológico da sua zona de implantação. O equipamento ficaria ainda resguardado por uma vedação, havendo também necessidade da mesma ser ancorada no terreno.

FIG. 6 – Levantamento topográfico anotado de Santa Cruz da Vilariça (2011).

A - igreja
B - necrópole
M - muros ruínas povoado,
T - torresões 1 e 2, a ladear Porta,
C - pontos de derrocada na Cerca
D1 a D4 - derrubes seleccionados



Foi com base nessas necessidades que se planeou a pequena intervenção arqueológica tida naquele local, correspondendo as dimensões da própria sondagem à totalidade da afectação.

No que toca à metodologia utilizada na intervenção, muito resumidamente, recorreu-se ao método estratigráfico definido nos princípios teóricos de BARKER (1993) e HARRIS (1991), definindo, registando e escavando todas as unidades estratigráficas pela ordem inversa à da sua formação. A cada unidade estratigráfica identificada coube o preenchimento de uma ficha de unidade estratigráfica (UE), figurando na mesma todas as observações possíveis sobre cada um dos contextos estratigráficos e/ou estruturas identificadas e, o mais importante, a relação estratigráfica entre cada uma delas.

Todas as fases de trabalho foram alvo de registos por intermédio de fotografia digital e por desenho arqueológico, efectuado à escala 1/20 sobre papel milimétrico. Todo o material arqueológico compulsado foi ensacado, etiquetado e identificado pela UE respectiva. No que toca ao acrónimo empregue, seguiu-se a designação já utilizada para as duas sondagens precedentes, variando apenas o ano da intervenção.

Como tal, o acrónimo utilizado, quer nos registos de campo, quer no material entretanto marcado, foi o seguinte: STA. CRUZ VLR. 01. '11. No que toca ao material entretanto marcado, a par com o acrónimo, a sua contextualização estratigráfica e o número de inventário respectivo, associámos ainda a cada elemento a sigla EP. 70 (Elemento Patrimonial 70), dentro da listagem geral destes no AHBS.

Já em gabinete, para além das “tintagens” dos desenhos de campo, desenhou-se algum do material arqueológico mais significativo. Este foi ainda alvo de limpeza, marcação e inventariação, encontrando-se hoje, neste caso concreto e juntamente com a grande maioria do material arqueológico exumado em todas as intervenções arqueológicas desenvolvidas no âmbito da construção da barragem do Baixo Sabor, em instalações próprias cedidas pela Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

A conclusão da segunda fase dos trabalhos de campo prendeu-se, por um lado, com o acompanhamento da implantação das estruturas do painel solar, assim como pela colmatação da sondagem 3, tendo a estrutura arqueológica aí identificada sido devidamente acondicionada.

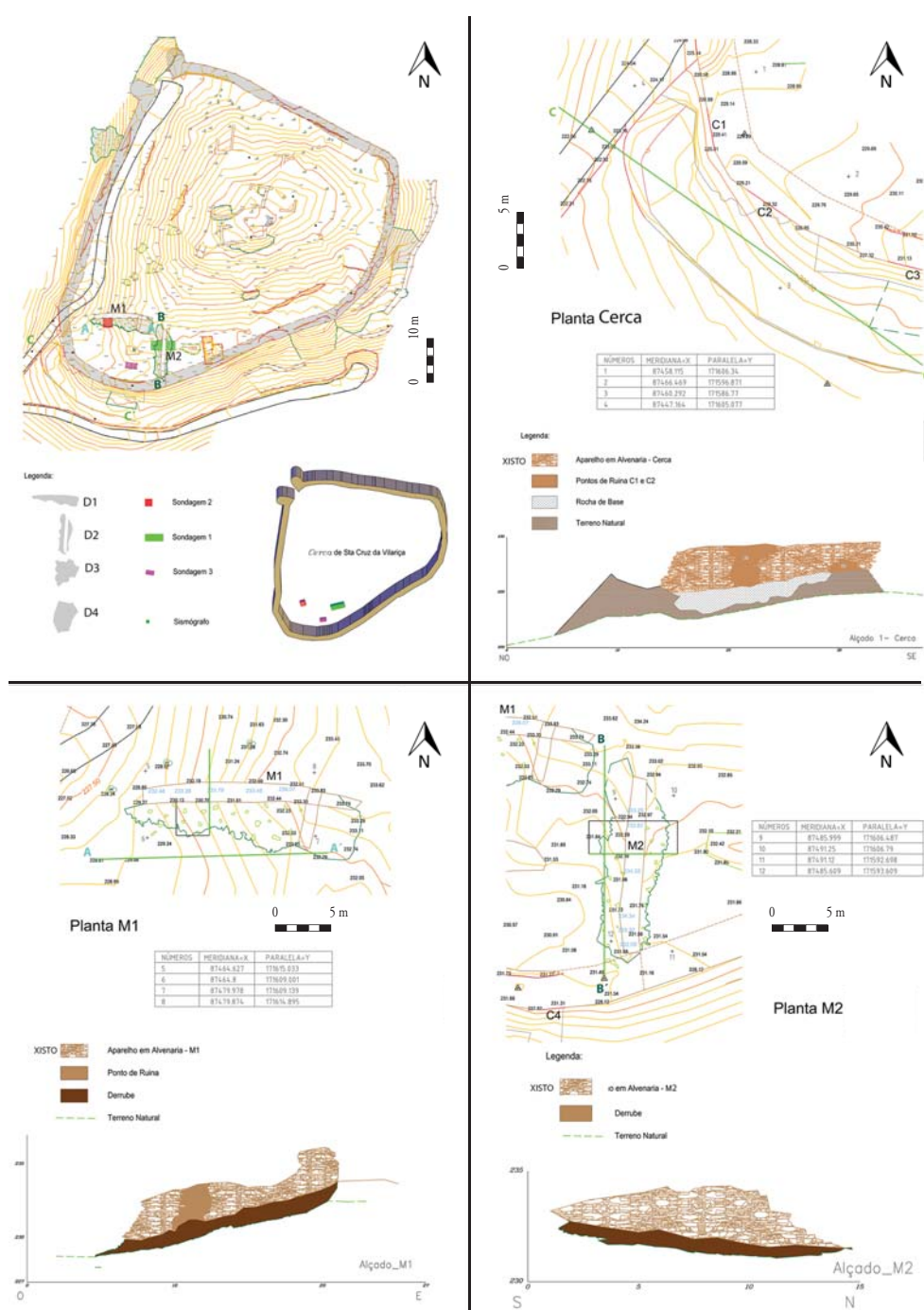


FIG. 7 – Registos topográficos de M1 (sul), M2 (oeste) e Cerca associada ao ponto de ruína C1.

7. RESULTADOS OBTIDOS

7.1. AS SONDAGENS 1 E 2

A par de termos constatado a total inexistência de estruturas arqueológicas dentro das áreas que foram objecto de limpezas superficiais de pormenor, observámos de igual modo essa realidade, pela cota de afectação em profundidade atingida, nas áreas delimitadas pelas sondagens 1 e 2. Comprovou-se, por outro lado, neste caso concreto, apenas a existência de dois depósitos muitíssimo homogêneos, com correspondência a uma camada de derrube de espessura variável, imediatamente subjacente a uma fina camada humosa superficial.

Foram de igual modo escassíssimos os materiais arqueológicos identificados durante a limpeza dos níveis superficiais de derrube, destacando-se, a par de ínfimos fragmentos de cerâmica com correspondência a porções de bojos e um bordo, um cossoiro.

A sondagem 1, com 4 x 4 m de lado, foi implantada na extremidade sudoeste do povoado, no interior da cerca, sobre o lado sul da estrutura designada por nós por M1. A extremidade norte da mesma acabaria, por imposição nossa, por coincidir com o ponto de derrocada maior observado no alçado sul do muro M1, que aca-

baria por ser colmatado posteriormente pelos trabalhos de conservação e restauro ali desenvolvidos.

A sondagem 2, com 4 x 10 m de lado, acabou por ser materializada com uma orientação oeste-este, abarcando, no seu perímetro, uma porção do muro M2, assim designado no trabalho de caracterização atrás referido.

No final, não houve qualquer recolha de elementos pétreos usados nos trabalhos de restauro nas outras áreas de derrube alvo de limpezas e assinaladas em planta por D3 e D4 (Figs. 6 e 7).

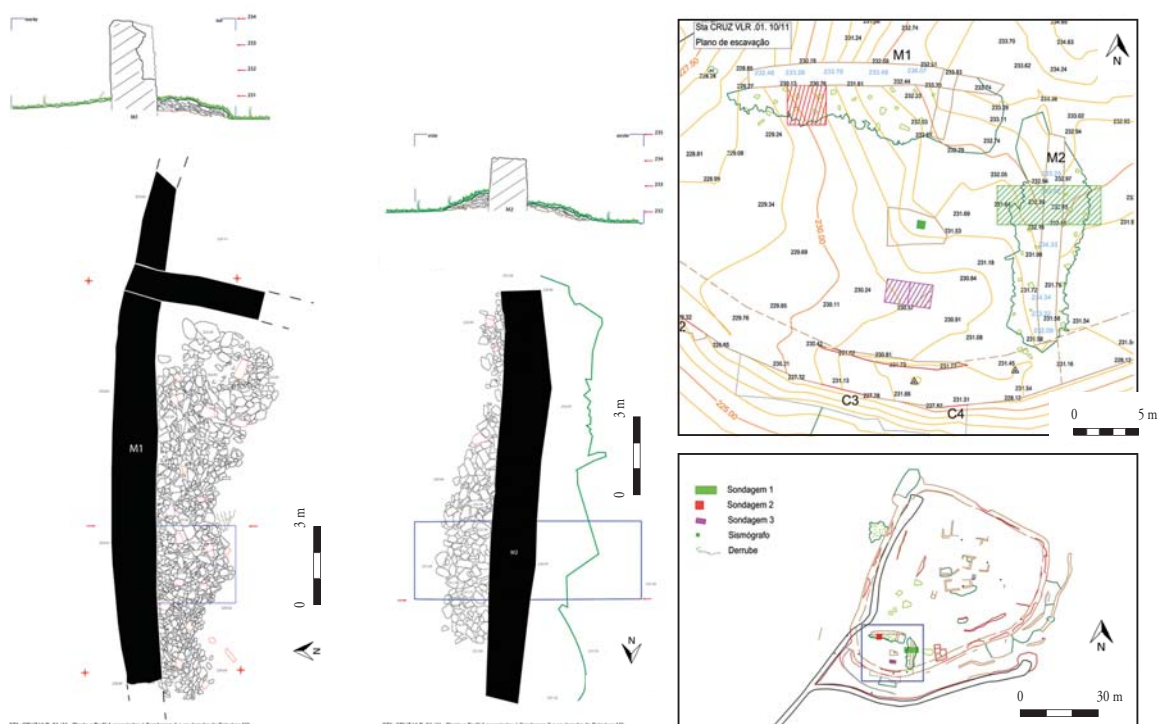


FIG. 8 – Plano de intervenção e registos diacrónicos associados às sondagens 1 e 2.

7.2. A SONDAGEM 3

Implantada, tal como as sondagens 1 e 2, na extremidade sudoeste do perímetro amuralhado da vila medieval, foi materializada sobre o lado sul de um pequeno maciço xistoso, onde, no seu topo, se encontrava já um pequeno contentor metálico que albergaria o sismógrafo de monitorização da *Derruída*.

Tendo como principal objectivo avaliar o potencial arqueológico da pequena área de implantação do equipamento solar referido, a cota da intervenção arqueológica teve em conta, tão só, a profundidade necessária para a implantação da base de suporte ao painel solar, 60 cm.

Materializada inicialmente com as dimensões de 1,80 m de lado, este quadrado viu-se alargado posteriormente para o dobro da dimensão, tendo em conta a identificação de uma estrutura arqueológica a cerca de 30 cm de profundidade. O alargamento da mesma foi processado para a sua extremidade oeste.

O resultado desse alargamento não evidenciaria, na restante área escavada e às cotas atingidas, quaisquer vestígios de outras estruturas arqueológicas, salientando-se apenas o desenvolvimento do maciço rochoso na extremidade oriental.

Ainda que escassa a profundidade alcançada, foi-nos possível a recolha de um número significativo de material arqueológico, reportando-se sobretudo a fragmentos de cerâmica medieval em associação a restos faunísticos (Fig. 9).

7.2.1. A estrutura arqueológica identificada

A única estrutura arqueológica identificada nos trabalhos arqueológicos de que aqui damos conta – UE [303] –, corresponde, tão só, a um pequeno troço de muro construído em alvenaria de xisto. Foi elevado pela sobreposição de fiadas regulares de lajes de xisto, dispostas horizontalmente e sem qualquer ligante, segundo o eixo maior da construção. Dentro dos seus aspectos técnico-construtivos, assinala-se ainda a colocação de elementos pétreos em perpianho, garantindo-lhe estes travamentos uma maior estabilidade estrutural. A disposição regular, à face, de pequenas lajes de xisto de configuração rectangular, sendo que o preenchimento dos interstícios da estrutura foi efectuado com elementos pétreos de menor calibre, permitiu a obtenção de um muro com uma largura máxima de 60 cm.

Desta estrutura, que se desenvolve segundo um eixo nordeste-sudoeste, não de forma perfeitamente linear, apenas se pôde por em evidência 20 cm da altura preservada da mesma.

Do pouco que podemos adiantar em relação a esta construção, há, no entanto, alguns aspectos que julgamos meritórios de relevar. Por um lado, olhando para a planta geral do sítio obtida através do levantamento topográfico, parece à partida notória a falta de enquadramento desta

FIG. 9 – Sondagem 3.
Evolução da intervenção
arqueológica.



com as restantes construções. Fará este muro parte de um conjunto de compartimentos internos associados aos limites de um edifício maior localizado sobre o ângulo sudoeste do perímetro amuralhado, sendo este delimitado, a par com a própria cerca medieval, pelos muros possantes M1 e M2? É uma hipótese que avançamos, sabendo-se, em bom rigor, que a sua confirmação apenas se poderia alcançar mediante a prossecução dos trabalhos arqueológicos neste ponto e com uma intervenção de larga escala.

Dada a ínfima área escavada, apenas sabemos que a estrutura em análise se encontrava directamente subjacente a depósito formado por dezenas de elementos pétreos, dispostos de forma regular sobre o topo da mesma, desenvolvendo-se este, à mesma cota, pela totalidade da área aberta pela sondagem. Por outro lado, os materiais arqueológicos subjacentes ao nível estratigráfico aludido – UE [302] – comportam, embora como todos os outros estratos identificados, cerâmica medieval, acreditando-se, naturalmente, que esta estrutura seja coeva dos níveis de ocupação medieval deste sítio.

7.3. A ESTRATIGRAFIA

Tentaremos, neste ponto, de discriminar e descrever os distintos contextos estratigráficos notados no decurso da pequena intervenção levada a cabo por nós neste povoado medieval. A sequência estratigráfica linear observada, de um modo geral, encontra maior expressão pelos trabalhos que desenvolvemos na sondagem 3.

Assim, nas sondagens 1 e 2, logo após a decapagem da camada humosa superficial, com correspondência às UE [101] e UE [201], respectivamente, limitámo-nos a remover, sequencialmente, os elementos sobrepostos do nível de derrube associado a cada uma das estruturas arqueológicas aí presentes, tendo esse nível de derrube sido identificado pelas UE [102] e [202], reportando-se, claro está, aos limites intervenções nas duas sondagens iniciais.

De um modo geral, a espessura dos derrubes variava entre os 10 e os 35 cm. O material arqueológico compulsado foi escasso, reportando-se a escassíssimos fragmentos cerâmicos, conotado com material utilizado na cobertura dos edifícios do povoado, compondo-se de fragmentos de telha de meia-cana. Foi ainda registada a ocorrência de um cossoiro no derrube associado a M1, e de um bordo de cerâmica comum do nível de derrube da estrutura M2.

7.3.1. A sequência estratigráfica da sondagem 3

Ao todo, foram registadas cinco unidades estratigráficas, sendo que, destas, quatro se reportam a depósitos – UE [300], [301], [302] e [304] – e uma última à única estrutura arqueológica identificada – UE [303]. Passemos, pois, à sua análise.

UE [300]: depósito de terras superficiais, com uma espessura média em torno dos 6 cm, apresentando-se soltas, de grão fino/médio, e com uma

tonalidade castanha escura, ocorrendo ainda pequenas lascas de xisto; UE [301]: depósito subjacente à UE [300]. Nível de terras de cor castanha, muito homogéneo, de matriz tendencialmente argilosa, com 30 cm de espessura média. Daqui se recolheu algum do material arqueológico que apresentamos. Estendia-se, também, ao longo de toda a área ocupada pela sondagem. Na sua composição, há a registar a ocorrência de raízes de calibre fino, em associação a alguns elementos pétreos xistosos – lascas de xisto, sobretudo.

UE [302]: depósito muitíssimo homogéneo, composto, na sua larga maioria, por muitas lascas e lajes de pequeno e médio calibre, também em xisto. Estes elementos, associados a pequenas bolsas de terra castanha-clara, solta, encontravam-se dispostos de forma mais ou menos regular ao longo de praticamente todo o espaço ocupado pela sondagem. Variável na sua espessura, sendo notório um espessamento maior pela extremidade este da sondagem, desenvolvia-se imediatamente sobre o topo da única estrutura arqueológica identificada – UE [303]. Deste estrato são provenientes alguns dos fragmentos cerâmicos associados

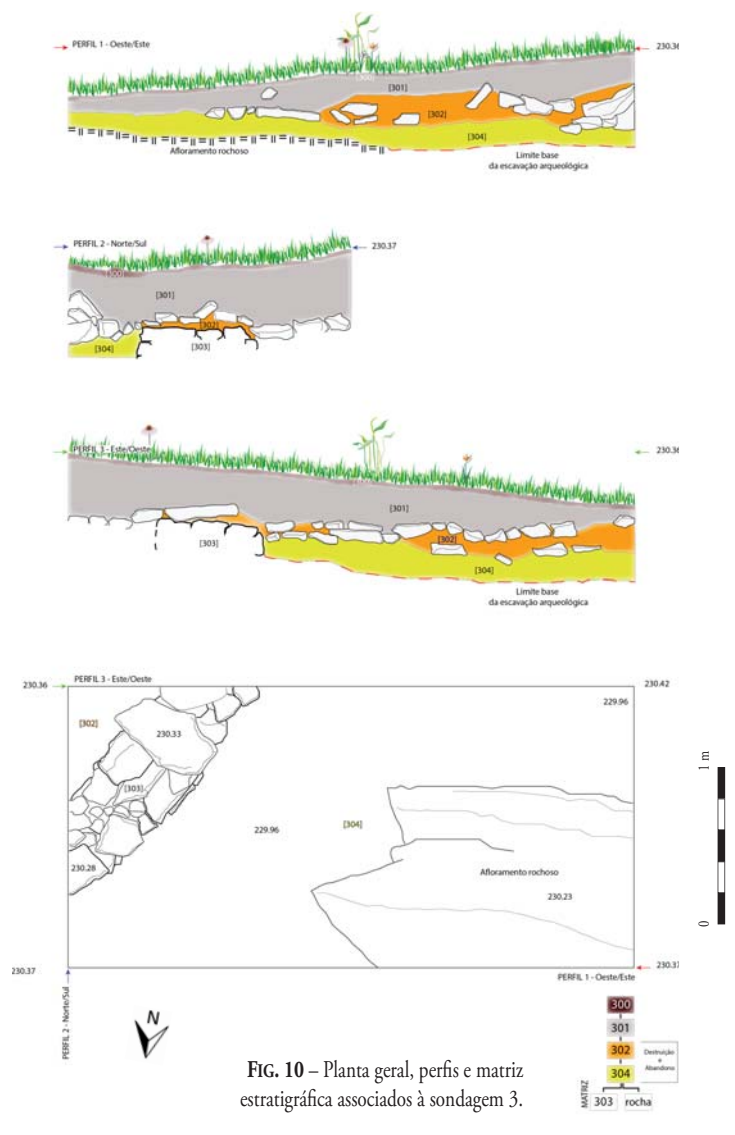


FIG. 10 – Planta geral, perfis e matriz estratigráfica associados à sondagem 3.

a vasilhame de uso comum, de cronologia medieval, salientando-se ainda a ocorrência, a par de escassas porções de telha de meia-cana, de restos faunísticos. A escavação deste estrato com características muito particulares, fez-nos de imediato pensar que poderíamos estar perante um nível de destruição associado às construções em alvenaria presentes no interior do recinto amuralhado do povoado medieval. Nível esse formado, obviamente, já na sua fase pós-abandono.

UE [303]: muro de alvenaria de xisto, submerso pelo nível de derrube associado à UE [302], traduzindo-se pela única estrutura arqueológica identificada.

UE [304]: último depósito da sequência. Corresponde a um nível de terras castanhas, com cerca de 20 cm de espessura, desenvolvendo-se ao longo do espaço ocupado pela sondagem e imediatamente subjacente a UE [302]. Camada heterogênea, de grão médio, solta, apresentando nalguns pontos bolsas de terras escuras, mais argilosas. Na sua composição incluíam-se escassas raízes, de calibre fino, sendo também observáveis alguns elementos pétreos em xisto de pequena dimensão. Foi neste estrato que se exumou grande parte do material arqueológico, sendo de destacar a ocorrência, aqui em maior quantidade, de cerâmica comum de uso doméstico, alguns fragmentos de telha

de meia-cana e a maioria da fauna. Trata-se, assim julgamos, do nível de abandono associado ao povoado, tendo-se a escavação detido neste estrato sem que o mesmo tenha sido integralmente subtraído.

8. O MATERIAL ARQUEOLÓGICO

Daremos destaque neste ponto, dado o número da amostra, ao conjunto de materiais cerâmicos exumados. Esta análise incidirá, essencialmente, nos resultados obtidos pela abertura da sondagem 3. Todos os restantes materiais, provenientes dos outros contextos intervencionados, embora também aqui abordados, são, como veremos, meramente residuais. Assim, e da sondagem 3, foram recolhidos um total de 54 fragmentos cerâmicos, distribuídos por três UE – [301], 14 fragmentos; [302], seis fragmentos; e [304], 32 fragmentos –, havendo ainda a reportar duas recolhas de superfície, uma proveniente das limpezas efectuadas em torno da sondagem 1 e outra da sondagem 3.

Deste reduzido universo, apenas realizámos registos gráficos daqueles que forneceram informação útil. Levámos a cabo o desenho arqueológico (Fig. 11) de três fragmentos com correspondência a porção do bordo (n.ºs Inv.: 48, 51 e 54), e dois fragmentos com correspondência a porção de pança (n.ºs Inv.: 21 e 42), assim como de um cossoiro (n.º Inv.: 53). O registo fotográfico em estampa foi realizado segundo os mesmos critérios.

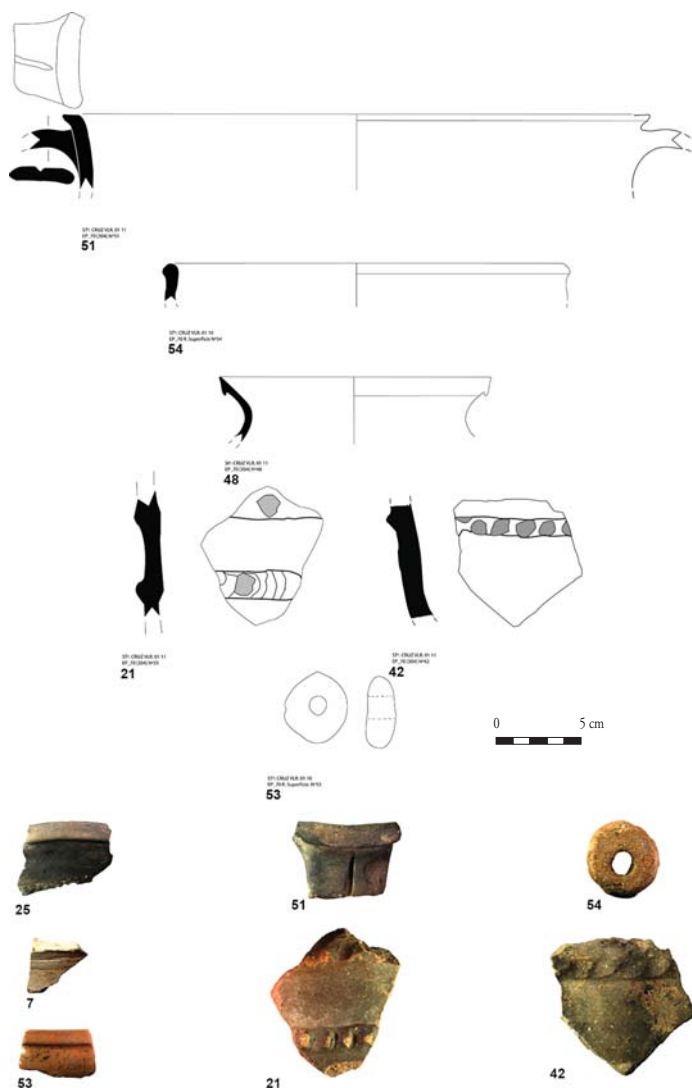


FIG. 11 – Os materiais arqueológicos em destaque, cerâmica e fauna.



Da análise macroscópica efectuada, tentámos observar tendências e padrões comuns, tendo apurado a ocorrência de 47 fragmentos (87 %) de cozedura em ambiente redutor, e sete fragmentos de cozedura em ambiente oxidante (13 %) (Fig. 12, gráfico VI).

Tomando esta informação como ponto de partida, tentando fugir apenas a uma divisão simples entre cozeduras redutoras ou oxidantes, empreendemos uma análise individual que nos permitiu aferir seis tipos de pastas distintas (Fig. 12). A pasta tipo 1, com maior expressão em UE [304], é realizada em ambiente de cozedura redutora. Revelando-se compacta e homogénea, possui elementos não plásticos (e.n.p.) de pequeno calibre, predominantemente micáceos, o que a torna facilmente reconhecível pelo brilho. Exibe superfícies negras e muito micáceas. O cerne apresenta cor cinzenta. Os fragmentos que podemos relacionar com aquelas características reportam-se aos n.ºs: 31, 33, 42, 43 e 49. A pasta tipo 2, também com maior representatividade em UE [304], apresenta cozedura redutora, sendo homogénea, porosa e com superfícies mal alisadas ou mesmo rugosas, de cor preta ou cinzenta muito escura. O cerne é de cor cinzenta, com abundantes e.n.p. micáceos e quartzosos de grão médio a grosso. Esta pasta é observável nos fragmentos com o n.ºs: 6, 23, 25, 38, 39, 40 e 52.

Já a pasta tipo 3, com maior expressão em UE [304], é de cozedura em ambiente redutor, apresentando-se compacta, homogénea e depurada, com e.n.p. quartzosos de muito pequeno calibre. Na sua superfície

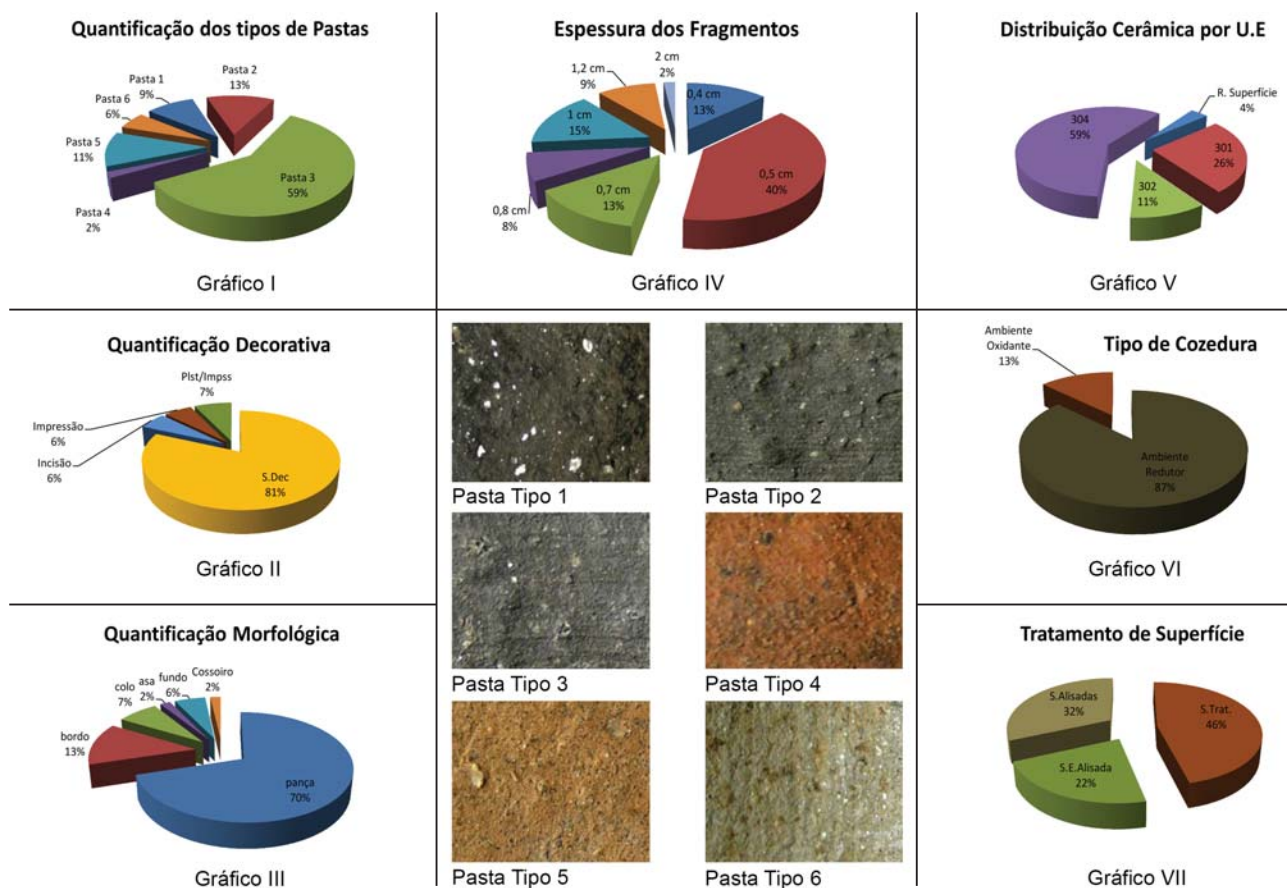
externa é pouco perceptível a presença de e.n.p., sendo estes apenas observáveis no cerne. As superfícies são de cor preta, de aspecto homogéneo e alisadas. O cerne é cinzento.

A pasta de tipo 4 foi apenas identificada num único fragmento (n.º: 54), relevando uma cozedura em ambiente oxidante. É compacta, homogénea e depurada. A presença de e.n.p. é pouco expressiva, e os presentes são de muito baixo calibre e apenas visíveis no cerne, comportando essencialmente micas e quartzos. As superfícies são alisadas e apresentam cor avermelhada.

A pasta tipo 5, com expressão nas UE [301], [302] e [304] e sondagem 1, é de cozedura em ambiente oxidante, homogénea e compacta, com abundantes e.n.p. micáceos e quartzosos, predominantemente de médio e grosso calibre. As superfícies são de cor castanha-avermelhada, normalmente alisadas. O cerne é predominantemente cinzento, fruto de uma cozedura pouco oxigenada. As superfícies exibem e.n.p. quartzosos e micáceos de pequeno e médio calibre.

A pasta tipo 6 aparece exclusivamente na UE [301]. Denotando cozedura em ambiente redutor, é bastante homogénea, compacta e depurada. Contém e.n.p. de pequeníssimo calibre, visíveis nas superfícies e cerne. Com superfícies alisadas, apresenta cor cinzenta clara e uns “tons”

FIG. 12 – Gráficos quantitativos e tipos de pastas das cerâmicas exumadas.



ferruginosos. O cerne é de cor cinzenta. Possuem este tipo de pasta os fragmentos com os n.ºs: 4, 5 e 7.

As pastas tipo 1, 2 e 3 surgiram maioritariamente integradas na UE [304] (nível de abandono), e as pastas de tipo 5 e 6 nas unidades mais recentes, UE [301] (pós-abandono e destruição) e UE [302] (nível de destruição). As nossas observações, inevitavelmente, encontram paralelos com os tipos cerâmicos estudados por Miguel RODRIGUES (1994), mormente nos conjuntos oriundos dos povoados medievais de St.^a Cruz da Vilarça e Baldoeiro.

No que concerne aos tratamentos de superfície (Fig. 12, gráfico VII), é de referir que predominam (54 %), de igual modo, os fragmentos com alisamento (RODRIGUES e REBANDA, 1995). Deste conjunto, 22 % dos fragmentos estão alisados apenas na superfície externa, enquanto 32 % apresentam ambas as superfícies com este tipo de tratamento. Em termos gerais, 46 % dos fragmentos não apresenta qualquer vestígio de tratamento, importando ainda referir que não foram detectados quaisquer fragmentos com polimento e/ou espatulamento. Estes tipos de tratamento estão exclusivamente associados aos níveis mais antigos registados nas intervenções arqueológicas já aludidas levadas a cabo pelos investigadores referidos na região de Moncorvo (RODRIGUES e REBANDA, 1995).

Do mesmo modo que predominam os fragmentos sem tratamento de superfície, a maioria dos fragmentos não possui decoração (81 %). Dos restantes 19 %, 6 % são decorados com incisões, 6 % com impressões e 7 % com decoração plástica com impressão (Fig. 12, gráfico II).

Em termos de distribuição de técnicas decorativas, a impressão surge em duas panças e um colo; a incisão num colo e duas asas; e a decoração plástica com impressão em quatro panças. Os fragmentos que apresentam decoração impressa encontram-se em mau estado de conservação, pelo que não nos foi possível determinar com exactidão o seu processo de fabrico. Pelo exposto, resolvemos não apresentar quaisquer registos gráficos dos mesmos.

A técnica decorativa incisa surge em moldes consentâneos com os observados nos estudos antigos deste sítio e região (RODRIGUES, 1994), através de linhas incisadas no colo, paralelas ao bordo, e em asas de fita com disposição rectilínea e perpendiculares ao bordo. No nosso caso, foi encontrado um colo de pasta tipo 6 com duas linhas incisadas paralelas ao bordo, e duas asas de fita com uma incisão profunda, central, rectilínea perpendicular ao bordo. Estas duas asas são de pastas tipo 3 e 2, apresentando-se os registos gráficos de uma das asas e do colo (Fig. 11, n.ºs 51 e 7).

A técnica decorativa plástica com impressão obedece sempre aos mesmos moldes, um ou mais cordões plásticos com várias impressões digitadas, dispostos na horizontal. Esta técnica decorativa está, por tradição, associada a formas de grandes dimensões (pois conferia-lhes mais robustez), muito embora não tenhamos no nosso conjunto porções que nos permitam aferir as formas associadas. Pela espessura dos fragmentos, podemos apontar as formas dos fragmentos correspondentes para potes

ou alguidares. Neste documento, apresentamos os registos gráficos de duas porções de pança com esta técnica decorativa (Fig. 11, n.ºs 21 e 42).

Paralelamente, se esta decoração predomina em formas de grande porte, para armazenamento, na nossa amostra prevalecem espessuras iguais ou inferiores a 0,5 cm (53 %) (Fig. 12, gráfico IV), correspondendo a peças de cozinha, serviço de mesa e objectos de uso doméstico e artesanal. Pese embora o pequeno conjunto cerâmico exumado, confirma-se o aumento percentual de fragmentos de pequena espessura, quando comparado com estratos dos séculos XI e XII do sítio do Baldoeiro (RODRIGUES e REBANDA, 1995).

Em suma, os 54 fragmentos que constituem o nosso conjunto de análise permitiram apurar a existência de pelo menos 13 peças diferentes. As mesmas parecem reportar-se a panelas (duas), uma taça, um cossoiro, dois testos, um possível jarro, um púcaro e um copo ou pote. Existem quatro fragmentos (n.ºs 3, 22, 45 e 49, três fundos e um bordo) que, não sendo da mesma peça nem de nenhuma das acima referidas, não permitem aferir a forma a que pertenciam, essencialmente devido às reduzidas dimensões. A estas formas estão associados os fragmentos n.ºs 48 e 51 (panelas); 54 (taça), 53 (cossoiro), 19 e 23 (testos), 20 (púcaro), 50 (copo ou pote), 52 (jarro?).


Resta-nos indicar que o nosso universo cerâmico se divide em 38 bojos, sete bordos, quatro colos, três fundos e um cossoiro, apresentando estes, aparentemente, uma maior qualidade na feitura das peças que o sítio próximo do Baldoeiro (Adeganha). Por outro lado, e embora as cerâmicas aqui abordadas apresentem os mesmos e.n.p. (desagregação do granito) e Santa Cruz esteja localizada em terrenos xisto-grauváquicos, não nos foi possível apontar os locais de origem e exploração da matéria-prima, ou seja, dos barreiros associados a estas produções.

Contudo, e à nossa escala, obviamente, este nosso estudo corrobora algumas das conclusões apuradas pelos investigadores Nelson Rebanda e Miguel Rodrigues, apontando igualmente para o predomínio do emprego de asas de fita com incisão e da persistência da forma “Panela”. Todavia, conseguimos observar a utilização de asas em fita numa forma de “Panela” de grandes dimensões (diâmetro de boca: 32,4 cm), não representada nas monografias das intervenções anteriores. Trata-se de uma panela (Fig. 11, n.º 51) com bordo extrovertido, de perfil biselado e aplanado superiormente, com arranque de asa imediatamente abaixo do bordo. A asa é decorada com uma profunda incisão.

Parece também confirmar-se a tendência para uma maior utilização de louça de servir e cozinhar, com espessuras mais finas, acentuando-se a diminuição de peças realizadas com espessuras maiores, talhas ou alguidares, como acontecia no decorrer do século XI e XII.

A par com o material cerâmico descrito e analisado, foi ainda recolhido, ainda que em escasso número, um conjunto interessante de restos faunísticos (Fig. 11). Do que deste grupo de elementos podemos adiantar, de momento, é que se relacionam com vestígios de mamíferos de médio e grande porte, onde se incluem ovinos e caprinos (dente e metacarpo).

9. NOTA FINAL

Ainda que os resultados aqui expressos sejam de pouca monta, mormente pela dimensão da própria escavação arqueológica relatada, não poderíamos deixar de os publicar. Dada a importância que as ruínas de Santa Cruz da Vilarça representam, bem circunscritas no tempo e no espaço que as encerra, acreditamos que os mesmos possam dar uma achega, mesmo na sua escala, à prossecução desejável de um projecto de investigação e de valorização para este importantíssimo sítio arqueológico. 

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1988a) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips. Vol. II, Fasc. 1.
- ALARCÃO, Jorge de (1988b) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) – “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)”. *Portugalia*. Porto: Universidade do Porto. Nova Série. 11-12: 89-136.
<http://hdl.handle.net/10216/8327>
- BARKER, Philip (1993) – *Techniques of Archaeological Excavation*. 3rd ed. London & New York: Routledge.
- DIOGO, António Manuel Dias e TRINDADE, Laura (1998) – “Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, n.º 36 a 44, na Mouraria, em Lisboa”. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal Tondela, pp. 257-266.
- FREITAS, Lília e REAL, Manuel Luís (2014) – “Contributo Para o Estudo das Cerâmicas Medievais (Sécs. VI/VII a XIII) do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães)”. In DE MAN, Adriaan e TENTE, Catarina (coord.). *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - séculos XI a XII*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, pp. 223-238.
- HARRIS, Edward Cecil (1991) – *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica.
- MENINO HOMEM, Paula (2006) – “As Cerâmicas Arqueológicas e os Estudos de Proveniência de Matérias-Primas e Transformações Tecnológicas: o contributo do estudo textural da fracção não-plástica e respectiva distribuição nas pastas”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 2, pp. 259-272.
<http://hdl.handle.net/10216/8122>
- PEREIRA, Sérgio Simões e GARIBO BODÍ, Joan (2014) – “A Civitas dos Banienses: em torno da sua implantação e territorium”. In MARTÍNEZ CABALLERO, Santiago; CABAÑERO MARTÍN, Santiago Martínez e MERINO BELLIDO, Carlos (coord.). *Arqueología en el Valle del Duero: del Paleolítico a la Edad Media*. Valladolid: Glyphos Publicaciones, pp. 532-557 (*Actas de las IV Jornadas de Jóvenes Investigadores del Valle del Duero*).
<https://bit.ly/4jkxOW2>
- RODRIGUES, Miguel (1994) – *Cerâmicas Medievais da Região de Moncorvo: sécs. XII-XIII*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
<http://hdl.handle.net/10216/18126>
- RODRIGUES, Miguel e REBANDA, Nelson (1995) – “Cerâmicas Medievais do Baldoeiro (Adeganha - Torre de Moncorvo)”. In *Actas das 1.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 51-66.
- RODRIGUES, Miguel e REBANDA, Nelson (1998) – “Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz da Vilarça”. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 101-126.
- RODRIGUES, Miguel Areosa e LEBRE, Anabela Gomes (2003) – “Cerâmicas Medievais da Vila Velha (Vila Real)”. In *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 151-159.
- RODRIGUES, Adriano Vasco e BRANDÃO, Domingos de Pinho (1962) – “Missão de Estudo Arqueológico na Região de Vilarça - Moncorvo”. In *1.º Colóquio Português de Arqueologia*. Porto, pp. 5-20.
- SANTOS, Filipe (2010) – *Plano de Salvaguarda do Património. Caracterização de Referência do EP 70 - Muralhas e Ruínas de Vila Velha da Vilarça*. AHBS - Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor. Lisboa: EDP.
- SILVA, António Manuel e RIBEIRO, Manuela (2006-2007) – “Cerâmica Medieval das Escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica”. *Portugalia*. Porto: Universidade do Porto. Nova Série. 27-28: 69-88.
<https://bit.ly/4pgcrt9>
- SILVA, António Manuel e RIBEIRO, Manuela (2014) – “Cerâmicas do período da reconquista no Vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafaia”. In DE MAN, Adriaan e TENTE, Catarina (coord.). *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - séculos XI a XII*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, pp. 161-181.
- SILVA, Maria de Fátima e OLIVEIRA, Paula Cristina (1999) – “Estudo Tipológico dos Cossioiros do Museu da Sociedade Martins Sarmento (Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e proveniência diversa)”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Volume especial, pp. 633-659 (*Actas do Congresso de Proto-História Europeia*). <https://bit.ly/4jkxUNo>
- SILVÉRIO, Silvina e BARROS, Luís (2005) – *Arqueologia no Castelo da Aldeia Histórica de Castelo Novo (2002-2004): resultados preliminares*. Fundão: Câmara Municipal do Fundão.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

RESUMO

No âmbito dos trabalhos do acompanhamento arqueológico da construção e reabilitação de uma moradia na Zona Especial de Proteção da Igreja Matriz de Alcácer do Sal, foi identificado um conjunto de contextos arqueológicos associados a estruturas de época tardo-medieval, assim como uma estrutura de cariz etnográfico. Os trabalhos decorreram entre maio de 2023 e janeiro de 2024.

Ainda que os vestígios patrimoniais encontrados sejam muito circunscritos e estejam pouco preservados, a sua descoberta e caracterização permite alertar para a sensibilidade arqueológica da área e para a possibilidade de outros vestígios existirem em profundidade.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Idade Moderna; Arqueologia urbana; Arquitetura vernacular; Marcas (de canteiro); Cerâmica.

ABSTRACT

A set of archaeological contexts associated to Late Medieval times as well as an ethnographic structure were identified during archaeological survey work carried out between May 2023 and January 2024 during the construction and rehabilitation of a house within the Mother Church of Alcácer do Sal Special Protection Area.

Although the heritage traces found are very confined and poorly preserved, their discovery and characterisation alerts to the archaeological brittleness of the area as well as to the possible existence of further remains in depth.

KEY WORDS: Middle ages; Modern age; Urban archaeology; Vernacular architecture; (Mason's) Brands; Ceramics.

RÉSUMÉ

Dans le cadre des travaux d'accompagnement archéologique de la construction et réhabilitation d'une demeure dans la Zone Spéciale de Protection de l'Eglise Matrice de Alcácer do Sal, on a identifié un ensemble de contextes archéologiques associés à des structures de l'époque médiévale tardive ainsi qu'une structure de caractère ethnographique. Les travaux se sont déroulés entre mai 2023 et janvier 2024.

Bien que les vestiges patrimoniaux rencontrés soient circunscrits et peu préservés, leur découverte et caractérisation permet d'alerter sur la sensibilité archéologique de la zone et sur la possibilité que d'autres vestiges existent en profondeur.

MOTS CLÉS: Moyen Âge; Période moderne; Archéologie urbaine; Architecture vernaculaire; Marques de tâcheron; Céramique.

Vestígios de Ocupação Tardo-Medieval e Moderna em Alcácer do Sal

Filipa Araújo dos Santos ¹

INTRODUÇÃO

Entre maio de 2023 e janeiro de 2024, desenvolveram-se trabalhos de acompanhamento arqueológico num lote para construção e reabilitação de uma moradia enquadrado na Zona Especial de Proteção (ZEP) da Igreja Matriz de Alcácer do Sal, classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP) e também designada por Igreja de Santa Maria do Castelo, e na ZEP do Castelo de Alcácer do Sal, classificado como Monumento Nacional.

O terreno intervencionado estende-se na colina do castelo de Alcácer do Sal, na Rua das Torres, distrito de Setúbal. Seguindo os pareceres da Direção Regional de Cultura - Alentejo (DRCALEN), estavam previstos dois tipos de ações interventivas de âmbito patrimonial: no limite sudoeste do terreno, realizou-se uma sondagem de diagnóstico e o acompanhamento arqueológico integral de toda a escavação; no limite norte e nordeste, foi necessário acompanhar a demolição de uma casa devoluta voltada para a rua, assim como a caracterização de uma estrutura de tipo arco alentejano que suportava a nascente a mesma casa.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA COLINA DO CASTELO

A colina do castelo, sobranceira ao rio Sado, é aplanada no topo, com cotas de 40 a 60 metros acima do nível das águas do mar, mas tem um declive acentuado para as grandes planícies circundantes. É um terreno de grande sensibilidade histórica e arqueológica, próximo de sítios arqueológicos já sobejamente conhecidos na bibliografia (Fig. 1) e que vêm sendo explicados pela grande importância política, militar e económica conseguida por Alcácer do Sal em consecutivos períodos históricos, por causa da sua posição geográfica: *“a possibilidade de realizar uma exploração produtiva dos recursos naturais aliada à facilidade de contacto e transporte proporcionada pelo rio, foram, assim, os principais agentes*

¹ ARCUS - Cooperativa do Património Cultural, CRL
(filipa.ar.santos@hotmail.com).

Por opção da autora, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-10-03.



FIG. 1 – Situação de referência quanto a sítios arqueológicos identificados na envolvente.

Figura adaptada do *GeoPortal* (<https://bit.ly/3YIIeVJ>). A amarelo, a localização dos trabalhos.

impulsionadores do desenvolvimento da povoação. Alcácer encontra-se, de facto, num lugar privilegiado” (CARVALHO *et al.*, 2007: 1).

Imediatamente a Oeste do sítio intervencionado, o castelo de Alcácer do Sal é o resultado de diversas etapas de construção e reformulação que aconteceram ao longo das idades média e moderna. Sabemos que foi construído como palácio fortificado no século IX, adaptado aos Paços da Ordem de Santiago no século XIII e, mais tarde, no século XVI, foi sobre ele construído o Convento de Nossa Senhora de Araceli (LEITÃO, 2018). A consulta de bibliografia variada permite ter acesso às diferentes análises já feitas sobre os paramentos construtivos, assim como dos testemunhos materiais identificados no interior da fortificação durante diversas intervenções, inclusive arqueológicas, no âmbito da construção da Pousada D. Afonso II (por exemplo LEITÃO, 2018; CARVALHO *et al.*, 2007; CARVALHO, FARIA e FERREIRA, 2004; PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 1994; SOARES e SILVA, 1980, 1982 e 1984; SILVA *et al.*, 1980-1981; SILVA, 1983). Diferentes trabalhos permitiram descobrir e escavar uma grande densidade de estruturas sobrepostas, com uma longa diacronia de ocupação, desde a Idade do Ferro (século VII a.C.) até ao século XIX.

No exterior, em área próxima, na envolvente da Igreja de Santa Maria do Castelo, trabalhos de escavação arqueológica descobriram parte do fórum romano da cidade. Este situar-se-ia, portanto, numa plataforma elevada que terá sido sobreposta pela Igreja Matriz, continuando a dinâmica do centro administrativo e religioso no mesmo lugar.

Imediatamente a Nordeste do terreno intervencionado está a Estação Arqueológica dos Depósitos de Água. Trata-se de um conjunto de compartimentos de Época Romana, ligados por um arruamento central pavimentado com orientação Este-Oeste, sob o qual se identificou uma conduta de água. Os diversos investigadores relacionam esta ocupação com a proximidade ao fórum romano, para a qual se parece dirigir o arruamento, a poucas dezenas de metros, hoje em frente à Igreja Matriz de

1. Castelo de Alcácer do Sal - Convento de Nossa Senhora de Araceli (Cns 159);
2. Alcácer do Sal - Rua do Castelo n.º 6 (Cns 32321);
3. Álamo da Estrada (Cns 202);
4. Alcácer do Sal - São Francisco/ EN 5 (Cns 20256);
5. Estação Arqueológica dos Depósitos de Água (sítio não indicado no *Geoportal*. Indicação nossa).

Alcácer do Sal. Segundo os investigadores, sob o pavimento da rua foram também descobertos vestígios de uma ocupação da Idade do Ferro. Os mesmos investigadores descrevem estruturas habitacionais e silos de ocupação muçulmana que destruíram parte destes vestígios antigos. Sobre a ocupação de Época Contemporânea, sabemos ainda que terão existido construções hoje desaparecidas, não apenas por testemunhos orais de moradores e ex-moradores, mas também através de levantamentos antigos e recentes da cidade, como de ruínas e aterros que ainda se podem observar nas redondezas. Estas construções terão sido progressivamente demolidas ao longo das últimas décadas.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

ÁREA SUDOESTE

No limite sudoeste do terreno, a escavação exigiu remover um grande nível de aterro contemporâneo, a Unidade Estratigráfica (UE) [1]. Contudo, mesmo no canto noroeste, próximo dos muros limítrofes da propriedade, este aterro tornava-se mais compacto e homogêneo – tendo sido distinguida a UE [6]. Foi precisamente nesse canto onde surgiram os contextos arqueológicos melhor preservados.

No limite nascente desta primeira área, existia um muro devoluto de Época Contemporânea – UE [17] – que terá sido construído para sustentar o aterro e subir a cota do lote. No entanto, este muro reutilizava uma série de materiais de construção mais antigos, nomeadamente blocos de *opus signinum* romanos e uma coluna lisa (romana?) em calcário, ligados por cimento e parcialmente revestidos por reboco de cal branca. Ao desmontar esta estrutura – UE [17] – descobriu-se que se sobrepunha a outra mais antiga – UE [18] (Fig. 2) –, muito destruída. Foi identificada pelo ligante em argamassa de cal branca amarelada, e pela ausência de tijolos industriais. A argamassa ligava tijolos de burro, fragmentos de cerâmica e pedras. Esta UE [18] deverá corresponder a um muro de época moderna-contemporânea, eventualmente associado às casas antigas desta zona (informação e parecer oral das arqueólogas da câmara municipal de Alcácer do Sal, Marisol Ferreira e Rita Balona).

Numa área circunscrita no canto noroeste, a partir, aproximadamente, da cota absoluta de 50,58 m, surgiu um conjunto de estruturas arqueológicas relevantes (Figs. 3, 4 e 5). A UE [1] (Fig. 3), com lixo contemporâneo, inclusive muitos plásticos, depositava-se diretamente sobre um contexto arqueológico composto por um espesso derrube homogêneo e um conjunto de muros toscos de alvenaria em pedra e terra que definiam pelo menos um compartimento. A deposição direta do aterro contemporâneo sobre estes contextos demonstra que é muito provável que os mesmos já tenham estado expostos em período recente. O derrube – UE [9] – foi identificado por uma concentração de tijolos de burro, pedra, telha curva, rara *tegulae*, cerâmica comum e fauna. Encostava-se à estrutura UE [11], mas estendia-se sobretudo para o Norte da propriedade, sob o muro limite da propriedade, pelo que apenas foi possível caracterizá-lo sumariamente. Cobria parcialmente a UE [10], que era um depósito de argilas, castanho-esverdeado, onde se recolheu pouca cerâmica comum, fauna rara e uma moeda ilegível. A UE [10] cobria apenas parcialmente as estruturas identificadas e continuava em grande extensão ao longo do limite norte, para nascente, num declive acentuado.



FIG. 2 – Estrutura sob muro devoluto de época contemporânea UE [18].

Sob o depósito [10] foi identificada a UE [14], que era já anterior às estruturas, uma vez que foi cortada pelas suas valas de fundação. A UE [14] era um depósito amarelo de sedimento arenoargiloso, com carvões frequentes e nódulos de cal. Não foi inteiramente escavado em profundidade porque se atingiu a cota de obra necessária. Quase estéril, continha rara cerâmica comum.

Quanto às estruturas, identificou-se um conjunto de quatro muros que definem pelo menos um compartimento de planta retangular com um mínimo de 6 m², orientado Norte-Sul, e o indício de um segundo compartimento, muito destruído, que se estenderia para Sul, tendo em conta a estrutura UE [13] (Fig. 4).

As duas estruturas mais a Norte, paralelas – UE [11] e [20] –, tinham um aparelho mais regular, sobretudo aquela mais a Oeste, ainda que mais estreita, com 50 cm de espessura. Tinham duas fiadas de pedra calcária grande e média não afeiçoadas e com ligante em terra. Por sua vez, as estruturas a Sul – UE [12] e [13] – tinham um aparelho muito pior con-

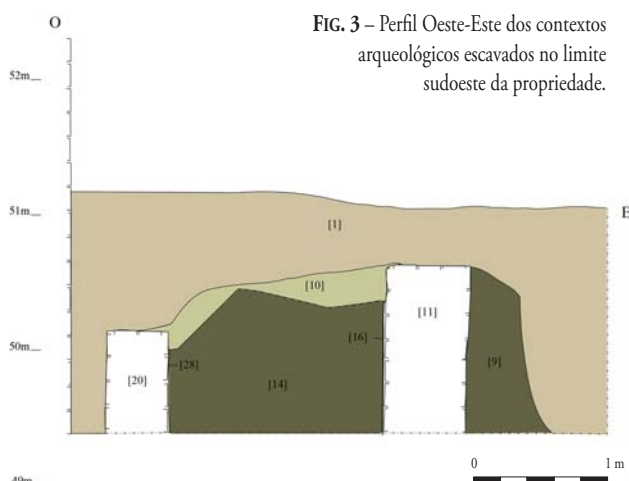


FIG. 3 – Perfil Oeste-Este dos contextos arqueológicos escavados no limite sudoeste da propriedade.

FIG. 4 – Estruturas [11], [12] e [13] identificadas no limite sudoeste da propriedade.



servado e tosco, com uma espessura de 60 cm, em alvenaria de pedra média diversa não afeiçoada (calcário, brecha da Arrábida e xisto), ligada por argila amarela. De acordo com a tutela, estas estruturas foram parcialmente desmontadas até à cota de 50 m, preservando algumas pedras *in situ*. A UE [13] imbrica com a UE [12] e continuará para Sul abaixo da cota de obra.

A UE [20] (Fig. 5) é paralela à UE [11], mas a relação com a UE [12] está destruída. O limite oeste da escavação corresponde ao muro divisorio da propriedade, que, ao contrário do que acontece no limite norte, apresenta fundações profundas, que continuam abaixo da cota atingida. A fundação deste muro terá destruído pelo menos parte das estruturas anteriores, nomeadamente UE [12] e [20], que poderão continuar sob o lote adjacente.

CASA DEVOLUTA E ARCO ADJACENTE

A casa devoluta (Fig. 6) no limite nordeste do terreno tinha as paredes caídas e uma construção claramente de feição contemporânea, em alvenaria de pedra diversa afeiçoada e não afeiçoada, tijolo industrial, argamassa e cimento. O acompanhamento integral da sua demolição permitiu identificar a reutilização, no miolo das paredes, de elementos pétreos mais antigos: um frontão de portão (Fig. 9), um plinto e uma pilastra. Estes elementos estavam perfeitamente escondidos dentro das estruturas, cobertos com reboco de cal.

Quanto à estrutura arqueada (Fig. 7), era composta por um sistema de um arco vertical semicircular – UE [24] –, que se associa a um conjunto de estruturas que definem o que seria uma parede de um edifício maior. Esta parede conserva intacto o seu limite sul, com um pilar – UE [25] – que imbrica com a UE [23], por sua vez apoiada sobre o limite sul do arco – UE [24]. O limite norte desta construção – UE [22] – está parcialmente invisível, porque foi incorporado na parede Este da casa em demolição e revestido em parte com reboco. O arco – UE [24] – apresenta uma altura máxima de 2,18 m, um comprimento visível de 3,70 m, e uma largura de 52 cm. Foi construído com tijoleiras inteiras, de 27 cm de comprimento por 3 cm de altura, e outras fragmentadas, dando uma espessura de 45 cm à faixa do arco. Tem um raio interior máximo de

FIG. 6 – Aspeto da casa devoluta antes da demolição.



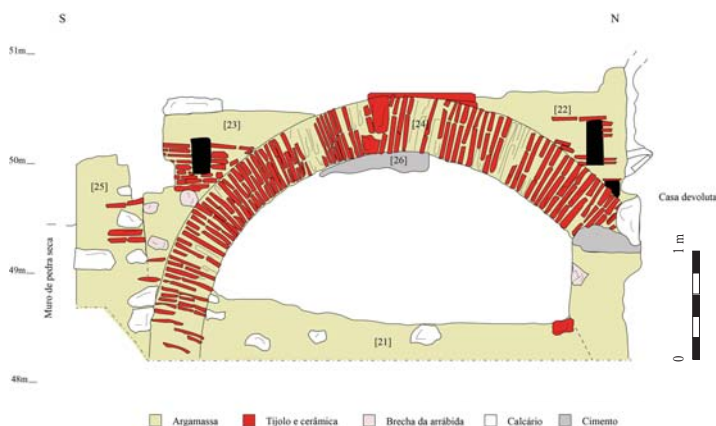
FIG. 5 – Estrutura [20]. É possível observar como esta estrutura parece continuar sob o muro divisorio de propriedade a Norte, mas foi cortada pelo muro oeste.

3,20 m, uma altura visível de 1,82 m (calculada no interior) e formava um elemento estrutural na parede.

De cada lado superior do arco, sobrepõem-se dois muros – UE [22] e [23] – que reforçam e complementam o conjunto, definindo um topo plano onde assentaria o resto da construção. Estes muros tinham, cada um, um orifício retangular que atravessava a estrutura em toda a espessura.

De toda esta estrutura apenas é visível a face nascente, sendo que, atrás do arco, vê-se um amontoado de pedras reutilizadas e uma estrutura em tijolo industrial e cimento que encostam à estrutura e devem suportar o socalco do terreno. Para Sul, esta estrutura é continuada por um muro fruste, em pedra seca, que corresponde ao muro divisorio de propriedade e suporta também o socalco no terreno, já que as duas propriedades têm topografias muito distintas.

FIG. 7 – Alçado Este da estrutura em arco.



A parte inferior do arco conserva negativo na argamassa, sugerindo que estaria entaipada. No entanto, atualmente, apenas se conserva uma espécie de entaipamento no nível inferior – UE [21]. É composto por blocos de pedra de média e grande dimensão, e argamassa não rebocada. Uma vez que não existe face do muro alisada, parece que estaria abaixo do nível do chão, numa área não visível. Da mesma forma, na parte mais alta da arcada, face inferior, é visível o que resta de um reboco em cimento – UE [26] –, que deverá ter sido colocado no momento mais recente de ocupação deste espaço, para entaipar e suportar as estruturas mais antigas.

BREVE ANÁLISE DO ESPÓLIO IDENTIFICADO

O espólio cerâmico identificado em escavação era relativamente escasso. Em acompanhamento, nas camadas superficiais, identificaram-se alguns fragmentos de *terra sigillata*, mas também bordos de caçoilas vidrados melados, misturados com plástico, não permitindo acrescentar informação à sua história concreta, mas demonstrando o potencial de riqueza histórica e arqueológica dos terrenos daquela área.

Nas UE [9], [10] e [14], foi identificado um conjunto mais consistente de espólio. De entre a cerâmica, apenas se encontrou cerâmica comum, de torno rápido e alisada, raramente com engobe (Fig. 8).

Recolheu-se um pote de armazenamento e dois jarros, dos quais um encontra paralelos nos níveis de destruição e abandono da vila medieval de Santa Cruz de Vilariça, em Torre de Moncorvo, a Norte do país, datados de entre o final do século XIII e o início do século XIV (RODRIGUES, 1994: 112), mas também em regiões mais próximas, em Évora, em contextos de produção oleira do século XIII ao XV (por exemplo, TEICHNER, 2003: 507-510; TEICHNER e SCHIERL, 2009: 983-984, figs. 5 e 6). De entre as formas abertas contaram-se três pratos fundos/caçoilas e cinco tigelas, onde apenas uma, proveniente da U.E. [14], tinha vestígios de engobe na superfície externa. Estas formas abertas encontram vários paralelos, nomeadamente nos já mencionados contextos de Évora (TEICHNER, 2003: 516, tipo 15).

Apenas um bojo apresentava decoração ondulada incisa, sendo que se identificou ainda um bojo de *terra sigillata* sudgálica, residual neste contexto. Há ainda a realçar uma moeda em liga metálica na UE [10], que sem tratamento permanece ilegível.

O conjunto material apresenta, de facto, muitas limitações para apontar uma cronologia. Apenas as ausências de cerâmica vidrada e faiança nos levam a apontar uma cronologia possivelmente mais antiga do que a moderna, no amplo espectro da cronologia medieval, provavelmente tardo-medieval, ainda que devamos ter sempre em mente a escassez dos

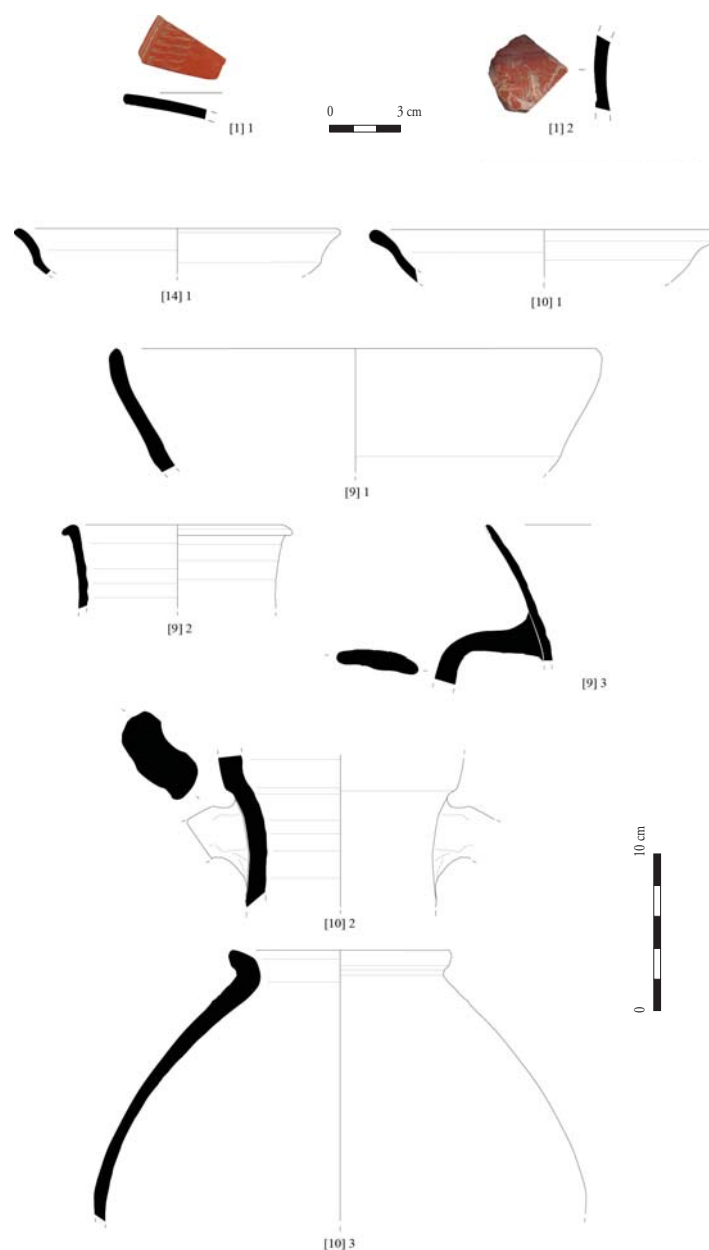


FIG. 8 – Espólio cerâmico recolhido na superfície e nas UE [9], [10] e [14].

conjuntos identificados (ver, por exemplo, SILVA, 2019; CASIMIRO *et al.*, 2018; GONÇALVES, PIRES e MENDONÇA, 2009).

Quanto aos elementos arquitetónicos, cinco foram reutilizados no muro e na casa devoluta: no muro UE [17] foi reutilizada uma coluna de mármore lisa, que permaneceu *in situ*; na casa devoluta, no limite nordeste da propriedade, no miolo das suas paredes identificaram-se quatro elementos reutilizados, todos em calcário branco.

Existiam outros elementos de pedra afeiçoada, mas que não apresentavam qualquer evidência de serem trabalhados para estarem visíveis em construções prévias, pelo que não foram recolhidos. Recolheu-se um elemento de pilastra, usado em diferentes épocas nos cantos do lado exterior dos edifícios, e também um plinto e uma base de coluna que

apenas apresentavam molduras retilíneas regulares, que, num estudo genérico, não permitem qualquer conclusão sobre a cronologia. O elemento mais interessante diz respeito ao frontão com duas marcas de canteiro (Figs. 9 e 10). O frontão tem uma moldura inferior simples em semicírculos esculpidos e duas marcas de canteiro, uma na parte central, imediatamente acima da moldura, e a outra no lado esquerdo. As duas marcas são distintas: na parte central do frontão deve ler-se um “A” típico do alfabeto usado na epigrafia medieval portuguesa; a segunda, à esquerda, corresponde a um ou dois caracteres não alfabéticos ou de um alfabeto distinto, eventualmente o grego, o hebraico, o rúnico ou até o cirílico (Moreira, 1922, citado por LOPES, 2021).

Este tipo de marcas surge em diversos edifícios civis, militares e religiosos, ao longo de todo o país e Europa, podendo existir repetições de um mesmo símbolo por diferentes autores. O mesmo autor assume que *“este tipo de marcas é essencialmente um fenómeno do final da Idade Média [...] A época áurea desta prática situa-se nos séculos XIII a XV, que coincide grosso modo com a época de vigência da arte gótica. Estas marcas podiam ser simples sinais, representações de objectos, letras, abreviaturas e nomes. A partir do século XVI, raramente se documenta a inscrição de tais marcas na silharia dos edifícios (Sousa, 1926, p. 49)”* (LOPES, 2021: 155).

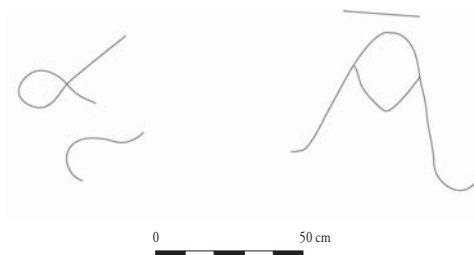
O estudo aprofundado da ausência/presença e frequência, assim como das características destas marcas, fornece informação relevante para a datação dos edifícios.

Em visita com os arqueólogos da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, observámos marcas de estilo semelhante no Santuário do Senhor dos Mártires, demonstrando uma prática bem presente nesta cidade entre os séculos XIII e XVI.

Por outro lado, numa pesquisa preliminar, identificámos possíveis paralelos em monumentos de Lisboa (SILVÉRIO, 2017) e Palmela, na Igreja de Santiago (BLOGUE *PERSPECTIVAS DO OLHAR*, 2013). Contudo, sabe-se que variadas vezes a semelhança dos signos lapidários ocorre em edifícios distantes no espaço, mas também no tempo (CATALÃO, 2022). Se diversos autores apontavam para a grande mobilidade dos pedreiros e consequente disseminação das marcas lapidárias, outros demonstram que, *“todavia, a grande dispersão geográfica e a frequente ocorrência destes dois exemplares, não correspondem ao percurso profissional de um pedreiro ou de uma equipa em particular”* (CATALÃO, 2022: 210).

CONCLUSÕES

No caso do arco descrito, pelas observações e paralelismos com outros casos de edifícios em espaço urbano, sugere-se que este seja de cronologia moderna-contemporânea, de um edifício pequeno, uma vez que não continuaria para a área da estrada imediatamente a Norte. Ao mesmo tempo, não existe conhecimento oral, pela população e arqueólogos




FIGS. 9 e 10 – Imagem do frontão e marcas de canteiro nele identificadas.

municipais, de minas de água ou edifícios industriais ou de tipo adegala/armazém a que se pudesse associar. Curiosamente, a poucos quilómetros da cidade de Alcácer do Sal, numa propriedade identificada como Sesmarias da Azenha, visível da EN253, que liga Comporta a Alcácer do Sal, existe uma construção que poderá ser um paralelo (Fig. 11). Os contextos arqueológicos identificados no limite oeste do terreno serão de cronologia medieval-moderna. Dada a escassez de material, é impossível precisar, mas pela ausência de cerâmicas vidradas ou faianças, aponta-se com maior probabilidade uma cronologia tardo-medieval.

FIG. 11 – Estrutura com arco estrutural visível da estrada EN253.



O espólio cerâmico, apesar das limitações explicadas, destaca, acima de tudo, a riqueza histórica de toda a área, tendo em conta a presença de elementos de Época Romana, Medieval e Moderna. Infelizmente, demonstra também a grande destruição que o espaço já sofreu em momentos anteriores. No entanto, a descoberta dos muros de época tardo-medieval no limite oeste do terreno, deixa claro que existem potencial-

mente contextos arqueológicos preservados na área envolvente, em áreas com e sem construção atual. Por outro lado, a descoberta dos elementos arquitetónicos reutilizados em casas e muros de Época Contemporânea reforça a importância de se fazer o acompanhamento arqueológico das demolições dos edifícios nesta localidade, pelos elementos desconhecidos de valor histórico que podem conter. 

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos e FERREIRA, Marisol Aires (2004) – *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de uma Medina do Garb al-Andalus*. Lisboa: Instituto Português de Museus / Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
- CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos; GOMES, Esmeralda; PAIXÃO, António M. Cavaleiro e REGALA, Frederico Tatá (2007) – *Roteiro Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal*. Lisboa: IGESPAR, IP. <https://bit.ly/44Mwk0C>
- CASIMIRO, Tânia Manuel; BOAVIDA, Carlos; SILVA, Telmo e NEVES, Dário (2018) – “Ceramics and cultural change in medieval (14th-15th century) Portugal: The case of post-Reconquista Santarem”. *Medieval Pottery*. 37: 21-35. <https://bit.ly/4qrWWfN>
- CATALÃO, Sofia (2022) – “Reflexões Sobre as Marcas Lapidárias no Contexto da Atividade de Construção Medieval: o caso da Igreja do Divino Salvador de Paderne (Melgaço)”. In MELO, Arnaldo Sousa e SEQUEIRA, Joana (eds.) (2022). *Regulamentação dos Mesteres em Portugal nos Finais da Idade Média*. Braga e Guimarães: Lab2PT - Laboratório de Paisagens, Património e Território, Universidade do Minho. Vol. 2, pp. 197-213. <https://hdl.handle.net/1822/86832>
- CHING, Francis D. K. (2003) – *Dicionário Visual de Arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes [1.ª ed.: 1999].
- GONÇALVES, Maria José; PIRES, Alexandra e MENDONÇA, Carolina (2009) – “Utensílios do Quotidiano de um Arrabalde Islâmico de Silves: análise preliminar da louça de cozinha”. *Xelb*. 9: 695-706 (*Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve*). <https://bit.ly/4pcZGg4>
- GUEDES, César (2019) – “As Siglas da Igreja de Boelhe”. *Portugalia*. Porto: DCTP-FLUP. Nova Série. 40: 85-117. <https://doi.org/10.21747/09714290/port40a4>
- LEITÃO, Marta Isabel C. (2018) – “O Castelo de Alcácer do Sal. Da fortificação islâmica às transformações ocorridas durante o domínio cristão”. In ANDRADE, Amélia A; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo e PRATA, Sara (eds.). *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 617-640 (*Coleção Estudos*, 18). <https://doi.org/10.34619/ssb9-eq7p>
- LOPES, Luís Seabra (2021) – “As Marcas de Identidade dos Construtores Medievais na Ponte de Vouga”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 24: 153-174. <https://bit.ly/3YdkdWM>
- PAIXÃO, António M. Cavaleiro; FARIA, João Carlos e CARVALHO, António Rafael (1994) – “O Castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana”. *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga. Vol. 46, n.º 97 (110): 215-264 (*Actas do Encontro de Arqueologia Urbana*, Braga, 1993).
- RODRIGUES, Miguel Carlos L. B. A. (1994) – *Cerâmicas Medievais da Região de Moncorvo (Sécs. XII-XIII)*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/18126>
- SILVA, André Macedo de Faria (2019) – *As Cerâmicas Medievais dos Antigos Armazéns Sommer, em Lisboa (Sécs. XIII-XIV)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/94541>
- SILVA, Carlos Tavares da (1983) – “Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal: 5000 anos de história”. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 1.ª série. 1: 1-3. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10091852>
- SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; BEIRÃO, Caetano de Mello; FERRER DIAS, Luísa e COELHO-SOARES, Antónia (1980-1981) – “Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer (Campanha de 1979)”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 6-7: 149-218. <https://bit.ly/3YxeivX>
- SILVÉRIO, Sofia (2017) – “As Marcas de Canteiro da Sé de Lisboa”. In ARNAUD, José Morais e MARTINS, Andrea (eds.). *Arqueologia em Portugal. 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1513-1521. <https://bit.ly/4smiOLp>
- SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares da (1980) – “Castelo de Alcácer do Sal”. In SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da; GONÇALVES, Victor dos Santos; MONTEIRO, Jorge Pinho e FERRER DIAS, Luísa. *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa / MAEDS, pp. 47-55. <https://bit.ly/4s67YsC>
- SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares da (1982) – “Castelo de Alcácer do Sal”. *Informação Arqueológica*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 2: 73-76.
- SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares da (1984) – “Castelo de Alcácer do Sal”. *Informação Arqueológica*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 4: 99-101.
- TEICHNER, Félix (2003) – “Dois Conjuntos de Cerâmicas Quinhentistas, Provenientes do Convento de São Domingos e do Claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 6 (2): 501-520. <https://bit.ly/4jiSmOz>
- TEICHNER, Félix e SCHIERL, Thomas (2009) – “A Olaria Medieval da Porta da Lagoa em Évora (Alto Alentejo, Portugal)”. In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Vol. 2, pp. 975-986.

SITES REFERENCIADOS

- CÂMARA MUNICIPAL de Alcácer do Sal (2023) – “Estação Arqueológica de Depósitos de Água (Castelo)”. Sítio *web* do Município de Alcácer do Sal. Texto não assinado, atualizado em 2023-07-19. <https://bit.ly/4pYyzGG>
- BLOGUE *PERSPECTIVAS DO OLHAR* (2013) – “Castelo de Palmela - Igreja de Santiago (Siglas de Canteiro)”. *Post* de Maria Júlia Laginha (2013-05-27). <https://bit.ly/4pb8WkE>.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

Arqueologia Preventiva no Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo

resultados das intervenções arqueológicas de 2021 e 2024

Gerardo Vidal Gonçalves ^{1,2} e Dina Borges Pereira ¹

ENQUADRAMENTO GERAL

As fortificações da Época Moderna constituem um dos mais expressivos testemunhos da relação entre território, poder político e inovação tecnológica. Em Portugal, país de vocação marítima e de extensa linha costeira, estas estruturas assumiram um papel singular na defesa do território e na consolidação da identidade nacional. A partir do século XVI, o avanço da artilharia e as novas exigências estratégicas decorrentes da expansão ultramarina e das rivalidades coloniais levaram à reformulação completa dos sistemas defensivos (BARROCA, 2001). Surgiu, assim, o modelo abaluartado, adaptado à realidade geográfica portuguesa e responsável pela criação de uma rede de fortificações costeiras que assegurava a vigilância e protecção do litoral atlântico.

O Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, construído em 1674 na costa da Lourinhã, integra este vasto sistema defensivo e constitui um exemplo paradigmático da arquitectura militar dos séculos XVII e XVIII. Implantado sobre uma arribo com domínio visual sobre o Atlântico, o forte ilustra a capacidade de adaptação da engenharia militar portuguesa às condições topográficas e geológicas locais.

As intervenções arqueológicas realizadas em 2021 e 2024 enquadram-se numa perspectiva de Arqueologia preventiva e de valorização patrimonial, permitindo aprofundar o conhecimento sobre as fases construtivas, técnicas e materiais originais, bem como sobre os processos de restauro contemporâneos. Este enquadramento científico insere o Forte de Paimogo no contexto mais amplo da investigação sobre o Património fortificado

RESUMO

Resultados das campanhas de Arqueologia preventiva realizadas, entre 2021 e 2024, no Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo (Lourinhã), no âmbito do projecto *Coastal Memory Fort*. Construído em 1674, o forte integra o sistema defensivo costeiro português da Época Moderna, destinado a proteger a costa atlântica contra incursões inimigas e pirataria. O estudo contextualiza historicamente a arquitectura abaluartada, destaca a sua adaptação à geografia e aos recursos locais, e apresenta-a como exemplo paradigmático da engenharia militar portuguesa dos séculos XVII e XVIII, incluindo diferentes fases construtivas e de restauro que se prolongaram até ao século XXI. Conclui que a preservação do Forte de Paimogo requer uma abordagem interdisciplinar, integrando Arqueologia, Geotecnia e gestão patrimonial, para garantir a sua estabilidade física, mas também a continuidade como testemunho da identidade marítima portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Moderna; Arqueologia preventiva; Arquitectura militar; Metodologia; Gestão do Património.

ABSTRACT

Results of preventive Archaeological campaigns carried out at the Fort of Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo (Lourinhã) between 2021 and 2024, within the scope of the *Coastal Memory Fort* project. Built in 1674, the fort is part of the Modern Age Portuguese coastal defence system that aimed to protect the Atlantic coast against enemy and pirate attacks. The study establishes the historic context of the fort, highlights its adaptation to the geography and local resources and presents it as a paradigmatic example of Portuguese military engineering of the 17th and 18th centuries, including the different construction and restoration phases that continued into the 21st century. The authors conclude that the preservation of the Fort of Paimogo requires an interdisciplinary approach that integrates Archaeology, Geotechnics and Heritage Management in order to guarantee not only its physical stability, but also its continuity as a testimony to Portuguese maritime identity.

KEY WORDS: Modern age; Preventive archaeology; Military architecture; Methodology; Heritage Management.

RÉSUMÉ

Résultats des campagnes d'Archéologie préventive réalisées entre 2021 et 2024 sur le Fort de Notre Dame des Anges de Paimogo (Lourinhã), dans le cadre du projet *Coastal Memory Fort*. Construit en 1674, le fort intègre le système défensif côtier portugais de l'Epoque Moderne, destiné à protéger la côte atlantique contre les incursions ennemies et la piraterie. L'étude contextualise historiquement l'architecture bastionnée, met en relief son adaptation à la géographie et aux ressources locales et la présente comme un exemple paradigmatique de l'ingénierie militaire portugaise des XVIIème et XVIIIème siècles, incluant différentes phases constructives et de restauration qui se sont prolongées jusqu'au XXIème siècle. Il conclut que la préservation du Fort de Paimogo requiert une approche interdisciplinaire, intégrant Archéologie, Géotechnie et gestion patrimoniale afin de garantir sa stabilité physique mais également la continuité en tant que témoin de l'identité maritime portugaise.

MOTS CLÉS: Période moderne; Archéologie préventive; Architecture militaire; Méthodologie; Gestion du patrimoine.

¹ AHAS - Associação de História e Arqueologia de Sabrosa (gerardo.vidal@ahas.pt | gerardo@ueviroa.pt; dina.pereira@ahas.pt).

² CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora.

Por opção dos autores, o não texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-10-30.

português, evidenciando a importância da interdisciplinaridade entre Arqueologia, História, Engenharia e Conservação na compreensão e preservação deste legado histórico.

Importa ainda destacar que, apesar de em 2006 a legislação sobre o Património arqueológico estar já solidamente implantada em território nacional, as importantes obras de restauro do Forte do Paimogo (Imóvel de Interesse Público), e, em época ligeiramente anterior, as obras de consolidação da arribada a Sul e a Oeste, não contaram, lamentavelmente, com uma monitorização arqueológica que, sem dúvida, poderia ter complementado muito os trabalhos mais actuais.

INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA

As fortificações constituem uma das expressões mais complexas e duradouras do engenho humano, representando, simultaneamente, a materialização de um determinado poder político, o domínio técnico e a capacidade de adaptação a contextos geográficos e bélicos específicos, como o teriam já referido, de diversas formas, alguns autores (BARROCA, 2001; BOIÇA, BARROS e RAMALHO, 2001; FERNANDES, 2013). A sua presença marca, de forma profunda, o território e a paisagem de quase todas as civilizações, desde as muralhas urbanas mais antigas até às linhas defensivas da modernidade. No caso português, o chamado Património fortificado assume uma relevância singular, reflectindo as circunstâncias históricas de um país voltado para o mar e profundamente envolvido em redes globais de comércio, explorações e conflitos (BARROCA, 2001). Entre os séculos XVI e XVIII, num contexto de expansão marítima, rivalidades coloniais e transformação tecnológica, Portugal desenvolveu um sistema de defesa costeira que, embora frequentemente fragmentário (BARROCA, 2001), testemunha a confluência entre a Engenharia, a arte militar e a designada identidade nacional.

Durante a Época Moderna, o progresso da artilharia, em particular o canhão de ferro de alma lisa, isto é, sem raia ou sulcos no interior do tubo, revolucionou as concepções defensivas herdadas, mesmo que parcialmente, da Idade Média. As muralhas altas e verticais dos castelos medievais tornaram-se vulneráveis aos

impactos directos das bombardas ¹ e dos falcões pedreiros, também designados como roqueira ², forçando os engenheiros militares a reformular as suas estratégias (JORGE, 2014; KAUFMANN e DONNELL, 2004). Surgiu, então, o modelo abaluartado, também conhecido como “*traçado à italiana*” (CAPEL, 1983), caracterizado por bastiões angulares que permitiam o fogo cruzado e a defesa mútua entre frentes. Este novo paradigma, nascido nas guerras da Península Itálica e sistematizado por arquitectos como Francesco di Giorgio MARTINI (1967), Michele Sanmicheli e, posteriormente, Sébastien Le Prestre de Vauban (MIŠIĆ e OBRADOVIĆ, 2025), difundiu-se rapidamente por toda a Europa e pelos domínios ultramarinos.

Em Portugal, a difusão destas ideias ocorreu de forma particular. O país encontrava-se, a partir do século XVI, num duplo contexto de necessidade defensiva: a protecção das possessões ultramarinas e a salvaguarda da própria metrópole. O domínio filipino e a posterior Guerra da Restauração acentuaram, naturalmente, as necessidades de adaptação, levando à construção e reformulação de dezenas de fortificações terrestres e marítimas (BOIÇA, BARROS e RAMALHO, 2001; CAPEL, 1983). Neste contexto, a defesa costeira assumiu um verdadeiro papel prioritário, sobretudo nos portos e enseadas estratégicas do litoral atlântico (caso da Lourinhã), vulneráveis à pirataria e às incursões de países e corsários, como Inglaterra, França e os Países Baixos.

O Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, localizado no concelho da Lourinhã (Fig. 1), é um exemplo paradigmático

¹ Peça de artilharia pesada, de curto alcance e também difícil de manobrar, utilizada em cercos e defesa de muralhas, sobretudo a partir dos séculos XV-XVI (DEVRIES, 1998).

² O falcão pedreiro, falconete ou roqueira era uma arma de fogo muito mais leve do que a bombarda, com munições mais pequenas e com maior precisão (DEVRIES, 1998; JORGE, 2014).



FIG. 1 – Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, em 17 de Janeiro de 2021.

desse esforço de adaptação e de vigilância costeira. Edificado no século XVII, o forte enquadra-se numa rede de pequenas fortificações erguidas ao longo da costa portuguesa para proteger praias e enseadas do desembarque de navios e tropas inimigas (BARROCA, 2001; FERNANDES, 2013). A sua posição, sobre uma arribo que domina o Atlântico, revela não apenas a importância estratégica da costa da Estremadura, mas também os desafios técnicos e naturais impostos à construção e manutenção dessas estruturas. A instabilidade geológica do terreno e a erosão marítima foram factores determinantes na degradação progressiva de muitos destes fortes, com o Forte do Paimogo incluído.

A relevância científica do estudo deste tipo de fortificações ultrapassa, contudo, o âmbito meramente militar. O forte do Paimogo constitui, no essencial, uma das fontes fundamentais para a compreensão das dinâmicas territoriais, sociais e culturais de cada época. A Arqueologia, neste sentido, surge como disciplina integradora, capaz de revelar não apenas os aspectos técnicos da construção, mas também as práticas quotidianas, os contextos de ocupação, abandono e reutilização, e os processos de valorização patrimonial. No caso do Forte de Paimogo, as intervenções arqueológicas recentes trouxeram à luz elementos que permitem revisitar as fases construtivas e os restauros realizados, identificando sobreposições, reinterpretaciones e adaptações ao longo de mais de três séculos.

A problemática central que norteia este estudo assenta na relação entre a Arquitectura militar moderna e os contextos de transformação política e tecnológica que a moldaram. Interroga-se, portanto, de que modo o sistema de fortificações costeiras português dos séculos XVI a XVIII reflectiu uma lógica global, a da Engenharia militar moderna, mas também uma especificidade local, expressa nas adaptações às condições geográficas e aos recursos materiais disponíveis. O caso da fortificação de Paimogo serve, assim, como microcosmo representativo dessa realidade, onde se cruzam o universal e o particular, o teórico e o empírico.

A hipótese explicativa aqui proposta é a de que o Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, desde a sua concepção até às intervenções de restauro contemporâneas, traduz uma continuidade sobre as preocupações defensivas e de usos estratégicos do território que se adaptaram, ao longo do tempo, às conjunturas políticas e tecnológicas. As sucessivas fases construtivas, da edificação setecentista às reconstruções do século XX, e destas às obras de consolidação do século XXI, espelham uma lógica de sobrevivência material e simbólica: o forte, mesmo quando desactivado, continuou a integrar a paisagem e a memória colectiva, sendo re-interpretado conforme as necessidades e os discursos patrimoniais de cada época.

A pertinência desta abordagem é dupla. Por um lado, contribui para o conhecimento científico da Arquitectura militar moderna portuguesa, campo ainda em expansão dentro da historiografia nacional. Por outro, reforça a importância das metodologias arqueológicas e interdisciplinares no estudo e valorização do Património construído. Ao contrário das leituras puramente documentais ou arquitectónicas, a Arqueologia permite

captar as transformações concretas inscritas na matéria, nas argamassas, nas fundações, nas reparações invisíveis, e, assim, reconstruir a biografia material do monumento. A combinação entre observação directa, registo estratigráfico, análise digital e contextualização histórica, aplicada, através dos trabalhos dos autores, ao caso específico do forte do Paimogo, oferece um modelo metodológico transferível a outros sítios fortificados.

A problemática do artigo insere-se ainda numa dimensão mais ampla: a da preservação e valorização do Património fortificado em Portugal. Muitos destes monumentos encontram-se ameaçados pela erosão costeira, pelo abandono e por intervenções desajustadas. O caso de Paimogo é paradigmático dessa vulnerabilidade, mas também exemplar na forma como a investigação arqueológica recente tem contribuído para a sua compreensão e reabilitação sustentada. A articulação entre investigação científica e o projecto de conservação representa, neste contexto, um caminho essencial para garantir a integridade física e simbólica das fortificações de Época Moderna portuguesas.

Em síntese, o estudo das fortificações da Época Moderna, e em particular do Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, permite compreender a articulação entre os conflitos, o território e a identidade, revelando como a paisagem fortificada constitui uma expressão material de estratégias defensivas e de poder, mas também de resiliência e adaptação. A Arqueologia, ao documentar as múltiplas camadas de intervenção, não apenas reconstitui o passado, como o inscreve no presente, oferecendo instrumentos críticos para o futuro da conservação e valorização deste Património singular.

FORTIFICAÇÕES DA ÉPOCA MODERNA EM PORTUGAL:

A DEFESA DA COSTA ATLÂNTICA

A transição entre os séculos XVI e XVII representou, para Portugal, um momento de profundas transformações políticas, tecnológicas e estratégicas. A emergência da artilharia de fogo, o aumento das ameaças marítimas e o reposicionamento do chamado “Império Português” no Atlântico exigiram uma reformulação completa da concepção defensiva do território. As fortificações deixaram de ser apenas um instrumento de defesa terrestre e passaram a integrar uma lógica de vigilância marítima e de controlo costeiro (BARROCA, 2001; BOIÇA, BARROS e RAMALHO, 2001). A costa atlântica, particularmente vulnerável às incursões de corsários, tornou-se palco de um vasto programa de construção e modernização de fortificações, reflectindo uma nova racionalidade militar e uma crescente profissionalização da Engenharia. É neste contexto que se insere o Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, um exemplo paradigmático da Arquitectura abaluartada adaptada à escala local e à especificidade geográfica do litoral português.

A independência de Portugal, restaurada em 1640 após sessenta anos de dominação filipina, constituiu o principal catalisador da reorganização

militar e defensiva do território (MARQUES, 1994; SOUSA, 2017). A fronteira terrestre com Castela tornou-se prioridade imediata, mas o poder político reconheceu igualmente a vulnerabilidade das zonas costeiras (LEITÃO, 2016). A guerra naval, intensificada pela expansão marítima europeia, implicava novas ameaças, não apenas de frotas inimigas, mas também de corsários e piratas que atacavam as populações litorais e as embarcações mercantis. O litoral português, estendendo-se por mais de 930 quilómetros, apresentava inúmeros pontos de desembarque fáceis, enseadas e baías de abrigo que exigiam uma vigilância constante.

Face a esse cenário, a Coroa portuguesa, sob o reinado de D. João IV, e depois sob D. Pedro II, promoveu um ambicioso programa de obras públicas militares, com o objectivo de consolidar o sistema defensivo costeiro. Este programa combinava a reabilitação de antigas estruturas, muitas delas medievais, com a construção de novos fortes e baterias de planta moderna, inspiradas na Engenharia abaluartada italiana e holandesa. O traçado poligonal, os baluartes salientes e as plataformas de tiro tornaram-se elementos distintivos de uma nova paisagem militar.

A chamada “fortificação moderna”, desenvolvida na Itália do século XV e sistematizada por engenheiros como Vauban, no século XVII, baseava-se num princípio geométrico, o da defesa mútua. Cada bastião protegia o flanco do seguinte, criando um sistema de fogo cruzado que eliminava ângulos mortos e aumentava a resistência ao impacto da artilharia. Portugal adoptou este modelo com notável rapidez, mas também com uma sensibilidade particular à topografia e aos recursos locais. O país não possuía, em grande escala, os meios financeiros e materiais para replicar as grandes fortificações continentais; por isso, optou por soluções mais contidas, ajustadas às condições naturais.

Engenheiros como Nicolau de Langres, João Paschasio de Cosmader e Luís Serrão Pimentel (SOUSA, 2017) desempenharam um papel fundamental na disseminação destas práticas. Serrão Pimentel, em particular, autor de *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, datado de 1680, sistematizou um modelo teórico de fortificação adaptado à realidade portuguesa (LEITÃO, 2016; SOUSA, 2017). Nesse método, a irregularidade do terreno não era um obstáculo, mas um factor de integração, isto é, as encostas, arribas e promontórios eram aproveitados como elementos defensivos naturais, reduzindo a necessidade de volumetria construída. Essa filosofia está claramente presente no Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, cuja implantação sobre uma arriba acentuada permite o controlo visual de vastos setores costeiros, minimizando a exposição directa ao inimigo.

A rede de fortificações costeiras portuguesas consolidou-se entre meados do século XVII e o início do XVIII. A sua função não era apenas militar, mas também administrativa e simbólica, garantindo o controlo alfandegário, protegiam portos e praias de desembarque e afirmavam a soberania régia sobre o litoral. A sua distribuição obedecia a critérios de proximidade visual e cobertura mútua, formando uma cadeia contínua de vigilância. Entre os principais exemplos destacam-se o Forte de São Julião da Barra, em Oeiras, o Forte de Peniche, o Forte da Con-

solação, o de São João do Arade, em Ferragudo, e o de Sagres, remodelado neste período.

A costa da Estremadura, particularmente vulnerável a ataques e desembarques, foi densamente fortificada. Estas obras, de reduzida dimensão, tinham como principal função dissuadir incursões e vigiar o movimento marítimo, articulando-se com praças maiores, como a de Cascais. O Paimogo, com o seu corpo único e planta rectangular simples, ilustra bem o modelo de “forte-bateria”, pensado para alojar uma pequena guarnição e um conjunto limitado de peças de artilharia.

O Forte de Paimogo materializa o espírito da Engenharia militar do século XVII. O seu plano funcional, de linhas rectas e bastiões discretos, demonstra uma clara intenção de defesa costeira e de vigilância local, mais do que de resistência prolongada. Situado a norte da Praia da Areia Branca, na Lourinhã, o forte ergue-se sobre uma arriba, dominando uma pequena enseada que funcionava como ponto estratégico de desembarque (Praia do Paimogo). A estrutura interna, composta por um único corpo rectangular e uma praça de armas adjacente, revela uma concepção pragmática e austera. O edifício central, ou casa-forte, inclui divisões que terão servido de casernas e paióis, bem como uma cisterna e um terreiro interno lajeado. A fachada norte, coroada por lápide datada de 1674, evidencia a ligação directa ao poder régio e à hierarquia militar. Esta inscrição, dedicada ao príncipe D. Pedro e ao Marquês de Marialva, constitui não apenas um testemunho de autoridade, mas também um elemento de consagração simbólica da defesa nacional.

O valor histórico e patrimonial do Forte de Paimogo levou à sua classificação como Imóvel de Interesse Público, em 1957. No entanto, a sua localização sobre uma arriba instável impôs graves desafios de conservação. Entre 1998 e 1999, e posteriormente entre 2011 e 2023, várias campanhas de consolidação, monitorização arqueológica e restauro foram realizadas, envolvendo entidades como o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e a Câmara Municipal da Lourinhã. Estas intervenções combinaram Geotecnia ambiental e Arqueologia preventiva, garantindo a segurança estrutural sem comprometer a autenticidade da edificação. Durante as escavações e monitorização arqueológica, identificaram-se elementos de restauro moderno, como substituição de vergas e reconstrução de guaritas, bem como vestígios de estruturas originais, como arcos de suporte e sistemas de roldanas possivelmente usados para operar portas levadiças. A coexistência entre camadas construtivas de diferentes épocas oferece um testemunho material da continuidade de uso e das sucessivas tentativas de adaptação da estrutura.

O caso de Paimogo ilustra, assim, uma problemática maior, no essencial, a tensão entre conservação e transformação, entre o valor histórico e as exigências contemporâneas de segurança. A hipótese explicativa que se propõe é que a durabilidade simbólica das fortificações costeiras portuguesas se deve não apenas à sua robustez técnica, mas à sua capacidade de se reinventarem como dispositivos de memória, guardiães de um território e de uma identidade marítima em constante mutação.

FORTE DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS DE PAIMOGO

Paimogo, um topónimo cuja compreensão ou significado está, para já, perdido no tempo e fora do nosso alcance, fora da nossa actual compreensão. O sítio, a baía, a praia e a paisagem cultural encontram-se referidas em documentação histórica a partir do século XV (ANTUNES *et al.*, 2024: 124).

Procurar as origens do topónimo Paimogo leva-nos, sobretudo, à tentativa, certamente aceitável, de dividir o topónimo em duas partes: Pai e Mogo. No território português, existem diversos locais cuja toponímia encontra na palavra *mogo* ou *mogos* um semblante comum e repetível. Importa ainda destacar o carácter “arqueológico” da palavra “mogos”. No essencial, a etimologia do topónimo “mogos” circunda a presença de estruturas arqueológicas de tipo pedras fincadas, marcos de pedra, menires, cromeleques e, em alguns casos, antas ou dolmens. Mogo significa, no dicionário da língua portuguesa, marco de pedra, poste ou marcador. Assim o destacava também Pinho Leal, referindo, inclusive, por exemplo, que Salvaterra de Magos poderia ser uma deturpação de Salvaterra de Mogos (LEAL, 1873: 370).

Basta percorrer a bibliografia especializada nos domínios da Arqueologia e deparamo-nos com sítios arqueológicos como o Cromeleque da Portela de Mogos (CARDOSO, CARVALHOSA e PAIS, 2000), localizado na freguesia de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe, no município de Évora, ou o sítio de Mogo de Malta, na União das freguesias de Belver e Mogo de Malta, no município de Carrazeda de Ansiães, cuja origem remonta a um marco da Ordem de Malta que dividiria territórios (MUNICÍPIO DE..., 2000).

Mogo, porventura associado ao topónimo Paimogo, assume, no essencial, um simbolismo bastante interessante, sobretudo pelo facto de, a menos de 500 m para Este da enseada ou baía da praia do Paimogo e do Forte de Nossa Senhora dos Anjos do Paimogo, se localizar um monumento funerário de época calcolítica designado como Tholos do Pai Mogo, escavado ainda durante os anos 1970 (GALLAY *et al.*, 1973), hoje lamentavelmente destruído, apesar de alguns trabalhos arqueológicos recentes lhe tentarem, infrutiferamente, dar alguma dignidade (SOUSA *et al.*, 2024).

A designação mogo, ou *Paimogo*, muito provavelmente, poderia ser o reflexo bastante longínquo de um marco na paisagem, um marco com uma ancestralidade bastante acentuada, provavelmente ligado a uma estrutura arqueológica, uma pedra ou um *marco* ou poste, normalmente referido na literatura e na linguística como *mogo*. Esta possível observação leva-nos até ao Tholos do Pai Mogo como um possível marco na paisagem cultural antiga, a qual poderia ter dado origem, por qualquer razão que nos escapa e provavelmente nos escapará sempre, ao nome do local.

Quanto à restante toponímia, essa muito mais complexa e de difícil associação (para já), leva-nos até uma componente mais cultural e religiosa, a qual se centra nas ordens mendicantes, no clero regular, na

ordem dos frades menores (primeira ordem), nos Franciscanos e na sua devoção à Virgem Maria ou à “*Nossa Senhora dos Anjos*” (McMICHAEL e SHELBY, 2019). Na verdade, este topónimo estreita a relação entre uma aparente tentativa de “*cristianização*” de algo pagão como o já citado “*mogo*”. Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo é, assim, uma designação que percorre tempos, espaços e culturas diversas, mas que, ao mesmo tempo, reflecte a nossa argumentação neste trabalho, a qual se debruça sobre a *resiliência de um monumento e a sua relação com as gentes, a Cultura, a Religião, o espaço, a Natureza e a Arqueologia*.

Os trabalhos de Arqueologia realizados no Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo permitiram, apesar de todas as condicionantes do terreno e do projecto de requalificação existente, colocar a descoberto uma série de elementos de carácter material, isto é, arqueológico, como também possibilitar algumas reflexões sobre a estrutura e o seu contexto histórico, cultural e arquitectónico.

Como já o referimos, o Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, uma estrutura militar abaluartada, foi mandada construir, em 1674, por D. António Luís de Menezes, 3.º Conde de Cantanhede (ver Fig. 2), um ano antes da sua morte. D. António Luís de Menezes nasceu a 12 de Dezembro de 1603, em Cantanhede, no seio de uma das famílias mais ilustres da Península Ibérica. A sua educação passou pelos estudos de Latim, Filosofia, História e Arte militar. Destacou-se na Guerra da Restauração da Independência de Portugal, sendo um dos principais comandantes portugueses, liderando as tropas nas batalhas das Linhas de Elvas e Montes Claros, garantindo a defesa do território contra os espanhóis. Os seus feitos valeram-lhe o título de Marquês de Marialva, atribuído em 1661, além de diversos cargos políticos e militares, co-



FIG. 2 – Capa da obra sobre D. António de Menezes editada pela FILOPÁTRICA (1806).

mo Conselheiro de Estado e de Guerra, Governador das Armas de Lisboa e Capitão-General do Alentejo (GONÇALVES e PEREIRA, 2021; VARANDA, 2013).

Em 1669, foi nomeado Procurador das Cortes de Lisboa e, a 17 de Junho de 1665, comandou a decisiva Batalha de Montes Claros, que marcou o fim das Guerras da Restauração. Faleceu a 19 de Maio de 1675 e foi sepultado na Igreja da Misericórdia, em Cantanhede, a qual mandou construir em cumprimento de um voto feito durante a batalha (FILOPÁTRICA, 1806; GONÇALVES e PEREIRA, 2021; VARANDA, 2013).

O sítio do Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo está classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP), conforme o Decreto n.º 41191, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 162 de 18 Julho 1957 (Fig. 3). O Forte é uma estrutura defensiva de carácter militar cuja configuração se enquadra, naturalmente, nos conceitos e conhecimentos de carácter militar e de Engenharia da segunda metade do século XVII. O edifício é um excelente exemplo da Arquitectura militar barroca, com enquadramento rural, e ergue-se no cimo das arribas junto a uma enseada, protegendo, no essencial, a Praia de Paimogo, a norte da praia da Areia Branca.

O forte comporta uma estrutura interna de corpo único, isto é, uma espécie de casa-forte de planta rectangular simples, a qual se desenvolve para o interior através de um terreiro com lajes de margas azuladas. O acesso a este terreiro é feito através de uma porta com arco de volta perfeita com aduelas em rocha calcária e ombreiras de secção quadrangular. A fachada interior de acesso ao terreiro é rasgada ainda por duas janelas simples com verga recta e ombreiras de secção quadrangular também em calcário (PEREIRA, 1986; SERRA, 1796b; VARELA, 1937).

O interior do corpo central e principal é constituído por três divisões, e ainda por duas pequenas dependências, possivelmente utilizadas como pequenas casernas ou eventuais paióis (SERRA, 1796b; VARELA, 1937).

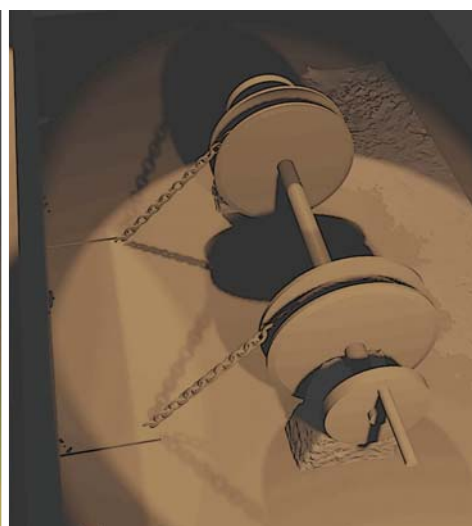
FIG. 4 – Modelo explicativo da porta Norte de acesso ao corredor central da casa-forte, com exemplificação da porta levadiça e do sistema de engrenagens no terraço, do qual restam ainda os apoios construídos em pedra calcária.



FIG. 3 – Anúncio realizado em 1957, pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, através do Ministério de Educação, sobre a classificação do Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo como IIP.

A partir do terreiro interno (praça de armas) é permitido, através de duas escadarias laterais bastante estreitas, o acesso ao terraço, de onde se obtém uma visão alargada da envolvente ao forte.

A fachada principal, a fachada virada a Norte, é rasgada por um portal de arco pleno ladeado de pilastras, as quais sustentam dois motivos circulares geométricos e uma lápide com a inscrição “D. Pedro, Príncipe de Portugal, mandou fazer este forte à ordem do Marquês de Marialva, de seus conselhos de guerra e estado, veedor da sua fazenda, governador das armas de Lisboa e Cascais, Capitão General dos exércitos e províncias do Alentejo e Estremadura, anno 1674”, e uma pequena pedra de armas rematada por uma cruz (ver Fig. 4).



Uma análise a uma planta datada ainda do século XVII (ver Fig. 5), possivelmente do último quartel desse século, observa-se toda a estrutura base do forte, sobretudo a estrutura do terreiro interno, cercado por muralha ou murete, o qual culmina na falésia virada a Sul.

É interessante verificar que a linha de muralha exterior actual não aparece retratada na planta do forte do século XVII (ver Figs. 1 e 5). Possivelmente, esta linha de muralhas teria sido construída em época ligeiramente posterior. Por outro lado, na mesma planta da Fig. 5, não é possível observar referências gráficas às estruturas das guaritas existentes ³.

Esta estrutura de carácter militar defensivo teria como principal função a defesa da praia e de uma parcela de território que alcançaria Peniche e a costa a Sul, até à Serra de Sintra, áreas que, à data, se encontravam sob constante ameaça marítima por parte das tropas espanholas, mas também por corsários ao serviço de outras coroas europeias.

Já em 1675, um dos relatórios referentes ao local mencionava que o Forte de Paimogo estava na dependência administrativa e militar da Praça-Forte de Cascais. À data, a sua guarnição era composta por um cabo, seis artilheiros e seis soldados, estando a fortificação equipada com seis peças de artilharia em ferro (GONÇALVES e PEREIRA, 2021; SIPA, 2025; VARELA, 1937).

No século XVIII, em 1735, o cargo de governador do forte era desempenhado por António Ribeiro, sendo então a estrutura defensiva dotada de oito peças de artilharia. Posteriormente, um relatório do inspector José Matias de Oliveira Rego, datado de 1796, indicava que, “*embora as muralhas não se encontrassem em ruína, o estado geral de conservação do forte era considerado insatisfatório*”. No mesmo ano, Maximiano José da Serra registou igualmente que o forte “*está elevado sobre o plano do mar mais de 50 palmos, defende terreno próprio de praia e está capaz de edificação*” (SIPA, 2025).

Em 1804, o Forte de Paimogo dispunha de uma guarnição composta por cinco artilheiros e cinco fuzileiros. Durante a Guerra Peninsular, sob a protecção do fogo das peças de artilharia e artilheiros, ocorreram no local desembarques de tropas britânicas destinadas a reforçar o exército luso-britânico comandado pelo marechal Arthur Wellesley, 1.º Duque de Wellington. Estas forças participaram posteriormente nos combates da Roliça (17 de Agosto de 1808) e do Vimeiro (21 de Agosto de 1808).

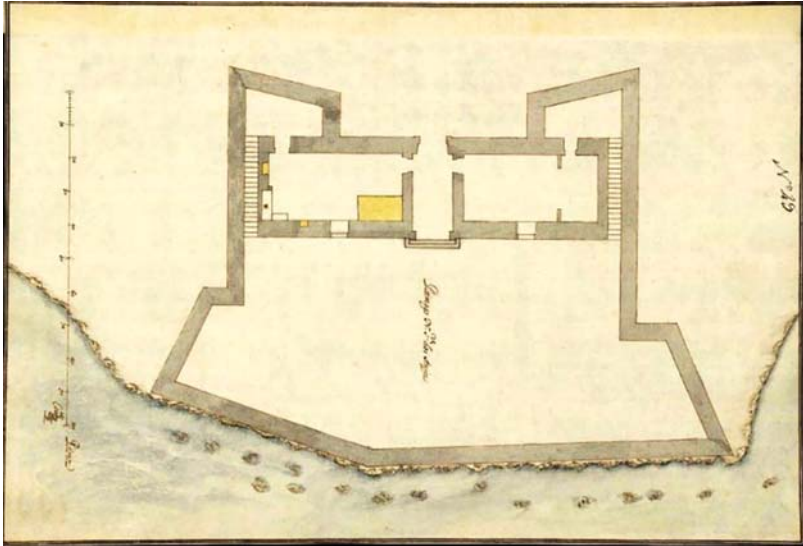


FIG. 5 – Planta do Forte do Paimogo, retirada do livro *Plantas das Fortalezas da Costa Portuguesa Entre Vila Nova de Mil Fontes e as Berlengas e um Mapa Geral de Todas*, elaborado entre 1601 e 1610, sem autor conhecido.

³ Muito provavelmente, a planta ilustra a linha térrea, facto comprovado pela inexistência da projecção, em planta, da inclinação das paredes da fachada principal virada a Norte. Durante os trabalhos de monitorização arqueológica, foi possível recuperar diversas partes (pedras) das guaritas. Foram realizadas digitalizações de todas essas pedras para posterior utilização em informação promocional, de valorização ou turística.

Durante a Guerra Civil, em 1832, o forte encontrava-se guarnecido por cinco soldados de milícia provenientes da Figueira da Foz. Após o fim do conflito, a fortificação entrou em processo de abandono, encontrando-se desocupada ainda no ano 1849 (GONÇALVES e PEREIRA, 2021; SIPA, 2025).

Por escritura datada de 1892, o Ministério da Guerra concedeu ao arrendatário do forte e respectivo terreno, Augusto Simões Ferreira da Cunha, o direito de edificar habitações e outras construções relacionadas com a sua actividade. O contrato estipulava que o arrendatário se obrigava a demolir todas as construções realizadas, sem direito a qualquer indemnização, e a restituir o terreno devidamente terraplanado e no estado original em que o recebera (GONÇALVES e PEREIRA, 2021; SIPA, 2025).

Na verdade, a estrutura do antigo forte que se preservava no início deste projecto de requalificação foi, em suma, o resultado de uma intervenção/reconstrução significativa, realizada no ano de 2006. Neste trabalho de reconstrução/restauro foram realizadas intervenções, sobretudo na muralha exterior, a qual contorna a casa-forte a Este e a Norte. Na

TABELA 1 – Registo de ocupação do Forte de Paimogo entre 1675 e 1892.

Anos	Governador	PA	SOL	CAB	ART	FZ
1675	Praça-Forte de Cascais	6	6	1	6	
1735	António Ribeiro	8	6	1	8	
1796		inspecção				
1804	?	8			5	5
1808	?					5
1832	?		5			
1849		desocupado				
1892		arrendado				

PA. Peças de artilharia; SOL. Soldados; ART. Artilheiros; CAB. Cabos; FZ. Fuzileiros.

FIG. 6 – Montagem de fotografias existentes no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA, 2025).



análise das fotografias existentes (Fig. 6), realizadas durante os trabalhos de restauro/reconstrução (SIPA, 2025), foi possível identificar as áreas de maior intervenção e, consequentemente,

as áreas mais afectadas, visíveis já em diversos elementos fotográficos dos anos 1980, 1990 e 2000.

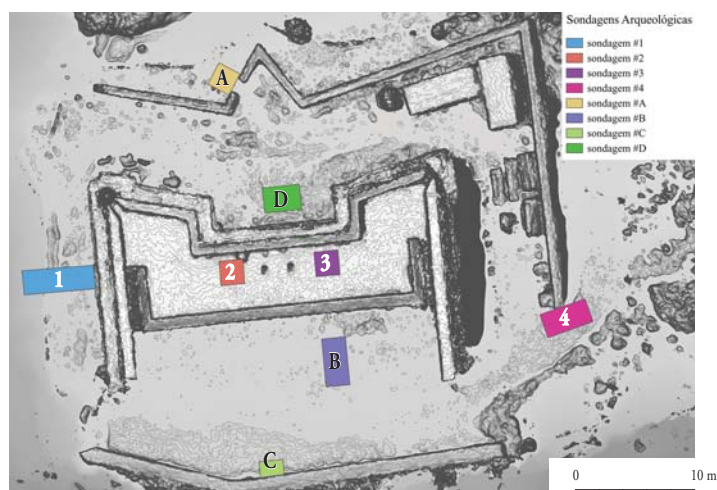
Parece oportuno destacar, de forma mais ou menos pormenorizada, os trabalhos efectuados no âmbito da consolidação da arribá na qual se edificou o Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, ocorridos entre os meses de Novembro de 1998 e Abril de 1999 (SIPA, 2025).

A obra de estabilização e consolidação do talude do Forte de Paimogo foi uma intervenção de grande importância no domínio da Geotecnia ambiental, visando garantir a segurança estrutural e minimizar o impacto ambiental. O objectivo principal foi estabilizar o talude natural, prevenindo deslizamentos e erosão, que poderiam comprometer tanto a integridade da encosta quanto a do forte, um monumento classificado.

OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO FORTE DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS DE PAIMOGO

Os trabalhos de Arqueologia iniciaram-se em Janeiro de 2021, com um conjunto de sondagens arqueológicas de diagnóstico ⁴ (ver Fig. 7), num total de 28 m². Posteriormente, já em 2024,

foram realizadas mais quatro sondagens arqueológicas de diagnóstico, que perfazem um total de 21,17 m² (ver Fig. 7 e Tabela 2), precedidas de monitorização arqueológica de obras de restauro e requalificação do forte e de parte da sua envolvente, levadas a cabo no âmbito do projecto



⁴ Nesta primeira fase, foram realizadas as sondagens 1, 2, 3 e 4.

FIG. 7 – Plano geral do forte com indicação das áreas de sondagem (sondagens A, B, C e D; sondagens 1, 2, 3 e 4).

TABELA 2 – Georeferenciação dos trabalhos arqueológicos realizados no Forte de Paimogo (2021 e 2024).

Designação	Área [m ²]	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X
Sondagem C	2,585	39,287246	-9,340503	39,287234	-9,340502	39,287246	-9,340503	39,287234	-9,340502
Sondagem D	6,568	39,287432	-9,340498	39,287435	-9,340462	39,287454	-9,340464	39,287451	-9,340501
Sondagem A	3,985	39,287537	-9,340522	39,287545	-9,340542	39,287529	-9,340553	39,287521	-9,340533
Sondagem 2	3,982	39,287396	-9,340542	39,287378	-9,340540	39,287380	-9,340517	39,287398	-9,340519
Sondagem 3	4,041	39,287403	-9,340450	39,287404	-9,340427	39,287386	-9,340425	39,287385	-9,340448
Sondagem B	8,033	39,287338	-9,340443	39,287340	-9,340420	39,287304	-9,340415	39,287302	-9,340438
Sondagem 4	8,115	39,287356	-9,340231	39,287339	-9,340223	39,287351	-9,340179	39,287368	-9,340187
Sondagem 1	11,967	39,287393	-9,340664	39,287376	-9,340662	39,287371	-9,340731	39,287389	-9,340734
Área total	49,276								

de requalificação promovido pelo município da Lourinhã, projecto *Coastal Memory Fort* ⁵, no âmbito dos *EEA Grants Portugal* (ver <https://bit.ly/4qmoNOi>).

As sondagens arqueológicas de diagnóstico iniciaram-se no interior da casa-forte (sondagens 2 e 3), permitindo elaborar, em ambas as áreas de escavação, uma reflexão bastante assertiva sobre as técnicas, métodos e materiais empregues na construção do piso original do forte do século XVII.

As duas sondagens (Fig. 9) colocaram a descoberto uma estratigrafia constituída por uma camada inferior de substrato geológico caracterizado por margas vermelhas argilosas, um sedimento que se situa, geologicamente, entre as argilas e os calcários. Em ambas as sondagens esta componente geológica (marga avermelhada), previamente raspada, regularizada e compactada, foi a base na qual assentou uma argamassa de cal hidráulica e areia lavada (Fig. 8), bastante compacta e extremamente dura, sobre a qual se assentaram as lajes obtidas a partir de uma espécie de rocha de tipo metamórfica, muito provavelmente marga azulada.

Em média, estas lajes pertencentes ao piso original do forte ⁶ apresentam uma largura de 56 a 58 cm e um comprimento de 98 cm a um metro. Verificam-se, no entanto, diversas adaptações, recortes e alterações das lajes, realizadas em função das áreas e espaços do interior da casa-forte.

Devido a esta heterogeneidade quanto às dimensões das lajes, podemos presumir que, neste caso específico do piso do interior do edifício, a manufatura dos materiais não pressupôs, em parte, uma programação exaustiva baseada na questão métrica do espaço de intervenção. A simetria morfológica, isto é, lajes rectangulares com a mesma orientação, não foi, de forma alguma, uma constante (ver Fig. 10). Durante os trabalhos de escavação, foi possível verificar a existência de remoções de lajes do piso e de argamassas, provavelmente actos de vandalismo ou procura de qualquer tipo de espólio, verificando-se, em algumas lajes próximas de concavidades, indícios de marcas

⁵ O projecto *Coastal Memory Fort* teve como objectivo revitalizar e salvaguardar o Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo (ver <https://bit.ly/49bR9Um>).

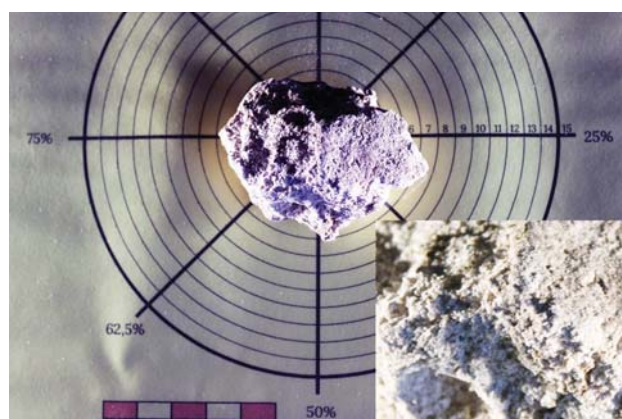
A iniciativa propôs a reabilitação do monumento com técnicas sustentáveis e respeitadoras da sua identidade, aliando a

valorização patrimonial à participação da comunidade local e escolar. O projecto apostou ainda na promoção do turismo sustentável e na criação de novas oportunidades económicas e culturais, integradas na estratégia de desenvolvimento local.

⁶ Não foram identificados, a nível estratigráfico,

quaisquer indícios da existência de um outro piso anterior ou posterior.

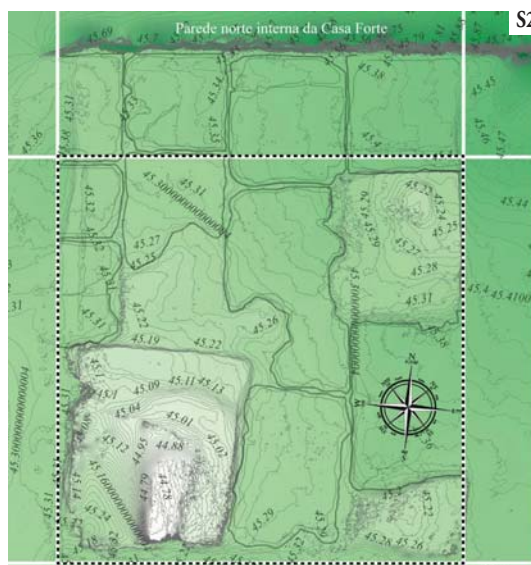
As juntas permanecem estáveis e a sua articulação com as paredes do interior da casa-forte não mostra qualquer alteração que indicie uma outra reconstrução ou adaptação a nível do piso.



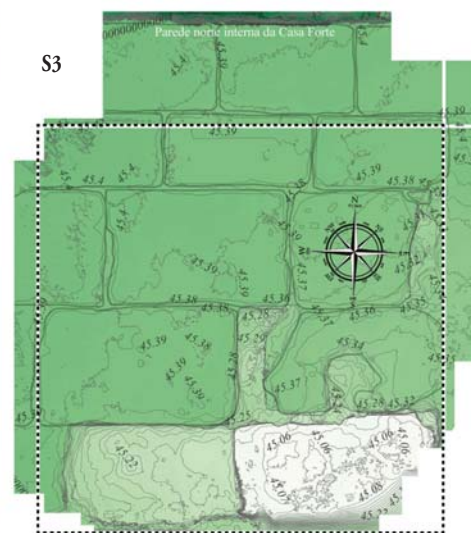
S2



S3



S2



S3



FIGS. 8 a 10 – Em cima, amostra de argamassa hidráulica de cal e areia (piso do interior do forte).

Ao centro e em baixo, fases de escavação das sondagens 2 e 3 e planos finais, com delimitação das lajes em marga do piso do século XVII.

de ferros pontiagudos ou mesmo picaretas ou picos, utilizados, provavelmente, para retirar algumas lajes.

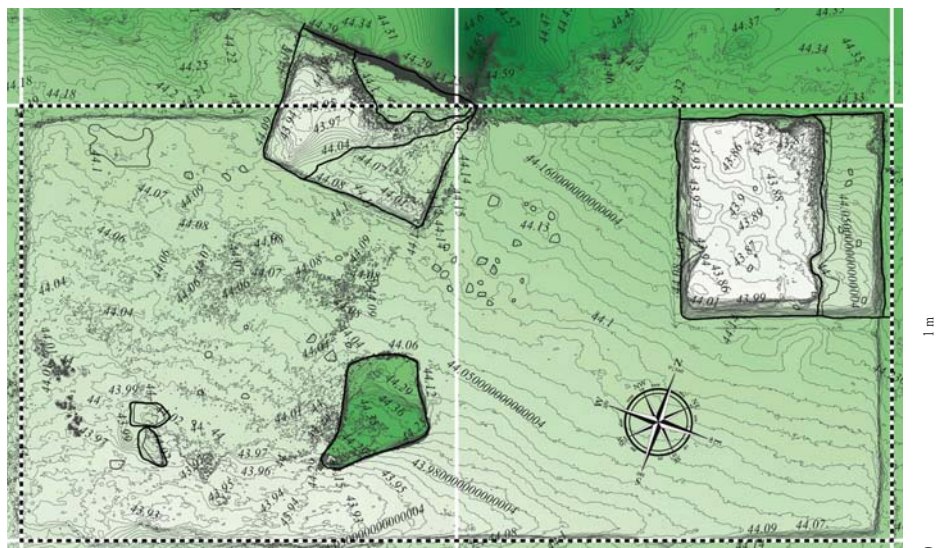
Já no exterior do edifício, foram realizadas mais duas sondagens na campanha de 2021, uma na base da fachada a Oeste da casa-forte, e outra imediatamente a seguir ao limite Sul do muro exterior, a Este.

A sondagem 1 não forneceu dados arqueologicamente relevantes. Contudo, a sondagem 4, localizada no *términus* actual, a Sul do muro exterior, permitiu identificar um nível de circulação (Unidade Estratigráfica - UE 022) estruturado com marga vermelha compactada, e um piso mais antigo, este sim construído com pedras e argamassas compactadas (UE 025), o qual é interrompido por uma vala de fundação para a construção do muro exterior do forte (UE 021).

Na verdade, o piso mais antigo (UE 025) é cortado por uma vala que corresponde à consolidação do muro exterior do forte. Esta constatação permitiu também inferir que, pelos dados arqueológicos obtidos, o mesmo muro e a sua fundação não têm continuidade até ao extremo Sul do forte, inferindo também que não ligaria com o muro original do forte a Sul, junto à arriba Sul.

Contudo, ao observar a planta de Maximiano José da Serra, datada de 1796 (SERRA, 1796b), verificamos que o muro exterior do forte, na sua extremidade a Sul, não só se prolonga até ao limite da arriba, como inflecte, ligeiramente, no sentido Sudoeste. Porventura, a realidade arqueológica identificada é contraditória com as informações de carácter documental de finais do século XVIII. Poderá ter havido, no decorrer das intervenções de restauro das estruturas do forte, a alteração da estratigrafia e a remoção ou limpeza das fundações originais do muro, deixando, no entanto, parte da vala de fundação, identificada na campanha arqueológica de 2021.

Foram ainda realizadas duas sondagens parietais no interior do Forte, na parede Norte, em duas das salas principais. Destas sondagens parietais, após a picagem integral das argamassas colocadas nos restauros de 2006, ficou a descoberto o aparelho construtivo utilizado na fortificação do século XVII.



FIGS. 11 e 12 – Sondagem 4: plano final e imagens de pormenor, com identificação da UE 025, à direita, e da UE 021, à esquerda.

No caso da sondagem parietal da sala ocidental, na parede Norte, o aparelho construtivo em alvenaria de pedra de junta tomada, com argamassa de cal hidráulica e areia, caracteriza-se por utilizar pedras de pequeno, médio e grande calibre, com pelo menos duas fileiras horizontais regulares de pedra (ver Fig. 13), separadas por, aproximadamente, um metro de distância na vertical. O material utilizado para a construção é, naturalmente, material local, sendo que a predominância encontra significado nas margas consolidadas, sobretudo de cor azulada.

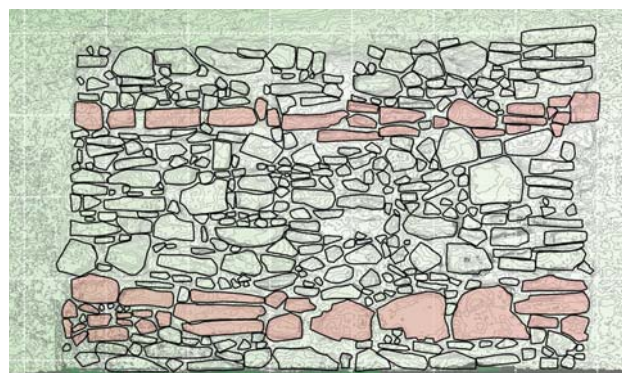


FIG. 13 – Sondagem parietal 1.

No âmbito da Arqueologia do construído, foram detectadas diversas alterações na estrutura original do forte, sobretudo nas actuais vergas e vãos de portas e janelas. A configuração original destes vãos e vergas era em arco, manufacturado com tijolos de 15 x 30 x 5 cm, dispostos em arco mais ou menos perfeito. Provavelmente, esta Arquitectura original do século XVII foi alterada já no século XIX, devido a ajustamentos no decorrer das invasões francesas. Já nas intervenções realizadas em 2006, as vergas das janelas eram rectas e não em arco.

Com a picagem de algumas das paredes internas, foi possível isolar os indícios destas alterações. O caso mais evidente foi o da sala oriental (principal) da casa-forte, na qual se identificou, na verga recta de uma antiga lareira, uma estrutura de contenção do plano superior feita em arco, com tijolos mais ou menos homogêneos (ver Fig. 14).

No decorrer dos trabalhos de monitorização arqueológica, realizados em 2024, foi ainda possível identificar, numa pequena sala contígua à sala principal ocidental da casa-forte⁷, na parede Norte, na sua extremidade ocidental, uma inscrição gravada com o recurso a tinta de carvão e com caligrafia enquadrável na paleografia do século XVII, e uma pequena marca, um pentagrama, na parede ocidental, de uma estrela de cinco pontas, gravada na argamassa do século XVII (ver Figs. 15 e 16). A inscrição ilustrava as palavras “Forte do Pai...

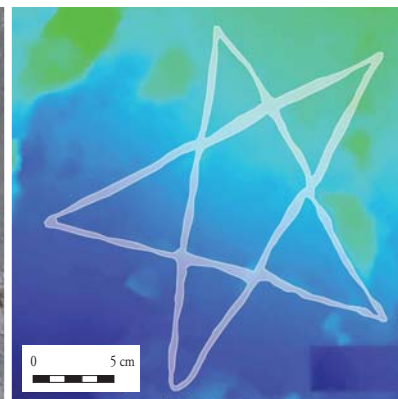
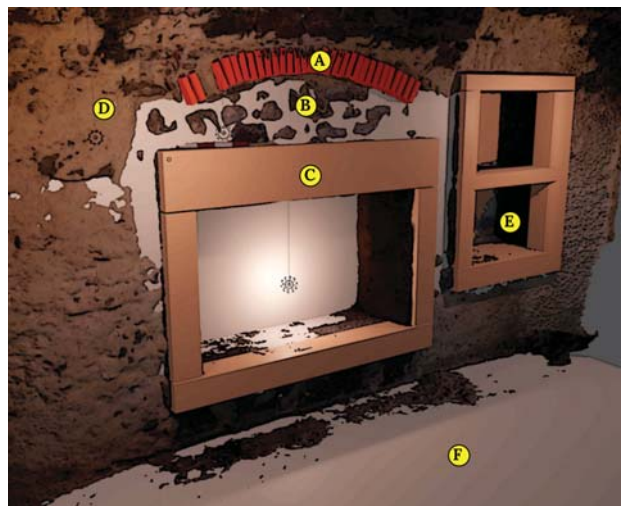
Anjo...”, sendo que a maior parte das letras se encontravam ilegíveis devido à degradação da argamassa original e à degradação da própria tinta (Fig. 16)⁸.

No decorrer das intervenções arqueológicas de diagnóstico, foi implementada, em 2024, uma sondagem localizada na abertura a Norte, na linha de muralha exterior (ver Fig. 7). Nesta área de sondagem com 2 x 2 m, cujo objectivo era avaliar as fundações do muro exterior, da porta ou acesso, e da sua relevância para a compreensão da estrutura original do forte do século XVII, foram recolhidos dados que confirmam a existência dessa mesma porta de acesso à entrada principal Norte da casa-forte. No entanto, não foram recolhidos indícios que nos pudessem esclarecer melhor quanto à cronologia desta estrutura (o muro exterior), apesar da mesma se encontrar representada, pelo menos,

⁷ Provavelmente, esta pequena sala poderia funcionar como paiol. Existe, no entanto, uma outra sala no extremo oriental do forte cuja função seria semelhante.

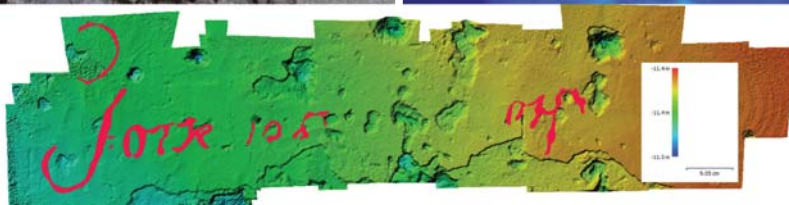
⁸ Tanto o ideograma com a inscrição foram alvo de processos de conservação e restauro por parte de uma empresa especializada na área.

FIG. 14 – A. Pormenor da parede Norte da Sala Oriental da casa-forte, ilustrando um arco em tijolo; B. Reconstrução (provavelmente realizada no século XIX); C. Verga de lareira, provavelmente colocada no século XIX; D. Alvenaria original do forte; E. Arrumos; F. Piso do forte.



FIGS. 15 e 16 – Em cima, fotografia parcial da inscrição no paiol ocidental.

Em baixo, microtopografia com sobreposição da inscrição (“Forte do Pai... Anjo...”) e da gravação do pentagrama.



na planta de 1796, de Maximiano José da Serra (ver Fig. 17). A julgar pela estrutura fundacional (pedras de marga arredondadas, boleadas e com métricas diversas) encontrada no vão da abertura (ver Figs. 18 e 19), a mesma é bastante diferente, a nível morfológico, das restantes evidências estruturais identificadas, mesmo as evidências já referenciadas da sondagem 4. Trata-se de uma fundação onde não foi possível recolher indícios de qualquer tipo de argamassa consolidada. É um conjunto de pedras boleadas, sobrepostas e de vários calibres, cuja conotação com uma estrutura de tipo militar, bem estruturada e robusta, é bastante céptica.

Ao analisar a planta realizada por Maximiano José da Serra (SERRA, 1796b), não se compreende de forma cabal a inflexão, criando um vértice bastante pronunciado em forma de triângulo, da estrutura do muro exterior na área da sondagem (área da abertura ou porta)⁹. No entanto, as evidências arqueológicas permitem concluir que um traçado percorria o alinhamento actual. Não nos parece, contudo, que as estruturas descobertas (fundações) no vão da abertura (sondagem “A”) pudessem estar relacionadas, de todo, com as reconstruções e requalificações realizadas em 2006.

No âmbito dos trabalhos realizados em 2024, no decorrer das sondagens arqueológicas, foi recolhida informação relevante sobre a praça de armas, sobretudo nos contextos da antiga cisterna do forte, aí construída e, por razões óbvias, não documentada nas plantas do século XVII e XVIII¹⁰. Trata-se de uma cisterna que, no ano de 1987, ainda preservava a parede de delimitação da boca da estrutura.

Na sondagem B, realizada na praça de armas, numa área sem lajeado, foi possível determinar o limite ocidental do extradorso da cisterna (ver Fig. 20).

Foram ainda identificados diversos troços de argamassa e pedra, destinados a sustentar e fixar, de forma nivelada, as lajes de marga/calcário duro pertencentes ao piso da praça de armas, mas que na sondagem realizada teriam sido já removidas por motivos não determinados. Nesta sondagem, foi ainda possível confirmar a estratigrafia identificada nas sondagens 2 e 3, realizadas

⁹ O referido muro exterior não deveria ultrapassar um metro de altura, tendo em conta os indícios recolhidos durante as intervenções de 2006 e fotografias anteriores.

¹⁰ A inexistência do desenho da cisterna nas respectivas plantas e mapas prende-se, em parte, com a necessidade de não tornar visível, caso a planta caísse em mãos inimigas, informação sensível do ponto de vista de elementos fundamentais à sobrevivência da guarnição perante possíveis cercos à fortificação.

FIG. 20 – Plano final da sondagem B, realizada na praça de armas do forte, com indicação do extradorso da cisterna.

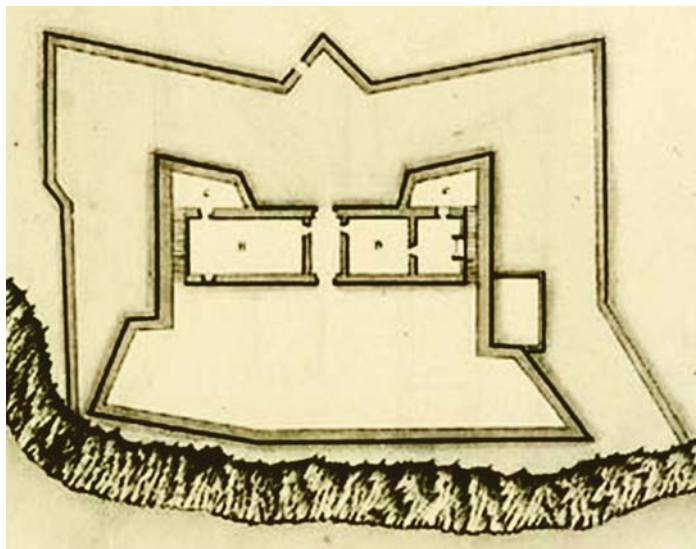
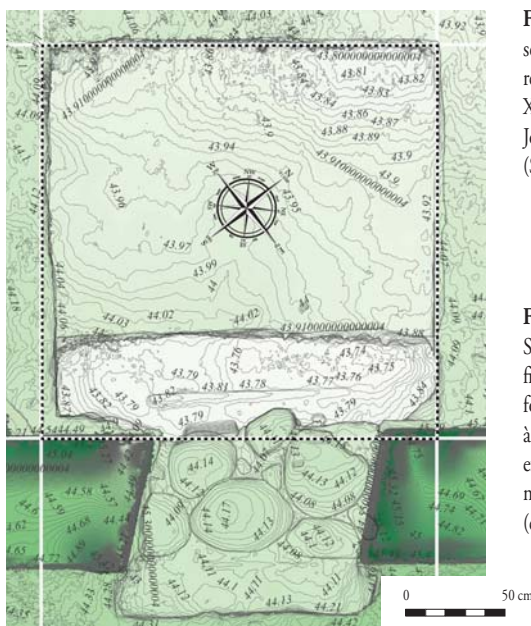
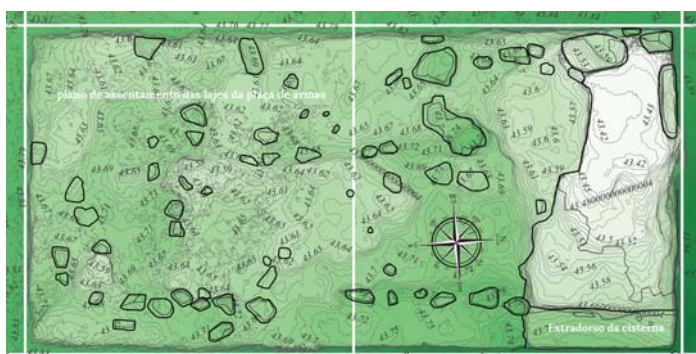


FIG. 17 – Em cima, secção da planta realizada no século XVIII, por Maximiano José da Serra (SERRA, 1796b).



FIGS. 18 e 19 – Sondagem A: plano final (à esquerda) e fotografias junto à abertura do muro exterior do forte, na fachada Norte (em baixo).



no interior da casa-forte, sobretudo a relação estratigráfica entre a camada de marga regularizada, seguida de uma argamassa bastante forte e resistente, de cal hidráulica e areia fina, sobre a qual assentavam as lajes do pavimento.

A sondagem C, implementada junto ao muro Sul, imediatamente sobre a arriba sobranceira à praia do Paimogo, confirmou também a estratigrafia já observada na praça de armas e no interior do forte, com argamassa extremamente dura de cal hidráulica, areia fina lavada e blocos de pedra local para conferir sustentação à estrutura sobre a qual assentariam as lajes do piso da praça de armas.

No decorrer da monitorização arqueológica em contextos de restauro e reconstrução do forte, por empresa especializada em restauro de edifícios históricos, imediatamente a seguir à conclusão das sondagens de diagnóstico, foi possível detectar, enquanto se procedia à abertura de uma pequena vala junto à entrada principal Norte do forte, uma laje pertencente ao fecho dum acesso a uma galeria subterrânea, a pouco menos de 2,4 m da parede Norte do forte e paralela a esta, e a 35 cm de profundidade, aproximadamente.

Após a remoção da laje, já partida, observou-se um acesso ao interior de um interessante compartimento, já condenado através da acumulação no seu interior de blocos de pedra e terra até uma altura de 65 cm a partir do piso do compartimento.

Após a limpeza da estrutura com o recurso a raspadeiras, colheirins e vassouras, e a observação macroscópica dos materiais construtivos e do aparelho de alvenaria, as dimensões e outros detalhes relevantes, foi possível determinar que se tratava de um compartimento normalmente designado como casamata. A casamata é um espaço abobadado e robusto, construído, como é o caso, geralmente em alvenaria de pedra ou tijolo, localizado no interior do perímetro de fortes ou castelos. A principal função deste tipo de compartimentos era servir como um abrigo seguro no decorrer de ataques, no sentido de poder proteger a guarnição ou parte dela e o material bélico das explosões e projectéis.

A casamata do forte do Paimogo comporta um espaço fechado, com uma só porta de acesso na parte ocidental superior da estrutura, construído com recurso à abertura de um fosso rectangular com cerca de 3,8 m de comprimento por 2,7 m de largura e cerca de 2,80 m de profundidade, nos taludes do qual se foram erguendo, em primeiro lugar, paredes de alvenaria de junta tomada de pedras até uma altura de 70 cm, a partir das quais se implantariam os moldes ou armações em madeira para dar corpo ao arranque do arco, pouco acentuado, de uma parede manufacturada em alvenaria com aparelho em junta tomada, com 15 fileiras de tijolo vermelho e argamassa no lado Sul e Norte.

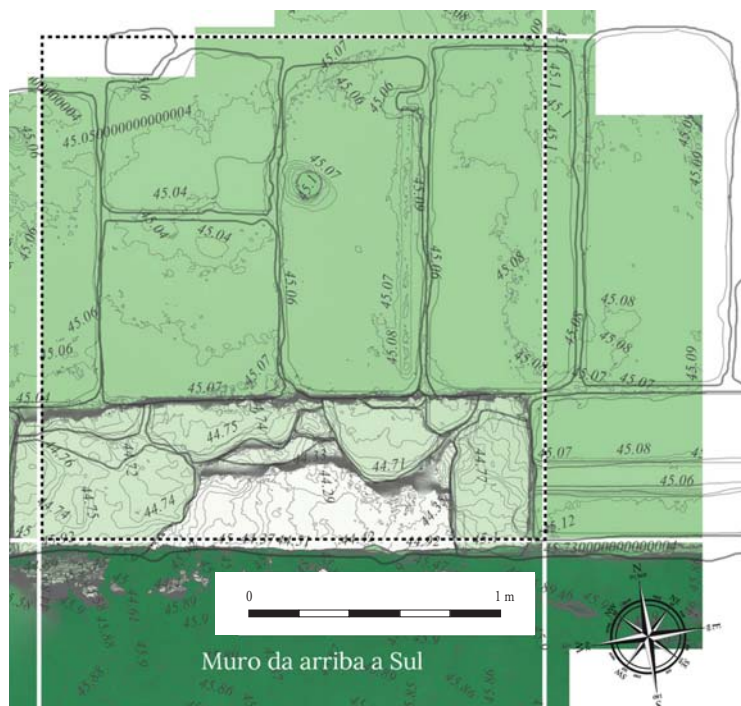


FIG. 21 – Plano geral da sondagem C, adjacente ao muro da arriba Sul.

FIGS. 22 e 23 – Fotografias de Sondagens B e C sobrepostas ao registo do interior da casamata no momento da descoberta, a 31 de Julho de 2024.



Esta pequena parede, repetida em ambos os alcados (Norte e Sul) serviria de base para a construção (o arranque) da base de uma abóbada de berço em alvenaria de junta tomada, com tijolos e argamassa, com a particularidade da organização da tijoleira apresentar uma configuração elíptica, culminando num conjunto de três tijolos de fecho descentrados (ver Fig. 24).

A extremidade interior da parede a Norte, situa-se a 2,36 m para Norte da fachada Norte do forte, sendo que a face interna ocidental está situada a cerca de 2,38 m do limite Oeste da ombreira esquerda da porta principal do forte.

A sala da casamata comporta, no essencial, um volume de cerca de 9 m³, uma largura de 2 m, um comprimento de 3 m e uma altura média de 1,75 m. Com estes dados, podemos inferir que no compartimento poderiam coabitar, no máximo, oito membros da guarnição, sem qualquer possibilidade de coexistência de mantimentos, armas ou outros elementos. Tendo em conta o facto de ser absolutamente necessária a racionalização do oxigénio¹¹, a acomodação de alguns mantimentos e elementos de carácter bélico, o espaço poderia acondicionar dois a quatro membros da guarnição. O acesso ao interior da sala seria feito, provavelmente, por uma escada de madeira; a iluminação seria feita através de velas ou lamparinas de azeite, com chamas não muito intensas para evitar o consumo excessivo de oxigénio e condicionar a habitabilidade do espaço, mesmo que por curtos espaços de tempo.

Após a realização do levantamento de toda a estrutura da casamata, fotografias, medições e observações, foi implementado um plano para a sua preservação. As paredes e a abóbada de berço foram forradas com

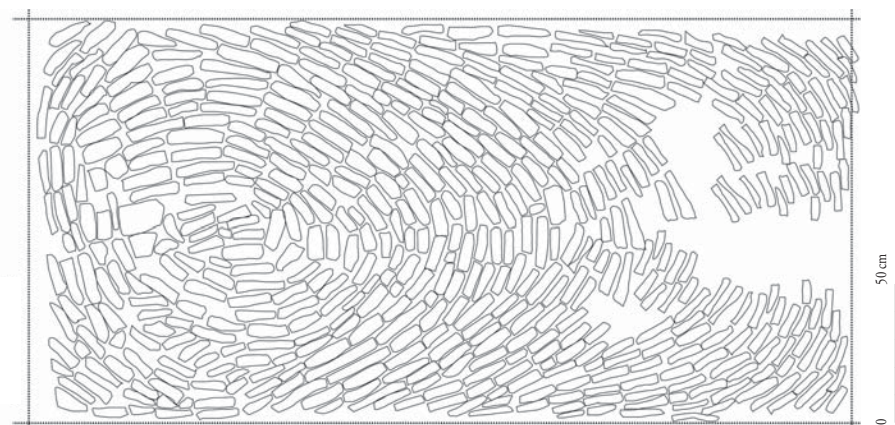


FIG. 24 – Representação da configuração do aparelho construtivo da abóbada de berço da casamata.

manta geotêxtil, e o vão foi preenchido com areia fina e seca, possibilitando a estabilidade das paredes e, sobretudo, da abóbada de berço, a qual se apresentava, na área do fecho, um tanto instável.

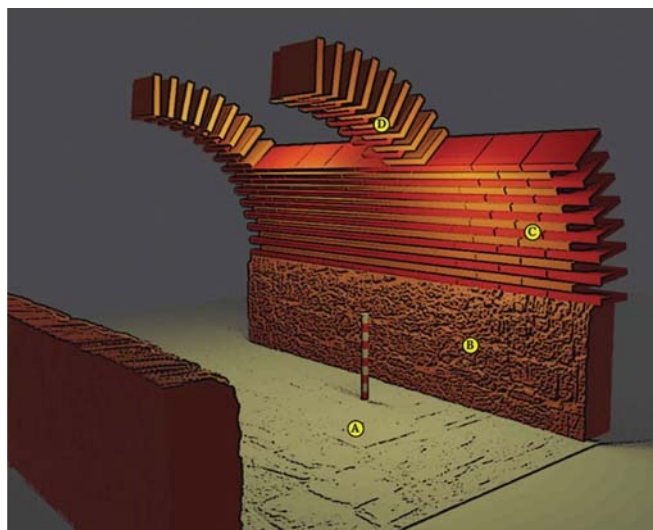
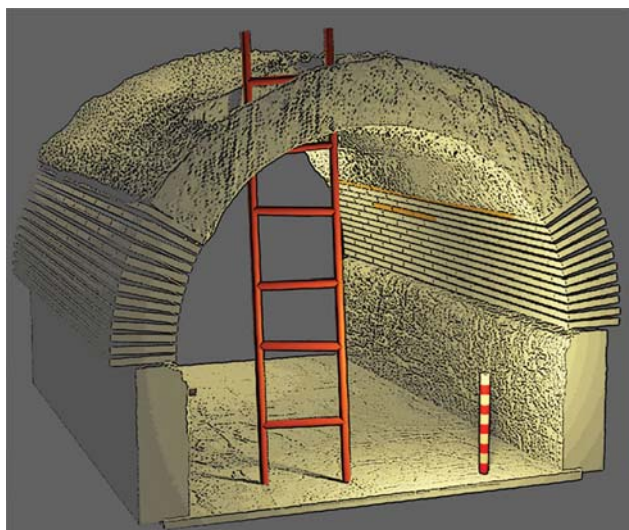
CONCLUSÕES FINAIS

As intervenções arqueológicas realizadas no Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo, nos anos de 2021 e 2024, permitiram aprofundar de forma significativa o conhecimento sobre a génese, evolução e reinterpretação deste monumento costeiro, exemplar da Engenharia militar restauracionista portuguesa. A conjugação entre Arqueologia preventiva,

¹¹ A sala só apresentava um espaço de acesso extremamente diminuto, sendo pouco provável a entrada de oxigénio por outro local.

FIG. 25 – Ilustração da estrutura (frontal, lateral e superior) e modelo digital com indicação de uma secção da sala.

A. Piso; B. Parede em alvenaria; C. Murete para o arranque da abóbada de berço; D. Abóbada de berço.



estudos geotécnicos e análise histórica revelou uma sequência construtiva complexa, onde se cruzam fases de edificação, adaptação e restauro desde o século XVII até à atualidade. Os dados estratigráficos e arquitetónicos obtidos confirmam a utilização de materiais e técnicas locais, margas, calcários e argamassas hidráulicas, que testemunham uma prática construtiva adaptada à geografia e aos recursos da região. A identificação de estruturas como a cisterna, a casamata subterrânea e os pavimentos originais em marga azulada contribui para redefinir a compreensão funcional e simbólica do forte, evidenciando a sua importância tanto militar como patrimonial. A análise arqueológica evidenciou ainda a coexistência entre elementos originais e reconstruções modernas, destacando os desafios de compatibilizar conservação e autenticidade. As sucessivas intervenções documentam a persistência do monumento enquanto marco da paisagem e da memória local, mas também os riscos crescentes associados à erosão costeira e à instabilidade geológica da arriba onde se implanta.

Neste sentido, o Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo deve ser entendido não apenas como ruína ou vestígio militar, mas como um documento vivo, expressão de uma resiliência simbólica que atravessa séculos de transformação. A sua preservação requer uma abordagem verdadeiramente interdisciplinar, que una Arqueologia, História, Engenharia, Geotecnia e gestão patrimonial, garantindo a continuidade do seu valor científico e cultural.

Em suma, os trabalhos de 2021 e 2024 reforçam a necessidade de uma estratégia integrada de salvaguarda e valorização deste Património, onde a investigação arqueológica assume um papel central na definição de políticas de conservação sustentadas. O Forte de Paimogo emerge, assim, como um testemunho material da identidade marítima portuguesa e um exemplo paradigmático de como o passado pode e deve dialogar com o futuro. 🏰

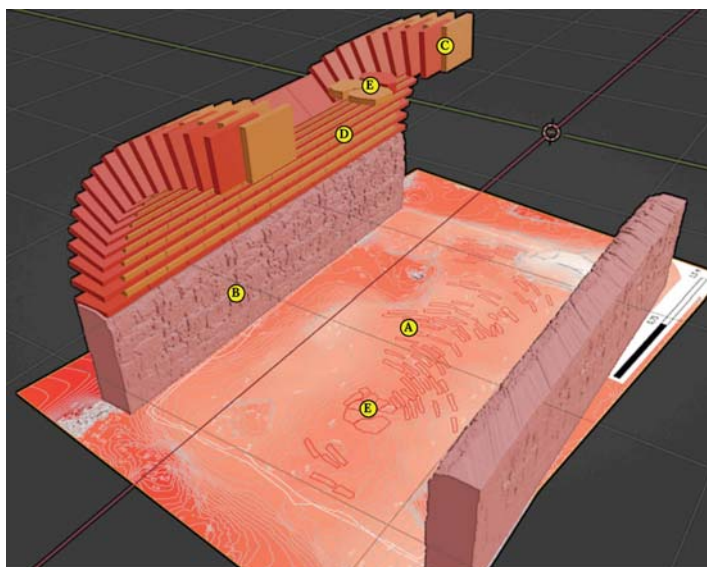


FIG. 26 – Modelo digital da estrutura, seccionando algumas das partes e com a projecção da abóbada na base do compartimento.

A. Piso da casamata; B. Paredes em alvenaria de pedra; C. Tijolos da abóbada de berço; D. Parede intermédia em alvenaria de junta tomada em tijolo; E. Tijolos de fecho e projecção no solo.

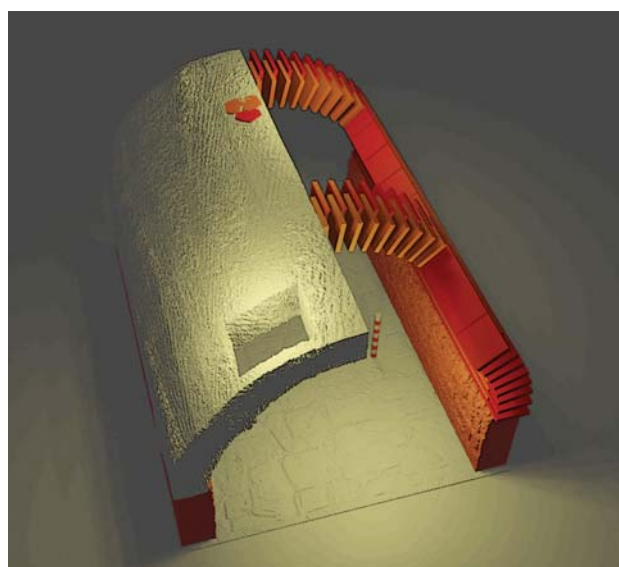


FIG. 27 – Modelo digital do forte com representação da porta de acesso a Oeste.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Vanessa *et al.* (2024) – “Recuperação e Salvaguarda do Genius Loci de um Forte das Memórias. Paimogo, Lourinhã”. *Desenvolvimento e Sociedade. Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*. Évora: Universidade de Évora. 12: 123-128. <https://bit.ly/3MSETkp>
- BARROCA, Mário (2001) – *As Fortificações do Litoral Português*. Porto: Inapa.
- BOIÇA, Joaquim M. Ferreira; BARROS, Maria de Fátima B. e RAMALHO, Margarida de Magalhães (2001) – *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. Lisboa: Livros Quetzal.
- CAPEL, Horacio (1983) – *La Defensa del Territorio: Fortificación y Urbanismo Militar en España (siglos XVI-XVIII)*. Barcelona: Serbal.
- CARDOSO, João Luís; CARVALHOSA, António de Barros e PAIS, João (2000) – “Cromeleque de Portela de Mogs (Concelho de Évora): estudos geoarqueológicos e paleobotânicos”. *A Cidade de Évora: boletim de cultura da Câmara Municipal de Évora*. Évora: CME. 2.ª série. 4: 35-55. <https://bit.ly/3MZLnxN>
- DEVRIES, Kelly (1998) – “Gunpowder Weaponry and the rise of the Early Modern State”. *War in History*. Sage Publications. 5 (2): 127-145. <https://www.jstor.org/stable/26004330>
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2013) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb - Séculos VI a XVI*. Lisboa: Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola.
- FILOPÁTRICA, Ed. (1806) – *Dom Antonio Luiz de Menezes, III Conde de Cantanhede, I. Marquez de Marialva*. Lisboa: Philopátrica, ed. Biblioteca Nacional Digital. <https://purl.pt/13814/1>
- GALLAY, Gretel *et al.* (1973) – *O Monumento Pré-Histórico do Pai Mogo (Lourinhã)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- GONÇALVES, Gerardo Vidal e PEREIRA, Dina (2021) – *Projecto Arqueológico: Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo*. Sabrosa: EROS - Environment Research on Science Consulting.
- JORGE, Carlos E. de Resende Fernandes (2014) – *A Adaptação à Pirobalística nos Castelos Tardo-Medievais do Noroeste Português*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de

- Letras da Universidade do Porto.
<https://hdl.handle.net/10216/77985>
- KAUFMANN, J. E. e DONNELL, Clayton (eds.) (2004) – *Modern European Military Fortifications, 1870-1950: A Selective Annotated Bibliography*. London: Praeger.
- LEAL, Pinho (1873) – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande Numero de Aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira & companhia.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2016) – “A Fortificação Abaluartada da Praça de Setúbal: a evolução construtiva vista a partir da iconografia”. *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 21 (1): 144-158.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.15032169>
- MARQUES, Oliveira (1994) – *História de Portugal: A Revolução Liberal (1807-1890)*. [S.l.]: Círculo de Leitores.
- MARTINI, Francesco di Giorgio (1967) – *Trattati di Architettura, Ingegneria e Arte Militare*. Il Polifilo ed. Milão: Corrado Maltese.
- McMICHAEL, Steven J. e SHELBY, Katie Wrisley (eds.) (2019) – *Medieval Franciscan Approaches to the Virgin Mary: Mater Misericordiae Sanctissima et Dolorosa*. [S.l.]: edição dos autores.
- MIŠIĆ, Slobodan e OBRADOVIĆ, Marija (2025) – “Geometry of bastion fortifications magistral line: influences and development”. *Heritage Science*. 13: 12.
<https://doi.org/10.1038/s40494-025-01632-y>
- MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (2000) – *Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) do Município de Carrazeda de Ansiães*. Município de Carrazeda de Ansiães.
- PEREIRA, Mário Baptista (1986) – *Lourinhã. Contribuições para a sua História*. Lourinhã: Câmara Municipal da Lourinhã.
- SERRA, Maximiano José da (1796a) – *Plantas dos Fortes e Fortalezas da Costa do Norte do Reino de Portugal: acompanhada do mappa da dita costa*. Lisboa: [s.n.]. Biblioteca Nacional de Portugal / Registro Nacional de Objetos Digitais.
<http://id.bnportugal.gov.pt/bib/rnod/263093>
- SERRA, Maximiano José da (1796b) – *Forte de Paimogo [Maximiano José da Serra]*. Biblioteca Nacional de Portugal / Registro Nacional de Objetos Digitais.
<http://id.bnportugal.gov.pt/bib/rnod/263128>
- SIPA (2025) – *Forte no Lugar de Paimogo / Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico.
- Sacavém. <https://bit.ly/4svbuNA>
- SOUSA, Ana Catarina et al. (2024) – “A (Re)Descoberta da Necrópole do Pai Mogo (Lourinhã, Portugal) e o Fenómeno dos Sepulcros Tipo Tholoi na Península de Lisboa”. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 50 (2): 87-117.
<https://doi.org/10.15366/cupauam2024.50.2.003>
- SOUSA, Ana Teresa de (2017) – “A Guerra da Restauração (1640-1668) e a Implantação das Fortificações Abaluartadas em Portugal e nos Territórios Ultramarinos: a importância dos Regimentos e Aulas de Fortificação”. In *Actas do V Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*. Coimbra: [s.n.].
<http://hdl.handle.net/10174/24190>
- VARANDA, Lúcia de Melo (2013) – *D. António Luís de Meneses. 1.º Marquês de Marialva. O Militar e o Político*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
<https://hdl.handle.net/10316/35986>
- VARELA, José de Sousa (1937) – *Notas sobre Lourinhã e seu Concelho*. Torres Vedras: Tipografia Sociedade Progresso Industrial.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

PUBLICIDADE

20
COTA'80'86'
14

SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

ARCHAEOLOGICAL SURVEY

TELEPHONE

(+351) 927 775 548

EMAIL

INFO@COTA8086.PT



Memória, Violência e Justiça

uma investigação preliminar a partir da Arqueologia e da Antropologia forenses para compreensão do Massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (Crato - Ceará, Brasil, 1937)

Sebastião Lacerda de Lima Filho ^{1,2}, Marcos Tadeu Ellery Frota ^{1,2},
Cláudia R. Plens ³, Nicholas Márquez-Grant ⁴, Martha Judith Hernández Velasco ⁵,
João Nilo de Souza Nobre ⁶, Gabriel Pinheiro Sindeaux ²,
Pedro Henrique Santos Gaspar Melo ², Allysson Allan de Farias ²,
Juvandi de Souza Santos ^{7,2} e Manoel Odorico de Moraes Filho ²

INTRODUÇÃO

A abordagem de “lugares traumáticos” tem se tornado um instrumento valioso nos estudos de memória histórica, violência e conflito social, especialmente em contextos que envolvem a repressão e os traumas coletivos (SILVA *et al.*, 2018; TAVARES, 2005; ANSART, 2001). Esses lugares, que incluem campos de concentração, locais de torturas e áreas que sofreram catástrofes, carregam significados profundos e servem como marcas da dor, terror e, ainda assim, da resistência de populações que viveram violência extrema (PEDRETTI, 2024; SOARES e FUNARI, 2019; ANSART, 2001; HUNTER, ROBERTS e MARTIN, 1997). Esses estudos se fazem importantes em países como o Brasil, onde as vítimas de eventos violentos promovidos pelo Estado, como a ditadura militar ocorrida na segunda metade do século XX, não receberam o devido reconhecimento, e a preservação de sua memória é fundamental para a reparação simbólica e histórica (PLENS *et al.*, 2025; ABRÃO e GENRO, 2012; SANTOS, TELES e TELES, 2009).

O massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, ocorrido em 1937 no Crato, Ceará, é um dos episódios mais cruéis de repressão estatal a movimentos sociais independentes no Brasil. A comunidade abrigava camponeses, ex-escravizados e marginalizados que buscavam escapar da exploração e da pobreza.

Considerada uma ameaça à elite local, foi brutalmente atacada pelo Estado Novo, com a invasão do Exército e da Polícia Militar, seguida de um ataque aéreo que provocou um número indeterminado de mortes. A análise deste evento exige uma abordagem interdisciplinar envolvendo Arqueologia Forense, Antropologia Forense e História Local, com o intuito de recuperar a memória das vítimas e desafiar o apagamento histórico promovido pelas estruturas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Antropologia; História Local; Sociedade; Violência; Século XX; Brasil.

ABSTRACT

The Caldeirão da Santa Cruz do Deserto massacre, which took place in Crato, Ceará, in 1937, is one of the cruellest examples of state repression of independent social movements in Brazil.

The community offered shelter to ex-slave marginalised farm workers who tried to escape the exploitation and the poverty.

It was seen as a threat to the local elite and was therefore brutally attacked by the *Estado Novo* regime, who sent the Army and Military Police, followed by an air raid that caused an unknown number of deaths.

Studying this event requires an interdisciplinary approach involving Forensics Archaeology, Forensics Anthropology and Local History in order to recuperate the memory of the victims and challenge the historic cancellation promoted by the powers that be.

KEY WORDS: Archaeology; Anthropology; Local history; Society; Violence; 20th century; Brazil.

RÉSUMÉ

Le massacre du Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, survenu en 1937 à Crato, Ceará, est l'un des épisodes les plus cruels de la répression d'état contre les mouvements sociaux indépendants au Brésil. La communauté abritait des paysans, des anciens esclaves et des marginalisés, qui cherchaient à échapper à l'exploitation et à la pauvreté. Considérée comme une menace par l'élite locale, elle a été brutalement attaquée par l'Etat Nouveau avec l'invasion de l'Armée et de la Police, suivie d'une attaque aérienne qui a provoqué un nombre incalculable de morts. L'analyse de cet événement exige une approche interdisciplinaire incluant l'Archéologie médico-légale, l'Anthropologie médico-légale et l'Histoire locale, dans l'intention de restaurer la mémoire des victimes et de défier l'effacement historique promu par les structures de pouvoir.

MOTS CLÉS: Archéologie; Anthropologie; Histoire Locale; Société; Violence; XXème siècle; Brésil.

¹ Núcleo de Antropologia Forense (NUAF) da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), Brasil (arqueologiasobradinho@gmail.com; werneckfrota@gmail.com).

² Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos da Universidade Federal do Ceará (NPDM-UFC), Brasil (gabrielsindeauxpin@gmail.com; pedrugaspas@gmail.com; allyssonallan@gmail.com; odorico@ufc.br).

³ Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia Forenses (NEPAAF)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil (plens@unifesp.br).

⁴ Associate Professor in Forensic Anthropology, Cranfield University, UK (n.marquezgrant@cranfield.ac.uk).

⁵ Docente de la Facultad de Antropología, Universidad Veracruzana (UV), México (hernandezmartha25769@gmail.com).

⁶ Instituto Cobra Azul (ICA), Brasil (nilonobrelobo@gmail.com).

⁷ Laboratório de Arqueologia e Paleontologia (LABAP), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil (juvandi@terra.com.br).

O texto segue as regras do Português do Brasil. Foi recebido para publicação em 2025-10-08.

No Brasil, o estudo de lugares traumáticos também está intrinsecamente ligado à Arqueologia e à Antropologia Forenses, que terminam por desempenhar papéis essenciais na busca, recuperação e identificação de vítimas de massacres e violências históricas (Plens *et al.*, 2025; LIMA FILHO *et al.*, 2025; CORREIA, 2023; PLENS e SOUSA, 2022; PLENS e SOBRINHO, 2021).

Um exemplo emblemático é o massacre ocorrido em 1937 na comunidade de Santa Cruz do Deserto, região do Crato, Ceará. Sob a liderança do beato José Lourenço, a comunidade formava um movimento de resistência contra as condições de vida opressivas impostas pelo regime de Getúlio Vargas, mas foi brutalmente atacada pelo Exército Brasileiro e pela polícia militar cearense (ALMEIDA, 2011). O massacre resultou em um número incerto de mortes, com corpos enterrados em valas comuns e sem registros oficiais. Diferentes autores e fontes argumentam que morreram entre 350 e 400 pessoas (OLIVEIRA, 2025; DOURADO, 2010). Outras fontes, especialmente da História oral, consideram que os números variavam entre 700 e mil vítimas, muitas delas colocadas às dezenas em valas coletivas e sem qualquer tipo de identificação (ALMEIDA, 2011; FARIAS, 2015; GOMES *et al.*, 2021; LOPES, 2011; MAIA, 1987; SILVA, 2009).

Esta pesquisa busca colaborar no levantamento de dados que fornecem elementos coerentes para identificação da vala coletiva onde centenas de pessoas da comunidade de Caldeirão foram depositadas. Portanto, busca inicialmente apresentar o contexto histórico já levantado, e apontar as futuras etapas de construção dos dados para entendimento desse evento a partir das vertentes da História oral local e dos campos de investigação da Arqueologia e da Antropologia Forense em projeto que será realizado a partir da parceria institucional do Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional da Universidade Federal do Ceará (UFC), que possui uma linha de pesquisa em Bioarqueologia, o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos, também da UFC, e o Centro de Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE). A ideia é permitir que eventos como esses e que espaços marcados pela violência possam ser documentados e apresentados, tirando-os do silêncio do curso dos eventos e da historiografia tradicional.

CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ DO DESERTO, REGIÃO DE CRATO - CEARÁ: UMA SÍNTESE HISTÓRICA E AMBIENTAL DO LUGAR

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto é uma comunidade localizada no município do Crato, no interior do estado do Ceará, que se tornou histórica devido aos eventos violentos de 1937. Nesse ano, os habitantes da comunidade, que eram em grande parte camponeses e seguidores do beato José Lourenço (GOMES, 2009), foram atacados pelas forças militares do governo federal, resultando em um massacre brutal (ALMEIDA, 2011; LOPES, 2011).

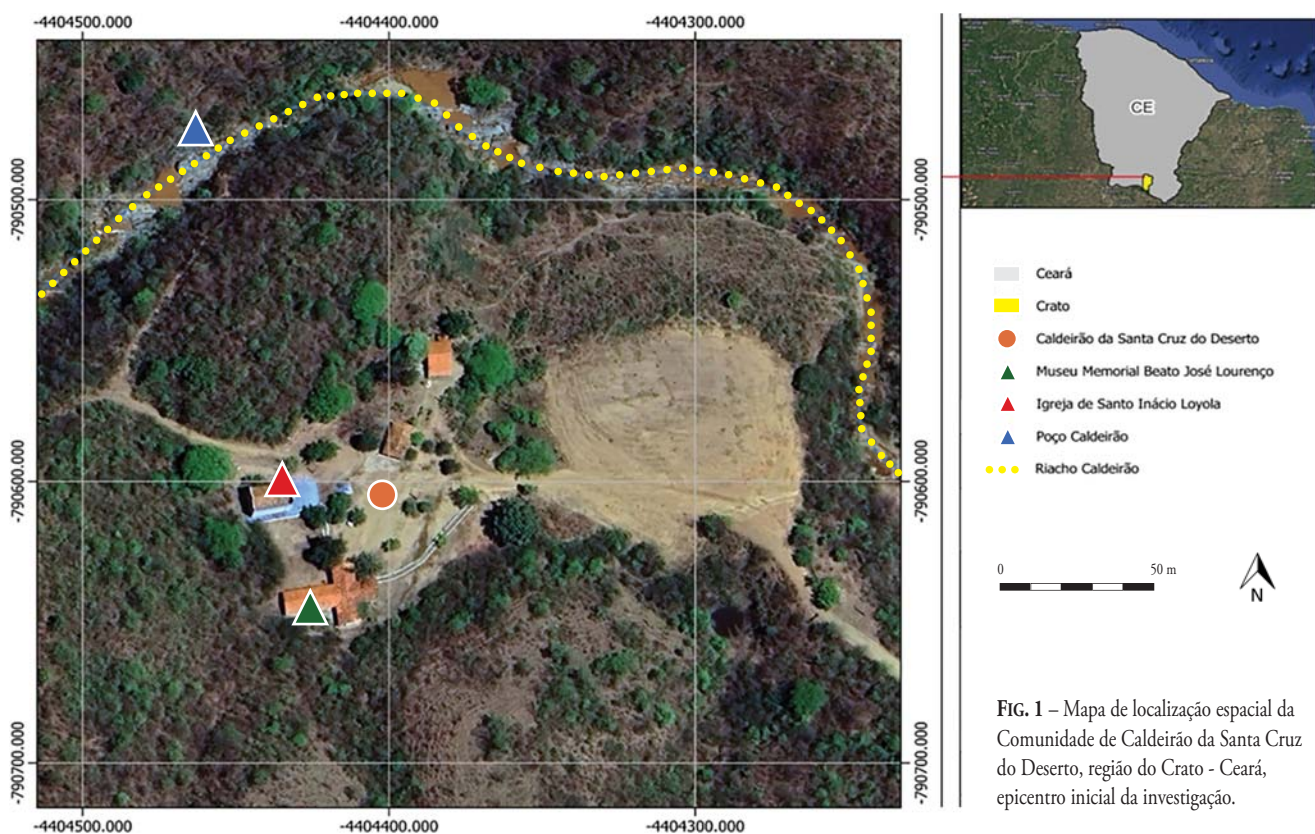
A história do Caldeirão é marcada pela resistência e pela luta por uma vida mais digna, em um contexto de extrema pobreza e de marginalização social (FARIAS, 2015). Segundo Kelsma Gomes e outros, sobre a localidade do Caldeirão: *“Essas terras estão localizadas no município de Crato, numa área de 880 hectares, na encosta da Chapada do Araripe. No século XIX, pertenceram ao Padre Cícero até a sua morte, quando então foram herdadas pelos padres Salesianos. Em 1926, o beato José Lourenço recebeu parte destas terras em doação, em uma tentativa do Padre Cícero de acomodar as famílias que haviam sido despejadas do Sítio Baixa d’Anta, primeira comunidade organizada pelo beato. Ocupadas pelas famílias de camponeses até 1926, quando o arrendatário solicitou as terras de volta, as famílias foram obrigadas a desocupá-las, sem direito algum”* (Farias, 2015 citado por GOMES *et al.*, 2021: 76).

Após a tomada das terras onde estavam instalados pelos donos originais, o grupo foi forçado a migrar para outra área. Foi nesse momento que, com uma doação do Padre Cícero, surgiram as bases iniciais do Sítio Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, localizado nas proximidades da cidade do Crato, na serra do Araripe, no sul do Ceará. A comunidade se estabeleceu ali, depois de ter deixado o sítio Baixa Dantas, também no Crato, onde vivera desde o final do século XIX (OLIVEIRA, 2025).

Localizado no Cariri, uma região do semiárido nordestino, o Caldeirão situa-se em uma área de geografia acidentada e com clima árido, características típicas da caatinga (LIMA, 2014; FRANÇA, 2002). A vegetação da região é composta principalmente por arbustos secos e cactáceas, adaptados à escassez de água. O solo da região é pobre, o que impõe grandes dificuldades à agricultura, e a falta de chuvas, especialmente durante os períodos de seca, torna a vida na região ainda mais desafiadora (LIMA, 2023; FRANÇA, 2002).

A comunidade de Caldeirão, em meio a esse cenário desolador, tentou construir uma vida baseada na solidariedade e na fé. Seus moradores, muitas vezes sem apoio de políticas públicas, se organizaram com o auxílio da liderança de José Lourenço, que fundou a irmandade e atraiu muitos fiéis em busca de uma vida alternativa, mais voltada para a coletividade e a espiritualidade (GOMES *et al.*, 2021; OLIVEIRA, 2025; SALES, 2004; MAIA, 1987) (Fig. 1).

O local se destacou como um símbolo de resistência, com uma organização social que se opunha à ordem estabelecida, tanto por parte das autoridades civis quanto da Igreja Católica tradicional. A comunidade estabeleceu um modo de vida que incluía práticas agrícolas de subsistência e a construção de uma pequena infraestrutura, como casas de barro, para suportar as adversidades do clima. Essas características do Caldeirão o tornaram um espaço de refúgio para aqueles que buscavam escapar da miséria e das opressões impostas pelo sistema vigente (MAIA, 1987; SALES, 2004; LOPES, 2011; GOMES *et al.*, 2021). Segundo João Oliveira, *“A comunidade cresceu naquele ano de 1932. Chegou a abrigar cinco mil pessoas. O que impressionava tanto quanto o número de acolhidos era a fartura material do povoado: dois açudes, centenas de cabeças de gado e outras tantas de ovinos e caprinos. Vários hectares de área plantada com*



Mapa: Pedro Gaspar e Sebastião Lacerda, 2025.

laranjeiras, bananeiras, abacateiros, coqueiros, umbuzeiros, mamoeiros, eucalipto, algodão e mandioca. Uma produtiva casa de farinha. Trabalho para todos e nenhum morador passando por necessidades. A prosperidade do Caldeirão já incomodava. Cresciam os boatos da iminência de uma ‘nova Canudos’” (OLIVEIRA, 2025: 3).

No entanto, a presença dessa comunidade e sua crescente autonomia provocaram uma espécie de preocupação nos fazendeiros locais e regionais, muitos deles obcecados com ideias relacionadas à implantação e ao medo de fixação do comunismo no Nordeste brasileiro. Portanto, eles realizaram uma espécie de pressão coletiva crescente junto ao governador cearense da época, Sr. César Cals de Oliveira, para que ele tomasse medidas e solicitasse apoio do governo federal (FARIAS, 2015; ALMEIDA, 2011).

Preocupado com essa repercussão, o governo federal de Getúlio Vargas, que estava atento a outros movimentos messiânicos pelo país, entendendo-os como uma espécie de ameaça à ordem e à estabilidade nacional, tomou medidas drásticas para dismantelar a comunidade de Caldeirão do Deserto (FARIAS, 2015; AQUINO, 2006). Portanto, em resposta imediata e ostensiva, em maio de 1937, o governo enviou tropas para destruir o local, resultando em um massacre no qual centenas de pessoas, incluindo idosos, jovens, mulheres e crianças, foram mortas e outras muitas forçadas a abandonar tudo e fugir (GOMES, 2009; SILVA, 2009; GOMES, 2019).

De acordo com o professor Régis Lopes, após uma série de ataques, o comando do exército enviou um destacamento acompanhado de um avião de guerra no dia seguinte, 11 de maio de 1937, para atacar os

moradores com metralhadoras. A comunidade foi completamente dizimada, com estimativas de mortes variando entre 400 a mil pessoas, de acordo com diferentes relatos sobre o número exato de vítimas (OLIVEIRA, 2025). Para Otoniel Dourado, ocorreu “O crime de lesa humanidade. O crime iniciou-se com um bombardeio aéreo, e depois, no solo, os militares usando armas diversas, como metralhadoras, fuzis, revólveres, pistolas, facas e facões, assassinaram na ‘Mata dos Cavalos’, Serra do Cruzeiro, mulheres, crianças, adolescentes, idosos, doentes e todo o ser vivo que estivesse ao alcance de suas armas, agindo como juizes e algozes. Meses após, José Geraldo da Cruz, ex-prefeito de Juazeiro do Norte/CE, encontrou num local da Chapada do Araripe, 16 crânios de crianças” (DOURADO, 2009: 2). O massacre, marcou o fim de uma tentativa de criação de uma sociedade alternativa no semiárido brasileiro, onde os habitantes do Caldeirão buscavam viver segundo suas próprias regras e crenças (CORDEIRO, 2002). A tragédia gerada pela repressão do governo foi um reflexo das tensões políticas da época e da tentativa do Estado de controlar movimentos populares e religiosos que desafiassem a ordem estabelecida (CORDEIRO, 2002; LOPES, 1991).

Após a destruição da comunidade, a região do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto permaneceu praticamente desabitada, mas a memória da tragédia e da resistência de seus habitantes perdurou (LOPES, 1991). O local se tornou um símbolo de luta e resistência no imaginário coletivo, especialmente entre os descendentes daqueles que viveram na comunidade (GOMES, 2019). O Caldeirão é, até hoje, visto como um símbolo de resistência, tanto em termos de luta social quanto de resistência à opressão.

A título de apresentação geral da comunidade e do evento, as imagens das Figs. 2, 3 e 4 demonstram parte da realidade documentada por esse trabalho, ao passo que chamam atenção para os impactos diretos e indiretos que tal massacre causou não apenas na comunidade, mas também em outras estruturas locais/regionais.

A literatura sobre o tema e o evento, embora tenha sido silenciada por muitas décadas, produziu uma quantidade significativa de dados, especialmente no campo da pesquisa histórica, sociológica e, também, de Antropologia social (ALMEIDA, 2011; SILVA, 2009). Eles demonstram a necessidade de construção e o resgate de projetos que investiguem para além do teor histórico local, regional, e até mesmo nacional, outras informações sobre essas centenas ou até milhares de pessoas que foram cruelmente massacradas nesse espaço, e que possam ser investigadas, contribuindo para que sejam tiradas do anonimato.

Este local, que antes era de acolhimento e apoio aos mais necessitados e abandonados pela sociedade e que, por sua vez, se tornou um espaço ou lugar de memórias traumáticas e violentas, a história do Caldeirão é, sem dúvida, uma parte importante da memória do Ceará e do país de forma mais ampla, que continua a inspirar a luta por justiça social e pelo direito à terra e à liberdade.

Neste sentido, a presente pesquisa, ainda em vias de efetivação, adotará uma abordagem interdisciplinar, combinando os campos da Arqueologia Forense, Antropologia Forense e História Local/Regional e Oral, ainda que de forma preliminar, com o objetivo de recuperar a memória das vítimas desse episódio de repressão, abordando as dimensões materiais e imateriais da tragédia, ao mesmo tempo que desafia o apagamento histórico promovido pelas estruturas de poder da época.

CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA FORENSES E DA HISTÓRIA LOCAL/REGIONAL PARA COMPREENSÃO DO MASSACRE

Vem ocorrendo um crescente interesse por parte de arqueólogos e antropólogos forenses que trabalham juntos, em desenvolver e ampliar o campo de atuação da Arqueologia Forense no país, especialmente voltada para o estudo de eventos e lugares traumáticos, como já bem salientaram PLENS *et al.* (2025), PLENS e SOBRINHO (2021) e LIMA FILHO *et al.* (2025).



FIG. 2 – Mosaico com diferentes momentos e partes dos eventos traumáticos que impactaram de forma direta e indireta no massacre da Santa Cruz do Deserto.

- A. Área do antigo Sítio Caldeirão na atualidade;
- B. Vista panorâmica da comunidade durante uma espécie de romaria;
- C. Uma das casas remanescentes do antigo Sítio Caldeirão, sendo preservada e ocupada na atualidade por novos moradores;
- D. Parte das ruínas das edificações da comunidade destruída em 1931;
- E. Vista de parte das ruínas onde se localizava a casa do beato José Lourenço;
- F. Formação rochosa que acumulava água na época de seca, conhecida como “Caldeirão”, que batiza a localidade histórica.

Fotos: A, C e F, Rosand Medeiros, 2020; B, Site Academia Virtual de História (n.d); D, Davis Barros, 2019; E, Antônio Rodrigues, 2021.

Para que possamos verificar como a Arqueologia Forense pode colaborar nesta pesquisa sobre o massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, é necessário definirmos o campo de atuação dessa subárea da pesquisa arqueológica. Segundo BLAU e UBELAKER (2016), a Arqueologia Forense se refere a um campo interdisciplinar que utiliza as metodologias e técnicas da Arqueologia para ajudar na resolução de questões legais, especialmente relacionadas a remanescentes humanos e locais de crimes. Em casos como esse, onde muitas vítimas são enterradas clandestinamente, ou onde o número de mortos é elevado, a Arqueologia Forense oferece uma maneira de localizar, recuperar e analisar restos humanos



FIG. 3 – Mosaico com diferentes momentos e partes dos eventos traumáticos que impactaram de forma direta e indireta no massacre da Santa Cruz do Deserto, interior do Crato, nas proximidades da Chapada do Araripe, Ceará.

- A. Imagem mostrando a igreja de Santo Inácio de Loyola nos anos de 1930.
- B. Igreja do Sítio Caldeirão nos dias atuais.
- C. Fotografia de beato José Lourenço na Comunidade de caldeirão.
- D. Sobreviventes do massacre da comunidade.

enterrados, fornecendo evidências para a identificação das vítimas e a reconstrução dos eventos (MORAN e GOLD, 2009).

Além disso, em lugares traumáticos como campos de extermínio ou zonas de repressão, a aplicação dessa disciplina pode ajudar a esclarecer as causas das mortes, identificando padrões de violência e abusos, além de contribuir para a reparação histórica, ao resgatar as memórias daqueles que foram sistematicamente apagados pela violência. A Arqueologia Forense, assim, não só facilita o processo investigativo, mas também fortalece a busca por justiça e verdade em contextos de graves violações dos direitos humanos (MORAN e GOLD, 2009; CONNOR, 2007; HUNTER, ROBERTS e MARTIN, 1997).

Em se tratando da aplicação e busca por resultados coerentes e eficientes, é possível considerar que as contribuições da Arqueologia Forense e da Antropologia Forense na investigação de massacres, como o ocorrido no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, podem ocorrer de diversas maneiras. Conforme salientam Luiz Jobim e outros, *“A Antropologia Forense estuda os aspectos físicos dos indivíduos: cor da pele; características dos cabelos; características dentárias; grupos sanguíneos; elementos mensuráveis*

simples [...] forma do rosto, do nariz, dos lábios, das orelhas; caracteres do crânio e suas diferentes formas (vertical, lateral, frontal, basal, occipital), etc, alterações ósseas (desvios, calos de fraturas, osteófitos, artroses); presença de próteses, além de quaisquer outros dados que possam ajudar, em maior ou menor grau, na identificação. Desta forma, os estudos antropológicos tornam-se imprescindíveis quando a comparação das impressões digitais não é mais possível” (JOBIM et al., 2018: 13).

No contexto do massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, dados dessa natureza, fornecidos pela Antropologia, terminam sendo produtivos, na medida em que é possível realizar a identificação dessas vítimas que, em sua grande maioria, foram enterradas de forma anônima e sem qualquer registro oficial. O

massacre, muito provavelmente, deixou um grande número de corpos sem identificação, o que torna o trabalho da Antropologia Forense relevante e coerente para essa pesquisa em apreço.

No campo de utilização de informações fornecidas pela História local, esta pesquisa buscará dados que permitam a construção de uma narrativa mais próxima e fiel ao contexto da época. Por meio de fontes locais, como arquivos de jornais regionais, documentos públicos e relatos de pessoas da comunidade, será possível entender melhor as circunstâncias sociais, políticas e culturais que envolveram a repressão (BOSI, 2003). Além disso, a História local atuará como norte para fornecer dados prováveis para localização das fossas, covas rasas e as valas onde esses corpos foram depositados.

A Arqueologia, ao investigar a cultura material que resistiu ao tempo, não apenas reconstrói eventos históricos, mas também resgata vozes silenciadas por estruturas de poder (SOARES e FUNARI, 2019; HABER, 2008). Seu papel político e simbólico vai além da pesquisa acadêmica tradicional: ela revela histórias marginalizadas, confrontando narrativas dominantes que buscaram apagar traumas coletivos (ZARANKIN e NIRO, 2008). Nesse sentido, a Arqueologia Forense emerge como um suporte essencial para sistematizar respostas a demandas sociais, especialmente em casos de violações em massa de direitos humanos (CARVALHO e FUNARI, 2009).


Mesmo porque, embora haja passado tanto tempo, a Arqueologia Forense ainda tem muito a revelar sobre o massacre do Caldeirão. Seus métodos podem reconstituir cenários de violência (como a disposição dos corpos ou marcas de execução), identificar indivíduos (através de análises osteológicas) e contextualizar as condições do crime (como

armas utilizadas ou padrões de enterro). Entretanto, seu maior legado é humanizar os dados: números viram nomes, valas viram túmulos, e a História ganha rostos. Ao unir rigor científico à sensibilidade ética, essa pesquisa em curso não apenas busca esclarecer ou fornecer reflexões sobre o passado, mas também reafirmar a dignidade dos que foram apagados, transformando luto em luta por memória, verdade e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arqueologia tem um papel fundamental ao investigar violações em massa de direitos humanos, como massacres. A Arqueologia Forense, aliada à Antropologia Forense, à História local e à memória, busca sistematizar projetos que promovam reparação histórica e deem voz a comunidades silenciadas pelo Estado, como no caso do massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, ocorrido no interior do estado do Ceará.

Locais marcados por violência e trauma, como valas comuns, carregam memórias coletivas de sofrimento que permanecem vivas mesmo após décadas. Esses espaços, analisados sob perspectivas interdisciplinares, revelam como o trauma se inscreve tanto na paisagem quanto na identidade das comunidades. O estudo desses lugares no século XXI, com recursos tecnológicos e reflexões históricas mais aprofundadas, conecta-se à preservação da memória em um país com feridas ainda abertas, como as da ditadura militar.

A materialidade desses locais comprova que a memória não é apenas abstrata, mas também física, deixando vestígios que desafiam o esquecimento. A Arqueologia e a Antropologia forenses fornecem bases científicas para analisar esses eventos, promovendo reparação simbólica e fortalecendo narrativas coletivas sobre o passado. Por fim, contribuem para uma reflexão contínua sobre a História, especialmente em contextos de violência estatal e resistência massacrada e silenciada. 



Fotos: Suplemento Cultural. Estado de Pernambuco/Tok de História, 1997; Joedra Domingues, 2015; Jonas Fátima (n.d.).

FIG. 4 – Mosaico contendo várias notícias em diferentes periódicos sobre os eventos e o massacre que levou à destruição parcial da comunidade de Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo e GENRO, Tarso (2012) – *Os Direitos da Transição e a Democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia*. Belo Horizonte: Fórum.
- ALMEIDA, Maria Isabel Medeiros (2011) – *Memória e História: o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na narrativa histórica*. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12713>
- ANSART, Pierre (2001) – “História e Memória dos Ressentimentos”. In BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (Re)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, pp. 15-36.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de (2006) – “A Pedra da Morte”. In COSTA, Cristiane. *Nossa História. Fé e Luta: Movimentos messiânicos que incendiaram o Brasil*. São Paulo: Editora Vera Cruz, pp. 18-22.
- BLAU, Soren e UBELAKER, Douglas H. (ed.) (2016) – *Handbook of Forensic Anthropology and Archaeology*. New York: Routledge / Taylor & Francis Group.
- BOSI, Ecláa (2003) – *O Tempo Vivo da Memória: ensaios da psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.

- CARVALHO, Aline Vieira de e FUNARI, Pedro Paulo A. (2009) – “Arqueologia Forense como Arqueologia Pública: estudo da arte e perspectivas para o futuro no Brasil”. In CARVALHO, Aline Vieira de *et al.* (org.). *Arqueologia, Direito e Democracia*. Erechim, RS: Habilis.
- CONNOR, Melissa A. (2007) – *Forensic Methods: Excavation for the Archaeologist and Investigator*. Lanham: AltaMira Press.
- CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida (2002) – *Memórias e Narrações na Construção de um Líder, Beato José Lourenço*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- CORREIA, Maria Ana (2023) – “Arqueologia e Antropologia Forense em Contextos de Violência Política”. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. 36 (2): 222-242. <https://doi.org/10.24885/sab.v36i2.1048>
- DOURADO, Otoniel Ajala (2009) – “Denúncia: Sítio Caldeirão, o Araguaia do Ceará - uma história que ninguém conhece porque jamais foi contada”. In *História do Brasil e do Mundo*. ONG SOS Direitos Humanos do Ceará. <https://bit.ly/3Ln2dGv>
- FARIAS, Ailton de (2015) – *História do Ceará*. 7.ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura.
- FRANÇA, Delza Lucena de (2002) – *Caldeirão de Santa Cruz do Deserto: História de uma Comunidade Camponesa*. Monografia de Graduação apresentada ao Centro de Humanidades para obtenção do título de especialista em História do Brasil, Crato, Universidade Regional do Cariri.
- GOMES, Antônio Máspoli de Araújo (2009) – “A Destruição da Terra Sem Males: o conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto”. *Revista USP*. Universidade de São Paulo. 82: 54-67. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i82p54-67>
- GOMES, Kelsma M. Silva (2019) – *Grafitas da Memória: vida e massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto comunicados no concreto da Universidade Federal do Cariri - UFCA*. Dissertação de Mestrado Profissional em Inovação na Comunicação de Interesse Público. Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).
- GOMES, Kelsma M. Silva; CARDOSO, João B. Freitas; PERAZZO, Priscila F. e HELLER, Bárbara (2021) – “Memória Amordaçada: o massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto”. *Lumina*. Universidade Federal de Juiz de Fora. 15 (2): 72-85. <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2021.v15.34556>
- HABER, Alejandro F. (2008) – “Tortura, Verdade, Repressão, Arqueologia”. In FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés e REIS, José Alberioni dos (org.). *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das Ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume, pp. 110-116. <https://bit.ly/44QeAS6>
- HUNTER, John; ROBERTS, Charlotte A. e MARTIN, Anthony (1997) – *Studies in Crime: An Introduction to Forensic Archaeology*. London: Routledge.
- JOBIM, Luiz Fernando; COSTA, Luís Renato da Silveira; SILVA, Moacyr da e JOBIM, Mariana de S. Leite (2018) – *Identificação Humana: identificação Médico-Legal, Perícias Odontológicas, Identificação Humana pelo DNA*. 3.ª ed. Campinas - SP: Millennium Editora.
- LIMA FILHO, Sebastião Lacerda de; PLENS, Cláudia Regina; FROTA, Marcos Tadeu Ellery; FARIAS, Allysson Allan de e MORAES FILHO, Manoel Odorico de (2025) – “Vozes Silenciadas e Lugares Traumáticos: a utilização da arqueologia e da antropologia forense em uma investigação preliminar na ‘Casa dos Horrores’ em Maranguape (CE) e sua importância como espaço de repressão durante a ditadura militar”. In BISPO, Guilherme Almeida S.; MENENDEZ, Lucas Evangelista de; SANTANA, Yuri dos Santos e CARVALHO, Robson Amparo de (orgs.). *Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos: pesquisas, relatos e reflexões*. Ponta Grossa: Editora Aya. Vol. 11, pp. 88-106. <https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.446.7>
- LIMA, Cicero Erivaldo de (2008) – “Ensinaamentos do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto para Educação em Agroecologia”. *Anais do III Seminário Nacional de Educação em Agroecologia - Construindo caminhos para o fortalecimento dos territórios de Bem Viver*. Associação Brasileira de Agroecologia. 18 (1). <https://bit.ly/3MY5Hja>
- LIMA, Wesley de Sousa (2014) – “A Importância da Bacia Sedimentar do Araripe para o Ensino de Geografia Física no Cariri Cearense”. In *Anais IV ENID / UEPB*. Campina Grande: Realize Editora. <https://bit.ly/4aAMwWY>
- LOPES, Francisco Régis (1991) – *Caldeirão*. Fortaleza: Editora Educe.
- LOPES, Francisco Régis (2011) – *Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. 2.ª ed. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC.
- MAIA, Veralúcia Gomes (1987) – *Caldeirão: uma Comunidade de Camponeses*. Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- MORAN, Kimberlee Sue e GOLD, Claire L. (ed.) (2009) – *Forensic Archaeology: multidisciplinary perspectives*. Dordrecht: Springer.
- OLIVEIRA, João Emanuel de Lima (2025) – “Memórias que Resistem: a comunidade de Caldeirão de Santa Cruz do Deserto”. In *Projeto Teia dos Povos*. <https://bit.ly/49vyu7q>
- PEDRETTI, Lucas (2024) – *A Transição Inacabada: violência de Estado e direitos humanos na redemocratização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PLENS, Cláudia R. e SOBRINHO, Leticia (2021) – “Ossos Sob Tortura: a Antropologia Forense na identificação de práticas de lesões corporais”. *Brazilian Journal of Forensic Anthropology e Legal Medicine*. 3: 1-13.
- PLENS, Cláudia R. e SOUZA, Camila D. de (2022) – “Arqueologia Forense: dos procedimentos técnicos à interpretação dos eventos”. In MACHADO, Carlos Eduardo *et al.* (orgs.). *Tratado de Antropologia Forense: fundamento e metodologias aplicadas à prática pericial*. 2.ª ed. Campinas: Editora Millenium, pp. 1-35.
- PLENS, Cláudia; TOGNOLI, Anderson; ZARANKIN, Andrés; CARVALHO, Aline; NEVES, Deborah; LIMA, Fernanda e OKSMAN, Silvio (2025) – “Vestígios do Tempo no Cárcere: arqueologia no maior centro urbano de tortura da ditadura militar brasileira, o DOI-Codi-SP”. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. 38 (1): 3-30. <https://doi.org/10.24885/sab.v38i1.1214>
- SALES, Maria José de (2004) – *Auto do Caldeirão, dos Cavaleiros da Santa Cruz do Deserto*. Dissertação de Mestrado. Crato: Universidade do Cariri.
- SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson e TELES, Janaina de Almeida (orgs.) (2009) – *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec. Vol. 1.
- SILVA, Lemuel Rodrigues da (2009) – *O Discurso Religioso no Processo Migratório para o Caldeirão do Beato José Lourenço*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. <https://bit.ly/4qrwHWH>
- SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina e STIEL NETO, Augusto (orgs.) (2018) – *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Escuta. <https://bit.ly/458b4TI>
- SOARES, Inês Prado e FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.) (2019) – *Arqueologia e Direitos Humanos: uma introdução*. Curitiba: Appris.
- TAVARES, Flávio (2005) – *Memórias do Esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- TOK DE HISTÓRIA (2020) – *A Santa Cruz do Deserto: revisitando o Caldeirão. Beato José Lourenço é o Último “Conselheiro”*. <https://bit.ly/4qx7URh>
- ZARANKIN, Andres e NIRO, Claudio (2008) – “A Materialização do Sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da Ditadura Militar Argentina (1976-1983)”. In FUNARI, Pedro P. A.; ZARANKIN, Andrés e REIS, José A. dos (orgs.). *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das Ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Editora Annablume, pp. 183-210.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

RESUMO

Artigo de reflexão que propõe um modelo ético de acolhimento temporário de espólios arqueológicos em risco, face a ameaças crescentes como guerras, catástrofes naturais e tráfico ilícito. Apesar da existência de convenções internacionais – UNESCO (1954 e 1970) e UNIDROIT (1995) –, a distância entre princípios e ação prática continua significativa. Inspirado por iniciativas da UNESCO, do ICOMOS e da Blue Shield International, bem como por experiências recentes protagonizadas por alguns países europeus, o autor defende um enquadramento baseado na solidariedade patrimonial e na responsabilidade partilhada. Propõe sete princípios fundamentais, complementados por critérios de aplicação que incluem a avaliação do risco, a relevância patrimonial, a capacitação técnica do país de origem e a necessidade de ajustamentos jurídicos em Portugal. Entre o saque e a inação, propõe uma terceira via: a salvaguarda solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão do Património; Direito; Legislação do património; Guerra; Análise de risco.

ABSTRACT

This reflective article proposes an ethical model for the temporary custody of archaeological heritage at risk, in the face of growing threats such as wars, natural disasters, and illicit trafficking. Despite the existence of international conventions – UNESCO (1954 and 1970), and UNIDROIT (1995) – the gap between principles and practical action remains significant. Inspired by initiatives of UNESCO, ICOMOS, and Blue Shield International, as well as recent experiences led by several European countries, the article argues for a framework based on heritage solidarity and shared responsibility. The text is structured around seven core principles, complemented by application criteria such as risk assessment, heritage relevance, technical capacity of the country of origin, and the need for legal adjustments in Portugal. Between looting and inaction, a third way is proposed: solidarity safeguarding.

KEY WORDS: Heritage Management; Law; Legislation on Heritage; War; Risk analysis.

RÉSUMÉ

Cet article de réflexion propose un modèle éthique pour l'accueil temporaire du patrimoine archéologique en danger face aux menaces croissantes telles les guerres, les catastrophes naturelles et le trafic illégal. Malgré l'existence de conventions internationales – UNESCO (1954 et 1970) et UNIDROIT (1995) – l'écart entre les principes et l'action concrète demeure considérable. Inspiré par des initiatives de l'UNESCO, de l'ICOMOS et de Blue Shield International, ainsi que par des expériences récentes menées dans certains pays européens, l'auteur plaide pour un cadre fondé sur la solidarité patrimoniale et la responsabilité partagée. L'article s'articule autour de sept principes fondamentaux, complétés par des critères d'application tels que l'évaluation des risques, la pertinence patrimoniale, les capacités techniques du pays d'origine et la nécessité d'adaptations juridiques au Portugal. Entre le pillage et l'inaction, il propose une troisième voie : la sauvegarde solidaire.

MOTS CLÉS: Gestion du patrimoine; Droit; Législation du Patrimoine; Guerre; Analyse de risque.

¹ Arqueólogo independente; membro do ICOMOS Portugal; membro colaborador do Lab2PT (Landscape, Heritage and Territory Laboratory), Universidade do Minho, Braga, Portugal (<https://orcid.org/0000-0002-8720-9469>; nico_arque@sapo.pt).

Por opção do autor, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-09-29.

Salvar Sem Apropriar

princípios de atuação num modelo ético de acolhimento temporário de Património arqueológico em risco

Nuno Oliveira ¹

1. INTRODUÇÃO

N um momento em que a destruição e dispersão do Património arqueológico, e não só, atingem níveis alarmantes – em cenários de guerra, desastres naturais e tráfico ilícito –, multiplicam-se declarações, convenções e princípios éticos por parte da comunidade internacional. No entanto, a distância entre o discurso e a ação continua a ser demasiado grande. São necessárias ações concretas – e não apenas princípios abstratos – para proteger espólios em risco. Este texto propõe uma primeira estrutura prática e juridicamente clara para que Portugal (ou outro país) possa, de forma ética e temporária, acolher espólios ameaçados, contribuindo ativamente para a salvaguarda do Património Cultural. Importa também sublinhar que, embora Portugal tenha à sua guarda em alguns museus nacionais – como o Museu Nacional de Etnologia – espólios provenientes de antigos territórios coloniais, estas coleções foram, na sua maioria, constituídas num quadro histórico em que tais territórios integravam juridicamente o espaço nacional. Estes foram recolhidos muitas vezes para fins de documentação etnográfica ou científica, mesmo que hoje exijam um debate atualizado sobre a sua representação e restituição. O modelo de acolhimento temporário que aqui se propõe não se inscreve em qualquer lógica de posse ou transferência definitiva, mas antes num quadro de **solidariedade patrimonial preventiva**, onde a devolução plena e a soberania do país de origem são princípios estruturantes, invioláveis e inegociáveis.

Assim, creio que Portugal podia liderar uma proposta coerente, e em linha com os valores do próprio ICOMOS, da UNESCO e outras instituições culturais de natureza internacional, dos quais o nosso país é mais de uma centena de outros signatários.

A proposta que se apresenta de seguida distingue-se radicalmente de práticas históricas associadas à apropriação indevida, onde os espólios foram frequentemente adquiridos sob coação, por via de pilhagens, escavações unilaterais, negociações assimétricas ou reten-

ção indefinida de espólios arqueológicos, como sucedeu em contextos coloniais e com transferências de bens para museus de potências internacionais, frequentemente sem retorno. Casos amplamente conhecidos, como o dos *Mármore de Elgin*, no British Museum (TITI, 2023), ou de estruturas praticamente inteiras, levantadas do seu lugar original, dos quais o exemplo mais conhecido é o *Altar de Pérgamo*, hoje peça central do Pergamonmuseum, em Berlim. Ou apenas uma peça, como é o caso da *Pedra da Roseta*, também albergada no British Museum, levada em 1801, no contexto do *Tratado de Alexandria*, mas que ainda hoje o Egito, a sua população e uma campanha global¹ exigem restituição, alegando apropriação colonial. Estes casos não têm qualquer correspondência com o presente modelo. Pelo contrário, aqui estabelece-se como princípio inviolável a propriedade, soberania e decisão permanente do país de origem, com mecanismos claros de devolução, rastreabilidade e limitação temporal. Trata-se de um acolhimento técnico, ético e solidário – e nunca de apropriação cultural.

Além disso, creio que não será demais lembrar dois casos, já no século XXI, de destruição e saque de sítios e museus. O primeiro é o do museu de Bagdad, em 2003 (ROTHFIELD, 2009), em que mais de 15 mil artefactos arqueológicos, alguns com milhares de anos, foram roubados ou destruídos. O segundo, mais próximo cronologicamente, é o da cidade romana de Palmira (lugar património mundial da UNESCO). Entre 2015 e 2017, várias incursões do Estado Islâmico (Isis) à cidade e ao seu Museu Arqueológico levaram a graves danos. O grupo destruiu artefactos e monumentos históricos, incluindo estátuas (*THE WASHINGTON POST*, 2015), túmulos e várias estruturas do próprio museu, enquanto objetos saqueados foram contrabandeados internacionalmente. Esta destruição provocou, por consequência, uma perda irreparável de valor histórico, cultural e simbólico, dado que muitos desses artefactos eram únicos e insubstituíveis. Como se tudo isto não bastasse, o mesmo grupo acabaria por raptar, torturar e assassinar um dos principais responsáveis deste lugar, o arqueólogo Khaled Al-Assad (*BBC*, 2015).

Mas, voltando à proposta. Apesar da ideia que fica plasmada nestas páginas poder ser, aparentemente, inédita, alguns governantes, como é o caso de François Hollande (antigo Presidente da República Francesa) já tinha indicado este caminho, ainda nos finais de 2016 (*THE GUARDIAN*, 2016). Com efeito, num lugar a cerca de 200 km de Paris, existe desde 2019 um centro de conservação e restauro para albergar a coleção em reserva do Museu do Louvre. Estas instalações serviriam – segundo o antigo presidente francês – igualmente, para albergar e salvaguardar Património e objetos oriundos de zonas de conflito, como o Iraque ou a Síria. Porém, não foram conhecidos por ora mais desenvolvimentos nesta matéria. Por outro lado, são já alguns casos, felizmente, em que várias organizações internacionais, como a UNESCO, em operação conjunta com pro-

¹ Ver <https://returnthestone.org/>. Trata-se de uma campanha global de base proativa, lançada em outubro de 2001, com o objetivo de pressionar moralmente o retorno desse artefacto.

“A proposta que se apresenta [...] distingue-se radicalmente de práticas históricas associadas à apropriação indevida, onde os espólios foram frequentemente adquiridos sob coação, por via de pilhagens, escavações unilaterais, negociações assimétricas ou retenção indefinida [...]. Pelo contrário, aqui estabelece-se como princípio inviolável a propriedade, soberania e decisão permanente do país de origem, com mecanismos claros de devolução, rastreabilidade e limitação temporal.”

fissionais e organizações culturais de França e Suíça, colaboraram, por exemplo, para mobilizar materiais (conservação, embalagem e documentação) para preservar Património em risco na Síria (UNESCO, 2016). Entre outros casos de sucesso, apresento sucintamente dois realizados pela Blue Shield. Em 2024, a Blue Shield France mobilizou voluntários para apoiar o Museu de Mayotte (BLUE SHIELD, 2025) na salvaguarda do Património cultural afetado neste território ultramarino francês. Neste caso, voluntários do próprio museu e a equipa de resposta a emergências, trabalharam diretamente no museu para proteger arquivos e coleções danificadas. A Blue Shield France, reconhecida pelo governo francês, foi uma das primeiras a responder ao desastre, destacando-se pela sua capacidade de ação rápida e eficaz em situações de crise. Num outro contexto geográfico mais próximo de nós, enquanto a guerra na Ucrânia continua a decorrer, a Blue Shield Internacional tem tido um papel de destaque na salvaguarda e proteção do Património. Entre novembro de 2022 e agosto de 2023, a Blue Shield realizou três missões (BLUE SHIELD, 2023) de avaliação na Ucrânia, incluindo visitas a museus em Kupiansk e outras áreas afetadas. Estas missões permitiram documentar danos, identificar riscos e fornecer recomendações para a proteção do Património

cultural. Uma outra iniciativa interessante é a “*Backup Ukraine*” (LBB ONLINE, 2022). Esta iniciativa, com a colaboração da UNESCO e da Blue Shield Dinamarca, tem como objetivo a utilização, por parte dos cidadãos ucranianos, da aplicação *Polycam* para criar modelos 3D de edifícios e monumentos ameaçados. Estes modelos digitais servem como registos permanentes, facilitando a sua preservação e, sobretudo, a reconstrução do Património cultural nesta área em conflito armado.

Felizmente, um outro caso recente foi a ajuda prestada ao governo de Kiev, proporcionada pelo governo Suíço e que se aproxima do objetivo deste artigo (FEDERAL OFFICE OF CULTURE, 2025). Em abril de 2025, o Federal Office of Culture ofereceu dois tipos de assistência financeira. Trata-se de uma ajuda monetária, com certeza bem-vinda. Porém, não é uma ajuda através de profissionais culturais que procuram a defesa e salvaguarda do Património. Ainda assim, é um exemplo próximo do “acolhimento temporário” do qual este artigo irá tratar.

Face à intensificação de conflitos armados, catástrofes naturais e outras ameaças à integridade do Património cultural em várias partes do mundo, importa refletir sobre modelos de acolhimento temporário de espólios arqueológicos em risco. Inspirado por princípios internacionais (UNESCO, 1954 e 1970; UNIDROIT, 1995; LAMBERT e ROCKWELL, 2012) e práticas recentes da BLUE SHIELD INTERNATIONAL (2006 e 2016), propõe-se aqui um quadro ético e princípios jurídicos para que Portugal possa, de forma solidária e responsável, acolher temporariamente bens patrimoniais móveis, sem qualquer lógica de apropriação, incorporação ou transferência de soberania.

Entre o saque e a inação, creio que só há espaço para uma terceira via: a salvaguarda solidária e temporária.

Seguem-se, desta forma, algumas notas orientadoras conducentes a uma proposta de princípios e regras de atuação, pelos quais de deveria reger o acolhimento temporário de espólios, para futuras discussões e alargamento desta proposta.

2. PROPOSTA PARA O ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO DE BENS ARQUEOLÓGICOS EM RISCO: ALGUNS PRINCÍPIOS E CONDIÇÕES A PRIORI

2.1. DA AUTORIZAÇÃO SOBERANA

A primeira regra, sem a qual nada mais se sustenta, é a soberania. A tutela do Património começa e termina na vontade política e legal do país de onde os bens procedem. Nenhum espólio deve sair do seu território sem uma autorização clara e explícita das entidades competentes, em conformidade com as convenções da UNESCO (1970) e da UNIDROIT (1995), que prevê mecanismos de restituição em casos de exportação não autorizada. Além disso, importa sublinhar que o pedido de acolhimento só pode partir do próprio país de origem – qualquer iniciativa unilateral por parte do país de destino seria, por si só, uma

violação dos princípios que aqui se defendem. Esta é, portanto, uma condição absolutamente inegociável.

2.2. DO CARÁTER EXCLUSIVAMENTE TEMPORÁRIO

Outro princípio que me parece inflexível é o caráter temporário deste acolhimento.

Inspirado no Primeiro Protocolo da *Convenção da Haia* (UNESCO, 1954), defende-se que a custódia oferecida por Portugal (ou qualquer outro país) seja apenas provisória, com finalidade de salvaguarda técnica, e nunca de aquisição ou incorporação permanente em coleções nacionais.

Mesmo a eventual exposição pública dos objetos deve ser entendida como exceção, e não regra, dependendo sempre da autorização expressa do país de origem.

Se essa autorização existir, a exposição deve ser concebida em regime de coorganização entre técnicos e responsáveis políticos de ambas as partes, assegurando que também os benefícios económicos revertam, em larga medida, para o Estado a que pertencem os espólios, e não beneficie diretamente o Estado que acolheu esses bens.

2.3. DA DEVOLUÇÃO GARANTIDA E SOB CONTROLO DO PAÍS DE ORIGEM

Um outro aspecto que parece claro é a devolução plena e sob controlo do país de origem como pilar essencial. O país que confia os seus bens culturais a outro deve ter sempre a garantia de que poderá reavê-los quando assim o entender, mediante pedido formal e dentro de um prazo razoável. Mais do que isso, o transporte e a devolução devem ser conduzidos prioritariamente pelo próprio país de origem, recorrendo aos seus próprios canais diplomáticos e logísticos, ainda que acompanhados pelas instituições do país recetor e, claro, de técnicos especializados de organizações internacionais, como a UNESCO ou o ICOMOS. A lógica é simples: a custódia temporária não pode, em caso algum, transformar-se numa retenção indevida ou numa forma de apropriação encapotada. Sendo que o transporte destes materiais deve cumprir todas as regras e princípios técnicos e normas de conservação internacionais.

2.4. DO ACOMPANHAMENTO OBRIGATÓRIO

O país de origem deve enviar representantes técnicos (arqueólogos, conservadores, investigadores) para acompanhar, não só a transferência, como os procedimentos técnicos e logísticos, o auxílio em todo o processo de acolhimento do país que acolhe estes bens e, claro, a futura devolução. A sua presença não é apenas desejável, mas indispensável: são eles que asseguram que o acolhimento se realiza de forma responsável, em respeito pela integridade dos objetos e pela soberania cultural de quem os envia.

2.5. DA DOCUMENTAÇÃO E RASTREABILIDADE INTERNACIONAL

Julgo ser necessário agora realçar um aspecto também ele importante. Toda a documentação produzida neste processo de transferência e acolhimento temporário deve ser rigorosa e rastreável, para que este modelo seja credível e seguro.

Cada espólio ou bem cultural transferido deve ser inventariado, fotografado e acompanhado por fichas técnicas que registam o seu estado de conservação. Idealmente, deve adotar-se um padrão internacionalmente reconhecido, como o Object ID (YASAITIS, 2005), assegurando que os dados acompanham sempre os bens culturais, tanto em formato físico como digital. Esses registos devem ser depositados junto da UNESCO e/ou do ICOMOS e partilhados entre todas as partes envolvidas. Assim, reduz-se o risco de perda de informação, apropriação indevida ou manipulação documental.

2.6. DA LIMITAÇÃO TEMPORAL PARA PREVENIR APROPRIAÇÕES INDEVIDAS

Uma questão que é igualmente pertinente é a limitação temporal do acolhimento. O acolhimento temporário não pode passar a definitivo. Esta é efetivamente uma das condições intransigíveis. A regra deve ser clara: um prazo máximo de dois anos, prorrogável apenas em casos excecionais e mediante novo acordo bilateral, com a supervisão de organismos internacionais. Esta limitação temporal evita que a hospitalidade se transforme em posse, e obriga a uma constante avaliação das condições de conservação e segurança. O tempo é, assim, mais do que um fator logístico: é um garante ético de que se trata de uma salvaguarda temporária e não de uma apropriação disfarçada. Além do mais, os objetos à guarda devem estar a todo o tempo prontos a regressar ao país de origem.

2.7. DA LIMITAÇÃO AO ESTUDO

Esta condição, confesso, pode parecer estranha a alguns, sobretudo do meio científico. Contudo, acredito que a prudência se deve impor. Qualquer investigação sobre os materiais com este estatuto deve requerer autorização prévia das autoridades do país de origem, e deve ser, preferencialmente, conduzida em colaboração com investigadores desse mesmo país. Técnicas invasivas, análises laboratoriais ou recolha de amostras só poderão ser admitidas se expressamente autorizadas. Não se trata de limitar o conhecimento, mas de garantir que este se produz em diálogo, em cooperação, e nunca à revelia dos legítimos detentores do Património.

2.8. DO USO POLÍTICO, COMERCIAL OU SIMBÓLICO INDEVIDO

O acolhimento dos bens culturais não deve ser instrumentalizado para campanhas promocionais, propaganda institucional ou exploração turística sem consentimento do país de origem. Além disso, deve ser vedada a reinterpretação simbólica, cultural ou narrativa dos objetos ou bens culturais sem diálogo e acordo com a tutela de origem.

2.9. OUTROS ASPECTOS


Além dos oito pontos já discutidos, podemos pormenorizar outros aspectos relevantes. Os bens culturais, em Arqueologia, são, pela sua natureza, bastante diversificados: podem ser estátuas, vasos cerâmicos, peças em bronze ou ouro, etc. Tendo em consideração o que ficou descrito acima, é necessário atender à quantidade, qualidade e estatuto que alguns espólios oferecem. Não é logisticamente possível transportar coleções inteiras de artefactos ou bens culturais, no mais curto espaço de tempo, de um museu no estrangeiro para Portugal (ou outro país). Com efeito, são necessários critérios justos e equitativos. É necessário compreender se o país de origem destes espólios não tem capacidade local, em primeiro lugar, para a salvaguarda dos seus bens culturais. Por outro lado, é necessário hierarquizar a relevância patrimonial de espólios. Aqueles que são Património mundial ou nacional de um dado país, deverão ser os primeiros a integrar um processo desta natureza. E, finalmente, qual o grau de efetivo risco (o saque devido a conflitos armados, uma catástrofe natural iminente, a destruição por colapso de estruturas, etc.).

Um outro ponto que também podemos considerar relaciona-se com a capacitação dos agentes e técnicos de cultura do país de origem do espólio que se pretende salvaguardar. Com efeito, além do acolhimento do espólio, poderia ser interessante encetar formações contínuas e altamente especializadas junto dos técnicos do país de origem, no caso de ser necessário, e nos seguintes domínios: conservação preventiva, digitalização e gestão de riscos patrimoniais. Desta forma, Portugal e os parceiros internacionais, como o ICOMOS, tornariam este processo mais do que uma salvaguarda passiva, num autêntico reforço de capacidades.

Finalmente, um aspecto relacionado com o enquadramento jurídico-legal é a questão de Portugal ter forçosamente de rever a sua legislação quanto ao Património móvel e arqueológico. Seria necessário um enquadramento legal específico para espólios temporários em risco. Ou seja, a criação de um novo estatuto que os enquadre juridicamente, e de um regulamento para salvaguarda legal tanto do país que acolhe temporariamente estes materiais, como do país de onde estes proveem. Esta ação legislativa teria de ser forçosamente acompanhada a todo o momento pela coordenação da diplomacia portuguesa. Neste caso, durante o processo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros faria toda a articulação diplomática e soberana entre o Estado Português e outro país, no caso do nosso país acolher temporariamente espólios arqueológicos ou culturais estrangeiros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta proposta não trata de reabrir espaços de recolha ou acumulação de Património alheio, mas sim de uma nova forma de solidariedade patrimonial, fundada na transparência, na soberania e na ética da restituição. Ao acolher espólios temporariamente, com condições claras e garantias sólidas, Portugal pode (como exemplo) contribuir ativamente para uma resposta global aos riscos que ameaçam o Património da Humanidade – sem apropriação, sem protagonismo, e com profundo respeito pelas culturas de origem.

Esta proposta não pretende resolver o problema global do Património em risco, mas sim tentar iniciar um caminho viável, concreto e ético. Num mundo em que a destruição cultural é uma arma e a inação é praticamente cumplicidade, é urgente passar dos princípios às estruturas, dos compromissos diplomáticos à capacidade logística e jurídica real. Portugal pode ter condições para liderar este debate. E talvez esteja na hora de o fazer. 

“Esta proposta [... visa] uma nova forma de solidariedade patrimonial, fundada na transparência, na soberania e na ética de restituição [... pois] é urgente passar dos princípios às estruturas, dos compromissos diplomáticos à capacidade logística e jurídica real.”

CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

UNESCO (1954) – *Convenção da Haia para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado* (Haia, 1954-05-14).
<https://bit.ly/4pZmlh2>

UNESCO (1970) – *Convenção sobre as Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícitas de Bens Culturais* (Paris, 1970-11-14).
<https://bit.ly/4qpJGYT>

UNIDROIT (1995) – *Convenção sobre Bens Culturais Roubados ou Illegalmente Exportados* (Roma, 1995-06-24).
<https://bit.ly/4pg3DAY>

INSTITUIÇÕES E GUIDELINES

BLUE SHIELD INTERNATIONAL (2006) – *The 2006 Hague Blue Shield Accord* (Haia, 2006-09-28).
<https://bit.ly/3MYOzd6>

BLUE SHIELD INTERNATIONAL (2016) – *Amendment to the Articles of Association of National Committees of The Blue Shield*. Estatutos da Blue Shield International (Amsterdão, 2016-04-06).
<https://bit.ly/4quAl2b>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAMBERT, Simon e ROCKWELL, Cynthia (eds.) (2012) – *Protecting Cultural Heritage in Times of Conflict: Contributions from the participants of the International course on First Aid to Cultural Heritage in Times of Conflict*. Rome: ICCROM.
<https://bit.ly/3L65yd2>

ROTHFIELD, Lawrence (2009) – *The Rape of Mesopotamia: Behind the looting of the Iraq Museum*. Chicago: University of Chicago Press.

TITI, Catharine (2023) – *The Parthenon Marbles and international law*. Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-3-031-26357-6>

YASAITIS, Kelly E. (2005) – “Object ID: a model of global collaboration”. *Museum Management and Curatorship*. Routledge, 20 (1): 21-39.
<https://doi.org/10.1080/09647770500402001>

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS (EM LINHA)

BBC (2015) – *Arqueólogo ‘guardião’ de Palmira teria sido morto pelo ‘EI’* (Londres, 2015-08-19).
<https://bit.ly/44JAbf0>

BLUE SHIELD (2023) – *BSI conducts third assessment mission in Ukraine* (2023-08-10).
<https://bit.ly/3MWSqrd>

BLUE SHIELD (2025) – *Saving heritage in Mayotte* (2025-02-20).
<https://bit.ly/3YfP0IH>

FEDERAL OFFICE OF CULTURE (2025) – *Financial assistance for preservation of movable Ukraine cultural heritage*. Berna.
<https://bit.ly/4shQGJd>

LBBONLINE (2022) – *UNESCO and Blue Shield Denmark launch “Backup Ukraine” initiative to digitally preserve cultural heritage* (Londres, 2022-05-25).
<https://bit.ly/3LkFfji>

RETURN THE STONE.ORG (2025) – *Return the Rosetta Stone to Egypt*.
<https://returnthestone.org/>

RFI - Radio France Internationale – *Louvre could store ‘threatened’ art works from conflict zones* (Paris, 2016-11-02).
<https://bit.ly/3Yg973k>

THE GUARDIAN (2016) – *Louvre to offer shelter for world treasures rescued from war zones* (Londres, 2016-11-01).
<https://bit.ly/3YiNHCz>

THE WASHINGTON POST (2015) – *Islamic State destroys priceless statues in ancient city of Palmyra* (Washington, 2015-07-03).
<https://bit.ly/45iP5Ja>

UNESCO (2016) – *UNESCO and heritage professionals from France and Switzerland mobilize to safeguard Syrian heritage* (Paris, 2016-03-11).
<https://bit.ly/49bAosC>

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

Dormindo Sobre Couro Lavrado

as camas-preguiçadeiras dos séculos XVII-XVIII

Franklin Pereira ¹

Entre o mobiliário clássico ibérico que requereu couro lavrado, é de salientar aquele, tipicamente português, formado por camas-preguiçadeiras. Nos livros mais salientes sobre mobiliário nacional – GUIMARÃES, 1924; 1935; 1949; PINTO, 1952 –, nada existe sobre o tema; também nos diversos livros sobre mobiliário espanhol, e nas visitas que fiz a museus em Vigo, Pontevedra, Pamplona, Madrid, Barcelona, Vic, Córdova, Granada e Sevilha, nunca encontrei qualquer referência ou exemplares deste tipo de móvel de luxo; será de crer que é específico de Portugal; outros exemplares estão referenciados no Brasil, o que não é de estranhar, tendo em conta as influências da metrópole.

Além das dez preguiçadeiras aqui consideradas, em feiras de antiguidades nos anos de 1990, encontrei outras duas, também enquadradas pela época de luxo proporcionada pela chegada das riquezas das colónias; para o senhor da casa nobre, a sesta era um tempo de ócio, que exigia, não a cama usual no descanso nocturno, mas um móvel próprio; contrariamente às cadeiras de sola gravada, que se usavam regularmente entre a classe abastada dos séculos XVII-XVIII, dir-se-ia que as preguiçadeiras que chegaram até nós pouco se estragaram; devido ao seu custo e impacto visual, poucas terão sido desmanchadas e queimadas, actos a que as cadeiras não estavam isentas quando os couros rachavam ou a madeira apodrecia... ou simplesmente passavam de moda e eram substituídas por peças mais funcionais e ergonómicas no seu conforto.

O espaço do estrado, a ser coberto de couro, exigia uma pele inteira de bovino. Se nem todas as peças que conhecemos exageraram nas dimensões do lavrado, só a gravura da cercadura e a decoração dos cantos e do centro terá exigido trabalhar sobre uma mesa grande com pedra-mármore, ou no chão da oficina. Em todas elas, o artífice deve ter trabalhado do centro para a periferia, para evitar calcar os motivos. Aquelas peças que usaram praticamente todo o couro devem ter requerido muita perícia na elaboração do desenho em papel, a sua impecável transferência para o couro humedecido, e na sua posterior gravura – aspectos técnicos que já especifiquei em livros e artigos (PEREIRA, 2000a; 2000b; 2000c; 2002; 2022).

RESUMO

O autor estuda dez camas-preguiçadeiras datadas dos séculos XVII e XVIII, todas com o estrado coberto por um couro que exigia uma pele inteira de bovino, e lavrado por mestres da arte decorativa neste material.

Enquadram-se na produção lusitana para uma clientela nobre, com espaço para colocar e expor tal móvel para a sesta, ou simplesmente para mostrar estatuto e poder, decorrente de uma época de comércio com as colónias.

PALAVRAS-CHAVE: Século XVII; Século XVIII; Mobiliário; Artes decorativas; Couro; Expansão portuguesa; Comércio marítimo.

ABSTRACT

The author studies ten daybeds dating from the 17th and 18th centuries, all featuring a leather bedframe that required a complete cowhide and were carved by masters in the decoration of this type of material.

They are part of the Portuguese production for a noble clientele who had enough room to place and exhibit these daytime resting furniture items or simply show their status and power resulting from commerce with the colonies.

KEY WORDS: 17th century; 18th century; Furniture; Ornamental arts; Leather; Portuguese expansion; Sea trade.

RÉSUMÉ

L'auteur étudie dix méridiennes datées du XVII^{ème} et XVIII^{ème} siècles, toutes possédant un sommier recouvert d'un cuir qui exigeait une peau entière de bovin, et ciselé par des maîtres de l'art décoratif sur ce matériau.

Elles s'insèrent dans la production lusitanienne destinée à une clientèle noble, disposant de place pour installer et exposer un tel meuble pour la sieste, ou simplement pour montrer statut et pouvoir, résultat d'une époque de commerce avec les colonies.

MOTS CLÉS: XVII^{ème} siècle; XVIII^{ème} siècle; Mobilier; Arts décoratifs; Cuir; Expansion portugaise; Commerce maritime.

¹ Investigador do ARTIS - Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (frankleather@ahoo.com / www.frankleather.com).

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-10-11.

Quanto ao local de fabrico, fica sempre a hipótese de serem produtos de várias “tendas” de correeiros-gravadores de Lisboa, o local mais importante da produção de mobiliário artístico.

Pelo tamanho, arte e significado, estas preguiceiras são peças que sobressaem no mobiliário clássico. Os seus couros lavrados revelam muita mestria e inscrevem-se esteticamente nos motivos das cadeiras dos séculos XVII-XVIII – estilização floral nos cantos, borda de folha de acanto estilizada –, até atingirem o esplendor simbólico do Barroco e Rococó: grandes florais, indígenas com tanga de folhas e cocar de penas, conchas, sereias...

Comparando a decoração do couro com a estrutura da madeira (talha, pés, estrado), nalgumas peças parece haver um certo “atraso” do couro face ao Barroco da madeira: o lavrado inscreve-se em modelos do século XVII, enquanto o restante é do século XVIII. Dir-se-ia que o correeiro usou temas mais decorativos e evitou os motivos, com certeza tecnicamente avançados e carregados de simbologia, usuais nas cadeiras desde a segunda metade do século XVII.

1. PREGUICEIRA DO PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA (GUIMARÃES)

Este é um exemplo do que afirmei atrás: a cercadura de linhas rectas limitando a típica folha de acanto estilizada (Figs. 1 e 2), o desenvolvimento do florão / flor-de-lis estilizada nos cantos (Fig. 3) e a estilização vegetalista no centro (com a cabeça de um felino ou mastim, repetida quatro vezes) (Fig. 4), são motivos encontrados nas cadeiras encouradas

da segunda metade do século XVII; de referir a falta de rebaixado nos lavrados. A cercadura é constituída pela folha estilizada do acanto, no exterior, e uma série de puncionamentos ao longo de linhas rectas, requerendo uma punção ornamental, como se fosse um espaldar elevado em miniatura; uma outra, também típica das cadeiras, é como um quadrado rendilhado, com ponto no centro. A estrutura em madeira é mais avançada, devido aos pés de garra-e-bola, usuais no século XVIII, época de D. João V.

FIGS. 2 a 4 – De cima para baixo: detalhe do lavrado de um canto, com um florão vegetalista; imagem de maior detalhe, permitindo ver que o motivo teve o trabalho das punções de “ponto” nas nervuras e “bola” nas corolas; e motivo central do estrado, com flor envolta por rameados.



FIG. 1 – Preguiceira do Paço dos Duques de Bragança.



Fotos: Franklin Pereira.

2. PREGUICEIRA DO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

O mesmo poderia dizer quanto à preguiceira com dossel existente no Museu Nacional de Arte Antiga (Fig. 5): a cercadura recorre à “*espiga*” nos limites interior e exterior, e ao quadrado rendilhado; a estilização da folha de acanto apresenta-se como um módulo grande.

Nos cantos, a moldura mostra um “*degrau*” na linha exterior (Fig. 6). Dois cantos do estrado têm preenchimento com um pedaço de couro lavrado (Fig. 7); terá vindo do estofo dalguma cadeira, e é acrescento muito estranho, e considero que seja posterior ao fabrico da peça; não me parece que o mestre gravador tivesse feito tal, mesmo que o grande couro não chegasse para cobrir o estrado da cama.



FIGS. 5 a 7 –
Preguiceira do Museu
Nacional de Arte Antiga
(segundo NASCIMENTO,
1950: estampa LIX, fig. 48).

Em baixo, de cima para
baixo: detalhe da cercadura,
constituída pela justaposição
da folha de acanto estilizada
em tamanho grande, sendo
que um canto tem remendo
com um pedaço de couro
lavrado; e maior detalhe,
vendo-se a “*espiga*” na linha
exterior, e remendos feitos
com outro pedaço de
couro lavrado.



Foros: Franklin Pereira.



FIGS. 8 a 10 –
Preguiceira da Família
Caldeira Cabral.

Em baixo, de cima
para baixo: detalhe
da cercadura, parecida
à da peça anterior;
e estilização floral
num canto do
estrado.



Foros: Franklin Pereira.

3. PREGUICEIRA DE COLECÇÃO DA FAMÍLIA CALDEIRA CABRAL

Uma outra preguiceira (Fig. 8), na colecção da Família Caldeira Cabral, tem uma cercadura parecida à da vista no Museu Nacional de Arte Antiga; as folhas estão, no entanto, viradas para o interior, aí sem qualquer moldura; a linha exterior da cercadura apresenta diferente “*espiga*” (Fig. 9); o gravador granulou o fundo com o clássico ferro de cinco pontos côncavos em linha.

Junto a cada canto, vê-se ainda um grande desenvolvimento floral com enrolamentos / volutas (Fig. 10), onde não falta a flor de quatro pétalas sobre quadrado (os cantos aparecem entre pétalas), esquema arcaico que já estudámos noutro texto (PEREIRA, 2012).

4. PREGUICEIRA DO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA

Já uma preguiceira do Palácio Nacional da Ajuda (Fig. 11) mostra oito pés com torcidos, e “travessas” semelhantes às vistas em cadeiras de inícios do século XVII. O lavrado do estrado retoma, na cercadura, dois tipos de folha de acanto estilizada, correntes nos móveis de assento, onde não falta a aplicação da punção de quadrado rendilhado e a de micro-espaldar; nos quatro cantos estão grandes criações de folhas e flores (Fig. 12). No centro do estrado está outra estilização floral, com enro-



FIG. 11 – Penguiceira do Palácio Nacional da Ajuda.



FIGS. 12 a 14 – Motivo central do estrado lavrado; detalhe da cercadura e do motivo floral do canto; e maior detalhe da cinzelagem do motivo, com a grande meia-lua puncionada com um cinzel curvo.



Fotos: Franklin Pereira.

lamentos formando uma grande flor central de quatro pétalas (Fig. 13). O lavrado a cinzel parece não usar as capacidades técnicas desenvolvidas a partir da segunda fase de inícios do século XVII, ou seja, sem a utilização dos calcadores e rebaixadores; o correeiro nem sequer usou o “fosco”, o “ponto” e a “bola”.

Vendo mais de perto, na estilização floral junto a cada canto, saliente-se o recurso a enrolamento com uma grande meia-lua puncionada por curvas no interior (Fig. 14). É decorrente da anterior tradição mudéjar da estilização do acanto califal (PEREIRA, 2000a: 59-60): dir-se-ia que tal elemento, já anacrónico para esta época, ficou na memória dos gravadores, quem sabe se nalgum caderno de desenhos, ou em estofos não colocados ou retirados de cadeiras anteriores, e foi repescado neste lavrado barroco.

5. OUTRA PREGUICEIRA DO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA

Também do mesmo Palácio, outra preguiceira (Fig. 15) é dignamente barroca: uma larga cercadura está internamente padronizada com a fina punção de quadrado rendilhado; o limite exterior é em folha estilizada do acanto, e apresenta nos cantos uma indígena sobre um enrolamento floral (Fig. 16), com tanga de folhagem e cocar de folhas e penas; ladeada por dois pássaros argos, segura uma flor em cada mão. Ao longo da cercadura aparecem conchas estilizadas, onde se apoiam dois “putti” assentes numa grande folha de acanto; a concha tem como base a cabeça dum indígena com cocar de penas (Fig. 17). No centro do grande couro bovino está um medalhão floral, rodeado por quatro sereias entre ramagens; entre estas estão duas outras indígenas semelhantes às vistas nos cantos da cercadura (Fig. 18).



Foto: Franklin Pereira.

FIG. 15 – Outra preguiceira do Palácio Nacional da Ajuda.

A cinzelagem e a utilização do ferramental do Barroco são excelentes; o recurso a estes motivos marinhos e além-Atlântico revela a época: viagens marítimas, conquista de colónias – as indígenas (digo nativas e não nativos) serão representação daquelas vistas no Brasil –, e integração destes dados na cultura visual do conquistador, posteriormente passada (por desenhos e/ou relato oral) a uma oficina de couro lavrado; o mestre correeiro desenhou os motivos figurativos, adaptando-os à matéria-prima.

Esta preguiceira foi por mim escolhida para a exposição *Na Senda do Passado: o couro lavrado no mobiliário do período barroco*, que se realizou no Museu dos Biscainhos, entre Fevereiro de 1998 e 1999 (PEREIRA, 1997: 29); o catálogo não apresenta imagens desta peça.



FIGS. 16 a 18 –

Em cima, canto do estrado da preguiceira do Palácio Nacional da Ajuda, com uma indígena com saíote e cocar de folhas e penas, segurando flores; ladeiam-na dois argos.

À direita, de cima para baixo, motivo figurativo que aparece ao longo da cercadura, e detalhe do motivo central, que retoma a indígena, agora rodeada por sereias.



Foros: Franklin Pereira.

6. PREGUICEIRA DO PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA

Esta preguiceira tem lavrados rococó, em linhas finas, seguindo a estrutura ondulada do estrado (Fig. 19).

A finura das linhas indicia a utilização da faca de incisão e/ou de cinzéis afiados; já vimos tal finura em cadeiras lavradas vindas do Brasil colonial, presumindo-se que esta cama também seja daí proveniente. A larga moldura (Fig. 20) foi realizada com enrolamentos, laços, volutas, concheados e flores, e um rosto em cada canto; limitando-a exteriormente está uma faixa de quatro linhas paralelas, internamente texturadas pela típica punção de quadrado rendilhado e ponto central; no exterior desta faixa está uma delicada “escama”. O exímio gravador modelou e rebaixou o campo liso do couro em torno dos motivos.

Mais dados quanto à proveniência desta cama são obtidos pela observação do rosto lavrado em cada canto (Fig. 21): é extemporâneo à linhagem nacional apreendida a partir de motivos vistos em dezenas de cadeiras lavradas.

O ritmo e beleza do lavrado tornam este móvel um excelente exemplo do Rococó, e será a peça mais tardia que conheço.



FIGS. 19 a 21 –

Em cima, peça do Palácio Nacional de Mafra (segundo NASCIMENTO, 1950: estampa LXVI, fig. 55).

À esquerda, de cima para baixo, cercadura do lavrado, em motivos rococó, e maior detalhe, mostrando um rosto saindo do concheado rococó.

Foros: Franklin Pereira.

7. CAMA DO MUSEU DE LISBOA / PALÁCIO PIMENTA

O Museu de Lisboa / Palácio Pimenta possui uma magnífica peça com dossel em tecido vermelho (Fig. 22), com folhagem estilizada de acanto. A estrutura é desmontável.

O estrado mostra, no centro, motivos rococó de inspiração oceânica (tritões e concheados) cinzelados com profundidade e arte. Rodeada por arcos de volutas, em pé sobre uma concha no topo de um vaso, e ladeada por tritões ou golfinhos, está uma figura de mulher nua com um colar de duas fiadas à volta do pescoço, com cruz; parece segurar um tecido que lhe passa pelas costas (Figs. 23 e 24). Há muitas semelhanças entre este motivo e um outro, de uma cadeira presente na Casa-Museu Guerra Junqueiro (PEREIRA, 2000c: capa, contracapa, 95; PEREIRA, 2021: 71); também nesse espaldar, a figura de mulher está virada para o mesmo lado, tem um colar ao pescoço (apenas de uma volta), e também com cruz; tem um crescente nos cabelos, acima da testa. O modelado do corpo, a finura do motivo, dos cabelos e do tecido são tecnicamente superiores à cinzelagem da preguiceira. Poderíamos dizer que o artífice não possuía a arte necessária para lavar figuras realistas, e este facto contrasta com o fluir da estilização rococó, cheia de pequenas minúcias permitidas pelas punções. Também é de considerar que a cadeira referida serviu de inspiração, mas já na época rococó – ou seja, um século separa a cadeira (que deveria fazer parte de um conjunto de seis ou oito móveis de assento) desta preguiceira.

Uma grande forma de concha encima todo o motivo central de florais, volutas e concheados, onde não faltam dois grandes pássaros (argos) ladeando o vaso central. A disposição dos ornamentos é simétrica.

A moldura do estrado retoma os concheados e um pequeno vaso saindo duma larga voluta. Há ainda texturação padronizada obtida por uma grelha com uma punção no centro de cada losango (Fig. 25).

No encosto da peça (Fig. 26) está também uma cabeceira de couro lavrado, em motivos de folhas, concheados e volutas (repetindo as do estrado), num rococó assimétrico.

De todas as preguiceiras que conheço, esta é a única que tem cabeceira em couro lavrado.

Já analisei, em parceria com o gravador lisboeta Luís Guerra, esta obra magnífica num livro dedicado ao mobiliário em couro lavrado do museu (GUERRA e PEREIRA, 2018).



FIG. 22 – Pregueira do Palácio Pimenta / Museu de Lisboa.



FIGS. 23 e 24 – Detalhes do motivo central do estrado e pormenor da mulher assente em concheado.



FIGS. 25 e 26 – Detalhe da cercadura do estrado e cabeceira da peça.

Foros: © José Avelar / Museu de Lisboa - Palácio Pimenta.

8. PREGUICEIRA DA FUNDAÇÃO MEDEIROS E FERREIRA

Em Lisboa, a Fundação Medeiros e Ferreira expõe uma preguiçeira em estrado rectângular, encaixado na estrutura ondulada (Figs. 27 e 28). Os motivos lavrados repetem aqueles da talha da cabeceira: larga moldura de volutas e enrolamentos rococó com folhagem aparentada ao acanto. Observando mais de perto a larga moldura, vemos um ponteadado no que seriam as nervuras das folhas, e rebaixado / modelação (Fig. 29). O gravador cinzelou ainda uns círculos com pequeno círculo interno, colocados ao longo da face interna de cada enrolamento. As duas faixas exteriores desta larga moldura estão cinzeladas com duas típicas punções da época: quadrado rendilhado com ponto central (na faixa de linhas) e, no exterior, a punção de micro-espaldar (repetindo a forma do espaldar da segunda metade do século XVII, de base plana e ondulado no topo).

No centro do estrado está um jogo floral assimétrico, onde o gravador incluiu um concheado estilizado; um campo de quadrículas funciona como um vaso de folhagem (Fig. 30).

A abertura dos cinzeiros é mais larga do que aquela aplicada nas cadeiras, talvez para dar maior visibilidade ao lavrado.



FIGS. 27 e 28 – Preguiçeira da Fundação Medeiros e Ferreira, com detalhe do estrado (em baixo).



FIGS. 29 e 30 – Detalhe do lavrado de um canto e motivo central do estrado.

Foros: © Fundação Medeiros e Ferreira.

9. PREGUICEIRA EM ANTIQUÁRIO DO PORTO

O antiquário “*Galerias de Vandoma*” (já encerrado), na Rua Mouzinho da Silveira, possuía uma preguiçeira de elevada qualidade, com quatro pés de garra-e-bola. Aquando da minha visita, em inícios dos anos de 1990, fotografei também várias cadeiras lavradas, sendo uma delas renascentista, mas com lavrados mudéjares.

Neste móvel (Fig. 31) encontra-se uma simbiose entre a talha do encosto e os motivos rococó do estrado em couro lavrado (Figs. 32 e 33). Este, em simetria do eixo central da largura, mostra um duplo concheado



FIG. 31 – Preguiçeira do antiquário “*Galerias de Vandoma*”.

Foro: Franklin Pereira.

num campo livre e extenso, onde aparecem lateralmente quatro flores com longo estame, e outra, simples, no topo e base. Este motivo está rodeado por grandes faixas onduladas e enrolamentos; no exterior está uma fileira de pequenas volutas. O texturado é o clássico ferro de granulado, faltando rebaixado e modelado nos ornamentos.

O correeiro-gravador usou de novo um conjunto de cinzéis de ponta mais larga do que aquele típico dos estofos das cadeiras. O forro do estrado é em pergaminho de bovino – “*rawhide*” em inglês –, com marcas organizadas de picotado, chegando a mostrar as letras AMLLO no centro e, lateralmente, alguns florões e fileiras. Tal significa que este pergaminho provém de um grande baú, devendo ser a sua cobertura, onde o picotado deriva de tachas de latão, formando também as iniciais do nome do proprietário; poderá faltar uma ou mais letras, pois existe uma trave de madeira que tapa parte da inscrição.



Fotos: Franklin Pereira.

FIGS. 32 e 33 – Estrado da preguiceira do antiquário “Galerias de Vandoma” e detalhe do lavrado.

10. PREGUICEIRA DA FUNDAÇÃO RICARDO ESPÍRITO SANTO E SILVA

Nesta peça (Fig. 34), nos quatro cantos do estrado ligeiramente ondulado estão cinzeladas jarras de asas, donde sai um ramo florido (Fig. 35). Vendo mais de perto, o gravador elaborou uma moldura em linha recta, mais visível nas partes onduladas; com um cinzel curvo e duas punções (curva tracejada e estrela), construiu uma moldura em folhas estilizadas, delimitadas pela curva tracejada e a estrela. É perfeitamente desnecessária, tanto para a estrutura da cama como para o ritmo do lavrado, e é de pensar como é que tal desarmonia aconteceu, tendo em conta o classicismo da arte; dir-se-ia que este estrado era para uma outra cama rectangular.

O enorme motivo central (Fig. 36) apresenta rameados assimétricos em amplos S, sobre os quais apoia uma grande ave de asas abertas; um outro enrolamento termina em cabeça de pássaro. De notar as bordas



FIG. 34 – Preguiceira da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.


FIGS. 35 e 36 –
Motivos central e do
canto do estrado.



Fotos: © Museu de Artes Decorativas Portuguesas - Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

arredondadas da folhagem, lembrando bordados ou rendas. Sobre três enrolamentos estão templos ou casas, com telhado em escada, que remetem para o Oriente. O curioso, e raro, é que este lavrado tem inscrições em três enrolamentos centrais: “FAMA”, “ROR DOSEMFIEIS” e “DEAZIA A VISENFE”. É uma surpresa, e deveria ter alguma descodificação e razão para ser incluída. Através da página do Facebook de “Micro-História da Arte”, recebi em Fevereiro de 2025 umas indicações de Pedro Pascoal de Melo; escreveu-me ele: “Que acha desta hipótese: ‘de.azia.sao.visente.fama.terror.dos.emfieis’. É um português muito vernacular, mas parecem estar lá as letras todas. Será uma referência a Frei Vicente de Santo António (Albufeira, 1590 - Nagasaki, 1632), batizado Vicente Simões de Carvalho, mais conhecido como São Vicente de Albufeira

ou Beato Vicente, um dos mártires do Japão. Esse contexto de martírio e dedicação à evangelização na Ásia torna a legenda eventualmente clara. De qualquer modo precisava de uma fotografia com maior definição para confirmar [...]. Não seria um ‘horror’ ou ‘terror’ no sentido físico, mas representava o poder da fé cristã sendo levada a lugares onde a religião não-cristã dominava, desafiando a visão do ‘outro’ como um inimigo a ser conquistado. Pelas conversões e pela luta contra o que era visto como um mundo ‘pagão’. A missão cristã encarada como uma luta direta contra o ‘inimigo infel’.

Teremos aqui o mistério explicado, o que aumenta o interesse da peça: mais do que demonstração do poder e ócio da classe nobre, contém uma mensagem da militante fé católica. 

BIBLIOGRAFIA

- GUERRA, Luís e PEREIRA, Franklin (2018) – *O Couro Lavrado no Museu de Lisboa / Carved leather at the Museum of Lisbon*. Lisboa: EGEAC / Museu da Cidade / Palácio Pimenta.
- GUIMARÃES, Alfredo (1924) – *Mobiliário Artístico Português*. Lisboa: Edições Ilustradas Marques Abreu. Vol. 1.
- GUIMARÃES, Alfredo (1935) – *Mobiliário Artístico Português*. Lisboa: Edições Ilustradas Marques Abreu. Vol. 2.
- GUIMARÃES, Alfredo (1949) – *Mobiliário do Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- NASCIMENTO, J. F. da Silva (1950) – *Leitos e Camilhas Portuguesas: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Tipografia Americana.
- PEREIRA, Franklin (1997) – *Na Senda do Passado: o couro lavrado no mobiliário do período barroco (sécs. XVII-XVIII)*. Braga: Museu dos Biscainhos / Instituto Português de Museus.
- PEREIRA, Franklin (2000a) – *O Couro Lavrado no Museu Municipal de Viana do Castelo: da arte “mourisca” à época barroca*. Viana do Castelo: Museu Municipal de Viana do Castelo.
- PEREIRA, Franklin (2000b) – “As Cadeiras em Couro Lavrado e os Guadamecis do Museu de Pontevedra”. *El Museo de Pontevedra*. Pontevedra. 54: 211-252.
- PEREIRA, Franklin (2000c) – *O Couro Lavrado no Mobiliário Artístico de Portugal*. Porto: Lello & Irmão.
- PEREIRA, Franklin (2002) – “Cueros artísticos en el Museo Arqueológico Nacional”. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional. 20: 215-241. <https://bit.ly/4aBk5b1>
- PEREIRA, Franklin (2012) – “A Grande Viagem da Flor Quadripétala: um estudo a partir da fíbula da escultura ‘Nossa Senhora do Ó’ do Museu Municipal Carlos Reis”. *Nova Augusta*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. 24: 183-196.

- PEREIRA, Franklin (2021) – *Guerra Junqueiro e os Couros Artísticos. Cadeiras lavradas e guadamecis da Fundação e da Casa-Museu*. Oeiras: Mazu Press.
- PEREIRA, Franklin (2022) – “Identidade e Poder: as cadeiras em couro lavrado do Museu da Presidência da República”. *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de

- Almada. 25 (1): 134-155. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15032347>
- PINTO, Augusto Cardoso (1952) – *Cadeiras Portuguesas*. Lisboa: ed. Autor.

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

PUBLICIDADE

leia também a Al-Madan impressa



Revista impressa anual em venda directa

Pedidos ao Centro de Arqueologia de Almada

Telefone: 212 766 975

Telemóvel: 967 354 861

E-mail: c.arqueo.alm@gmail.com

[distribuição via CTT ao preço de capa (10 €); oferta dos portes de correio]

mais informação:

<http://www.almadan.publ.pt>

Toda a 1.ª Série (n.ºs 0 a 4-5 | 1982 a 1985)
e as primeiras edições da 2.ª Série (n.ºs 1 a 5 | 1992-1996)

Disponíveis em formato digital (PDF),
com identificador fixo e acesso livre e gratuito
em repositório científico internacional

https://zenodo.org/communities/al-madan_impressa



RESUMO

O projeto *Arqueologia nas Freguesias: 7 sítios, 7 histórias* é uma iniciativa de promoção do Património arqueológico desenvolvida pelo Município de Serpa, com o objetivo de difundir o conhecimento científico e promover a sensibilização patrimonial nas freguesias deste concelho. Este projeto percorreu, entre 2019 e 2024, diversas localidades das antigas sete freguesias de Serpa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, numa iniciativa de proximidade que procurou ir ao encontro das comunidades locais, cumprindo a missão do Museu Municipal de Arqueologia em termos de atuação no território.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Património; Sociedade; Ciência cidadã.

ABSTRACT

The project *Archaeology in parishes: 7 sites, 7 stories* is an Archaeological Heritage promotion initiative of the Municipality of Serpa with a view to disseminating scientific knowledge and promoting heritage awareness in the council. Between 2019 and 2024, in articulation with the local councils, this project visited many places in the former seven parishes of Serpa in an attempt to be closer to the local communities and thus fulfil the Municipal Archaeology Museum's mission of acting in the territory.

KEY WORDS: Archaeology; Heritage; Society; Citizen Science.

RÉSUMÉ

Le projet *Archéologie dans les Paroisses : 7 lieux, 7 histoires* est une initiative de promotion du Patrimoine archéologique développée par la Municipalité de Serpa, avec pour objectif de diffuser la connaissance scientifique et de promouvoir la sensibilisation patrimoniale dans les paroisses de ce conseil. Ce projet a parcouru, entre 2019 et 2024, diverses localités des sept anciennes paroisses de Serpa, en lien avec les respectives mairies, lors d'une initiative de proximité qui a cherché à aller à la rencontre des communautés locales, remplissant la mission du Musée Municipal d'Archéologie en termes d'actions sur le territoire.

MOTS CLÉS: Archéologie; Patrimoine; Société; Science citoyenne.

Arqueologia nas Freguesias

7 sítios, 7 histórias

Miguel Serra ¹ e Amélia Fernandes ¹

INTRODUÇÃO

Nos finais dos anos 90 do século passado, a Câmara Municipal de Serpa promoveu a realização da carta arqueológica do concelho, através de um trabalho assegurado por equipa do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que seria revertido em publicação científica com a síntese da ocupação humana da região entre a Pré-História e o Período Medieval (LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997). À época, esta obra reunia em inventário um conjunto de 322 sítios arqueológicos e achados pontuais, servindo como referência indispensável para os investigadores que se debruçavam sobre o território serpanse, mas também como importante instrumento de gestão para os decisores políticos locais, sobretudo em matérias relacionadas com o ordenamento do território.

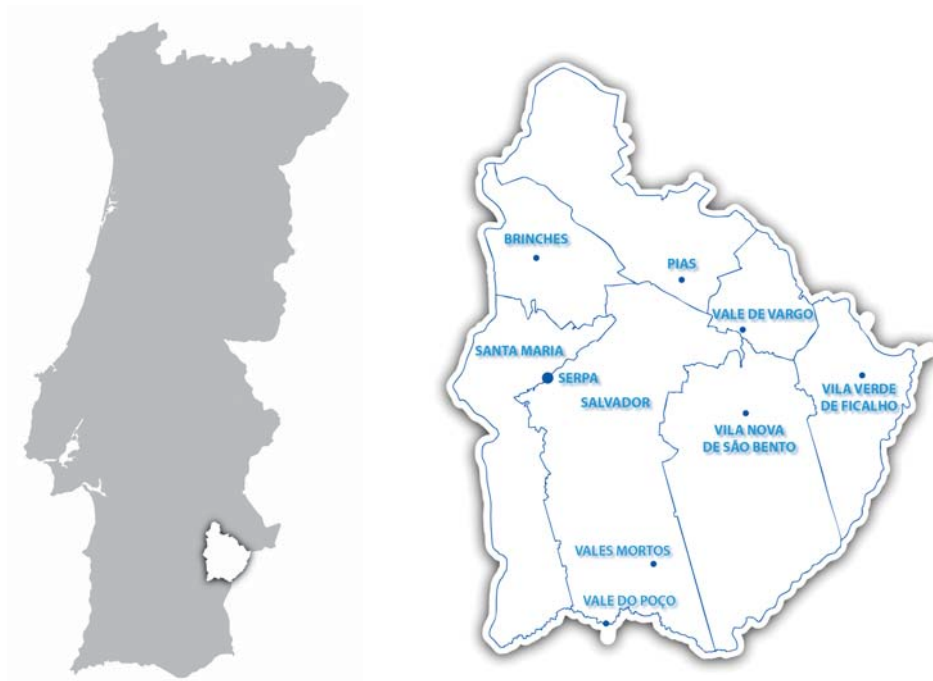
Com o início do século XXI, é dado outro importante passo na divulgação do Património arqueológico de Serpa, com o projeto de requalificação do Museu Municipal de Arqueologia (OLIVEIRA, MATEUS e CORREIA, 2016), que em grande parte aproveitará o conhecimento produzido pela obra atrás referida, e os novos elementos, maioritariamente obtidos através de arqueologia de salvaguarda no âmbito do projeto Alqueva, e que fazem crescer o inventário arqueológico de Serpa de forma exponencial para os quase 900 sítios arqueológicos hoje identificados (SERRA, 2023; MELRO e SERRA, no prelo).

A grande revolução de conhecimento produzida pela intensidade de intervenções arqueológicas realizadas em Serpa na primeira década do século XXI, e que continua nos dias de hoje, mas numa escala mais reduzida, associada à existência de um equipamento renovado, como o Museu Municipal de Arqueologia, criou a necessidade e obrigatoriedade de desenvolver um programa de divulgação do vasto Património arqueológico do concelho, sendo essa uma missão do próprio museu (SERRA, 2023: 283-287).

São estes os antecedentes que conduzem à conceção do projeto “Arqueologia nas Freguesias: 7 sítios, 7 histórias”, cujo nome surge associado à antiga divisão administrativa do concelho de Serpa em sete freguesias, e onde em cada uma delas se aborda uma história relacionada com o seu território, valorizando-se o mesmo, o seu património e as comunidades que o habitam, e promovendo-se entre estes uma relação de partilha de conhecimento, de proteção e de valorização, numa verdadeira ação de Educação Patrimonial (Figs. 1 e 2).

¹ Câmara Municipal de Serpa (mserra@cm-serpa.pt; afernandes@cm-serpa.pt).

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Foi recebido para publicação em 2025-10-20.



FIGS. 1 e 2 – Localização do concelho de Serpa e detalhe das localidades onde se realizaram as iniciativas do projeto “Arqueologia nas Freguesias”.

As ações desenvolvidas, fazendo uso da Educação Patrimonial, pretendem estabelecer uma relação entre as comunidades e os bens patrimoniais que os rodeiam e lhes pertencem, sendo que a população, ao ser informada, sensibilizada e envolvida com o seu Património, consegue compreendê-lo, reconhecê-lo e atribuir um valor cultural, tanto aos bens que herdou, como aos que produz, e ainda sobre os que já desapareceram, mas que importam salvaguardar (FONTAL MERILLAS, 2015). Contudo, não interessa neste tipo de ações transmitir um conhecimento demasiado técnico, mas sim promover a conexão entre as populações locais e os seus Patrimónios, conseguindo-se estabelecer uma ligação entre o seu quotidiano e o saber histórico transmitido (CARVALHO e FUNARI, 2007). Esta ligação é assim essencial para a sociedade saber reconhecer o Património histórico e cultural que a circunda e saber respeitar os saberes locais. Um indivíduo ou comunidade que não consegue reconhecer a sua herança cultural dificilmente terá motivos para a preservar (SOUZA, 2012).

Ao serem abordadas temáticas nas quais as populações se reveem, pela sua proximidade e ligação, pretende-se que sintam para com elas maior

empatia e, consequentemente, sintam este Património como seu e como um bem a proteger e a valorizar, transmitindo-o às gerações futuras e tornando-o num dos alicerces para a construção da sua identidade cultural. A Educação Patrimonial revela-se assim um processo ativo e contínuo de aquisição e transmissão de conhecimento, por forma a que a valorização e proteção do Património sejam conseguidas (SERRA, 2017). O projeto “Arqueologia nas Freguesias...”, iniciado em 2019 em Vila Verde de Ficalho, esteve presente no início de 2020 em Vila Nova de São Bento e, após paragem forçada pela pandemia COVID 19, foi retomado em 2022 em Brinches, seguindo-se Vales Mortos em 2023, e em 2024 esteve nas localidades de Vale de Vargo e Pias, terminando em Vale do Poço.

As atividades associadas a este projeto foram compostas por conferências, especificamente centradas nos vestígios arqueológicos de cada freguesia, para além de ações complementares adequadas a cada local e que incluíram a exibição de documentários, visitas guiadas a Património arqueológico, caminhadas temáticas e apresentação pública de descobertas arqueológicas (Fig. 3).

FIG. 3 – Exemplos de cartazes do projeto “Arqueologia nas Freguesias”.



OS SÍTIOS E AS HISTÓRIAS

Durante o Verão de 2019, formalizou-se a proposta para realização do projeto “Arqueologia nas Freguesias”, ficando definida a data e o local de início para 29 de setembro desse ano, em Vila Verde de Ficalho, bem como o planeamento que se iria seguir, inicialmente previsto para as localidades de Brinches, Pias, Vila Nova de São Bento, Vale de Vargo, Santa Iria e Serpa, ao longo de 2020.

A opção para iniciar as atividades em **Vila Verde de Ficalho** deveu-se ao conjunto de mais-valias relacionadas com o Património arqueológico que se conhecem nesta freguesia, considerando-se que reunia as condições mais adequadas ao cumprimento do programa geral proposto. De facto, esta freguesia, na fronteira com Espanha, detém uma larga tradição de investigação arqueológica, com mais de 40 anos de modo contínuo, em grande parte devedora ao labor de António Manuel Monge Soares, natural de Vila Verde de Ficalho, com diversos projetos desenvolvidos, destacando-se, a título de exemplo, as escavações arqueológicas empreendidas no Jardim de Ficalho (SOARES, 1994a; WOLFRAM e SOARES, 2014), no povoado do Passo Alto (SOARES, 2003), no *tholos* do Monte da Velha 1 (SOARES, 2008) e na anta do Monte da Velha 2 (SOARES e ARNAUD, 1984).

Adicionalmente, Vila Verde de Ficalho conta com um museu que integra uma importante coleção arqueológica, em termos locais, e um dos poucos sítios escavados que se encontram visitáveis no concelho de Serpa, o conjunto de vestígios do Jardim de Ficalho, na envolvente à Igreja Velha de São Jorge, que acolhe o museu.

Assim, a primeira sessão em Vila Verde de Ficalho foi integrada nas iniciativas do município no âmbito das Jornadas Europeias do Património de 2019, servindo de ação piloto para testar o modelo que se pretendia seguir nas restantes localidades, apesar de se prever a necessidade de adaptação às especificidades e limitações de cada local.

O Salão Polivalente de Ficalho acolheu a atividade, que compreendeu uma conferência intitulada “Arqueologia em Vila Verde de Ficalho: 40 anos de investigação”, com o objetivo de destacar o papel desempenhado por António Monge Soares, entre outros, no estudo da região, e dar a conhecer, em termos gerais, os principais sítios arqueológicos da freguesia, desde o Neolítico até ao Período Medieval.

Os participantes puderam, de seguida, visionar a exibição de um episódio do programa “Caminhos”, da RTP2, gravado em Serpa e Vila Verde de Ficalho, que se debruçou sobre as primeiras comunidades cristãs da região e serviu de mote para o debate.

Para finalizar, houve lugar a uma visita guiada ao museu e aos vestígios arqueológicos que se encontram na sua envolvente, destacando-se a complexidade do local, que agrega desde um troço de um fosso Neolítico,



FIGS. 4 e 5 – Conferência em Vila Verde de Ficalho e visita ao conjunto arqueológico do Jardim de Ficalho.

partes de edifícios romanos ou uma basílica da Antiguidade Tardia, com a respetiva necrópole, a que se sobrepõe a igreja quinhentista já mencionada (Figs. 4 e 5).

A iniciava seguinte, conduzida a 13 de fevereiro de 2020, levaria o projeto até **Vila Nova de São Bento**, numa atividade que sofreu algumas adaptações em relação ao modelo experimentado anteriormente. O Sítio das Artes acolheu uma sessão concebida para dois grupos distintos: por um lado, os alunos das Oficinas Sénior - Oficina de História; por outro, alunos do Agrupamento n.º 2, do 5.º ano da Escola Básica n.º 1 de Vila Nova de São Bento, e que se iniciou com o visionamento do documentário “Nos campos em volta”, realizado por João Botelho, com narração de Margarida Vila-Nova. O filme, produzido para o Museu Municipal de Arqueologia, em Serpa, conta a história da ocupação humana do território de Serpa e destaca alguns dos mais importantes sítios e vestígios aí descobertos.

De seguida, realizou-se a conferência “Vila Nova de São Bento: da Pré-História à Época Romana”, onde se destacaram sítios praticamente desconhecidos da população local, como a mamoa de Araújo (LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997: 94-95), outros que foram alvo de intervenções arqueológicas há alguns anos, como as cistas do Carapetal e de Montinho, mas, sem dúvida, a principal menção coube aos achados funerários do Bronze do Sudoeste de Belmeque (SOARES, 1994b). Foram ainda mencionados os importantes vestígios romanos e da Antiguidade Tardia da Herdade da Abóbada (ALMEIDA e CAEIRO, 1978), bem como algumas epígrafes recolhidas nas diversas *villae* da zona, como Belmeque e Messangil (ENCARNAÇÃO, 1997: 112-113).

No final, para além do debate, efetuou-se uma breve visita no Sítio das Artes, uma vez que aí se encontram alguns artefactos arqueológicos que serviram para destacar curiosidades relativas à epigrafia romana, com recurso a uma estela de xisto que aí se encontra, apesar de ser proveniente do concelho de Ourique (ENCARNAÇÃO, 1984: 189).

Convém referir que este território se encontrava, à data da iniciativa, integrado na União das Freguesias de Vila Nova de São Bento e Vale de Vargo, optando-se por não fazer a separação dos vestígios arqueológicos de cada antiga circunscrição administrativa (Fig. 6).

Após a segunda sessão, o projeto sofreu uma longa interrupção motivada pela pandemia COVID 19, sendo apenas retomado em 2022 com uma iniciativa em **Brinches**, no dia 2 de julho.

Esta terceira etapa do percurso do “Arqueologia nas Freguesias” foi integrada na programação de outro evento, o festival “Guadiana em Festa”, organizado pela Junta de Freguesia de Brinches, e contou com uma conferência intitulada “Arqueologia em Brinches: entre o rio e a planície”, realizada no recinto do festival, em pleno areal nos Moinhos Velhos, junto ao rio Guadiana. A conferência centrou-se sobretudo na relação entre a ocupação humana e o rio ao longo dos tempos, mas também possibilitou destacar alguns sítios arqueológicos icónicos deste território, como o recinto de fosos pré-histórico de Outeiro Alto 2 (VALERA, FILIPE

e CABAÇO, 2013), o *tholos* de Centirá 2 (HENRIQUES *et al.*, 2013), o povoado aberto do Bronze Pleno de Montinhos 6 (BAPTISTA, PINHEIRO e RODRIGUES, 2012), o povoado fortificado do Bronze Final do Laço (LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997: 26), ou a *villa* romana do Monte da Salsa (*IDEM*: 33), entre muitos outros. O debate final foi enriquecido com uma mostra de réplicas e artefactos arqueológicos adequados para manuseamento pelo público (por exemplo, machados de pedra polida), permitindo uma maior interação com os assistentes (Fig. 7).

Os períodos mais ou menos longos entre cada atividade, por força da realização de outras iniciativas e uma equipa demasiado curta, levaram a alterações no planeamento inicial, quer na sequência de localidades a visitar, quer na troca de algumas inicialmente integradas no plano geral, em função do potencial de associação a outros eventos organizados pelo município em colaboração com as respetivas juntas de freguesia.

No caso da União das Freguesias de Salvador e Santa Maria, com as atividades a estarem inicialmente previstas para Santa Iria e para a própria cidade de Serpa, optou-se, por sugestão do próprio executivo, por incidir na localidade de **Vales Mortos**, numa ação articulada com o projeto “Vamos conhecer o concelho a pé...”, um ciclo de caminhadas desenvolvido pelo Gabinete Municipal do Movimento Associativo e Desporto.



FIGS. 6 e 7 – Conferências em Vila Nova de São Bento (em cima) e em Brinches (à esquerda).

Assim, teve lugar em 27 de maio de 2023, na Sociedade Recreativa de Vales Mortos, a conferência “Arqueologia da Serra de Serpa: um Património por descobrir”, que se centrou de modo mais específico na Serra de Serpa, independentemente dos seus limites administrativos. Destacaram-se sítios maioritariamente pouco conhecidos, como a anta de Arcins (ALMEIDA *et al.*, 2024: 167; LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997: 94), as várias necrópoles de cistas de Sobralinho (LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997: 97-98), ou o molde de lucerna de Nicolau (LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997: 95; VIANA, 1947: 16-18), sinais do potencial patrimonial que a Serra de Serpa ainda tem para explorar.

No dia seguinte, 28 de maio, organizou-se a caminhada temática “Arqueologia da Serra de Serpa”, com 11 km por terrenos serranos, onde os vestígios arqueológicos estiverem ausentes visualmente, mas presentes através da oralidade. Para ultrapassar esta lacuna, o final da caminhada integrou uma mostra de réplicas e de alguns artefactos arqueológicos, que permitiram um maior envolvimento dos muitos participantes (Fig. 8).

O sucesso da inclusão de caminhadas temáticas no programa do projeto, levou a repetir o modelo na iniciativa seguinte, que teve lugar em **Vale de Vargo**, a 16 e 17 de março de 2024.

Também neste caso, o “Arqueologia nas Freguesias” ficou integrado na programação de um evento maior, o Despocultura - II Encontro das Associações Culturais e Desportivas de Vale de Vargo. No primeiro dia, foi apresentada a conferência “Arqueologia em Vale de Vargo: de Belmeque ao Monte do Borralho”, e tal como em Vila Nova de São Bento, optou-se por fazer uma síntese

da Arqueologia no conjunto da União das Freguesias, mas destacando alguns sítios mais emblemáticos de Vale de Vargo, como a sepultura do Bronze do Sudoeste de Belmeque (SCHUBART, 1975: 257-258) ou os importantes vestígios epigráficos romanos de Messangil 1 (ENCARNAÇÃO, 1997: 112-114), e a *villa* de Monte do Borralho (LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997: 56-58).

O dia seguinte foi dedicado à caminhada sobre a Serra de Belmeque, com lugar a passagem pelo local onde se identificou a já referida sepultura da Idade do Bronze, com explicação de enquadramento no local (Fig. 9). A 29 de junho do mesmo ano, foi a vez de **Pias** acolher o “Arqueologia nas Freguesias”, que foi novamente incluído na programação de outro evento, neste caso associado às comemorações dos 35 anos da elevação de Pias a Vila.

O Espaço Museológico de Pias foi o local escolhido para a realização de uma conferência com o título “O Território de Pias entre a Pré-História e a Época Romana”, que pretendeu dar ênfase à quantidade e diversidade de sítios arqueológicos da freguesia, desde o Paleolítico até à Romanização. Foi ainda dada atenção particular a sítios como o Monte da Guarita 2, um hipogeu calcolítico (VALERA e MIGUEL, 2025), ou à variada coleção epigráfica romana recolhida em diversos sítios (ENCARNAÇÃO, 1997).



FIGS. 8 e 9 –
Exibição de réplicas e
materiais arqueológicos
em Vales Mortos
e caminhada em
Vale de Vargo.

Após a conferência, houve oportunidade para um momento diferente, com a apresentação pública de uma placa funerária romana recém publicada, proveniente das proximidades da Ponte sobre a Ribeira de Enxoé, e que havia sido doada pela proprietária à Junta de Freguesia (SERRA e ENCARNÇÃO, 2024) (Fig. 10).

A última sessão do percurso pelas freguesias decorreu em **Vale do Poço**, na União das Freguesias de Salvador e Santa Maria, tal como Vales Mortos, e foi integrada no programa da XX Feira Agropecuária Transfronteiriça desta localidade, partilhada com o concelho de Mértola e que se realizou nos dias 14 e 15 de setembro de 2024.

Mais uma vez, optou-se por um modelo que incluiu conferência e caminhada temática, novamente com atenções centradas na Serra de Serpa. O percurso da caminhada iniciou-se num sítio arqueológico do qual já não se observavam vestígios, a necrópole de cistas do Bronze do Sudoeste de João de Matos de Cima (LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997: 95), mas atravessou outros locais que serviram de mote à história do Baldio de Serpa e às marcas fossilizadas que deixou na paisagem (CHOUQUER, 2010) (Fig. 11).

ALGUNS IMPACTOS

Nem todos os impactos das ações desenvolvidas durante o projeto “Arqueologia nas Freguesias” são facilmente mensuráveis.

No que diz respeito aos números, esses são fáceis de contabilizar e são apresentados na Tabela 1 de forma sistematizada.

Analisando os números de cada iniciativa, podemos constatar que as conferências tiveram níveis de participação muito variados, com menor expressão nos casos de Vale de Vargo e Vale do Poço, respetivamente com seis e oito assistentes, e maior presença em Vila Nova de São Bento e Vila Verde de Ficalho, com 50 e 32 presenças, respetivamente. Em Brinches e Pias, registaram-se 19 participantes em cada, e 15 em Vales Mortos.

As caminhadas geram sempre bastante interesse do público e a associação de temas específicos serve como complemento à atividade física ou de lazer em ambiente natural. As três caminhadas te-



FIGS. 10 e 11 – Placa funerária romana apresentada em Pias e caminhada em Vale do Poço.



TABELA 1 – Síntese global das atividades desenvolvidas e números de participantes

Conferências	7
Exibição de documentários/programas	2 (Vila Verde de Ficalho e Vila Nova de São Bento)
Visitas guiadas a património arqueológico	1 (Vila Verde de Ficalho)
Apresentações públicas de artefactos	1 (Pias)
Caminhadas temáticas	3 (Vales Mortos, Vale de Vargo e Vale do Poço)
Exibição de réplicas e artefactos	2 (Brinches e Vales Mortos)
Participantes nas conferências, exibições e visitas guiadas	149 (média de 21,2 por sessão)
Participantes nas caminhadas	253 (média de 84,3 por caminhada)
Total	402 (média de 57,4 por iniciativa/freguesia)

máticas enquadradas no “Arqueologia nas Freguesias” não fugiram à regra e juntaram 64 caminheiros em Vales Mortos, 126 em Vale de Vargo e 63 em Vale do Poço.

Procurando aprofundar a análise para além da frieza dos números, diríamos que, entre os aspetos mais destacados e positivos deste projeto, a articulação com o programa “Vamos conhecer o concelho a pé...” foi a melhor sucedida, permitindo a associação a um tipo de iniciativa já consolidada e que pode ser facilmente enriquecida com temáticas distintas, relacionadas com os principais destaques ou mais valias dos percursos propostos e que, neste caso, foram centradas na interpretação do Património arqueológico.

As caminhadas temáticas proporcionaram ainda um outro aspeto muito positivo, que também ocorreu nas conferências, ou seja, uma maior facilidade de contacto direto com os participantes, sobretudo os habitantes e conhecedores dos territórios referenciados em cada atividade, e que se constituíram, muitas vezes, como uma importante fonte de informação sobre alguns dos sítios arqueológicos mencionados, mas também sobre outros inéditos ou mal conhecidos.

Em termos gerais, podemos concluir que o projeto “Arqueologia nas Freguesias” permitiu uma aproximação das populações em meio rural ao Património arqueológico das respetivas freguesias, através de um conjunto de iniciativas descentralizadas, adaptadas em função das diferentes condições de cada local, mas mantendo como base de trabalho principal a realização de conferências centradas no Património arqueológico de cada freguesia, complementadas por outras atividades, como caminhadas temáticas, visionamento de documentários, exibição de materiais arqueológicos e réplicas ou apresentação pública de artefactos. Para além do público alcançado diretamente com as atividades mencionadas, a estratégia de comunicação do projeto possibilitou atingir uma audiência mais vasta, através da divulgação regular das iniciativas e dos seus balanços nos meios de comunicação do município (página *web* e redes sociais, nomeadamente no *Facebook* e *Instagram*), nas páginas do boletim municipal *Serpa Informação*, que é distribuído em papel a todos os municípios e também disponibilizado *online*. Houve ainda espaço para destaque de algumas iniciativas na imprensa regional, nos programas informativos do município nas estações de rádio regionais, e no programa de rádio “Ilha dos Sons”, na Rádio Voz da Planície, com entrevista a um dos autores (MS).

Também se realizou uma conferência de divulgação do projeto junto de público local, através das aulas da Oficina de Património e Arqueologia da Academia Sénior de Serpa, para além de várias outras comunicações em encontros de cariz científico relacionados com as atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas a partir do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa (SERRA, 2023: 285).

No final do projeto, em 2024, organizaram-se textos de síntese sobre os principais vestígios arqueológicos de cada freguesia, para ficarem disponíveis ao público através da página de Internet do município (<https://bit.ly/49gFnlu>).

Há que referir também alguns impactos indiretos, como a elaboração de um trabalho académico que utilizou este projeto como exemplo de atividades de Educação Patrimonial, realizado por um dos autores (AF), no âmbito da frequência do mestrado em Estudos do Património da Universidade Aberta e que serviu de base ao presente artigo (FERNANDES, 2024).

No entanto, quando se trata de efetuar um balanço deste projeto, há que analisar também os aspetos menos positivos, uma vez que servem de motivação para diversas melhorias que podem vir a ser implementadas, numa lógica de continuidade regular do “Arqueologia nas Freguesias”. Assim, a inclusão das conferências de Arqueologia no programa de outros eventos de maior dimensão e temáticas diferentes, organizados quer pelas freguesias, quer pela câmara municipal, nem sempre se constituiu como uma mais-valia em termos da presença de público, uma vez que perdiam destaque no conjunto de atividades em curso, ao mesmo tempo que decorriam outras iniciativas em simultâneo, dispersando o interesse do público. Esta situação foi particularmente notória nos casos de Vale de Vargo e de Vale do Poço, com poucos assistentes nas conferências e outras atividades a decorrerem no mesmo momento. No caso de Vale do Poço, tratou-se da única conferência que não contou no público com habitantes locais, uma vez que só estiveram presentes alguns participantes de um colóquio que se realizou previamente.

Tratando-se de uma iniciativa especificamente dirigida às populações locais, julgamos que será necessário um maior grau de envolvimento das juntas de freguesia, pela sua proximidade para com os habitantes locais, quer na preparação, quer na divulgação das atividades e sensibilização do público.

Outra limitação importante refere-se à quase inexistência de sítios arqueológicos valorizados ou em condições de visita, o que impediu a organização de algumas atividades paralelas, como visitas guiadas, mas que também poderiam funcionar como importante complemento aos percursos pedestres desenvolvidos, situação que resultaria, em nossa opinião, como fator motivacional, quer para maior adesão de público, quer para gerar maior interesse nos participantes face à visualização de sítios concretos.

EM CONTINUAÇÃO...

Conscientes da importância do contacto direto com as populações locais como fator de sensibilização para o Património arqueológico, mas também para divulgar o que se conhece por todo o território, numa lógica de partilha e de articulação com aqueles que melhor conhecem o terreno, julgamos que o projeto “Arqueologia nas Freguesias” terá condições para continuar no futuro imediato, procurando-se ultrapassar os constrangimentos atrás enunciados e incluir outras tipologias de atividades, com o objetivo de implementar um projeto de base regular. Face a esta análise, procedeu-se a uma sessão de balanço do projeto,

que decorreu no dia 11 de janeiro de 2025, na Sala Polivalente do Castelo de Serpa, onde foram apresentados os dados que constam do presente artigo e alguns tópicos relativos à continuação do projeto, destacando-se: a necessidade de valorização de alguns sítios arqueológicos; a promoção de projetos de investigação arqueológica – atualmente, a Câmara Municipal de Serpa encontra-se a apoiar um projeto de investigação arqueológica sobre o recinto de fossos pré-histórico de São Brás 3 (VALERA e PEREIRO, 2025) –; a eventual articulação com os muitos trabalhos de Arqueologia preventiva que decorrem maioritariamente em espaço rural; a possibilidade de desenvolver pequenas exposições itinerantes ou temáticas sobre a Arqueologia em cada freguesia; uma maior participação das juntas de freguesia, nomeadamente na fase de organização das atividades e na articulação com escolas, associações ou Oficinas Sénior, concebendo-se ações especificamente dirigidas para estes públicos. No final da apresentação, houve tempo para um período de debate que também tinha o objetivo de reunir contributos com sugestões relativas à continuidade do projeto (Fig. 12).



FIG. 12 – Conferência de balanço no Castelo de Serpa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de uma política de Educação Patrimonial leva a que, muitas vezes, as populações vejam a preservação e salvaguarda dos sítios arqueológicos como um entrave ao desenvolvimento local (HONOR, 2007: 64). Com base nesta percepção, o projeto “Arqueologia nas Freguesias: 7 sítios, 7 histórias” recorreu a esta ferramenta para conseguir motivar o interesse da população e criar uma união positiva entre esta e o seu Património, por forma a conseguir que a mesma se interessasse e compreendesse a importância que tem na proteção e salvaguarda do Património cultural que integra o seu território.

As ações de divulgação desenvolvidas no âmbito do projeto “Arqueologia nas Freguesias: 7 sítios, 7 histórias”, em que se conseguiu o envolvimento e participação das comunidades referidas, visam a sua sensibilização para a valorização, proteção e salvaguarda do Património arqueológico local

(SERRA, 2023). A partilha de conhecimento, dúvidas, preocupações, saberes e valores, permitiu uma dinâmica em que todos puderam entender um pouco mais sobre o território e o Património comum que o une. O projeto, cuja programação estava pensada para durar sensivelmente um ano, acabou por se prolongar no tempo, condição imposta pela pandemia que alastrou em 2020 e condicionou as atividades até 2022. A atividade que se pretendia presencial e participativa, num contacto direto com a população visada, foi assim adiada e acabou a sua intervenção apenas no final de 2024. Contudo, este tempo também lhe permitiu uma reformulação e adaptação, ao tirar partido, de forma muito positiva, de outros eventos e atividades a decorrer em simultâneo.

O “Arqueologia nas Freguesias” chegou assim às populações locais, mas não só, revelando-se uma mais-valia para as caminhadas, onde transmitiu aos participantes a História das paisagens ancestrais que os rodeavam. O projeto retirou os habitantes das suas casas e levou-lhes histórias sobre o seu território e Património. Para além disso, através dos debates estabelecidos, também conseguiu a partilha de informações que vieram a enriquecer a cultura local e o conhecimento sobre o território. Nesta perspetiva de partilha e troca, o projeto foi desde logo muito positivo, levando à idealização de uma nova edição.

A decorrer em localidades com mais ou menos habitantes, com populações jovens ou envelhecidas, com maior ou menor número de participantes, o projeto conseguiu cativar e transmitir conhecimento, fazendo com que haja a vontade de prosseguir, contar outras histórias, apresentar outros sítios arqueológicos, cativar novos públicos e assim transmitir o quão essencial é proteger e valorizar o que é nosso, o que nos identifica e que ficará como herança para as gerações vindouras. 🐾

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fernando de e CAEIRO, José Olívio (1978) – “Pé de Altar Visigótico na Abóbada (Serpa)”. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1977)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1, pp. 337-344.
- ALMEIDA, Nelson J.; SERRA, Miguel; REIS, João; COSTA, Luís e BARREIRA, João (2024) – “Passado, Presente e Futuro do Megalitismo no Baixo Alentejo: contributos para uma síntese dos concelhos de Vidigueira, Cuba, Alvíto, Moura e Serpa (Distrito de Beja)”. In FABIÃO, Carlos et al. (eds.). *De Gibraltar aos Pirinéus. Megalitismo, Vida e Morte na Fachada Atlântica Peninsular. Arqueologia, Património e Turismo*. Lisboa: UNIARQ / Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, pp. 157-173 (*Estudos & Memórias*, 25). <http://doi.org/10.51427/10400.5/95883>
- BAPTISTA, Lúcia; PINHEIRO, Rui e RODRIGUES, Zélia (2012) – “Espacialidade dos Cadáveres em Montinhos 6: contributos para uma compreensão das práticas funerárias da Idade do Bronze no Sudoeste Peninsular”. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar, pp. 149-170.
- CARVALHO, Ana Vieira e FUNARI, Pedro (2007) – “Arqueologia e Património no Século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública”. In *Encontro de História da Arte*. Campinas, SP, 3, pp. 133-140. <https://doi.org/10.20396/eha.3.2007.3667>
- CHOUQUER, Gérard (2010) – “La division du baldio de Serra de Serpa (Alentejo, Portugal)”. In *MaNOMA - Manuel Numérique Ouvert de Morphologie Agraire* (2023-01-16). <https://manoma.hypotheses.org/2149>
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1997) – “Epigrafia”. In LOPES, CARVALHO e GOMES (1997): 103-123. <https://hdl.handle.net/10316/23217>
- FERNANDES, Amélia (2024) – *Um projeto de Educação Patrimonial: Arqueologia nas Freguesias: 7 sítios, 7 histórias - Arqueologia de Divulgação e Arqueologia Pública*. Trabalho académico no âmbito do Mestrado em Estudos do Património - Temas de Arqueologia. Lisboa: Universidade Aberta (policopiado).
- FONTAL MERILLAS, Olaia (2015) – “La educación patrimonial: de la rentabilidad social a la rentabilidad identitaria. In PINHEIRO, Adson (org.). *Série Cadernos do Património Cultural - Educação Patrimonial*. 1: 32-46. <https://bit.ly/4qqaYhS>
- HENRIQUES, Fernando; ANTÓNIO, Telmo; ROSA, Sérgio; CURATE, Francisco e SOARES, António Monge (2013) – “Escavação Arqueológica do Tholos Centirá 2 (Brinches, Serpa)”. *Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. Lisboa: Emérita. 1: 1-31.
- HONOR, André Cabral (2007) – “Educação e Preservação de Sítios Arqueológicos”. *História & Ensino*. Universidade Estadual de Londrina. 13: 63-70. <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2007v13n0p63>
- Lopes, Maria da Conceição; Carvalho, Pedro e Gomes, Sofia (eds.) (1997) – *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
- MELRO, Samuel e SERRA, Miguel (no prelo) – “Salvaguarda Arqueológica no Âmbito de Processos Agrícolas. A experiência do concelho de Serpa”. In *Encontro Arqueologia, Património e Autarquias*. Almada, 11-12 jan. 2024.
- OLIVEIRA, Maria Manuel; MATEUS, Rui e CORREIA, Susana (coord.) (2016) – *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
- SCHUBART, Hermanfrid (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: W. de Gruyter (*Madriider Forschungen*, 9). <https://doi.org/10.34780/eqy6-d88w>
- SERRA, Miguel (2017) – “Projeto Outeiro do Circo da Arqueologia para a Educação Patrimonial”. *Revista Alentejo*. Casa do Alentejo. 42 (jun.-nov.): 28-29.
- SERRA, Miguel (2023) – “Da Leitura do Território ao Envolvimento Comunitário. Experiências e expectativas do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 5. 8-9 [2018-2019]: 269-289. <https://bit.ly/44P5dCd>
- SERRA, Miguel e ENCARNAÇÃO, José d' (2024) – “Placa Funerária Romana de Pias (Serpa)”. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 264: inscrição 885. <https://bit.ly/45aw7oj>
- SOARES, António Monge (1994a) – “Descoberta de um Povoado do Neolítico Junto à Igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). Resultados preliminares”. *Vipasca*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel. 3: 41-49.
- SOARES, António Monge (1994b) – “O Bronze do Sudoeste na Margem Esquerda do Guadiana. As Necrópoles do Concelho de Serpa”. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 179-197. <https://bit.ly/49z3pQk>
- SOARES, António Monge (2003) – “O Passo Alto: uma fortificação única do Bronze Final do Sudoeste”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 6 (2): 293-312. <https://bit.ly/3L7zci0>
- SOARES, António Monge (2008) – “O Monumento Megalítico de Monte da Velha 1 (MV1) (Vila Verde de Ficalho, Serpa)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 11 (1): 33-51. <https://bit.ly/4pT8vww>
- SOARES, António Monge e ARNAUD, José Morais (1984) – “Escavações do Sepulcro Megalítico MV 2 (V. V. Ficalho, Serpa)”. *Arquivo de Beja*. 2.ª série. 1: 67-82.
- SOUZA, Renilfran Cardoso de (2012) – “Guia Básico de Educação Patrimonial: Referência nos arquivos digitais”. In *Anais do VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”*. São Cristóvão: EDUCON. <https://bit.ly/3MZAPPg>
- VALERA, António e MIGUEL, Lúcia (eds.) (2025) – *Monte da Guarita 2. Um hipogeu da primeira metade do 3º milénio a.C. (Pias, Serpa)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica / ERA Arqueologia (*ERA Monográfica*, 8). <https://bit.ly/3NIXJjW>
- VALERA, António e PEREIRO, Tiago do (2025) – “Monte da Laje e São Brás 3. Investigação e divulgação de recintos de fossos em Serpa (Beja)”. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica / ERA Arqueologia. 18: 9-21. <https://bit.ly/4sjP6qg>
- VALERA, António; FILIPE, Victor e CABAÇO, Nelson (2013) – “O Recinto de Fosso de Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa)”. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica / ERA Arqueologia. 9: 21-35. <https://bit.ly/49enCjX>
- VIANA, Abel (1947) – “Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo”. *Arquivo de Beja*. 1.ª Série. 4: 3-29.
- WOLFRAM, Mélanie e SOARES, António Monge (2014) – “Batismo e Baptistérios Durante a Antiguidade Tardia no Império Romano Ocidental. O exemplo de Vila Verde de Ficalho (Beja, Portugal). In GOMÉZ MARTINEZ, Susana; MACIAS, Santiago e LOPES, Virgílio (eds.). *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 54-69. <https://bit.ly/4ayFRvW>

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

Um machado no caminho

Nuno Pires¹ e Carlos Didelet^{1,2,3}

¹ CAL - Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa
(nuno.goncalo.pires@cm-lisboa.pt; carlos.vasques@cm-lisboa.pt).

² IAP - Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.

³ CHAIA - Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora.

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Introdução

Em 1922, José Leite de Vasconcellos publica um artigo na revista *O Arqueólogo Português* intitulado “Descobridores de Monsanto” (Vasconcellos, 1921-1922) e, passados 100 anos, não poderíamos estar mais de acordo com o referido título. Das prospeções de Virgílio Correia e de Camarate França, às intervenções de Afonso do Paço e Irisalva Moita, poder-se-ia pensar que a serra teria entregue os seus segredos.

As áreas da região de Monsanto, conservam vestígios arqueológicos que testemunham uma ocupação humana de longa duração.

As evidências arqueológicas, aliadas ao conhecimento acumulado e às numerosas publicações sobre o Neolítico na cidade, indicam uma ocupação intensa e variada, refletida na diversidade dos conjuntos dos materiais encontrados.

Entre os recentes achados, de forma fortuita, destaca-se um machado de pedra polida representativo da revolução técnica e cultural associada ao processo de neolitização da Península Ibérica.

Descrição da peça

O machado apresenta forma cilíndrica no seu eixo, com extremidade distal ligeiramente arredondada e parte proximal truncada, presumivelmente para encaixe em haste. A matéria-prima utilizada é um anfibolito de grão fino, com tonalidade acastanhada (7.5YR/ 4/3 – “dark reddish gray” na *MUNSELL Soil Color Chart*, 1998), provavelmente oriundo de uma região distante, obtido por meio de trocas comerciais.

Mede aproximadamente 9,2 cm de comprimento, 5,4 cm de largura máxima e 3,1 cm de espessura. Apresenta textura maciça e grão duro, corpo

fusiforme e gume de bisel duplo, ainda que esse mesmo gume se apresente em V.

A superfície mostra-se bastante polida, especialmente nas laterais e na extremidade cortante, revelando um bom acabamento técnico. Foi um machado de trabalho, notando-se o seu desgaste no fio, onde apresenta formato triangular.

Tem um formato diferenciado em relação aos exemplares conhecidos provenientes de Monsanto (DIDELET, 2025). Devido às características morfológicas do anfibolito que constitui a peça arqueológica, afigura-se como sendo material exógeno à zona de Lisboa, não se assemelhando aos anfibolitos alentejanos.

O machado encontra-se devidamente inserido e inventariado na base de dados *Endovelico*, com a designação “Lisboa - Encosta do Forte de Monsanto” e o código Cns 42631, estando igualmente georreferenciado no GeoPortal, tendo em conta a sua salvaguarda (ver <https://bit.ly/4900DDx>).

O contexto arqueológico

Com base na investigação arqueológica, no conhecimento acumulado pelo grupo de trabalho acerca da Pré-História de Monsanto, do Cen-

FIG. 1 – Vista do local do achamento, no trilho azul da Serra de Monsanto.



FIG. 3 – Imagem obtida por microscópio eletrónico Leica, modelo S9D, com aumento de 15x.

tro de Arqueologia de Lisboa (CAL), entre 2015 e 2023, e nas múltiplas publicações existentes sobre as ocupações pré-históricas do Neolítico na cidade, evidencia-se a existência de numerosos e diversificados conjuntos de materiais, atualmente conservados em diferentes instituições (SOUSA *et al.*, 2024), nomeadamente o CAL, o Museu Nacional de Arqueologia, o Museu Geológico, o Museu de Lisboa, o Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto e o Museu Décio Thadeu, do Instituto Superior Técnico.



FIG. 2 – O machado de Monsanto, em vista anterior, lateral direita e posterior. Observa-se o sulco que permitiria um melhor encaixe no cabo.

Fotos: Carlos Didelet e Nuno Pires.

Já nas primeiras décadas do século XX, ali foram realizadas várias prospeções arqueológicas, onde salientamos as Virgílio CORREIA (1912 e 1972) e os escritos de José Leite de VASCONCELOS (1905, e 1921-1922). Ainda que não tenha sido descoberto em contexto de escavação, o machado agora apresentamos foi identificado e retirado em recolha de superfície, durante uma caminhada no Parque de Monsanto, conforme descrição fornecida por Isabel Soares: “Encontrado no domingo, dia 4 de fevereiro de 2024 entre as 12h30 e as 13h00, quando estava a fazer uma caminhada no parque de Monsanto em Lisboa. Estava parcialmente enterrado no meio de um carreiro estreito que faz parte do Trilho Azul (volta do Planalto), no troço que passa nas traseiras do tribunal de Monsanto. No local havia também bastante sílex à superfície. Optei por recolhê-lo porque é um carreiro onde passam muitas pessoas a fazer caminhadas e muitas bicicletas e havia o risco de se vir a perder” (depoimento oral da achadora).

O local em questão tem revelado vários indícios de ocupação pré-histórica, com o aparecimento de bastantes artefactos líticos (sílex), sem evidências de cerâmica ou de estruturas.

A presença deste tipo de instrumento associa-se geralmente a atividades ligadas ao desbaste de madeira, abertura de terrenos agrícolas e, eventualmente, ao uso em cerimónias. A sua ocorrência em Monsanto está de acordo com a presença de grupos de carácter neolítico, sedentários ou semisedentários, integrados nas dinâmicas de ocupação do território da bacia do Tejo.

Interpretação e significado

Os machados de pedra polida são artefactos emblemáticos do Neolítico, marcando uma clara evolução tecnológica face ao modo de vida mesolítico. O grau de polimento e o cuidado na elaboração destas peças revelam não apenas uma função prática, mas possivelmente também simbólica ou de prestígio, refletindo a crescente complexidade social da época.

Procuraram-se exemplares coevos do Neolítico Antigo e Médio, provenientes da região estremenha, com o objetivo de estabelecer paralelos e contextos em que machados de pedra polida (nomeadamente

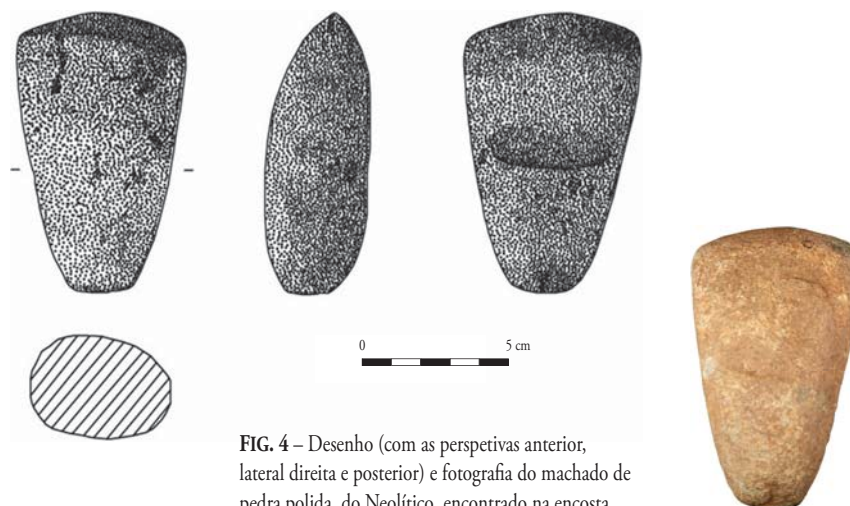


FIG. 4 – Desenho (com as perspetivas anterior, lateral direita e posterior) e fotografia do machado de pedra polida, do Neolítico, encontrado na encosta Norte-Noroeste de Monsanto.

machados e enxós, recorrentes em contexto de necrópoles neolíticas) tenham desempenhado funções de carácter ritual (CARVALHO, 2020: 24). Assim, dos espólios provenientes das necrópoles cársicas da Gruta da Furninha (CARDOSO e CARVALHO, 2011: 340), Gruta do Lugar do Canto (CARDOSO e CARVALHO, 2008: 293) e Algar do Bom Santo (CARVALHO, 2014: 190), é possível encontrar machados similares àquele que foi encontrado na emblemática colina de Lisboa. Refira-se também o caso do Cromeleque dos Almendres, onde foi encontrado um machado depositado na cora pétrea de um dos menires, atestando o seu vincado uso ritual (GOMES, 1997: 31).

Conclusão

O machado de Monsanto constitui um testemunho importante da presença neolítica na área de Lisboa. Embora isolado, insere-se num panorama

mais vasto de ocupações neolíticas na região, contribuindo para a compreensão das práticas económicas, tecnológicas e simbólicas das comunidades que habitaram o vale do Tejo durante a Pré-História Recente.

Um agradecimento a quem reconhece o Passado e o dá a preservar, como a Isabel Soares. Seja em caminhos de terra, seja noutras circunstâncias, há quem tenha um olhar mais atento, um olhar mais sensível, que reconhece que uma simples pedra, ou um simples vestígio, pode contar histórias de outros tempos.

Referências bibliográficas

CARDOSO, João Luís e CARVALHO, António Faustino (2008) – “A Gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e Sua Importância no Faseamento



FIG. 5 – Imagem aérea obtida a partir do GeoPortal (Portal do Arqueólogo, 2025-07-21), com indicação do local onde o machado foi encontrado.

Vinagrinho 4

um novo povoado de encosta do Calcolítico (Baleizão, Beja)

Marco Valente¹ e Agustín Ortega-Esquinca²

¹ Arqueólogo. Vice-Presidente da ICCIRA (International Cultural and Creative Industries Regulatory Authority).

² Arqueólogo. Investigador Independente.

Por opção dos autores, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

No decorrer dos trabalhos de prospecções e acompanhamento arqueológico de plantação de olival tidos no prédio rústico “Vale Vinagre” (Baleizão, Beja), foi efectuada a reavaliação do sítio de Valor Arqueológico de Grau 4 (vestígios insuficientemente caracterizados) Vinagrinho 4.

Previamente aos presentes trabalhos, encontrava-se descrito como “*Habitat de época moderna, associado a uma mancha de materiais, com cerca de 900 m², onde ocorrem materiais de construção, telha, tijolo e contentores*” (Portal do Arqueólogo, consulta de 2025-02-22).

Após os presentes trabalhos (em virtude do constatado através de prospecção arqueológica intensiva efectuada pelos dois subscritores da presente notícia), o sítio Vinagrinho 4 recebeu o CNS 42687, classificado agora como Povoado do período Calcolítico.

Numa área de cerca de 56.872 m², constatámos a dispersão de materiais de um grande povoado inédito, tendo sido identificadas taças carenadas, pratos de bordos almendrados, utensilagem lítica vária, assim como fragmentos de barro de caba-

nas cozido, ainda com o negativo dos elementos vegetais sobre o qual tinham sido colocados. Foi recolhida uma pequena enxó votiva em xisto de fácies azul (poderá constituir igualmente um idoleiforme ou brinquedo).

De destacar ainda o achado de um pequeno machadinho de pedra polida.

Observámos de igual forma, neste local, numa área mais pequena, a presença de cerâmicas de cronologias modernas (século XVIII), mormente faianças com motivos a azul sobre fundo vidrado a branco e alguidares com vidrados esverdeados. Alguns elementos pétreos aparentam delimitar ainda alguns elementos estruturados sob a superfície do terreno, o que parece apontar para a evidência de estruturas da implantação de um eventual casal de Época Moderna.

Durante os trabalhos de escavação de valas para o projecto de rega, não foram identificados quaisquer tipos de contextos preservados, o que parece comprovar as nossas estimativas iniciais, de que o povoado se desenvolve para a encosta oposta, próximo a uma linha de água que corre mais a Norte do dito.



FIG. 1 – Prospecção e registo de materiais em Vinagrinho 4.

do Neolítico no Território Português”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Câmara Municipal de Oeiras. 16: 269-300. <https://bit.ly/3IGql5z>

CARDOSO, João Luís e CARVALHO, António Faustino (2011) – “A Gruta da Furninha (Peniche): estudo dos espólios das necrópoles neolíticas”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 18: 333-392. <https://bit.ly/46R8Zfs>

CARVALHO, António Faustino (2020) – “Numa Gigantesca Mamoia, a Necrópole Neolítica do Algar do Bom Santo”. *Kairós - Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Arte e Ciências do Património*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 6: 17-32. https://doi.org/10.14195/2184-7193_6_3

CARVALHO, António Faustino (ed.) (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (*Promontoria Monográfica*, 17). <https://bit.ly/3Kbt7An>

CORREIA, Virgílio (1912) – “A Estação Neolítica de Vila Pouca (Monsanto)”. In *Lisboa Pré-histórica: notas de arqueologia*. Lisboa: Typ. de Antonio Maria Antunes. Vol. 2.

CORREIA, Virgílio (1972) – *Obras*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. 4 - “Estudos arqueológicos”.

DIDELET, Carlos (2025) – “Vila Pouca, novos dados, novas materialidades. Um dos locais mais importantes da Pré-história de Lisboa?”. In PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio y CAMPOS JARA, Pedro (eds). *Actas del XII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Ayuntamiento de Aljaraque, pp. 165-172. <https://bit.ly/4jpKCuo>

GOMES, Mário Varela (1997) – *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora.

MUNSELL *Soil Color Chart* (1998) – Revised Washable Edition. New Windsor.

SOUSA, Ana Catarina; COSTEIRA, Catarina; COSTA, Ana Maria; VAN CALKER, Daniel e CARDOSO, João Luís (2024) – “Lisboa Pré-Histórica: uma síntese da informação conhecida em 2020”. In CASIMIRO, Tânia M.; BOAVIDA, Carlos e CARVALHO, António (eds.). *Lisboa Subterrânea. 25 anos depois*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 39-77 (*O Arqueólogo Português*, Suplemento 12). <http://hdl.handle.net/10400.1/26806>

VASCONCELLOS, José Leite (1905) – *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 2. <https://bit.ly/4nglpCd>

VASCONCELLOS, José Leite (1921-1922) – “Descobridores de Monsanto”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 1.ª série. 25: 178-180.

[todas as ligações à Internet apresentadas nesta notícia estavam ativas em 2026-01-18]

Recomendamos, para futuros trabalhos que possam ocorrer na parcela onde o povoado se desenvolve (e que ladeava, a Norte, a parcela alvo dos nossos trabalhos de prospecção e acompanhamento), a realização de sondagens prévias de diagnóstico, uma vez que há uma grande possibilidade de ainda se encontrarem vestígios preservados, quer do povoado em si, quer do casal de Época Moderna que aí teria existido.

De referir ainda que, do local deste povoado do Vinagrinho 4, a visibilidade é ótima para o que poderão ser outros povoados/assentamentos, nos sítios (também por nós intervencionados e alvo de estudos diversos, ainda a decorrer) do Monte das Marianas 3 (CNS 21779) e Monte das Marianas 4 (CNS 21783).

Mencionar apenas que foi detectada, durante os trabalhos de prospecção arqueológica prévia, uma base de cruzeiro, muito possivelmente de Via-sacra de Época Moderna-Contemporânea (que recomendamos fosse recolhida para salvaguarda). O presente caso demonstra a importância de, em trabalhos de igual índole, existir sempre um acompanhamento arqueológico do processo de transformação dos solos e análise contínua das áreas limítrofes, servindo o novo achado de prova suficiente para o demonstrar. Temos escutado alguns rumores que nos preocupam, evidentemente, sobre destruições de achados similares por terras alto-alentejanas. Esperamos que a Barragem do Pisão e outras obras que aí decorrem tenham como exemplo a colaboração, reforçada por Protocolo de 2012, entre a EDIA SA e a DGPC (actual CCDR Alentejo, que tantos novos sítios e contextos tem dado a conhecer, e que, de outra forma, seriam irremediavelmente afectados e toda a informação perdida.

FIG. 7 – Faianças e bordos de taça e alguidares de cronologia moderna (século XVIII).



Vale de Vinagre / Vinagrinho
Elementos patrimoniais detectados durante os trabalhos de prospecção e acompanhamento arqueológico

- área do presente projecto
- artefactos de Época Moderna
- artefactos de épocas pré e protohistóricas
- mancha de materiais de Época Moderna
- Vinagrinho 4, Cns 42687 -
- Mancha de materiais do povoado

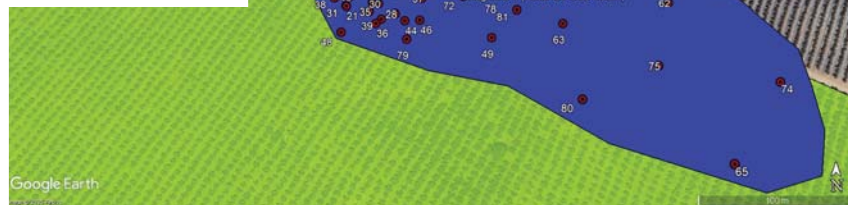


FIG. 2 – Georreferenciação de materiais arqueológicos em zona do Povoado Vinagrinho 4 (CNS 42687).



FIG. 3 – Exemplo de alguns dos bordos almendrados e simples encontrados, atribuíveis ao período Calcolítico.

FIG. 5 – Pequena enxó (eventual idoleiforme ou brinquedo).



FIG. 4 – Barro de cabana cozido, com negativos dos elementos vegetais aos quais estaria previamente agregado.

FIG. 6 – Machadinho em pedra polida.



FIG. 8 – Aspecto da cumeeada no sítio Vinagrinho 4, já com o cultivo de olival intensivo implementado.



Bibliografia

- ARRUDA, Ana Margarida e LOPES, Maria da Conceição (2012) – “Dois Vasos Gregos da Necrópole do Cerro Furado (Baleizão, Beja – Portugal)”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 5.ª série. 2: 401-415.
- CARVALHO, José (2014) – *Execução do Circuito Hidráulico São Pedro-Baleizão e Respeito Bloco de Rega: Sítio n.º 168 - Batum, Beja: sondagens arqueológicas*. Relatório final.
- GRILLO, Carolina Brito Ramos (2008) – “O Povoado Pré-Histórico do Alto do Outeiro, Baleizão, Beja”. *Vipasca, Arqueologia e História*. Aljustrel: Município de Aljustrel. 2.ª Série. 2: 95-106. <https://bit.ly/4qvpXHI>
- Portal do Arqueólogo (2025) – Lisboa: Património Cultural IP. <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>
- SERRA, Miguel (2022) – “Tijolo Com Grafito de Herdade das Barbas de Lebre 1, Baleizão, Beja (*Conventus Pacensis*)”. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Inscrição n.º 821. <https://bit.ly/4pefkHR>
- SIMÕES, Paula Maria S. (2015) – *Guardiões da Paisagem: os montes alentejanos. Lugares de memória*. Dissertação de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, apresentada à Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/17365>
- VALENTE, Marco e MARQUES, Maria João (2022) – “Abrigo dos Castelos (Baleizão, Beja): uma provável representação das Sete Irmãs – Pléiades”. *Al-Madan Online*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 25 (2): 48-55. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15032364>
- VALERA, António Carlos (2013) – “Recintos de Fossos da Pré-História Recente em Portugal: investigação, discursos, salvaguarda e divulgação”. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2.ª série. 18: 93-110.

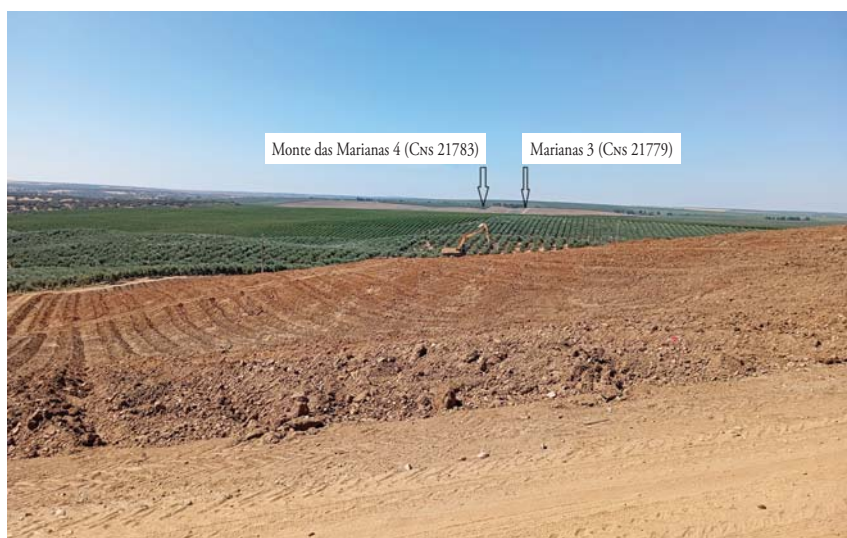


FIG. 9 – Visibilidade para Monte das Marianas 3 (Cns 21779) e Monte das Marianas 4 (Cns 21783).



FIG. 10 – Base de cruzeiro de via-sacra (de cronologia Moderna ou Contemporânea).

[todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]

Turismo arqueológico em territórios de baixa intensidade

Sara Cura ¹, Rui Parreira ², Miguel Serra ³ e Alexandra Vieira ⁴

¹ Comunicar Arqueologia / ICA:EHV-Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano, Universidade do Algarve (contacto@comunicararqueologia.pt).

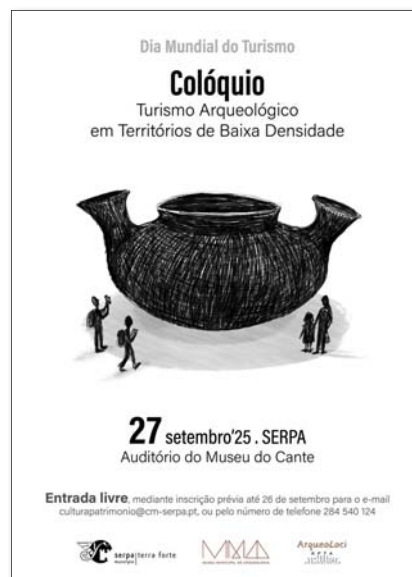
² Museu de Lagos (rui.parreira@gmail.com).

³ Câmara Municipal de Serpa (mserra@cm-serpa.pt).

⁴ Instituto Politécnico de Bragança (alexandramvieira@gmail.com).

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

FIG. 1 – Cartaz do colóquio.



O colóquio “Turismo Arqueológico em Territórios de Baixa Densidade” decorreu no Museu do Cante, em Serpa, no dia 27 de setembro de 2025. O evento foi uma organização conjunta do Município de Serpa e da Arqueoloci - Rede Portuguesa de Turismo Arqueológico, integrando as comemorações do município no Dia Mundial do Turismo.

Reuniu investigadores, profissionais e agentes locais em torno de duas questões centrais: como pode o turismo arqueológico afirmar-se em territórios de baixa densidade, contribuindo para o desenvolvimento local e para o reforço do sentido de memória e pertença das populações, bem como para a projeção externa dos territórios? E, em paralelo, como pode a Arqueologia ser mais do que ciência, convertendo-se numa experiência acessível sem que tal implique a sua mercantilização?

Tanto as sete comunicações apresentadas como os debates que se seguiram procuraram respostas e caminhos de futuro para um desenvolvimento do turismo arqueológico de forma sustentável e integrada nas dinâmicas sociais e económicas das regiões, tendo sempre presente a sua dupla natureza: como atividade que emerge da investigação e como elemento patrimonial cuja fragilidade exige cuidados de conservação e preservação constantes.

1. O que é e porque é relevante o turismo arqueológico?

Quando se fala em Arqueologia, é comum pensar-se de imediato em escavações, prospeções, ou na produção de artigos científicos. No entanto, a Arqueologia é muito mais do que isso. Desempenha uma função social essencial, que transcende a esfera da investigação e da Academia.

A Arqueologia contribui decisivamente para a divulgação e valorização do Património, tornando acessível ao público o conhecimento sobre o passado humano. Este processo não é apenas informativo, mas também educativo e formativo, na medida em que promove uma cidadania mais consciente da importância da preservação da Cultura e da História coletivas. Ao mesmo tempo, a Arqueologia constitui um pilar na construção das identidades coletivas. O conhecimento do passado permite às comunidades reconhecerem-se nos seus territórios, valorizar as suas origens e reforçar um sentimento de pertença fundamental para a coesão social.

Outro aspeto central é o usufruto social dos sítios arqueológicos. Estes espaços não devem permanecer confinados à investigação ou inacessíveis às comunidades. Devem ser vividos, visitados e integrados nas dinâmicas culturais e turísticas dos territórios – sempre de forma sustentável e responsável. Assim, a Arqueologia deixa de ser apenas ciência para se tornar também uma experiência partilhada, capaz de unir conhecimento, cultura, identidade e desenvolvimento.

É neste cruzamento de dimensões que se inscreve o turismo arqueológico. Longe de desvirtuar a Arqueologia, ele amplifica a sua projeção pública, assegura recursos para a preservação e aproxima comunidades e visitantes de um Património que é, por natureza, coletivo.

O turismo arqueológico pode ser definido como uma modalidade de turismo centrada na visita, interpretação e valorização de sítios, monumentos, paisagens e acervos arqueológicos. Mais do que observar ruínas ou objetos, implica o contacto com o conhecimento científico produzido pela Arqueologia, transformado em experiências acessíveis e significativas para públicos diversos. O seu

propósito é conciliar a preservação patrimonial com a divulgação cultural e o desenvolvimento sustentável dos territórios, envolvendo frequentemente as comunidades locais na gestão e fruição do Património.

Ao integrar-se no turismo cultural, o turismo arqueológico permite criar narrativas mais completas, que aproximam os visitantes da longa duração histórica dos territórios e promovem uma vivência mais profunda e participada do Património. Pensado de forma responsável, é não apenas um motor de dinamização económica, mas também uma ferramenta de preservação e de envolvimento das comunidades locais. Não deve, portanto, ser encarado como um nicho especializado, mas como parte integrante de uma estratégia mais ampla de turismo cultural sustentável, capaz de descentralizar fluxos, valorizar territórios de baixa densidade, reforçar identidades locais e sensibilizar para a preservação patrimonial.

É verdade que o turismo arqueológico suscita, por vezes, reservas associadas ao risco de comercialização da Arqueologia. Contudo, quando pensado e praticado com rigor e responsabilidade, ele representa precisamente o oposto: uma forma de valorização cultural que transforma o conhecimento científico em experiências significativas e socialmente relevantes.

O turismo arqueológico protege e conserva o Património ao mesmo tempo que lhe dá visibilidade e gera recursos para a sua salvaguarda. É também uma oportunidade para envolver as comunidades locais, criando benefícios económicos sustentáveis, permitindo que os habitantes se tornem os primeiros guardiões do seu Património. Particularmente nos territórios de baixa densidade, ao valorizar sítios, monumentos e paisagens, pode contribuir para reverter, em parte, o ciclo da

perda de centralidade e da invisibilidade enquanto territórios periféricos: ao promover a experimentação cultural, o envolvimento comunitário e a fruição turística, oferece oportunidades de diversificação económica, de fixação de população e de reforço do sentido de pertença social. Além de impulsionar fluxos turísticos mais sustentáveis e de menor intensidade – o que se adequa à escala e às capacidades locais – o turismo arqueológico nestes territórios pode, numa estratégia integrada da sua gestão, ser instrumento de coesão social e territorial e de desenvolvimento económico.

Em suma, não se trata de mercantilizar a Arqueologia, mas de a tornar viva, partilhada e socialmente pertinente: é dar ao passado um papel ativo no presente nos territórios nas vidas dos que os habitam.

2. Síntese das comunicações

A comunicação “Serpa como destino glocal: tendências, património e turismo” (Sara Albino e Ana Isabel Rodrigues, Instituto Politécnico de Beja / Licenciatura em Turismo e CiTur Beja-Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo) apresentou uma reflexão sobre o turismo enquanto fenómeno global e o seu impacto em realidades locais, com enfoque no concelho de Serpa. A partir da sua própria experiência de formação e investigação enquanto docentes no ensino superior, foram identificadas tendências emergentes, numa abordagem holística, simbiótica com outras áreas, como o turismo criativo, sustentável/regenerativo e o *slow tourism*, e discutida a relação entre turismo e Património cultural, destacando-se a Arqueologia e a riqueza do Património material e imaterial de Serpa como recursos estratégicos. Entendendo o destino turístico como um produto de co-criação, sublinhou-se a perspetiva da *glocalidade*: fenómenos globais traduzidos em práticas locais e narrativas locais com alcance global.

A comunicação “Desafios e potencialidades para o turismo arqueológico em Serpa” (Miguel Serra e Rui Charraz, Câmara Municipal de Serpa) apre-



FIG. 2 – Sessão de abertura.

sentou uma visão geral do turismo no concelho, no qual o Património histórico influencia decididamente a escolha do destino turístico, explorando o papel do Museu Municipal de Arqueologia, situado no Castelo de Serpa, como equipamento âncora impulsionador da descoberta de outros equipamentos museológicos (de tutela pública e privada) e do território. Foram expostos o historial da Arqueologia local (com prevalência das atividades de salvaguarda), projetos em curso e perspetivas futuras, bem como os principais desafios à consolidação de uma aposta sustentada no turismo arqueológico.

Em “Território do Fundão. Arqueologia e interioridades: diluir solastalgias, iluminar patrimónios” (Pedro Salvado, Pedro Mendonça e André Mota Veiga, Câmara Municipal do Fundão / Museu Arqueológico Municipal José Monteiro), refletiu-se sobre o papel do turismo arqueológico em territórios de baixa densidade populacional, situação que não implica baixa atividade cultural. Tomando o Fundão como estudo de caso e partindo da noção de *solastalgia* – o sentimento de perda associado ao abandono dos lugares de pertença –, defendeu-se que a valorização do Património arqueológico pode reforçar identidades locais, dinamizar a economia e atrair visitantes em busca de experiências autênticas, mediante mediação cultural e cooperação entre investigadores, comunidades e autarquias, num processo em que os técnicos se deslocam às aldeias para aprofundar com as comunidades o conhecimento sobre o seu Património, procurando promover os habitantes locais em “descodificadores turísticos” do território.

A apresentação “A Arqueologia e os museus: o caso do projeto Mértola Vila Museu” (Lígia Rafael, Câmara Municipal de Mértola / Museu de Mértola Cláudio Torres) mostrou como quatro décadas de investigação, preservação e divulgação patrimonial originaram 14 núcleos museológicos,

transformando Mértola num território-museu. Os trabalhos arqueológicos, sempre em curso, passaram a fazer parte da experiência de quem visita Mértola. Sublinhou-se o papel dos museus municipais como espaços de preservação da memória, de inclusão e de identidade, e o impacto positivo do projeto no desenvolvimento local.

A comunicação “Paisagem Ancestral: recintos cerimoniais de Terras do Guadiana” (Mafalda Capela, ERA Arqueologia, S.A.) evidenciou como a investigação arqueológica pode ser transformada em dinamização cultural e social, reforçando o valor simbólico do território do Guadiana. Partindo do complexo dos Perdigões como âncora e da experiência do Núcleo de Investigação Arqueológica (NIA) da ERA Arqueologia na identificação de realidades que só adquirem visibilidade com a aplicação de métodos arqueológicos adequados (não intrusivos), o projeto, com financiamento de entidades privadas, envolveu um consórcio de entidades públicas e privadas num esforço de valorização patrimonial que alia ciência, fruição pública e desenvolvimento regional. A ativação social dos recintos de fossos, através de exposições, comunicação e monitorização, afirma-se como um modelo de salvaguarda e futuro para a Arqueologia no interior.

Em “O turismo arqueológico de Alcoutim: potencialidades e desafios” (Alexandra Gradim, Câmara Municipal de Alcoutim), destacou-se a singularidade de um concelho marcado pela interioridade e baixa densidade populacional, mas que conserva um Património arqueológico excecional em diversidade e continuidade temporal. Ao longo de milénios, o território foi palco de usos e adaptações que hoje se projetam como recursos para o turismo cultural. No âmbito da rede polinucleada de museus



FIG. 3 – Momento de debate.

e lugares musealizados tutelados pelo município de Alcoutim, a aposta na Arqueologia como motor de diferenciação e catalisador de desenvolvimento sustentável foi apresentada como estratégia que transforma fragilidades em oportunidades. Por fim, “Do MESA para o território: interligação de patrimónios” (Rui Cortes, Câmara Municipal de Almodôvar) apresentou o Museu da Escrita do Sudoeste (MESA), em Almodôvar, como polo de inovação museológica e de integração territorial. Mais do que espaço expositivo, projeta-se como âncora de uma rede que cruza investigação, conservação e participação comunitária. Em complemento do MESA, as recentes intervenções museográficas em sítios como Mesas do Castelhinho ou Monte Branco, acompanhadas de percursos, materiais pedagógicos e envolvimento local, ilustram um modelo de gestão patrimonial que articula museu, território e comunidade. A Escrita do Sudoeste afirma-se, assim, como símbolo identitário e imagem de marca de Almodôvar.

3. Ideias que emergiram dos debates

– **Partilhar em vez de vender:** o turismo arqueológico não deve ser reduzido a “produto turístico”, mas entendido como experiência de conhecimento partilhado, transformadora para visitantes e comunidades.

– **Experiências versus consumo:** a procura deve orientar-se para o turismo transformacional – viagens que permitem aprender, encontrar pessoas, viver estilos de vida locais – e não para atividades artificiais ou recreativas.

– **Comunidade como coprodutora:** habitantes devem ser integrados como guias, mediadores culturais ou promotores de hospitalidade – os habitantes locais como decodificadores turísticos do território. Só assim se constrói autenticidade e sentido de pertença.

– **Diversificação e complementaridade:** o turismo arqueológico é um recurso específico que deve ser pensado em articulação com outros

recursos (paisagem e natureza, gastronomia, vinhos, artesanato, etc.), ampliando percursos e evitando concentração num único sítio, por exemplo um castelo, um sítio arqueológico ou um museu.

– **Papel dos museus:** estes devem ser entendidos como equipamentos âncora, plataformas de descoberta dos territórios e de afirmação de identidade e pertença e de sustentabilidade, numa museologia que sai dos edifícios para o território, promovendo a participação das comunidades no processo museal e considerando os patrimónios cultural e ambiental como o seu acervo.

– **Tecnologia e novas práticas:** a comunicação digital é indispensável – desde plataformas de informação e *websites* e redes sociais até ao uso da inteligência artificial na preparação das viagens. Existe oferta e as pessoas chegam informadas pela Internet, mas até que ponto a oferta está preparada para investir na comunicação digital, tendo recursos humanos e técnicos específicos para isto? É importante ter *sites* autónomos nestas ofertas e não dependentes da comunicação autárquica.

– **Sustentabilidade e visão de longo prazo:** urge evitar iniciativas subordinadas aos ciclos políticos (balizados pelos calendários eleitorais) e consolidar políticas estruturais, ancoradas em cooperação interterritorial e transfronteiriça.


– **Investigação é a base de tudo:** foi reiterado que a investigação arqueológica é o alicerce indispensável do turismo arqueológico. Sem investigação não há conhecimento sólido, nem narrativas credíveis, nem salvaguarda do Património. A investigação garante rigor científico, legitima a interpretação cultural e evita a banalização turística. Mas exige tempo, continuidade e financiamento estável. A partir dela podem nascer propostas turísticas que sejam não apenas atrativas,

mas também formativas e transformadoras, permitindo ao visitante aceder a experiências autênticas e às comunidades reapropriarem-se do seu passado.

4. Conclusão aberta ao futuro

Este colóquio, celebrado no Dia Mundial do Turismo, mostrou que o turismo arqueológico em territórios de baixa densidade não é apenas uma questão de criar produtos turísticos mercantilizáveis, mas de transformar o conhecimento produzido pela investigação arqueológica e os sítios objeto de pesquisa e valorização em experiências partilhadas que ligam passado e futuro, ciência e comunidade, e o local ao global.

A Arqueologia, ao iluminar patrimónios, pode transformar a memória em pertença e a pertença em motor de desenvolvimento sustentável. Para isso exige-se visão integrada, cooperação em rede e, sobretudo, envolvimento ativo das comunidades nos processos de criação de conhecimento e nas tomadas de decisão sobre os bens patrimoniais a valorizar, e como fazê-lo em benefício das populações.

Serpa, o Fundão e Mértola; o projeto Paisagens Ancestrais, Alcoutim e Almodôvar demonstram que há caminhos possíveis – distintos, mas complementares – para afirmar o turismo arqueológico como um eixo de futuro, sempre alicerçado na investigação científica. Cabe aos agentes locais, arqueólogos, investigadores, instituições e cidadãos transformar estas ideias em estratégias consistentes, capazes de valorizar o interior do país e projetá-lo no mundo. 

AGENDA EVENTOS



29 - 31 Jan. 2026, Online
1.º Mediterranean Zooarchaeology Symposium: Faunal dynamics from foragers to empires | <https://www.artuklu.edu.tr/medzooarch/>

4 Feb. 2026, Entroncamento (PORTUGAL)
Conferência Turismo Industrial e Ferroviário | <https://viajarnotempo.pt/>

5 - 7 Feb. 2026, Évora (PORTUGAL)
TAG - Theoretical Archaeology Group Ibérico 2026 | <https://tagiberico.org/>

23 - 25 Feb. 2026, Nápoles (Itália)
6th International Symposium on Water and Wastewater Technologies from Ancient Civilisations to Modern Times | <https://iwa-wwtac-2026.sciencesconf.org/>

7 Mar. 2026, Lisboa (PORTUGAL)
Colóquio Sensibilização e Articulação com Agentes Económicos do Sector do Turismo Arqueológico: colóquio sobre o novo paradigma da Arqueologia na cidade de Lisboa | <https://bit.ly/4qcjsta>

17 - 20 Mar. 2026, Orléans (França)
Corpus - Colloque International Petit Mobilier et Archéométrie (verre, métaux et roches): méthodes, problématiques et perspectives | <https://metal.hypotheses.org/1899>



18 - 23 Mar. 2026, Bamberg (Alemanha)
9th International Landscape Archaeology Conference | <https://lac2026.com/>

19 - 21 Mar. 2026, Altamira / Santillana del Mar (Espanha)
27th European Archaeological Council Annual Meeting | <https://bit.ly/4sujCOo>

23 - 24 Mar. 2026, Bruxelas (Bélgica)
International Conference on Archaeology | <https://bit.ly/4jthq5x>

31 Mar. - 4 Abr. 2026, Viena (Áustria)
53rd International Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology | <https://2026.caaconference.org/>

3 - 5 Abr. 2026, Osmangazi, Bursa (Turquia)
3rd International Meeting ROGEMOPORTUR: Perception of Time on Roman Mosaics (Zodiac, Seasons, etc.) | aiematurkey@uludag.edu.tr

9 - 11 Abr. 2026, Porto (PORTUGAL)
V Encontro Peninsular de Numismática Antiga: Guerra e Moeda | vepna@gmail.com



9 - 11 Abr. 2026, Lisboa (PORTUGAL)
Congresso Internacional Turismo e Património Colonial: encontro de culturas | <https://tourismheritage.wixsite.com/2026>

14 - 16 Abr. 2026, Zadar (Croácia)
Europa Postmediaevalis 2026 - 5th European Conference of Post-Medieval Archaeology: fragments of buried stories | <https://bit.ly/4qDjieg>



16 - 19 Abr. 2026, Faro (PORTUGAL)
Interpret Europe Conference 2026: Re-interpreting heritage in the light of Faro | <https://bit.ly/4aENIYU>

15 - 17 Mai. 2026, Reading (Reino Unido)
PMAC26 - Post-Medieval Archaeology Congress | <https://spma.org.uk/pmac26>

21 - 23 Mai. 2026, Aarhus (Dinamarca)
Roman Archaeology Conference (RAC) and Theoretical Roman Archaeology Conference (TRAC) | <https://bit.ly/3YnReQ4>

27 - 29 Mai. 2026, Bona (Alemanha) e Online
Conference 3D and Virtual Reality in Archaeology: New applications and good practice in teaching and research | <https://bit.ly/49DMen5>

10 - 13 Jun. 2026, Ourense e Lugo (Espanha)
VIII Congreso Internacional de la SECAH - Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania: producción, distribución y consumo de cerámicas en los territorios Atlánticos de la Península Ibérica (s. IV a.C. - s. VII d.C.) | <https://bit.ly/46tnyWv>

13 - 14 Jun. 2026, Mação (PORTUGAL)
Mação International Rock Art Seminar 2026: disentangling schematic art conundrums across the world | <https://bit.ly/4ajkJDo>



16 - 19 Jun. 2026, Lisboa (PORTUGAL)

11th Postgraduate ZooArchaeology Forum | <https://bit.ly/3WkTTtk>

30 Jun. - 3 Jul. 2026, Lisboa (PORTUGAL)
5th Roman Period Working Group Meeting International Council for Archaeozoology | <https://bit.ly/4q5lvPI>

26 - 29 Ago. 2026, Atenas (Grécia)
32nd Annual Meeting of the European Association of Archaeologists | <https://bit.ly/4qGI5PW>

30 Set. - 3 Out. 2026, Almería (Espanha)
VIII Congreso de Arqueología Medieval (España y Portugal) | aeam.cam8.almeria@gmail.com

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2026-01-18]

Sobre a capital dos Límicos, no vale do rio Lima

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

A descoberta, na Real Academia de la Historia, do manuscrito autógrafo do discurso que o jovem José Cornide pronunciara a 2 de Maio de 1755, por ocasião da sua nomeação como Académico Honorário, acabaria por determinar a edição deste volume, porque Cornide, com base em duas epígrafes (CIL II 2516 e 2517), localizara a cidade *Límica*, terra natal do cronista Idácio, «nas imediações da capela de São Pedro de Nocelo» (p. 9). Ora, sabemo-lo bem, em torno da localização de uma cidade antiga desdobra-se sempre, por mais provas que haja num sentido, a discussão histórico-arqueológica, tanto mais neste caso, em que, sobre o *Forum Limicorum*, tradicional centro dos Límicos, depressa se desenvolveram opiniões diversas.

Juan Manuel Abascal faz, pois, a edição crítica do manuscrito (aqui muito bem reproduzido em fac-símile); comenta-o (pp. 42-61), ilustrado com belíssimas fotos a cores e vastíssima bibliografia; e conclui, remetendo para os dois artigos complementares subsequentes neste livro: «*Se a nossa interpretação é correcta, na área da ermida de São Pedro pôde existir um centro político-religioso dos Límicos, onde esta civitas desenvolvera, já em época romana, os programas epigráficos vinculados à comunidade, por ser aquele um espaço religioso e administrativo tradicional. Isso não significa, porém, que tal localização tenha sido idónea para a actividade comercial que deriva do conceito de Forum Limicorum na terminologia de Ptolomeu. A essa função responde, de forma muito efectiva, a actual localização de Xinzo de Limia, aglomerado pródigo em achados arqueológicos*» (p. 44).

O rio Limia (Lima), «*de mansa corrente*», deu nome à região da sua bacia hidrográfica e a comunidade dos Límici «*ocupava uma zona em redor da desaparecida lagoa de Antela na Alta Limia*» (pp. 64-65). O debate científico – que remonta já ao século XVIII – prende-se com a localização do principal núcleo deste *populus*: onde é que estava situada a *civitas Limicorum* citada nas inscrições?

Xulio Rodríguez González e Manuel Xusto Rodríguez historiam, pormenorizadamente, as fases dessa discussão, sublinhando, por exemplo, não ser obrigatório considerar a designação *civitas Limicorum* como referente a um núcleo urbano, porque pode ser mero indicativo de ‘população’; que importa não esquecer a hipótese de, na ermida de São Pedro (como tantas vezes acontece), terem sido reutilizados materiais romanos, entre os quais as duas inscrições largamente citadas e, também, o altar à divindade *Nabia* (pp. 79-83), que aí poderia ter sido colocado para dar maior prestígio à ermida.

Analisa-se depois os resultados das escavações efetuadas em torno da Igreja Velha: identificou-se uma *domus* reveladora de «*certa relevância social*» dos seus proprietários (p. 94), e um edifício de *tabernae*.

Em conclusão: as características urbanas identificadas em Xinzo, onde a presença de uma ara dedicada à *Magna Mater* (culto de «*forte carácter urbano*») não é também despreciada, levam a apontar Xinzo de Limia como a mais provável localização do *Forum Limicorum* (p. 115).


Daí que o terceiro artigo (pp. 121-189) se intitule «O *Forum Limicorum*. A capital dos Límicos» e o seu autor, Manuel García Valdeiras, tenha escolhido como objectivos da sua pesquisa «*situar e descrever todas e cada uma das distintas jazidas que compõem o conjunto arqueológico do Monte do Viso, ou seja, não apenas núcleos populacionais [«assentamentos»] e necrópoles, mas também todos aqueles elementos susceptíveis de haverem despertado o interesse económico ou religioso dos antigos habitantes do Viso, como são as minas ou lavadouros de estanho, que se repartem pelo monte todo, e as formações ou fenómenos naturais que puderam ter sido objecto de algum culto no passado (águas, pedras sagradas)*» (p. 123). De todos eles apresenta a respectiva classificação do ponto de vista tipológico, cronológico e cultural.



ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Xulio; XUSTO RODRÍGUEZ, Manuel e GARCÍA VALDEIRAS, Manuel (2025) – *Tres Puntos de Vista sobre el Forum Limicorum. El Discurso de José Cornide en la Real Academia de la Historia y la Investigación del Siglo XXI*. Betanzos (A Coruña): Fundación L. Monteagudo. 190 pág. ilustr. ISBN: 978-84-09-72483-3.

Contesta García Valdeiras, a terminar, as seis razões que levariam a situar o *Forum Limicorum* em Xinzo: as duas estátuas sedentes, as vias de comunicação, o desenho urbanístico, a extensão do aglomerado, o altar a Cibele e o facto de as lápides do Viso só fazerem referência à *civitas*. Para concluir que, em sua opinião, o Monte do Viso continua a apresentar as melhores possibilidades e indícios para aí se ter situado o *Forum Limicorum* (p. 185).

Todos os artigos apresentam substancial bibliografia e ilustrações de muito boa qualidade gráfica, o que mais justifica a ideia de que estamos perante uma obra passível de servir de modelo para análise de problemáticas semelhantes.

Edição não comercial levada a efeito pela Fundação L. Monteagudo, fiel aos seus princípios de «*promover a difusão livre do conhecimento histórico e arqueológico da Galícia*» (p. 10). 

Leitura crítica de uma introdução breve

João Rebuge [joaorebuge@gmail.com]

Por opção do autor, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Iniciando esta recensão, abordarei o título, *Escavar o Passado*, provocatório e polémico, diga-se, logo como começo!

Desde logo uma impossibilidade, pois não é possível escavar o passado, primeiro porque é uma abstração lexical e, também, por uma questão de não ser possível viajar no tempo. Somente é possível, e não é de somenos, pois é uma tarefa enorme, escavar os vestígios deixados num dado contexto arqueológico, resultantes das ações de populações humanas num momento pretérito da história da vida de um dado agrupamento populacional, aqui agora no presente. Mas, isso é deixado claro pelo autor no decorrer da sua explanação (ver SILVA, 2025: 35).

A tarefa hercúlea a que Pedro Correia da Silva (Pcs) se propõe é “apenas” uma Introdução a uma Ciência como a Arqueologia! Outros, reputadíssimos, autores, por mero exemplo, dividiram essa tarefa por várias obras, como é o caso de Colin Renfrew e Paul Bahn (ver RENFREW, BAHN e DEMARRAIS, 2024; RENFREW e BAHN, 2005; BAHN, 1996, 2012 e 2014).

Pcs propõe-se, como não poderia deixar de ser, definir os contornos da ciência denominada como Arqueologia, mas caracterizando-os desde logo como “Brumosos...”, nome do capítulo onde aborda essa complexa definição (SILVA, 2025: 32-39), no que classifica, no primeiro subcapítulo dessa secção, como “Tentativa de Definição”. Remete para Michael Schiffer a sua definição preferida, a saber: “O objecto de estudo da Arqueologia é a relação entre o comportamento humano e a cultura material em qualquer tempo ou em qualquer lugar” (citado por BICHO, 2006: 73).

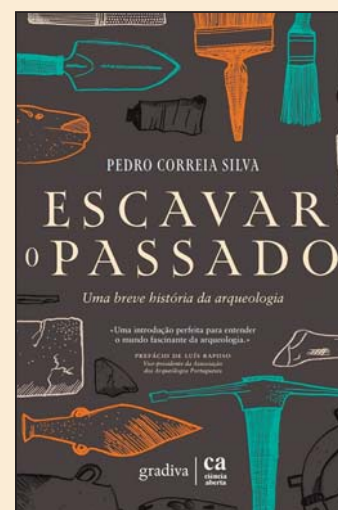
Examina um tema, nesse mesmo subcapítulo, de importância primordial, que é o facto de um dado vestígio arqueológico representar muito pouco quando considerado isoladamente, e que o contexto em que é recuperado é de primordial importância para a sua caracterização (SILVA, 2025: 34). Tão ou mais importante do que o que se escolhe mencionar é aquilo que se deixa intocado e se opta por excluir, consciente ou inconscientemente.

Assim, entre outros temas, saliento aqueles que se seguem.

Apesar do autor o não mencionar (SILVA, 2025: 165), ao contrário daquilo que faz para todas as outras menções de arqueólogos, no caso particular de Christopher Tilley, o seu óbito, infelizmente, ocorreu precocemente em 2024.

Pcs omite por completo a existência de outros “Modelos Epistemológicos” (SILVA, 2025: 149) ao utilizar o título de um subcapítulo: para além da Arqueologia Histórico-Culturalista, da Nova Arqueologia ou Arqueologia Processualista e da Arqueologia Pós-Processual ou Arqueologia Contextual, ignora todo o Continente da Arqueologia Marxista (McGUIRE, 2002; MILEVSKI, 2024), desde as suas formas mais próximas de um marxismo, dito “vulgar”, definido pela linha ideológica do regime político da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Urss) pós período estalinista, até opções onto[lógico]-gnosiológicas mais em linha com as estabelecidas por Karl Marx e Friedrich Engels, e posteriormente desenvolvidas por Vladimir Ilyich Ulianov, Lênine, e por György [ou Georg] LUKÁCS (2018). No caso português, José BARATA-MOURA (2009 e 2012) é o pensador que mais radicalmente levará o filosofar, tratando categorias como *Totalidade*, *Contradição* e *Mediação*. Mas serão Arqueólogos como Randall H. McGUIRE (2002 e 2008), Alfredo González-Ruibal (McGUIRE e GONZÁLEZ-RUIBAL, 2025) ou Almudena HERNÁNDO (2017), entre outros, que desenvolverão toda uma outra gama de facetas da Arqueologia Marxista. Reitera-se, ignorados em toda a linha por Pcs no trabalho agora em análise.

Por outro lado, Pcs (SILVA, 2025: 138-139) destaca como método primordial de registo da escavação arqueológica contemporânea o estabelecido por Philip BARKER (1986 e 2002), quanto à amplitude da escavação em área, e Edward C. HARRIS (1997), em termos do registo vertical e da relação das camadas arqueológicas, definidas como Unidades Estratigráficas, e das relações de anterioridade e posteridade entre elas, como método primário de datação relativa.



SILVA, Pedro Correia da (2025) – *Escavar o Passado: uma breve História da Arqueologia*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.

Ao abordar a questão do aproveitamento da Arqueologia pelos agentes políticos, cinge-se quase exclusivamente à Alemanha Nazi (ver SILVA, 2025: 171-201). Quando muito, estende a sua análise a outros regimes fascistas contemporâneos do mencionado, como o caso italiano, de Benito Mussolini, ou a Espanha de Francisco Franco.

Quanto à questão da relação do Nacionalismo com a Arqueologia, menciona alguns outros casos, como a China de Mao Tsé-Tung, Israel e a Arqueologia Bíblica, o México, o Egito de Hosni Mubarak ou a Índia de Narendra Modi, mas apenas de forma tangencial.

No caso da Arqueologia Portuguesa, é mencionado o caso da barragem do Rio Côa (BAPTISTA e REIS, 2008; CANELAS, 2021; LUSA, 2025; QUEIRÓS, 2016a, 2016b e 2021) como o exemplo emblemático, graças à arte rupestre paleolítica, às gravuras que é aí possível encontrar nos painéis de xisto existentes como afloramento rochoso ao longo das margens da referida linha de água, tributária do rio Douro. No entanto, parece-me existir um equívoco na leitura que é feita deste episódio. Creio que os políticos não terão sido vítimas, pelo menos não todos. Para António Guterres, Primeiro-ministro eleito pelo Partido Socialista após duas maiorias absolutas de Aníbal Cavaco Silva, pelo Partido Social Democrata, serviu como bandeira para reforçar a sua posição de proposta alternativa (ver QUEIRÓS, 2021). Nomeadamente pela aposta na Cultura, com Manuel Maria Carrilho como Ministro daquela pasta, passando de mera Secretaria de Estado para o estatuto de um Ministério emancipado. É a génese do Instituto Português


de Arqueologia (IPA), com João Zilhão como seu diretor, situação que tornou o Património Arqueológico independente, nomeadamente do Património Arquitectónico, conjuntura diametralmente oposta à imediatamente anterior, em que todos os tipos de Património estavam sobre a tutela de um mesmo Instituto, o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Na legislação que criou o IPA são lançados conceitos como os de “preservação pelo registo” do Património Arqueológico ou do “poluidor pagador”, particularmente no que concerne à dita Arqueologia de Emergência ou Empresarial (Decreto-Lei n.º 117/97 de 14 de Maio - “Orgânica do Instituto Português de Arqueologia”; Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho - Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

O grande projeto promovido pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas [sic, o nome antecede, como é óbvio, a entrada em vigor do Acordo Ortográfico atualmente vigente] do Alqueva (EDIA, SA) na Barragem do Alqueva (SILVA, 2022), e que representou outro marco da Arqueologia portuguesa, peca por nem sequer ser mencionado (ver SILVA, 2025).

A “breve introdução” de PCs acaba por ser ela mesma outro marcador da Arqueologia Portuguesa, pois é um exercício inaudito. Por isso, e como não poderia deixar de ser, é uma primeira, e audaz, tentativa de abordar um tema com a complexidade da Arqueologia Portuguesa. Sem outras obras similares, apenas se encontram publicadas pinceladas (ALARCÃO, 1996 e 2000; ALARCÃO e BARROCA, 2012; BASTOS e ALMEIDA, 2019; BICHO, 2006; CARDOSO, 2000; CARVALHO, 2021; CARVALHO e DINIZ, 2017; CASIMIRO e SEQUEIRA, 2020; COELHO, 2018; FERNANDES, 2005; GOMES, 2012; GOMES, 2011 e 2017; JORGE e JORGE, 1996; LOPES, 2024; MEDEIROS, 2018; SILVA, 2014; VALERA, 2008a e 2008b), nunca tentativas de um retrato completo como procura ser a obra em análise, ainda que existam revistas que versam temáticas cronológicas, como a *Arqueologia Medieval*, editada pelas Edições Afrontamento em estreita colaboração com o Campo Arqueológico de Mértola (dirigida por Cláudio Torres e coordenada por Susana Gómez Martínez), a *Arqueologia Industrial* ou, ainda, a *Arqueologia e Indústria*. Nesta listagem entrecruzei, inspirado pela obra de PCs, sínteses cronológicas e textos de “teoria pura” para estabelecer um quadro do “estado da arte” atual da Arqueologia Portuguesa, procurando usar uma malha oblíqua.

À “Pseudo-Arqueologia” é dedicado um capítulo com essa mesma designação (SILVA, 2025: 64-82), no qual tive a oportunidade de me inteirar sobre todo um universo de tentativa de colagem à Arqueologia de temas que apenas servem os fins predatórios e de má-fé dos seus autores. Um mercado atrativo para quem lucra dele, mas sem qualquer validade.

Reitero ter sido um passo audaz, e necessário, o de PCs, mas é um primeiro passo, um retrato pessoal de uma ciência que ainda se procura conhecer e

desenvolver. Como não poderia deixar de ser. Nós, como cientistas, é que temos uma ambição inalcançável... captando situações momentâneas, pretendemos apreender uma realidade em movimento, num processo imparável. Uma realidade dinâmica, processual, concreta, histórica e objetiva, captada por um ser limitado que, subjetivamente, procura retratá-la com a maior aproximação à verdade possível, com a máxima precisão. 

Referências bibliográficas

- ALARCÃO, Jorge de (1996) – *Para uma Conciliação das Arqueologias*. Porto: Edições Afrontamento.
- ALARCÃO, Jorge de (2000) – *A Escrita do Tempo e a sua Verdade: ensaios de epistemologia da arqueologia*. Coimbra: Quarteto.
- ALARCÃO, Jorge de (coord.) (2011) – *Portugal: das origens à romanização*. Queluz de Baixo, Barcarena: Editorial Presença [SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal*, vol. 1, com textos de Vítor de Oliveira Jorge, João Pedro da Cunha Ribeiro, Susana de Oliveira Jorge, Armando Coelho Ferreira da Silva e José D'Encarnação].
- ALARCÃO, Jorge de e BARROCA, Mário (coord.) (2012) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas [coordenadores sectoriais: Pré-História: Prof. João Luís Cardoso; Proto-História: Prof.ª Raquel Vilaça; Período Romano: Prof. Jorge de Alarcão; Período Medieval: Prof. Mário Barroca].
- BAHN, Paul G. (ed.) (1996) – *The Cambridge Illustrated History of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BAHN, Paul G. (2012) – *Archaeology: A Very Short Introduction*. 2.ª ed. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/actrade/9780199657438.003.0011> [1.ª edição: 1996].
- BAHN, Paul G. (ed.) (2014) – *The History of Archaeology: An Introduction*. Abingdon e Nova Iorque: Routledge.
- BAPTISTA, António Martinho e REIS, Mário (2009) – “Prospecção da Arte Rupestre no Vale do Côa e Alto Douro Português: ponto da situação em Julho de 2006”. In BALBÍN BEHRMAN, Rodrigo de (ed.). *Arte Prehistórica al aire libre en el Sur de Europa*. León: Junta Castilla y León / Consejería de Cultura y Turismo. <http://hdl.handle.net/10400.26/23286>
- BARATA-MOURA, José (2009) – “Materialismo e Dialéctica, ou da Ontologia em Marx”. *Vértice*. Lisboa. 145: 5-16.
- BARATA-MOURA, José (2012) – *Sobre Lênine e a Filosofia: a Reivindicação de uma Ontologia Materialista Dialéctica com Projecto*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial «Avante!», SA (Confrontos, 4). [1.ª edição: 2010].
- BARKER, Philip (1986) – *Understanding Archaeological Excavation*. Londres: B. T. Batsford Limited.
- BARKER, Philip (2002) – *Techniques of Archaeological Excavation*. 3.ª ed., inteiramente revista. Londres / Nova Iorque: Routledge / Taylor & Francis Group. [1.ª edição: 1977].
- BASTOS, Margarida Almeida e ALMEIDA, Rita Frago de (2019) – *Irisalva Moita, um percurso fotobiográfico*. Lisboa: EGEAC.
- BICHO, Nuno Ferreira (2006) – *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. 1.ª ed. Lisboa: Edições 70 (Compêndio, 70). <https://bit.ly/3YpoYN4>
- CANELAS, Lucinda (2021) – “Há pelo menos 80 mil anos os humanos já andavam pelo Vale do Côa”. *Público* (2021-12-10). <https://bit.ly/49oB9ig>
- CARDOSO, João Luís (2000) – “Como Nasceu a Arqueologia em Portugal”. *O Estudo da História*. Lisboa: Associação de Professores de História. 4: 9-30. <http://hdl.handle.net/10400.2/3764>
- CARVALHO, Daniel (2021) – “Estará Morta a Teoria da Arqueologia em Portugal? Uma Análise Crítica”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 61: 373-389. <http://hdl.handle.net/10451/46518>
- CARVALHO, Daniel e DINIZ, Mariana (2017) – “A Emergência da Arqueologia Processual em Portugal: a Teoria e o Método (1968-2000). Uma introdução”. In ARNAUD, José Morais e MARTINS, Andrea (coord.). *Arqueologia em Portugal. 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 51-62. <https://bit.ly/4bexSEA>
- CASIMIRO, Tânia Manuel e SEQUEIRA, João Luís (coord.) (2020) – *Arqueologia Contemporânea em Portugal, séculos XIX e XX*. Oeiras: Mazu Press.
- COELHO, Rui Gomes (2018) – *O Arqueólogo Cordial: a Junta Nacional da Educação e o Enquadramento Institucional da Arqueologia*

- Portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais / Universidade Nova de Lisboa.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005) – “Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação.” *Portugalia*. Nova Série. 26: 149-173. <https://bit.ly/3N7RsZa>
- GOMES, Rosa Varela (2012) – “A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal: contributos e problemáticas”. *O Arqueólogo Português*. Série V. 2: 13-75 [editado em 2014]. <https://bit.ly/4jnSIDs>
- GOMES, Sérgio Alexandre (2011) – *O Passado, a Identidade e as Teias do Governo: estudos sobre os entrelaçamentos das práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção da identidade nacional salazarista*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/63187>
- GOMES, Sérgio Alexandre (2017) – “A Arqueologia Como Ofício de Materialização, Compreensão e Acontecimento”. *Conimbriga*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 56: 5-40. https://doi.org/10.14195/1647-8657_56_1
- HARRIS, Edward C. (1997) – *Principles of archaeological stratigraphy*. 2.ª ed., 3.ª reimpressão. Londres, San Diego, Nova Iorque, Boston, Sydney, Tóquio e Toronto: Academic Press - Harcourt Brace & Company, Publishers [1.ª edição: 1979]
- HERNANDO, Almudena (2017) – *The Fantasy of Individuality: On the Sociohistorical Construction of the Modern Subject*. CHAM: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-60720-7>
- JORGE, Vítor Oliveira e JORGE, Susana Oliveira (1996) – “Arqueologia Portuguesa no Séc. XX: alguns tópicos para um balanço”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 36: 144-158. <https://bit.ly/49nWKKL>
- LOPES, Susana Soares (2024) – “O Norte de Portugal no 4º e no 3º Milénio AC: problemáticas em 2021”. In DINIZ, Mariana; MARTINS, Andrea; NEVES, César e ARNAUD, José M. (eds.). *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular I*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 41-93 (*Estudos & Memórias*, 22). <https://doi.org/https://doi.org/10.51427/10451/63412>
- LUKÁCS, Georg [György] (2018) – *Prolegômenos e Para a Ontologia do Ser Social. Obras de Georg Lukács, Volume 13*. Maceió: Coletivo Veredas [tradução de Sérgio Lessa, revisão de Mariana Andrade]. <https://bit.ly/49lxotD>
- LUSA (2025) – “Côa: arqueólogos encontram vestígios de presença humana com mais de 26 mil anos”. *Público* (2025-09-09). <https://bit.ly/4pnI6ps>
- McGUIRE, Randall H. (2002) – *A Marxist Archaeology*. 2.ª ed. Clinton Corners, Nova Iorque: Percheron Press [1.ª edição: 1992].
- McGUIRE, Randall H. (2008) – *Archaeology as Political Action*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.
- McGUIRE, Randall H. e GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (eds.) (2025) – *Archaeology, Heritage, and Reactionary Populism*. Gainesville, Tallahassee, Tampa, Boca Raton, Pensacola, Orlando, Miami, Jacksonville, Ft. Myers e Sarasota: University Press of Florida.
- MEDEIROS, Leonor (2018) – *História Oral e Património Industrial: partilhar memórias*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. <https://bit.ly/4aJFMpp>
- MILEVSKI, Ianir (ed.) (2024) – *Marxist Archaeology Today: Historical Materialist Perspectives in Archaeology from America, Europe and Near East in the 21st Century*. Chicago, IL: Haymarket Books.
- QUEIRÓS, Luís Miguel (2016a) – “Um PREC Cultural no fim do cavaquismo”. *Público* (2016-08-14). <https://bit.ly/3Z1HZFi>
- QUEIRÓS, Luís Miguel (2016b) – “Uma cronologia do processo do Côa”. *Público* (2016-08-14). <https://bit.ly/3YoWOLm>
- QUEIRÓS, Luís Miguel (2021) – “25 anos de Parque Arqueológico do Côa: um projecto que soube escolher o caminho mais difícil”. *Público* (2021-08-10). <https://bit.ly/3YoWV0g>
- RENFREW, Colin e BAHN, Paul (eds.) (2005) – *Archaeology: The Key Concepts*. Abingdon / Nova Iorque: Routledge, Taylor & Francis Group.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul e DEMARRAIS, Elizabeth (2024) – *Archaeology: Methods Theories and Practice*. 9.ª ed. Londres: Thames & Hudson [1.ª edição: 1991].
- SILVA, António Carlos (2022) – “Minimização de Impactes Arqueológicos no Alqueva: uma experiência pioneira. Uma História que vem de longe”. In *Salvaguarda: Minimização de Impacte Ambiental em Projetos Hidroelétricos*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte, Ministério da Cultura, pp. 181-207 (*Património a Norte*, 12). <https://bit.ly/3MY2SII>
- SILVA, António Manuel S. P. (2014) – “Depois de Abril: quatro décadas de Arqueologia Municipal em Portugal”. *Ciências e Técnicas do Património. Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto. 13: 75-88. <https://bit.ly/4qi4mCo>
- SILVA, Pedro Correia da (2025) – *Escavar o Passado: uma breve História da Arqueologia*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.
- SILVA, Rodrigo Banha da; BARGÃO, André e FERREIRA, Sara da Cruz (2020) – “Arqueologia Moderna em Portugal: algumas reflexões críticas em torno da quantificação de conjuntos cerâmicos e suas inferências históricas e antropológicas”. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César e MARTINS, Andrea (eds.). *Arqueologia em Portugal. 2020 - Estado da Questão*. Lisboa / Porto: Associação dos Arqueólogos Portugueses / CITCEM, pp. 51-62. <https://bit.ly/4qyy7P7>
- VALERA, António Carlos (2008a) – *Discurso Científico em Arqueologia: a necessidade do conhecimento se conhecer*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica / ERA-Arqueologia, SA (*Citações*, 1). <https://bit.ly/4q7gTJ7>
- VALERA, António Carlos (2008b) – *Arqueologia e Identidade*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica / ERA-Arqueologia, SA (*Citações*, 3). <https://bit.ly/3Ne8kgO>
- [todas as ligações à Internet apresentadas neste artigo estavam ativas em 2026-01-18]



03 DELIMITANDO O CENTRO DOS PERDIGÕES
NO 3º MILÉNIO AC, O FOSSE?

novidades

VALERA, António Carlos (2026) – *Delimitando o Centro dos Perdigões no 3.º Milénio AC: o fosso 7*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica - ERA Arqueologia (*Perdigões Monográfica*, 3). <https://bit.ly/4pwWEDf>



II Côa Symposium
A gestão e conservação de sítios com Arte Rupestre

MARTINS, Andrea; AUBRY, Thierry; LUÍS, LUÍS; NEVES, César e SANTOS, André Tomás (2025) – *II Côa Symposium. A gestão e conservação de sítios com Arte Rupestre*. Lisboa e Vila Nova de Foz Côa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e Fundação Côa Parque.

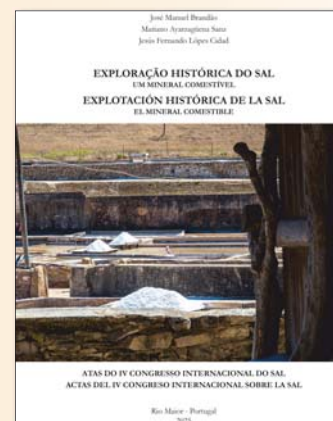
novidades



FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira e CORREIA, Miguel Filipe (coord.) (2025) – *Fazer o Lume, Fazer a Luz. Arqueologia do Fogo*. Palmela: Município de Palmela.



COSTA, Joaquim L.; MANTAS, Vasco G.; DIAS, Lino T.; AGUIAR, Pedro; SOUTINHO, Pedro; LIMA, António M. C.; GUEDES, César; DINIS, António P.; PEREIRA, Gaspar M. e BELO, Duarte (2024) – *Povoamento e Vias de Comunicação ao Longo da História*. Vila Real: Biblioteca Municipal de Vila Real. Vol. 3 (*Actas do III Colóquio Viário do Marão*). <http://hdl.handle.net/10198/35250>



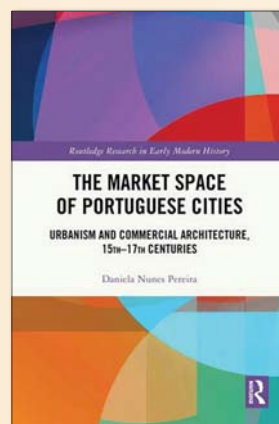
BRANDÃO, José Manuel; AYARZAGÜENA SANZ, Mariano e LÓPEZ CIDAD, Jesús Fernando (2025) – *Exploração Histórica do Sal: um mineral comestível*. Rio Maior: Universidade Nova de Lisboa / Município de Rio Maior (*Actas do IV Congresso Internacional do Sal*). <https://doi.org/10.34619/thbr-wvfk>



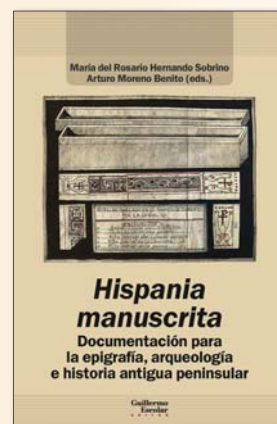
BUENO-RAMÍREZ, Primitiva e SOLER DÍAZ, Jorge A. (2025) – *Daughters of the Sun: Small Human Images in Megalithic Iberia, 4th-3rd Millennium BC*. Oxford: Archaeopress. <https://doi.org/10.32028/9781805831372>



SANTOS, José Carlos de Jesus (2025) – *Carta Arqueológica de Tabuaço*. Tabuaço: Município de Tabuaço.



PEREIRA, Daniela Nunes (2025) – *The Market Space of Portuguese Cities: Urbanism and commercial architecture, 15th-17th centuries*. London: Routledge.



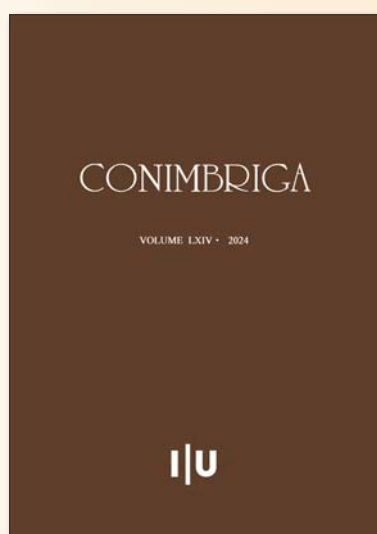
HERNANDO SOBRINO, María del Rosario e MORENO BENITO, Arturo (eds.) (2026) – *Hispania Manuscrita: documentación para la epigrafía, arqueología e historia antigua peninsular*. Madrid: Guillermo Escolar Editor.



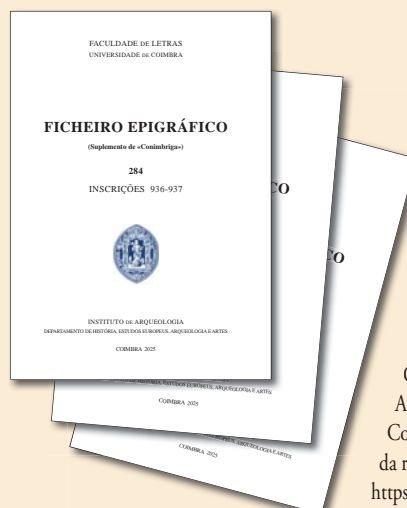
FERNANDES, Paulo Almeida (2025) – *Crónicas de uma Lisboa Desconhecida*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa (catálogo de exposição).

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2026-01-18]

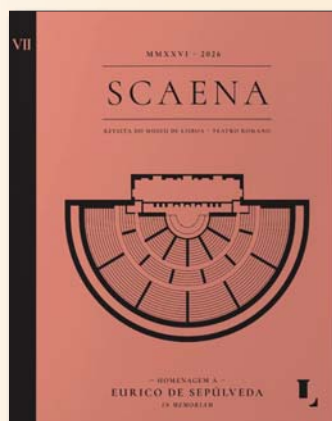
novidades



CONÍMBRIGA,
Revista de Arqueologia
(2025) – N.º 64.
Coimbra: Imprensa da
Universidade
de Coimbra, Instituto
de Arqueologia.
https://doi.org/10.14195/1647-8657_64



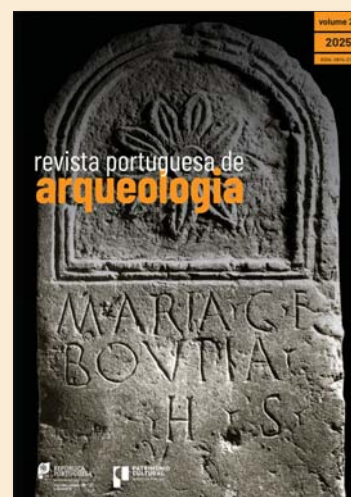
FICHEIRO EPIGRÁFICO
(2025) – N.ºs 272-284.
Coimbra: Instituto de
Arqueologia da Universidade de
Coimbra (suplemento
da revista *Conimbriga*).
<https://bit.ly/4bjXTST>



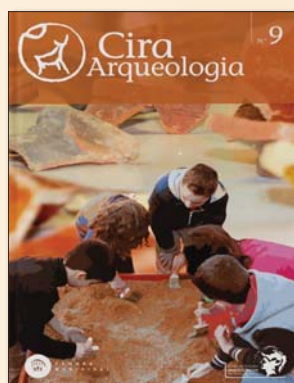
SCAENA, *Revista do Museu de Lisboa - Teatro Romano* (2026) – N.º 7
("Homenagem a Eurico Sepúlveda.
In Memoriam"). Lisboa: EGEAC e
Museu de Lisboa - Teatro Romano.



OPHIUSSA, *Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa* (2025) – N.º 9. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
<https://bit.ly/4q9oaYC>



REVISTA PORTUGUESA DE ARQUEOLOGIA (2025) – N.º 28. Lisboa: Património Cultural, IP.



CIRA ARQUEOLOGIA (2026) – N.º 9. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.



SCIENTIA ANTIQUITATIS, *Revista de Arqueociências* (2025) – Vol. 11, N.º 2. Évora: Universidade de Évora.
<https://bit.ly/4q5zPI5>



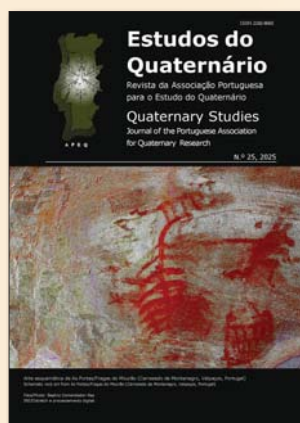
DigitAR, *Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes* (2025) – N.º 11. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
https://doi.org/10.14195/2182-844X_11

[todas as ligações à Internet estavam activas em 2026-01-18]

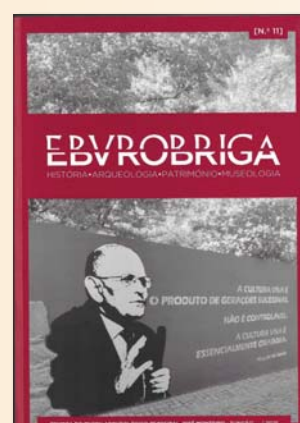
novidades



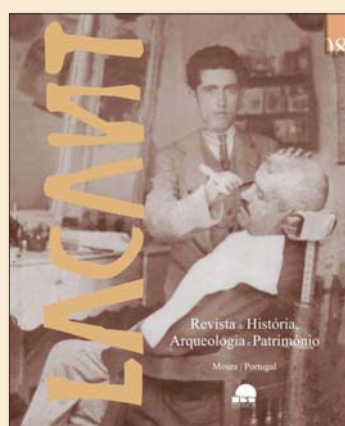
Ex Officina Hispana. CUADERNOS DE LA SECAH (2024) – N.º 6 (“O Magreb e a Península Ibérica entre a Proto-história e a Antiguidade Tardia. Debates em torno da cerâmica”). Madrid: Ediciones de La Ergástula e Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania.



ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, Revista da Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário (2025) – N.º 25. Braga: Universidade do Minho. <https://bit.ly/4jy1kHZ>



EBVROBRIGA, História, Arqueologia, Património, Museologia (2025) – N.º 11. Fundão: Museu Arqueológico Municipal José Monteiro.



LACANT, Revista de História, Arqueologia e Património (2025) – N.º 8. Moura: Município de Moura.



BOLETIM DE ESTUDOS CLÁSSICOS (2025) – N.º 70. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos e Instituto de Estudos Clássicos. https://doi.org/10.14195/2183-7260_70

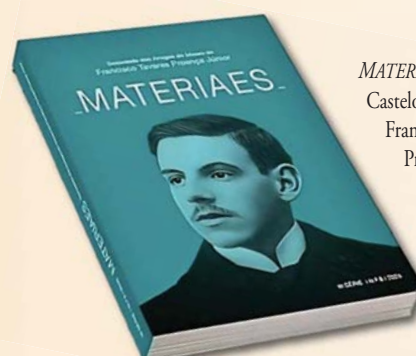


KAIROS, Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (2025) – N.º 15. Coimbra: Universidade de Coimbra, Campo Arqueológico de Mértola e Universidade do Algarve. https://doi.org/10.14195/2184-7193_15



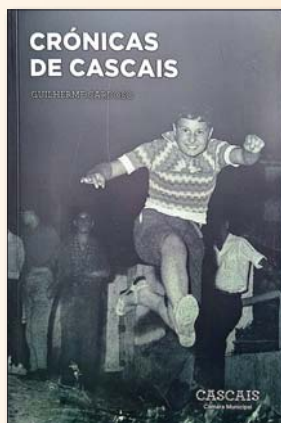
[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2026-01-18]

ANAIIS DO MUNICÍPIO DE FARO (2025) – N.º 47. Faro: Câmara Municipal de Faro.

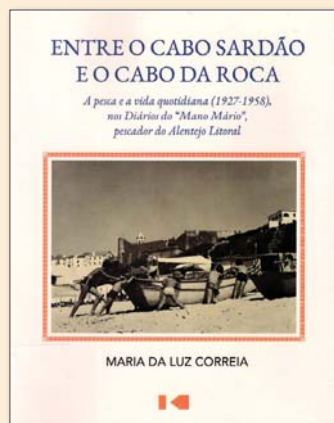


MATERIAES (2025) – N.º 8. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior.

novidades



CARDOSO, Guilherme (2025) – *Crónicas de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.



CORREIA, Maria da Luz (2025) – *Entre o Cabo Sardão e o Cabo da Roca. A pesca e a vida quotidiana (1927-1958), nos Diários do "Mano Mário", pescador do Alentejo Litoral*. [S.l.]: Kotter.

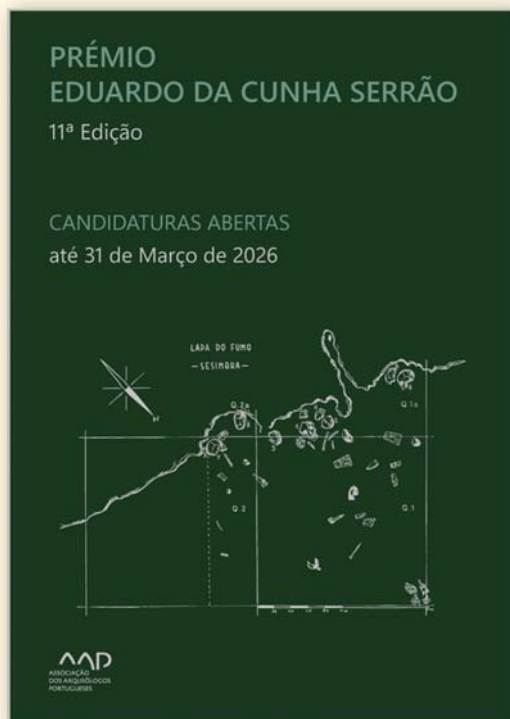


FIDALGO, Andreia; PIRES, Pedro; LOURO, Ricardo e SANTOS, Marco Sousa (2026) – *História do Algarve*. Tavira: Casa Álvaro de Campos, Câmara Municipal de Tavira (*Atas do Ciclo de Conferências de Inverno 2024-2025*).

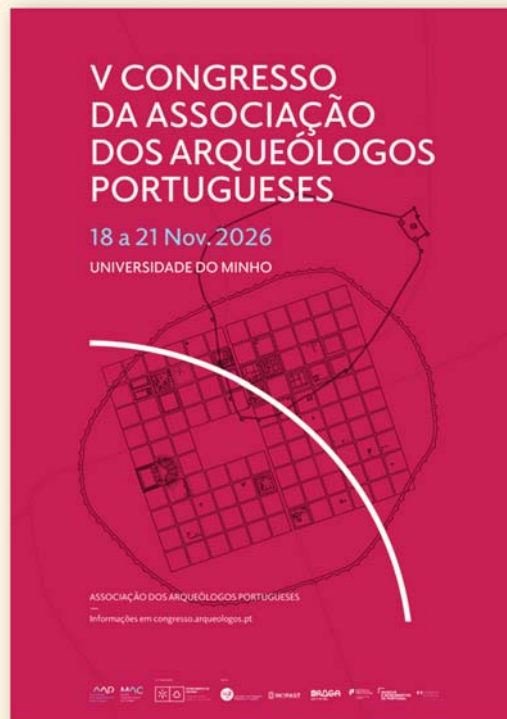


FRAZÃO, Francisco Santos Serra (2025) – *Porto de Mós na História e na Lenda*. Alcanede: Luís Duarte Melo.

PUBLICIDADE



www.museuarqueologicodocarmo.pt



www.congresso.arqueologos.pt



Concepção e
execução digital:

Bernardo L. Ferreira
e João Luís Cardoso
(CEACO / CMO)

Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)

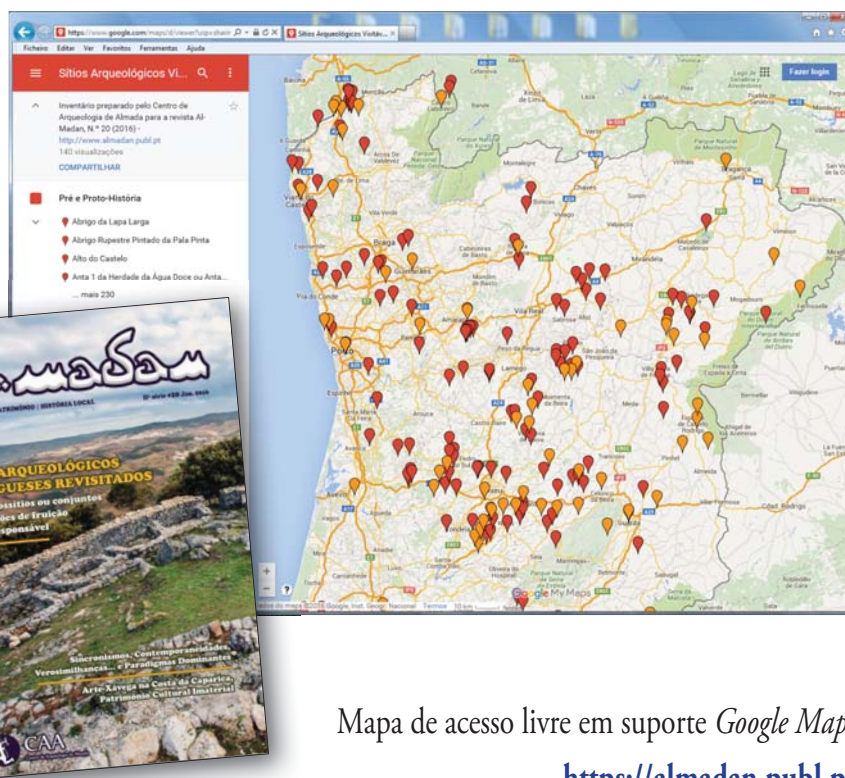
Cena do quotidiano relativa ao processamento de cereais

500 Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal

Dossiê especial na
Al-Madan n.º 20 (2016).
127 páginas

Pedidos: Centro de Arqueologia de Almada
Tel. 212 766 975 | 967 354 861
c.arqueo.alm@gmail.com

edição



Mapa de acesso livre em suporte *Google Maps*

<https://almadan.publ.pt>

Inclui *Código de conduta para uma visita responsável a sítios arqueológicos*

N.º 13 | 2005



N.º 17-1 | 2012



N.º 20-1 | 2015



N.º 25-2 | 2022



N.º 28-2 | 2025



N.º 29-1 | 2026



https://zenodo.org/communities/al-madan_online

**todos os números
agora com DOI - Digital
Object Identifier**

AL-MADAN ONLINE

N.º 13 (Set. 2005)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.14993519
N.º 14 (Jun. 2007)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.14993544
N.º 15 (Mar. 2008)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.14993629
N.º 16 (Jul. 2009)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.14993645
N.º 17-1 (Jul. 2012)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.14993657
N.º 17-2 (Jan. 2013)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.14993665
N.º 18-1 (Jul. 2013)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.14993678
N.º 18-2 (Jan. 2014)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032004
N.º 19-1 (Jul. 2014)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032026
N.º 19-2 (Fev. 2015)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032106
N.º 20-1 (Jul. 2015)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032140
N.º 20-2 (Mar. 2016)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032158
N.º 21-1 (Jul. 2016)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032169
N.º 21-2 (Jan. 2017)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032182
N.º 21-3 (Jul. 2017)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032191
N.º 22-1 (Jan. 2018)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032200
N.º 22-2 (Jul. 2018)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032212
N.º 22-3 (Jan. 2019)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032272
N.º 22-4 (Jul. 2019)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032279
N.º 23-1 (Fev. 2020)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032293
N.º 23-2 (Jul. 2020)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032303
N.º 24-1 (Jan. 2021)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032311
N.º 24-2 (Jul. 2021)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032323
N.º 25-1 (Jan. 2022)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032347
N.º 25-2 (Jul. 2022)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032364
N.º 26-1 (Jan. 2023)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032380
N.º 26-2 (Jul. 2023)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032390
N.º 27-1 (Jan. 2024)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032410
N.º 27-2 (Jul. 2024)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032424
N.º 28-1 (Jan. 2025)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.15032452
N.º 28-2 (Jul. 2025)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.16423276
N.º 29-1 (Jan. 2026)	- https://doi.org/10.5281/zenodo.18392328

2005 - 2026

**21 anos de
presença digital**

leia também a Al-Madan impressa

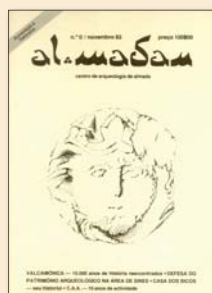


**em formato digital [PDF],
com identificador fixo e acesso livre
em plataforma internacional**

https://zenodo.org/communities/al-madan_imprensa

1.ª Série

N.º 0 | 1982



N.º 1 | 1983



N.º 2 | 1983



N.º 3 | 1984



N.º 4-5 | 1985



**toda a 1.ª Série e os
números iniciais da 2.ª Série**

2.ª Série

N.º 1 | 1992



N.º 2 | 1993



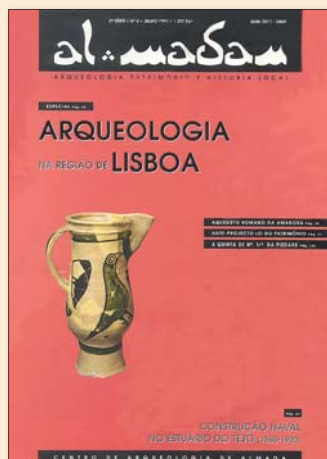
1.ª SÉRIE [1982 - 1985]

N.º 0 (1982) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.5775906>
N.º 1 (1983) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.10091852>
N.º 2 (1984) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.10091985>
N.º 3 (1984) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.10092011>
N.º 4-5 (1985) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.10092039>

2.ª SÉRIE [1992 - ...]

N.º 1 (1992) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.13899469>
N.º 2 (1993) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.13903087>
N.º 3 (1994) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.13903828>
N.º 4 (1995) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.13903863>
N.º 5 (1996) - <https://doi.org/10.5281/zenodo.13903881>

N.º 3 | 1994



N.º 4 | 1995



N.º 5 | 1996



Al-Madan e Al-Madan Online

dois suportes... duas publicações diferentes...

... o mesmo cuidado editorial

n.º 28



ISSN 0871-066X

revista impressa

em venda directa do CAA

[desde 1982]

última edição

n.º 28, Novembro, 2025

em preparação

n.º 29, Novembro, 2026

n.º 28-2



n.º 29-1

ISSN 2182-7265

revista digital

em formato PDF [desde 2005]

últimas edições

n.º 29-1, Janeiro, 2026

n.º 28-2, Julho, 2025

em preparação

n.º 29-2, Julho, 2026

mais informação

<http://www.almadan.publ.pt>

revista digital completa e gratuita

https://zenodo.org/communities/al-madan_online

<http://issuu.com/almadan>



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO

Aberto de 2^a feira a sábado, das 10h às 18h.

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES